



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Agricultura

Instituto de Economia Agrícola

CORPO TÉCNICO DO IEA

- em exercício -

Diretor Geral: Paulo Fernando Cidade de Araújo

Assessoria de Programação

Paulo David Criscuolo
Terezinha Monteiro Absher

Divisão de Economia da Produção

Diretor: Iby Arvatti Pedrosa

Alfredo de Almeida Bessa Junior
Claudio Afonso Vieira
Devancyr Aparecido Romão
Ernesto Américo Rodrigues
Hirosige Okawa
José Roberto Viana de Camargo
Luiz Carlos Assef
Maria Aparecida Sanches da Fonseca
Minoru Matsunaga
Nelson Batista Martin
Nelson Kazaki Toyama
Paulo Edjard Nascimento de Toledo
Richard Domingues Dulley
Sílvia Toledo Arruda
Zuleima Alleoni Pires

Divisão de Levantamentos e Análises Estatísticas

Diretor: Décio Sodrzejewski

Alceu de Arruda Veiga Filho
Ana Maria Montragio Pires de Camargo
Fernando Antônio de Almeida Sever
Francisco Alberto Pino
Julio Humberto Jimenez Ossio
Luiz Henrique de Oliveira Piva
Manuel Joaquim Martins Falcão
Maria Angélica Ferraz de Toledo Machado
Maria de Lourdes Barros Camargo
Maristela Simões do Carmo
Hilton Rogueira de Camargo
Rosa Maria Pescarin Pellegrini

Biblioteca

Helena Souza e Silva de Oliveira
Aguri Sawatani
Gabriella Menni Ferreri
Maria Luiza Alexandre Peão
Maria Rodrigues

Assessoria Técnica

Caio Takayuki Yamaguishi
Clóvis de Toledo Piza-Junior
Natanaci Miranda dos Anjos
Paul Frans Benelmas

Divisão de Comercialização

Diretor: Alberto Veiga

Afonso Negri Neto
Arthur Antonio Chilardi
Edison Eugenio Peceguini
Flávio Condé de Carvalho
Lídia Hatue Ueno
Maria Elisa Benetton Junqueira
Maria de Lourdes do Canto Arruda
Mauro de Souza Barros
Roxana Topel
Vicente de Paula Melo Figueiredo
Waldemar Pires de Camargo Filho

Divisão de Política e Desenvolvimento Agrícola

Diretor: Antônio Ambrósio Amaro

Alfredo Tsunehiro
Ana Perina Rabello Arruda
Antonio Roger Mazzei
Elcio Umberto Gatti
Eloisa Elena Bortoleto
Gabriel Luiz Seranhico Peixoto da Silva
Geraldo Moya Bono
Ismar Florêncio Pereira
Luiz Flávio Barbosa Cancegliero
Luiz Moricochi
Marina Brasil Rocha
Nelson Giulietti
Paulo Augusto Wiesel
Regina Junko Yoshii
Sebastião Rogueira Junior
Yoshio Namakata
Yuly Ivete Mizaki de Toledo

Comunicação Técnico-Científica

Antônio Augusto Botelho Junqueira
José Francisco Coluço

O IEA agradece a valiosa colaboração técnica de Claus Floriano Trench de Freitas, Fernando Sebastião Gones Junior e Constantino Carneiro Fraga. Agradece também à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria da Agricultura pela edição e difusão das informações contidas neste Prognóstico.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA AGRICULTURA
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA



PROGNÓSTICO 76/77

SÃO PAULO
1976

APRESENTAÇÃO

A Secretaria da Agricultura tem convicção de que a orientação técnica deve-se somar uma informação econômica cada vez mais eficiente que compreenda, entre outros tópicos, os resultados econômicos das diversas atividades e seus custos, as normas e medidas das políticas de preço, crédito, comércio e previdência social, assim como as grandes perspectivas dos mercados agrícolas, hoje tão interdependentes e complexos.

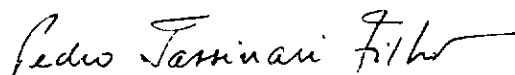
Pelo dinamismo de seus agricultores e solidez de suas instituições, a agricultura paulista tem-se constituído um polo de irradiação do desenvolvimento nacional.

No Governo PAULO EGYDIO MARTINS, pretende-se consolidar a integração entre o agricultor e o poder público. A experiência vivida em 1975, logo após a geada e a seca, mostrou que esse é o melhor caminho para que a agricultura paulista aproveite melhor a sua potencialidade, tomando decisões mais rápidas na solução dos problemas conjunturais e estruturais.

O Prognóstico 1976/77, preparado pelo Instituto de Economia Agrícola, tem objetivos coerentes com essa política de governo e é fruto de um trabalho de pesquisa, contínuo e de equipe. Cobrindo áreas que vão desde a administração da empresa até os mercados internacionais, o Prognóstico analisa os fatos econômicos mais recentes e suas implicações sobre o setor agrícola.

Ao apresentar este documento, estou certo de que os nossos agricultores, técnicos e instituições nele encontrarão subsídios para o maior acerto das decisões.

São Paulo, agosto de 1976



PEDRO TASSINARI FILHO
Secretário da Agricultura

PROGNÓSTICO 76/77

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - RESULTADO ECONÔMICO E CUSTO OPERACIONAL.....	5
3 - PROJEÇÕES DE OFERTA E PROCURA.....	17
4 - MERCADOS DE FATORES.....	25
- Fertilizantes.....	25
- Tratores:.....	39
- Defensivos Agrícolas.....	44
- Sementes	49
- Mercado de Trabalho.....	52
- Mercado de Terras.....	58
5 - POLÍTICA AGRÍCOLA.....	65
6 - MERCADOS DE PRODUTOS.....	85
- Arroz.....	85
- Feijão.....	91
- Algodão.....	97
- Milho.....	105
- Oleaginosas: amendoim e soja.....	112
- Pescado.....	123
- Batata.....	132
- Cebola.....	138
- Café.....	145
- Mamona.....	155
- Hortaliças.....	162
- Produtos Florestais.....	169
- Avicultura.....	175
- Pecuária Leiteira.....	183
- Pecuária Bovina e Suína.....	186
- Cana-de-açúcar.....	198
- Frutas.....	205
7 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA.....	227

Prognóstico 76/77	S. Paulo	V. 5	P. I-234	1976
-------------------	----------	------	----------	------

1 Introdução

1 - INTRODUÇÃO

O ano de 1975 se caracterizou por uma desaceleração do crescimento da economia mundial resultante das crises por que atravessou o mundo nos anos imediatamente anteriores. Na América Latina como um todo o crescimento da economia foi desalentador. Para a região, o Produto Interno Bruto cresceu apenas 2,6%, taxa levemente inferior ao crescimento da população. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) das Nações Unidas, a taxa de crescimento do produto por habitante, no período 1971-74, foi de 3,8% ao ano e devido ao fraco desempenho de 1975, a taxa, para o período 1971-75 se reduz para 2,9% ao ano. As taxas de crescimento dos países latino-americanos em 1974 e 1975 são apresentadas no quadro A.

A maioria dos países da região cresceu em 1975 a taxas inferiores às de 1974. Apenas os países exportadores de petróleo (Bolívia, Equador e Venezuela), o Panamá e o Uruguai cresceram a taxas superiores. Em contrapartida, a Argentina teve seu produto interno reduzido de 1,4% e o Brasil cresceu em cerca de 4,0%, enquanto o Chile por razões especiais registrou uma diminuição de 14,7%.

Embora pequena para os padrões brasileiros, a taxa de 4% é das mais expressivas quando comparada com outras regiões do mundo, excluídas naturalmente as produtoras de petróleo. Os países do Mercado Comum Europeu tiveram em 1975 um decréscimo de 2,5% no seu produto bruto e tiveram que enfrentar durante o ano um desemprego que ascendeu a 15 milhões de pessoas, consubstanciado assim a maior recessão do período de pós-guerra.

A brusca mudança nos preços de petróleo condicionou uma nova ordem econômica mundial. Enquanto os países da OPEP apresentaram um superavit da balança comercial que em 1974 ultrapassou a casa dos 67 bilhões de dólares, os países industrializados passaram de superavits tradicionais a um deficit superior aos 10 bilhões.

Medidas de política fiscal e monetária bastante radicais conseguiram inverter a situação à custa, como já foi dito, de uma recessão econômica levando, em 1975, os países industrializados a um superavit em conta corrente superior a 16 bilhões de dólares. A recessão econômica resultante, porém, agravou ainda mais a situação dos países em desenvolvimento fazendo com que o seu deficit agregado chegasse aos 35 bilhões de dólares.

Dentro desta conjuntura econômica mundial extremamente desfavorável, o Brasil também enfrentou dificuldades climáticas sem precedentes reduzindo a produção agrícola, especialmente de café e cana-de-açúcar.

Em que pese essas adversidades o Brasil conseguiu apresentar comportamento ímpar no contexto mundial das nações não produtoras de petróleo. Segundo a Fundação IRGE, a nossa agricultura em geral experimentou crescimento de 3,4% em 1975.

Neste quadro de referência, a inflação continua sendo problema dos mais graves. De taxas de 15% a 16% nos anos de 1972 e 1973 ela sobe para 35% em 1974 por causa da crise do petróleo. No entanto, devido às políticas monetárias adotadas foi possível reduzi-la para cerca de 25% entre maio de 1974 e maio de 1975. A partir de junho de 1975 a alta de preços volta a recrudescer, alcançando a faixa dos 40%, até junho de 1976. Este novo ímpeto inflacionário foi em grande parte causado pelos problemas climáticos que obrigaram o Governo a aumentar a oferta monetária para atender uma demanda de créditos maior do que a projetada, o que embora tenha tido efeitos benéficos sobre as vendas do ano passado e início de 1976, gerou novas pressões inflacionárias. De janeiro a junho deste ano, a inflação chegou aos 22,6%.

Recentemente, o Governo Central tem implementado medidas bastante restritivas às importações e, simultaneamente, acelerado os reajustes da taxa de câmbio visando, com isso, o crescimento das exportações. Estas, começaram a reagir em julho último e as notícias mais recentes apontam para 10 bilhões de dólares o valor de nossas vendas de mercadorias ao exterior em 1976. É possível que se alcançado esse volume de vendas, o déficit comercial, inicialmente previsto em cerca de US\$ 2 bilhões para o ano sob análise, seja consideravelmente diminuído em até 50%.

Até aqui alguns índices de produção industrial mostraram forte tendência de aumento, bem como sensível recuperação no mercado de ações, o que paralelamente com as boas safras agrícolas levará o País a aumentar sua taxa de crescimento e controlar o índice inflacionário. Assim, sendo, o segundo semestre de 1976 se inicia com perspectivas favoráveis e é possível mesmo se afirmar que provavelmente o pior da fase que atravessamos está chegando ao fim.

Nesse sentido, o Conselho Monetário Nacional aprovou na segunda quinzena de julho medidas de "ajuste" da atual política econômica, objetivando conter o ritmo inflacionário estimulado via demanda. Essas medidas restringem o crédito ao consumidor, coíbem especulações imobiliárias e limitam o crédito bancário e expansão dos meios de pagamentos pela elevação do depósito compulsório. Seus efeitos, porém, só poderão ser avaliados nos próximos meses.

nhos dos setores não-agrícolas de sua economia, indústria e serviços, cada um deles com avanço de mais ou menos 7% ao ano. A agricultura, severamente afetada pelas condições climáticas, mostrou uma taxa negativa de 2,3%.

No primeiro semestre de 1976, o Estado obteve um aumento de 12% no consumo de energia elétrica industrial, de 10,2% no emprego na indústria mecânica, de 6,2% na produção de ferro-gusa e de 1.204 unidades de tratores pesados. Nessas condições, a economia paulista mais uma vez lidera a recuperação econômica do País no campo industrial e, ao que tudo indica, poderá também contribuir de forma significativa no crescimento da produção agrícola.

III

Com base em pesquisa do IEA, a despesa média da família paulistana, com alimentação, elevou-se em 1,1% em junho, em relação a maio. O acréscimo acumulado para 1976 atinge 22,2% e, para os últimos 12 meses, 47,1%.

A taxa verificada em junho foi a menor do ano, até agora, retomando a tendência ao decréscimo gradual constatada desde fevereiro e interrompida no mês de maio.

Ao se analisar separadamente os grupos de produtos constituintes do custo de alimentação, nota-se que houve uma redução apreciável na taxa de crescimento apresentada no mês de junho pelos grupos de produtos vegetais e produtos básicos em relação a maio.

Para os produtos de origem animal, se registrou, inclusive, uma taxa negativa, significando um decréscimo nos preços.

No primeiro semestre de 1976, os produtos de origem vegetal e os básicos tiveram um crescimento muito mais pronunciado, enquanto que os de origem animal apresentaram crescimento menor. Permanece nítida a constatação de que o grupo de produtos de origem vegetal é o responsável pela maior parcela da elevação de preços de 1976.

Em junho, o custo mensal da alimentação para a família paulistana de renda e tamanho médios é estimado em Cr\$ 1.224,74.

IV

Nesta oportunidade, o IEA apresenta o Prognóstico para a agricultura de São Paulo no ano agrícola 1976/77.

A exemplo das outras vezes, o presente trabalho cobre uma extensão área do conhecimento econômico da agricultura e se propõe a fornecer elementos essenciais para decisões em todos os níveis.

Do ponto de vista metodológico, são introduzidas este ano algumas alterações importantes para o aperfeiçoamento das análises e interpretações efetuadas. Assim, as projeções de oferta e procura são melhor especificadas com a adaptação e testes de novos modelos; os custos operacionais, além de estimados para uma gama maior de produtos, são regionalizados e diferenciados segundo a tecnologia em inúmeros casos; e, em política agrícola procura-se, pela vez primeira, avaliar os efeitos dos seus principais instrumentos sobre o setor.

QUADRO A. - Evolução do Produto Interno Bruto ⁽¹⁾, América Latina, 1974-75
(em porcentagem)

País	Taxa anual total de crescimento		Taxa anual de crescimento por habitante	
	1974	1975(2)	1974	1975(2)
Argentina	6,6	-1,4	5,2	-2,7
Bolivia	5,7	6,8	3,1	4,1
Brasil	9,6	4,0	6,5	1,1
Colômbia	6,3	4,8	3,0	1,6
Costa Rica	4,3	2,6	1,5	-0,2
Chile	4,3	-14,7	2,4	-16,2
Equador	6,3	8,0	2,9	4,6
El Salvador	6,4	3,4	3,2	0,2
Guatemala	5,5	2,2	2,5	-0,7
Haiti	4,3	3,5	1,9	1,0
Honduras	0,1	-	-3,4	-3,4
México	5,9	3,9	2,5	0,5
Nicaragua	9,2	1,0	5,6	-2,3
Panamá	2,6	3,6	-0,2	0,5
Paraguai	8,3	8,0	5,3	4,9
Peru	6,6	4,0	3,5	1,0
República Dominicana	8,9	6,2	5,4	2,7
Uruguai	1,8	3,6	0,8	2,5
Venezuela	4,5	6,6	1,6	3,5
América Latina	6,9	2,6	4,0	-0,1

(1) A custo de fatores.

(2) Preliminar.

Fonte: CEPAL.

2 Resultado Econômico e Custo Operacional

2 - RESULTADO ECONÔMICO E CUSTO OPERACIONAL

Neste capítulo são apresentados o resultado econômico das principais atividades agrícolas na safra 1975/76 e as estimativas de custo operacional para 1976/77.

A maior parcela do custo operacional é representada pelos encargos efetivos pagos pelo empresário: mão-de-obra, combustível, lubrificantes, reparos de máquinas, fertilizantes, sementes, corretivos do solo, defensivos, herbicidas, juro bancário, etc; mais a depreciação das máquinas e, no caso de culturas permanentes, depreciação das árvores. O valor estimado para a mão-de-obra familiar, se utilizada, também é somado ao custo operacional. Uma vez coberto esse custo operacional, o empresário terá condições para permanecer na atividade a curto prazo, constituindo inclusive reserva para reposição da maior parte do capital fixo empregado. A diferença entre o preço (ou receita média) recebido pelo produtor e o custo operacional estimado pelo IEA, constitui resíduo para retribuir ao capital fixo e ao empresário, devendo idealmente ser positivo.

Do ponto de vista de administração da empresa, o agricultor procura tornar o resíduo global do sistema de produção o maior possível, visando não só a uma taxa de retorno ao capital empatado que compense o custo de oportunidade dos investimentos feitos, mas também uma remuneração satisfatória à sua própria atividade empresarial, como tomador de decisões e riscos.

- Resultado Econômico, 1975/76

Os custos operacionais das culturas perenes e anuais são apresentados nos quadros 1 e 2, respectivamente. Os resultados econômicos do café, laranja, uva e das principais culturas anuais, podem ser vistos no quadro 3.

A diária da mão-de-obra comum foi estimada em Cr\$ 28,00, apresentando um aumento de 7% em relação ao valor projetado para a mesma safra (1975/76) no último Prognóstico. A diária do tratorista foi de Cr\$ 42,00.

Os encargos financeiros foram incluídos na base de 14% sobre a metade da quantia necessária às despesas de operação e de insumos não enquadrados como "insumos subsidiados", enquanto que sobre os outros, não foram computados juros. Sobre o valor global dos fertilizantes, subsidiados em 40%, foram computados encargos financeiros de 14%. No custo de formação das culturas perenes, porém, não se computaram os juros pagos e o subsídio dado aos fertilizantes.

A exploração de maior custo por hectare é o tomate envarado, variedade Santa Cruz. Seguem-no, por ordem decrescente, outras culturas intensivas como tomate envarado variedade caqui, cebola de bulbilho e batata.

Tomando-se como exemplo o algodão, o custo operacional por hectare é da ordem de Cr\$ 4.533,00 para uma produtividade média de 91 arrobas/ha e, conseqüentemente, o custo por arroba é de, praticamente, Cr\$ 50,00. Considerando o preço médio recebido pelo cotonicultor de Cr\$ 80,00, chega-se a uma receita líquida de aproximadamente Cr\$ 30,00/arroba. Este resulta-

do, entretanto, é apenas indicativo e não tem a pretensão de refletir a realidade de cada produtor, pois, assim como os custos variam de produtor para produtor, dependendo de fatores como tamanho de área cultivada, tecnologia empregada, condições de fertilidade natural do solo e proximidade de mercados, entre outros, também as receitas médias variam em função de qualidade do produto, época e condições de venda. Das culturas relacionadas no quadro 3, apenas o arroz de sequeiro e o amendoim à tração animal apresentam resíduos negativos, respectivamente, -Cr\$ 7,35/sc.60kg e -Cr\$ 3,17/sc.25kg.

Tais resultados foram determinados pela conjuntura dos mercados, em que os preços se aproximaram do mínimo fixado pelo Governo Federal, além de um baixo rendimento da lavoura de amendoim. Ressalte-se, porém, que o amendoim mecanizado mostrou receita líquida positiva, de Cr\$ 4,56/sc.25kg. Na análise do resíduo, cada agricultor, individualmente, pode atribuir valores anuais para remunerar o uso do capital, a sua administração e a terra própria. Os critérios para avaliar esses valores são arbitrários, variando desde taxas fixas e pré-determinadas em função dos preços nos mercados de fatores, dados sobre a participação relativa dos fatores no custo operacional, até outros tantos critérios que se fundamentam em razões muito pessoais⁽¹⁾.

- Estimativas de Custo Operacional, 1976/77

As estimativas do custo operacional para o próximo ano agrícola são apresentadas nos quadros 4 a 9, agrupando-se as atividades em cereais, oleaginosas, outras (batata, cana-de-açúcar, cebola, mandioca e tomate), perenes e de origem animal. Como resultado do projeto de pesquisa IEA/04 - "Análise do Custo e Renda das Principais Explorações do Estado de S. Paulo", foram estimados, a exemplo do ano anterior, custos operacionais regionalizados para algodão e batata, enquanto os custos de arroz de sequeiro, arroz irrigado, mamona, mandioca, milho e soja tem por base coeficientes técnicos mais recentes (quadros 4 a 7). Além disso, são apresentadas estimativas de custo operacional para aves e ovos, sericultura e formação de pastagens (quadros 8 e 9).

Na projeção dos custos, a mão-de-obra comum foi considerada a razão de Cr\$ 37,83 por dia e o tratorista a Cr\$ 56,75 por dia. Tais estimativas são baseadas na evolução do salário mínimo (hoje de Cr\$ 768,00) e procuram refletir o provável aumento no custo do fator ao longo do ano.

O subsídio e o tabelamento dos preços dos adubos, estabelecidos pelo Governo Federal, são fatores que contribuíram para que as estimativas dos custos não se elevassem muito. Já no aspecto de operação de máquinas houve um aumento substancial, dada a elevação dos preços dos equipamentos agrícolas, dos combustíveis e lubrificantes e, conseqüentemente, dos gastos em reparos. O preço do óleo diesel utilizado foi de Cr\$ 1,73 por litro.

Destaque-se ainda que com a recente majoração nos preços dos combustíveis (19 de julho), à base de 18,48% para o óleo diesel, os custos operacionais totais aqui estimados devem ser desde logo acrescidos de 1 a 3%, dependendo da menor ou maior intensidade da mecanização.

Em média, a elevação dos custos operacionais estimados para 1976/77 é da ordem de 39% em relação ao ano anterior. Alguns produtos apresentam-se com custos operacionais bastante diferentes dos de 1975/76, devido ao uso de coeficientes técnicos de produção mais atuali-

(1) Para maiores detalhes, consultar a coletânea de trabalhos do Seminário Internacional sobre Custo de Produção na Agricultura, promovido pelo IEA em janeiro de 1976.

zados e obtidos nas principais regiões produtoras.

Entre os itens mais onerosos, por cultura, encontram-se: a colheita, no caso do algodão; as sementes, para amendoim, batata e trigo; a mão-de-obra, para arroz de sequeiro e irrigado, cebola, feijão, mamona, mandioca e tomate; a colheita e o transporte, para cana-de-açúcar; e o adubo, para milho, soja e sorgo.

No caso do café consideraram-se quatro níveis de produtividade (20, 15, 10 e 5 sacos beneficiados por hectare) e incluíram-se, diferentemente do que foi feito para outras culturas, despesas gerais e de administração. A depreciação foi calculada a partir das máquinas utilizadas no processo de produção das benfeitorias específicas (terreiro, lavador e tulha) e do cafézal, considerando a vida útil de 30 anos.

Para a atividade avícola foi calculado o custo operacional para ovo e frango de corte, partindo-se de um plantel de 1.000 aves. No caso do frango de corte o custo operacional foi de Cr\$ 10.685,00. Considerando a produção de esterco pelo lote, deduziu-se Cr\$ 400,00 daquele total chegando-se ao custo por quilo de ave viva de Cr\$ 5,83. A alimentação representa 72% no custo operacional, sendo portanto o item mais oneroso da atividade.

O custo operacional de ovos foi calculado com produtividade de 558 caixas de 30 dúzias para 1.000 aves, chegando-se a Cr\$ 75.171,00, já deduzidos os rendimentos indiretos. A caixa de ovos é estimada em Cr\$ 134,71 (Cr\$ 4,49/dz.). A alimentação onera em 68% o custo operacional.

O leite "C" está calculado para três níveis de produção, considerando a empresa que possui produção de até 100 litros por dia, pequena; a empresa que produz de 100 a 300 litros diários, média; e, a empresa produtora de mais de 300 litros por dia, grande. Este estudo refere-se especificamente ao Vale do Paraíba, onde foram obtidos os coeficientes técnicos. Considerando os encargos desembolsados, as depreciações das máquinas e das benfeitorias específicas, e mais a mão-de-obra do empresário, obteve-se um custo operacional do qual foi deduzido uma receita, referente à venda de esterco, descartes de animais, sacaria vazia, etc. O custo operacional para a pequena exploração foi de Cr\$ 2,181/litro. Considerando o preço por litro de Cr\$ 2,10 que deverá entrar em vigor em 1º de agosto, o resíduo será negativo. Em parte, esse resíduo negativo é explicado pela maior participação da mão-de-obra familiar, que no entender do produtor fica de "graça", fazendo assim com que o pequeno produtor de leite continue na atividade.

Na maioria dos casos, não se incluíram as despesas decorrentes do Funrural, por dependerem estas do preço obtido pelos produtores, a esta altura muito cedo para ser estimado.

De modo geral, pode-se dizer que para a safra vindoura, adubo e mão-de-obra serão os itens que mais onerarão o custo de produção das atividades agropecuárias, como vem ocorrendo nos últimos anos.

QUADRO 1. - Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1975/76
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade média		Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquina (1)	Outros (2)	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade									
Abacaxi (TA) implantação e 2º ano (4)	23.000	kg	5.303,77	4.338,60	516,34	197,95	32,27	1.010,05	76,00	11.474,98	0,50
Abacaxi (TM) implantação e 2º ano (4)	24.500	kg	5.684,94	4.338,60	663,81	192,85	722,16	1.095,90	243,16	12.941,42	0,53
Abacaxi (TMM) implantação e 2º ano (4)	23.200	kg	4.963,30	4.950,00	1.354,50	478,99	463,17	1.199,94	160,78	13.570,68	0,58
Banana na varzea (ciclo) (14 meses)	22	t	2.226,80	-	1.729,49	455,10	59,32	592,40	9,34	5.072,45	230,57
Banana no morro (ciclo) (14 meses)	21	t	2.320,59	-	1.774,21	455,10	75,79	611,30	11,94	5.248,93	249,95
Café formação 1º ao 4º ano (1.000 covas)	10	60kg	6.259,24	990,00	4.387,73	1.222,56	1.037,83	1.679,75	405,88	15.982,99	15,98 ⁽⁶⁾
Café (5)	20	60kg	3.606,68	20,00	1.131,83	911,95	304,77	1.177,97	857,57	8.010,77	400,54
Café (5)	15	60kg	3.481,49	30,00	707,28	911,95	303,02	1.092,72	850,75	7.377,21	491,81
Café (5)	10	60kg	3.194,60	40,00	496,35	911,95	270,68	925,82	742,14	6.581,54	685,15
Café (5)	5	60kg	2.246,78	-	-	872,85	236,59	590,32	706,01	4.652,55	930,51
Figo formação 1º e 2º ano (1.660 pés)	-	-	8.291,30	-	5.341,76	2.197,99	628,89	4.427,25	137,12	21.024,31	12,67 ⁽⁶⁾
Figo produção	5.577	engr.	14.491,18	(7)	5.302,61	7.812,00	1.487,81	24.141,66	1.289,18 ⁽⁸⁾	54.524,44	9,78
Laranja formação 1º ao 4º ano (200 pés) (TM)	-	-	2.592,55	750,00	2.095,85	1.189,83	1.506,88	-	542,48	8.677,59	43,39 ⁽⁶⁾
Laranja produção	400	cx.	718,78	-	735,96	572,64	417,55	263,53	606,35 ⁽⁸⁾	3.314,81	8,29
Maracujá formação (1.000 pés)	-	-	3.172,52	987,00	1.035,43	128,43	981,90	14.815,30	390,35	21.510,93	21,51 ⁽⁶⁾
Maracujá produção	875	cx.	2.162,79	-	1.434,90	999,22	1.357,92	605,18	3.390,62 ⁽⁸⁾	9.950,63	11,37
Uva niagara formação 1º ao 3º ano (4.000 pés)	-	-	24.014,91	680,00	23.812,32	2.652,14	1.265,18	17.766,15	478,58	70.669,28	17,67 ⁽⁶⁾
Uva niagara produção	1.552	cx.	9.629,84	-	7.540,30	1.226,05	566,92	7.421,34	2.827,87 ⁽⁸⁾	29.212,32	18,82

(1) Foram incluídos reparos combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos operação animal, juros bancários e no café: administração e despesas gerais.

(3) Somente do capital em máquinas, exceto para café que inclui benfeitorias específicas e cafezal.

(4) Cultura do abacaxi (semi-perene), tração animal (TA) e mecanizada (TM) na região de Bauru e mecanizada e manual (TMM) no Vale do Ribeira.

(5) Inclui-se controle à ferrugem utilizando pulverizador acoplado a microtrator, usando 4 kg de fungicida por vez, em 6 pulverizações por ano.

(6) Custo de formação por pé (1.000; 1.660; 200; 1.000 e 4.000 pés) conforme cada caso. Não foi incluído juro bancário e subsídio de 40% a fertilizantes.

(7) O serviço de preparo das estacas está incluído na mão de obra.

(8) Inclui depreciação do pomar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 2. - Custo Operacional por Hectare e por Unidade Simples de Produção de Culturas Anuais, Estado de São Paulo, 1975/76
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade média		Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquina (1)	Outros (2)	Colheita por empreita	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Algodão (TMA)	91	arroba	772,69	96,03	733,79	691,59	519,22	319,13	1.260,00	140,34	4.532,79	49,81
Amendoim (TA)	63	25kg	671,85	756,00	561,84	214,52	19,82	222,72	660,00	53,92	3.160,67	50,17
Amendoim (TM)	84	25kg	472,85	858,00	561,84	229,62	399,67	149,01	770,00	123,78	3.564,77	42,44
Arroz sequeiro (TMA)	24	60kg	1.340,62	145,20	308,89	133,63	177,90	380,39	-	89,87	2.576,50	107,35
Batata (TMM) (4)	222	60kg	1.889,34	5.123,14	2.493,36	215,09	884,39	2.037,39	-	295,77	12.938,48	58,28
Batata (TAM) (4)	124	60kg	2.089,15	2.914,89	1.432,79	163,14	55,75	1.448,35	-	116,73	8.220,80	66,30
Cana-de-açúcar (nova) (TM) (5)	85	t	829,31	967,20	1.306,91	205,55	747,56	722,80	2.472,00 (6)	228,24	7.479,57	87,99
Cana-de-açúcar (soca) (TM)	52	t	339,30	-	680,38	7,55	249,60	392,82	1.488,00 (6)	72,77	3.230,42	62,12
Cana-de-açúcar (res.) (TM)	41	t	339,30	-	680,38	7,55	249,60	354,02	1.200,00 (6)	72,77	2.903,62	70,82
Cebola de muda (TM) (Sub-região Casa Branca)	368	45kg	2.373,13	2.407,50	2.130,84	456,52	522,03	1.536,76	-	177,62	9.604,40	26,10
Cebola de muda (TA) (Sub-região Sorocaba)	504	45kg	3.760,92	1.612,80	1.629,31	850,87	157,77	1.929,56	-	107,23	10.048,46	19,94
Cebola de muda (TM) (Sub-região Sorocaba)	461	45kg	3.303,96	1.612,80	2.199,89	447,07	820,29	1.836,97	-	230,87	10.451,85	22,67
Cebola de bulbilho (TA) (Sub-região Sorocaba)	284	45kg	4.170,43	3.231,20	1.935,34	425,17	377,68	1.451,17	-	180,97	11.771,96	41,45
Cebola de bulbilho (TM) (Sub-região Sorocaba)	407	45kg	4.670,57	3.231,20	3.379,15	702,91	1.322,50	1.987,54	-	393,45	15.687,32	38,54
Feijão das águas (TA) (Sub-região Itapeva, Avaré)	8	60kg	485,63	135,28	162,06	42,33	8,58	192,58	-	19,94	1.046,40	130,80
Feijão das águas (TMA) (Sub-região Itapeva, Avaré)	8	60kg	430,31	134,36	182,80	42,33	217,96	103,84	-	73,75	1.185,35	148,17
Feijão da seca (TA) (Sub-região Itapeva, Avaré)	13	60kg	564,56	116,68	171,94	58,84	9,11	245,47	-	22,29	1.188,89	91,45
Feijão da seca (TMA) (Sub-região Itapeva, Avaré)	13	60kg	468,94	140,68	195,33	58,84	288,03	113,36	-	93,99	1.359,17	104,55
Mamona (TA)	25	60kg	928,58	37,20	342,31	-	8,80	172,80	-	32,80	1.522,49	60,90
Mandioca (TA) (5)	15,4	t	1.868,95	149,50	606,85	75,00	14,40	451,27	-	40,99	3.206,96	208,24
Milho (TM)	37	60kg	299,15	42,37	481,26	-	412,28	486,78	-	141,98	1.863,82	50,37
Soja (TM)	33	60kg	251,82	227,20	409,11	64,89	300,92	62,96	-	117,93	1.434,83	43,48
Tomate Santa Cruz envarado (TM)	1.732	cx.	23.165,23	303,92	9.180,06	3.236,93	1.973,64	24.138,92	-	1.365,79	63.364,49	36,58
Tomate caqui envarado (TM)	866	cx.	22.165,71	360,32	10.490,21	2.513,60	1.257,08	19.969,51	-	1.059,87	57.816,30	66,76
Tomate rasteiro (TM)	14,1	t	2.314,16	15,28	1.094,77	1.055,60	1.935,05	279,27	-	527,84	7.221,97	512,20
Trigo (TM) ano de 1975	23	60kg	82,97	375,00	387,66	121,86	382,28	298,82	-	260,52	1.909,11	83,00

(1) Foram incluídos reparos, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos operação animal, sacaria, beneficenciamento e juros bancários.

(3) Somente do capital em máquinas e animais.

(4) Tração mecanizada e animal na região de Itapetininga e tração animal e manual na região de Divinolândia.

(5) Cultura de ano e meio.

(6) Inclui também carregamento e transporte.

Obs: Tecnologia utilizada: TA=tração animal; TM=tração motomecanizada; TMA=tração motomecanizada e animal; TAM=tração animal e manual.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 3. - Resultado Econômico por Hectare de Diferentes Atividades Agrícolas, Estado de São Paulo, 1975/76
(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento ⁽¹⁾		Receita		Custo operacional		Receita Líquida ⁽²⁾	
	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade
Algodão (TMA)	91	arroba	7.280,00	80,00	4.532,79	49,81	2.747,21	30,19
Amendoim (TA)	63	25kg	2.961,00	47,00	3.150,67	50,17	- 199,67	- 3,17
Amendoim (TM)	84	25kg	3.948,00	47,00	3.564,77	42,44	383,23	4,56
Arroz sequeiro (TMA)	24	60kg	2.400,00	100,00	2.576,50	107,35	- 176,50	- 7,35
Batata (TMM)	222	60kg	25.530,00	115,00	12.938,48	58,28	12.591,52	56,72
Batata (TAM)	124	60kg	14.260,00	115,00	8.220,80	66,30	6.039,20	48,70
Cafê (3)	20	60kg	30.000,00	1.500,00	8.010,77	400,54	21.989,23	1.099,46
Cafê (3)	15	60kg	22.500,00	1.500,00	7.377,21	491,81	15.122,79	1.008,19
Cafê (3)	10	60kg	15.000,00	1.500,00	6.581,54	685,15	8.418,46	874,85
Cafê (3)	5	60kg	7.500,00	1.500,00	4.652,55	930,51	2.847,45	569,49
Cana-de-açúcar (nova) (TM) (4)	85	t	9.234,40	108,64	7.479,57	87,99	1.754,83	20,65
Cana-de-açúcar (soca) (TM)	52	t	5.649,28	108,64	3.320,42	62,12	2.418,86	46,52
Cana-de-açúcar (ressoca) (TM)	41	t	4.454,24	108,64	2.903,62	70,82	1.550,62	37,82
Cebola de muda (TA) (Sub-região Casa Branca)	368	45kg	36.800,00	100,00	9.604,40	26,10	27.195,60	73,90
Cebola de muda (TA) (Sub-região Sorocaba)	504	45kg	50.400,00	100,00	10.048,46	19,94	40.351,54	80,06
Cebola de muda (TM) (Sub-região Sorocaba)	461	45kg	46.100,00	100,00	10.451,85	22,67	35.648,15	77,33
Cebola de bulbilho (TA) (Sub-região Sorocaba)	284	45kg	36.920,00	130,00	11.771,96	41,45	25.148,04	88,55
Cebola de bulbilho (TM) (Sub-região Sorocaba)	407	45kg	52.910,00	130,00	15.687,32	38,54	37.222,68	91,46
Feijão das águas (TA) (Sub-região Itapeva e Avaré)	8	60kg	2.960,00	370,00	1.046,40	130,80	1.913,60	239,20
Feijão das águas (TMA) (Sub-região Itapeva e Avaré)	8	60kg	2.960,00	370,00	1.185,35	148,17	1.774,65	221,83
Feijão da seca (TA) (Sub-região Itapeva e Avaré)	13	60kg	4.810,00	370,00	1.188,89	91,45	3.621,11	278,55
Feijão da seca (TMA) (Sub-região Itapeva e Avaré)	13	60kg	4.810,00	370,00	1.359,17	104,55	3.450,83	265,45
Laranja (produção)	400	cx.	5.000,00	12,50	3.314,81	8,29	1.685,19	4,21
Mamona (TAM)	25	60kg	2.850,00	114,00	1.522,49	60,90	1.327,51	53,10
Mandioca (TA) (4)	15,4	t	10.780,00	700,00	3.206,96	208,24	7.573,04	491,76
Milho (TM)	37	60kg	2.035,00	55,00	1.863,82	50,37	171,18	4,63
Soja (TM)	33	60kg	3.135,00	95,00	1.434,83	43,48	1.700,17	51,52
Tomate envarado caqui (TM)	866	cx.	70.146,00	81,00	57.816,30	66,76	12.329,70	14,24
Tomate rasteiro (TH)	14,1	t	8.460,00	600,00	7.221,97	512,20	1.238,03	87,80
Tomate envarado Santa Cruz (TM)	1.732	cx.	103.920,00	60,00	63.364,49	36,58	40.555,51	23,42
Trigo (TM) (ano de 1975)	23	60kg	2.939,40	127,80	1.909,11	83,00	1.030,29	44,80

(1) Rendimento estimado para o ano agrícola 1975/76, e variando segundo a tecnologia.

(2) Receita líquida = receita menos custo operacional.

(3) Inclui-se custo de combate à ferrugem com pulverizador acoplado ao microtrator de 4 rodas.

(4) Cultura de ano e meio.

Obs: Tecnologia utilizada: TA=tração animal; TM=tração motomecanizada; CM=com uso de técnica moderna; TMA=tração motomecanizada e animal; TAM=tração animal e manual.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 4. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1976/77
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquina (1)	Outros(2)	Colheita por empreitada	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Arroz irrigado (TM)(Sub-região do Vale do Paraíba)	39	60kg	1.008,95	485,52	462,14	116,73	1.007,03	573,37	-	372,73	4.026,47	103,24
Arroz de sequeiro (TM) (Município de Olímpia)	19	60kg	698,36	264,18	534,60	36,88	419,17	245,29	300,00	160,68	2.659,16	139,96
Feijão das águas (TA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	9	60kg	654,08	338,20	169,34	54,61	10,78	274,74	-	26,24	1.527,99	169,78
Feijão das águas (TMA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	9	60kg	579,56	335,90	191,03	54,61	319,59	105,45	-	117,55	1.703,69	189,30
Feijão da seca (TA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	14	60kg	760,38	291,70	170,67	96,71	11,57	352,31	-	29,19	1.712,53	122,32
Feijão da seca(TMA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	14	60kg	632,15	351,70	203,42	96,71	418,38	131,35	-	148,62	1.982,33	141,60
Milho (TM) (Estado)	41	60kg	402,90	71,25	442,26	-	567,56	489,20	-	212,55	2.185,72	53,31
Milho (TM) (Região Ribeirão Preto)	47	60kg	179,52	73,01	641,86	10,99	451,42	416,45	-	169,78	1.943,03	41,34
Sorgo granífero (TM) (Jaboticabal)	27	60kg	247,60	7,10	304,56	18,59	305,52	247,59	276,75	110,07	1.517,78	56,21
Trigo (TM) (Sub-região de Assis)	30	60kg	75,86	781,25	599,93	129,47	315,12	73,99	-	107,42	2.083,04	69,43

(1) Foram incluídos reparos, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos operação animal, sacaria, beneficiamento e juros bancários.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 5. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1976/77

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquina (1)	Outros(2)	Colheita por empreita	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Algodão (TMA) (Sub-região Orlandia)	94	arroba	622,88	117,11	1.069,10	774,21	396,34	298,80	1.410,00	140,81	4.829,25	51,38
Algodão (TM) (Sub-região Orlandia)	102	arroba	635,18	129,15	800,11	919,27	504,78	331,84	1.530,00	187,93	5.038,26	49,39
Algodão (TMA) (Sub-região Avaré)	93	arroba	835,30	146,80	996,10	788,11	368,11	280,80	1.395,00	150,28	4.960,50	53,34
Algodão (TMA) (Sub-regiões Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	110	arroba	571,43	137,07	911,41	472,53	360,09	311,72	1.650,00	146,62	4.560,87	41,46
Algodão (TM) (Sub-regiões Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	110	arroba	458,33	137,07	911,41	472,53	560,21	257,80	1.650,00	193,89	4.641,24	42,19
Algodão (TM) (Sub-região Araçatuba)	72	arroba	492,94	148,86	247,82	648,14	551,99	246,20	1.080,00	191,11	3.607,06	50,10
Amendoim (TA)	70	25kg	904,89	1.260,00	624,66	373,05	27,23	242,87	735,00	74,80	4.242,50	60,61
Amendoim (TM)	87	25kg	636,89	1.430,00	624,66	389,95	554,06	135,17	913,50	191,63	4.875,86	56,04
Mamona	20	60kg	1.294,92	21,62	247,82	14,87	390,86	117,20	-	114,60	2.201,89	110,09
Soja (TM) (Região de Ribeirão Preto)	27	60kg	188,40	337,50	572,11	255,90	269,62	66,10	-	102,21	1.791,84	66,36

(1) Foram incluídos reparos, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos operação animal, sacaria, beneficiamento e juros bancários.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 6. - Estimativa do Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Batata, Cana-de-Açúcar, Cebola, Mandioca e Tomate, Estado de São Paulo, 1976/77 (em cruzeiro)

Cultura	Produtividade Por ha	Unidade	Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquina (1)	Outros (2)	Colheita por empreita	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
Batata das águas(TA)(Municípios de Divinolândia e S.S. da Gramma)	149	60kg	2.685,17	4.680,00	1.516,14	837,01	23,95	889,21	-	66,92	10.698,40	71,80
Batata das águas(TMA)(Municípios de Divinolândia e S.S. da Gramma)	157	60kg	2.604,22	4.856,00	1.883,10	871,53	247,57	1.094,06	-	137,20	11.693,68	74,80
Batata da seca(TMA)(Municípios de Divinolândia e S.S. da Gramma)	97	60kg	3.438,19	5.996,00	2.044,55	971,11	1.016,29	1.124,01	-	576,11	15.166,26	156,35
Batata das águas(TM)(Municípios de Itapetininga e Capão Bonito)	338	60kg	2.441,97	12.767,61	6.614,60	7.669,69	1.829,68	2.746,46	-	784,00	34.854,01	103,12
Batata da seca(TM)(Municípios de Itapetininga e Capão Bonito)	313	60kg	2.443,48	9.874,80	4.904,76	7.066,75	1.849,35	2.799,55	-	1.176,27	30.114,96	96,21
Cana-de-açúcar(nova) (TM) (4)	103	t	1.140,42	1.209,00	1.668,64	230,87	1.039,30	594,42	3.069,40(5)	358,75	9.310,80	90,40
Cana-de-açúcar(soca)(TM)	62	t	502,40	-	596,55	230,87	403,33	331,93	1.847,60(5)	135,19	4.047,87	65,29
Cana-de-açúcar(ressoca)(TM)	50	t	502,40	-	596,55	230,87	403,33	306,90	1.490,00(5)	135,19	3.665,24	73,30
Cebola de muda(TMA)(Sub-região Casa Branca)	230	45kg	3.196,27	3.001,50	2.992,06	775,56	718,25	1.519,85	-	268,07	12.471,56	54,22
Cebola de muda(TA)(Sub-região de Sorocaba)	307	45kg	5.065,44	3.841,92	1.738,49	1.418,14	210,25	2.018,31	-	149,83	14.442,38	47,04
Cebola de muda(TM)(Sub-região de Sorocaba)	281	45kg	4.449,97	3.841,92	2.349,77	754,14	1.192,07	1.901,92	-	354,62	14.844,41	52,83
Cebola de bulbilho(TA)(Sub-região de Sorocaba)	173	45kg	5.617,00	7.697,18	2.059,97	732,41	511,31	1.585,82	-	283,87	18.487,56	106,86
Cebola de bulbilho(TM)(Sub-região de Sorocaba)	248	45kg	6.290,60	7.697,18	3.591,28	1.169,27	1.866,76	2.092,33	-	610,18	23.317,60	94,02
Mandioca (TMA) (4)	20	t	1.315,35	467,20	200,88	8,62	3,34	450,06	-	10,84	2.456,29	122,81
Tomate Santa Cruz envarado (TM)	1.715	cx.	31.202,35	123,21	10.654,96	4.161,64	2.640,99	24.772,59	-	1.954,98	75.510,72	44,03
Tomate caqui envarado (TM)	930	cx.	29.853,38	535,62	13.906,69	3.277,85	1.644,17	20.180,10	-	1.490,87	70.888,68	76,22
Tomate rasteiro (TM)	18,6	t	3.112,12	826,00	1.542,79	1.313,03	2.550,69	378,18	-	921,48	10.644,29	572,27

(1) Foram incluídos reparos, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos operação animal, sacaria, beneficiamento e juros bancários.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

(4) Cultura de ano e meio.

(5) Inclui também carregamento e transporte.

Obs: Tecnologia utilizada: TA=tração animal; TM=tração motomecanizada; TMA=tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 7. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1976/77
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquina (1)	Outros (2)	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade									
Abacaxi(TA)(Implantação e 2º ano) (4)	21.000	kg	7.143,44	5.495,56	500,42	237,72	48,92	930,30	111,58	14.467,94	0,69
Abacaxi(TM)(Implantação e 2º ano) (4)	22.260	kg	6.301,01	5.495,56	2.490,90	541,23	1.567,13	1.307,76	547,50	18.251,09	0,82
Abacaxi(TMM)(Implantação e 2º ano) (4)	21.200	kg	6.136,63	5.320,00	3.032,40	444,77	1.212,25	1.599,24	434,83	18.180,12	0,86
Banana na várzea(ciclo de 14 meses)	22	t	2.999,16	-	1.430,28	633,45	75,28	640,36	14,22	5.792,75	263,31
Banana no morro (ciclo de 14 meses)	21	t	3.125,51	-	1.520,82	633,45	96,19	677,04	18,17	6.071,18	289,10
Cafê formação - 1º ao 4º ano (1.000 covas)	10	60kg	8.662,76	1.760,00	3.771,42	699,22	1.409,36	-	565,78	16.868,54	16,87(6)
Cafê (5)	20	60kg	5.401,47	32,00	910,35	567,05	377,27	1.660,57	1.077,18	10.025,89	501,30
Cafê (5)	15	60kg	5.245,15	48,00	568,38	567,05	374,46	1.455,76	1.067,50	9.326,30	621,75
Cafê (5)	10	60kg	4.431,12	64,00	398,28	567,05	329,97	1.218,69	930,79	7.939,90	793,99
Cafê (5)	5	60kg	3.432,27	-	-	567,05	282,66	893,59	882,43	6.058,00	1.211,60
Figo formação 1º e 2º ano (1.660 pés)	-	-	11.167,23	(7)	5.962,40	2.894,05	826,11	4.268,00	212,09	25.329,88	15,26(6)
Figo produção	6.204	engr.	19.517,63	-	8.669,76	8.572,40	1.888,07	29.717,49	1.846,55(7)	70.211,90	11,32
Laranja formação 1º ao 4º ano (TM) (200 pés)	-	-	3.491,77	1.750,00	2.077,54	1.706,85	2.066,64	-	804,86	11.897,66	59,49(6)
Laranja produção	400	cx.	968,10	-	812,07	855,42	968,10	248,09	828,22(7)	4.311,94	10,78
Maracujã formação (1.000 pés)(TM)	-	-	4.272,94	3.150,00	1.142,35	246,92	1.331,33	15.700,00	564,32	26.407,86	26,41(6)
Maracujã produção	875	cx.	2.912,96	-	1.328,29	1.546,12	1.803,05	640,05	4.537,50(7)	12.767,97	14,59
Pêssego formação 1º ao 4º ano (TM) (220 pés)	-	-	28.728,10	2.032,80	17.872,40	6.494,10	3.750,56	11.640,76	2.434,88	72.953,60	331,61(6)
Pêssego produção(TM) (220 pés)	6.140	cx.	17.496,38	-	8.722,70	3.430,05	2.453,51	15.162,25	1.271,61(7)	48.536,50	7,90
Uva niagara formação 1º ao 3º ano (4.000 pés)	-	-	32.344,74	800,00	35.135,00	3.493,61	949,60	18.849,03	482,99	92.054,97	23,01(6)
Uva niagara em produção	2.000	cx.	12.970,06	-	13.128,00	1.609,96	453,81	9.907,37	4.832,51(7)	42.901,71	21,45

(1) Incluídos reparos, combustível e lubrificantes.

(2) Incluídos operação animal, juros bancários e no café administração e despesas gerais.

(3) Somente do capital em máquinas; exceto para café que inclui benfeitorias específicas e cafezal.

(4) Semi-perene - TA=tração animal e TM=tração mecanizada na região de Bauru - TMM=tração mecanizada e manual no Vale do Ribeira.

(5) Inclui controle à ferrugem utilizando pulverizador acoplado a microtrator, usando 4kg de fungicida por vez, 6 vezes ao ano.

(6) Custo de formação (unidade=pé), não está incluído juro bancário e subsídio de 40% a fertilizantes.

(7) O serviço de preparo das estacas está incluído na mão-de-obra.

(8) Inclui depreciação do pomar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 8. - Estimativa de Custo Operacional de Formação de Pastagens e Formação de Amoreiral por Hectare, Estado de São Paulo, 1976/77

(em cruzeiro)

Item	Mão-de-obra	Operação de máquina	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Depreciação da máquina	Outros	Custo por hectare
Pastagem colônião (método CATI)	243,45	622,60	660,00	332,40	16,90	320,13	34,53	2.230,01
Pastagem colônião (plantio mudas)	314,00	643,74	(¹)	-	16,90	322,76	44,72	1.342,12
Pastagem brachiaria	421,82	661,54	(¹)	-	16,90	328,21	47,40	1.475,87
Pastagem Napier	561,79	657,89	(¹)	-	16,90	326,36	42,72	1.605,66
Amoreiral formação (1º a 3º ano - 6.610 pés)	5.998,70	286,11	(¹)	2.775,30	18,84	149,63	587,68	9.816,26

(¹) O custo das mudas está incluído na mão-de-obra.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 9. - Estimativa de Custo Operacional de Atividades de Avicultura, Pecuária de Leite e Sericicultura, Estado de São Paulo, 1976/77

(em cruzeiro)

Produto	Produção	Mão-de-obra	Compra (¹)	Alimentação	Vacina, me- dicamento e defen- sivo	Reparo de máquina e benfei- toria	Depreciação de máquina e benfei- toria	Outros	Total	Custo por unidade produzida
Frango para corte (para 1.000 aves)	1.715kg	265,00	2.000,00	7.657,00	100,00	-	200,00	463,00	10.685,00(²)	5,83
Ovo (para 1.000 aves)	558cx.30dz.	6.421,00	4.500,00	51.246,00	3.110,00	503,00	4.205,00	5.146,00(³)	75.171,00	134,71
Leite "C" (pequeno) (⁴)	litro	1,097	0,198	0,545	0,087	0,334	0,223	- 0,303(⁵)	-	2,181
Leite "C" (médio) (⁴)	litro	0,771	0,194	0,453	0,094	0,246	0,171	- 0,296(⁵)	-	1,633
Leite "C" (grande) (⁴)	litro	0,411	0,112	0,413	0,068	0,216	0,150	- 0,293(⁵)	-	1,077
Casulo (7 criações/ano)	3.528kg	21.600,00	3.780,00	6.344,00(⁶)	1.326,00	-	2.800,00	928,00	36.778,00	10,42

(¹) Corresponde a reposição do plantel avícola; combustível e lubrificantes para a exploração de leite; e compra de ovos na sericicultura.

(²) Deduziu-se Cr\$ 400,00, referente à venda de esterco.

(³) Embalagem, Funrural, perdas, despesas gerais e fiscais, menos os rendimentos indiretos.

(⁴) A produção média para pequeno, médio e grande tamanhos é respectivamente de 22.111 litros, 47.209 litros e 148.274 litros.

(⁵) Outros rendimentos, como venda de animais, sacaria usada, esterco, etc, deduzidos do custo operacional total.

(⁶) Corresponde à depreciação do amoreiral para as 7 criações.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

(IEA, 08/07/1976)

3 Projeções de Oferta e Procura

3 - PROJEÇÕES DE OFERTA E PROCURA

Tendo em vista dar continuidade aos trabalhos realizados em anos anteriores, o Prognóstico mais uma vez apresenta projeções de oferta e procura para alguns dos principais produtos da agricultura paulista.

Essas projeções são feitas usando-se modelos matemáticos que, no caso da oferta, procuram captar uma tendência de produção através da evolução da área plantada, do preço do produto e do preço de produtos competitivos. O modelo matemático utilizado tem características tais que os preços e as áreas dos anos mais recentes da série influenciam, de forma preponderante, os resultados da projeção. É importante notar que o modelo tenta captar o comportamento do empresário e assume que as decisões relativas a área a ser plantada com um dado produto são condicionadas pela área e pelos preços dos produtos em anos anteriores. Obviamente, simplifica de muito a realidade e não pode ter pretensões de prever com exatidão a produção no próximo ano agrícola.

O Instituto de Economia Agrícola, ao incluir em seu Prognóstico estas projeções, pretende dar aos produtores, instituições e responsáveis pela política agrícola apenas uma informação adicional que deve ser vista como um parâmetro em torno do qual e dentro de limites consideráveis, estaria o valor real da produção. Esta informação poderá somar e contribuir para decisões mais eficientes.

A demanda é estimada também por uma formulação matemática, a partir do consumo per capita, das elasticidades-renda da demanda dos produtos considerados, do crescimento das populações rural e urbana do Estado, bem como do crescimento do Produto Interno Bruto. Note-se que as projeções de demanda assumem que os preços relativos, a nível do consumidor, permanecem os mesmos. Também, é assumido que as preferências dos consumidores não variam. E da mesma forma que para a oferta, este dado serve apenas como um ponto de referência sem a pretensão de "acertar" o valor do consumo.

Uma análise crítica dos modelos de área cultivada e da produção animal, indica que modificações bruscas nas tendências não são prontamente captadas. Só depois de definida uma nova tendência é que o modelo é capaz de projetá-la com razoável grau de precisão.

- Estimativas de Oferta, 1976/77

O modelo utilizado para as projeções da área plantada é, como nos anos anteriores, o de Nerlove, com defasagem de um período tanto para a área como para o preço. No quadro 10 podem-se observar as projeções de área plantada bem como de produção, considerando-se três níveis de produtividade. Note-se que o quadro 10 apresenta na primeira coluna a área

plantada no ano agrícola 1975/76, segundo o quarto levantamento de previsões de safra do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. A segunda coluna mostra a área projetada para 1976/77.

Em resumo, as variações previstas na área de cultivo são as seguintes: a) aumentos poderiam ser esperados para amendoim, batata, cebola, laranja, mamona, mandioca, soja, tomate, banana e café; e, b) reduções em arroz, algodão, cana-de-açúcar, feijão e milho. Quanto aos produtos de origem animal, prevêem-se aumentos nas produções de ovos, carne bovina e leite, enquanto que para a carne suína antevê-se uma redução.

Especificamente para os níveis de produção das culturas anuais o rendimento será o fator determinante básico e o sentido da projeção é alterado em muitos casos, conforme se considere o rendimento alto, médio ou baixo. Isso se observa claramente em amendoim, cana-de-açúcar, cebola, batata, soja, tomate e banana.

Os rendimentos utilizados são o menor, o maior e a média dos valores observados nos últimos 5 anos.

- Estimativas de Procura e Intercâmbio Líquido

As estimativas da procura estão descritas no quadro 11. Elas são calculadas a partir de algumas premissas básicas, tais como: a) a população urbana crescerá em 5% ao ano e a população rural decrescerá em 2% ao ano; b) o Produto Interno do Estado crescerá em torno de 6%. Como em anos anteriores, o consumo deverá crescer, de um modo geral, entre 1 a 3%, dependendo do produto.

A análise do intercâmbio líquido (quadro 12) não mostra grandes alterações em relação ao ano anterior, exceção feita ao arroz em que o déficit poderá aumentar consideravelmente, devido principalmente à expectativa de uma certa queda na produção, continuando uma tendência de transferência da produção para outras regiões do País. Note-se que esta projeção foi feita para o arroz beneficiado, para cuja transformação aplicou-se o coeficiente de 0,68 ao volume de arroz em casca.

Os superávits encontrados em milho, soja e amendoim são explicáveis pelo fato de se calcular a procura para a produção de óleo. A procura do mercado externo e para outros usos (ração, por exemplo) não pode ser devidamente contemplada.

De modo geral, é lícito afirmar que não se deve esperar grandes modificações na estrutura de produção e de mercado no Estado, para o ano agrícola vindouro. Porém, a agricultura paulista, à medida que se vai modernizando, aumenta sua área de influência e, ao mesmo tempo, passa a depender de intercâmbio comercial mais intenso com outros estados brasileiros.

- Comparação entre Projeções de Área dos Modelos e Avaliações Subjetivas

Visando exemplificar as naturais dificuldades de antecipar o sentido e a dimensão dos fatos econômicos, o quadro 13 sintetiza valores obtidos nas projeções matemáticas de área e as correspondentes previsões subjetivas, para alguns produtos agrícolas.

Tais previsões subjetivas foram feitas pelos técnicos do IEA com base em informações obtidas junto a rede de técnicos da CATI, produtores, cooperativas, bancos, entidades

de classe e comerciantes de insumos e produtos.

Em oito produtos (arroz, batata, cebola, mamona, mandioca, soja, tomate e banana) observou-se uma relativa coerência entre o modelo e o subjetivo. Entretanto, os resultados mostram-se divergentes em algodão, amendoim, cana-de-açúcar, feijão e milho. Aparentemente, essas discrepâncias são explicadas por falhas na especificação ou, como já explicado anteriormente, devido às próprias características técnicas do modelo.

Nos casos de algodão, cana-de-açúcar e feijão, tudo leva a crer em variações positivas na área. As informações de mercado e os contatos mantidos com os agricultores do Estado apontam um clima de otimismo para essas lavouras, especialmente algodão e cana-de-açúcar.

No que se refere às projeções de oferta dos modelos em 1975/76, uma comparação com as produções observadas na realidade permite dizer que as projeções para amendoim, arroz, batata, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, banana, ovos, carne bovina e leite estiveram muito próximas do real. Outras projeções, porém, como as de algodão, cebola, mamona, milho, tomate e café se afastaram muito dos limites pré-estabelecidos. Mas, em alguns casos (café, tomate e mamona) fenômenos totalmente aleatórios justificam as diferenças entre o projetado e o observado.

(IEA, 14/07/1976)

QUADRO 10.- Projeções de Oferta, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1976/77

Produto	Área 1975/76 ⁽¹⁾ (1.000ha)	Produção área 1976/77 (1.000ha)	Rendimento estimado(kg/ha)			Projeção de oferta 1976/77(1.000t)			Produção 1975/76 4a. previsão (1.000t)
			Baixo	Médio	Alto	Pessimista(S ₁)	Média(S ₂)	Otimista(S ₃)	
Algodão	223,30	156,00	1.048	1.297	1.444	163,0	202,0	225,0	301,5
Amendoim	235,60	268,69	1.157	1.322	1.471	310,9	355,2	395,2	346,6
Arroz (em casca)	620,30	479,20	974	1.222	1.451	467,0	585,0	695,0	900,0
Batata ⁽²⁾	29,20	32,25	11.602	12.310	13.321	374,2	397,0	429,6	401,4
Cana-de-açúcar	956,60	828,00	37.000	50.000	57.000	30.636,0	41.400,0	47.196,0	43.000,0
Cebola	14,10	16,15	5.893	7.844	11.064	95,0	127,0	179,0	156,0
Feijão	234,50	200,45	454	502	598	91,0	100,0	120,0	140,3
Laranja	406,20	410,33	10.162	11.932	13.523	4.170,0	4.896,0	5.548,0	4.088,0
Mamona	22,90	34,30	1.111	1.205	1.284	38,0	41,0	44,0	28,5
Mandioca ⁽³⁾	47,30	59,00	11.468	17.385	20.875	433,0	656,5	788,2	620,0
Milho	1.270,00	1.104,60	1.899	2.033	2.230	2.098,0	2.246,0	2.464,0	2.832,0
Soja	391,00	400,00	1.558	1.730	1.957	623,2	692,0	782,8	765,0
Tomate	24,00	27,00	20.694	22.487	24.695	559,0	607,0	667,0	576,0
Banana	36,90	37,35	15.725	16.301	16.960	587,0	609,0	633,0	590,7
Cafê beneficiado	721,00	781,00	-	423	-	-	330,0	-	127,2
Ovos ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	-	424,9	-	445,0
Carne suína	-	-	-	-	-	-	86,7	-	67,6
Carne bovina	-	-	-	-	-	-	480,5	-	496,8
Leite ⁽⁵⁾	-	-	-	-	-	-	1.438,7	-	1.580,0

⁽¹⁾ Baseada na 4a. estimativa de safras, IEA-CATI.

⁽²⁾ Incluída estimativamente a batata de inverno.

⁽³⁾ Rendimento a partir da área colhida.

⁽⁴⁾ Milhões de dúzias.

⁽⁵⁾ Milhões de litros.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 11. - Projeções da Procura, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1976/77 (1)

Produto	Consumo per-capita (kg/ano)		Procura (1.000t)		
	Urbano	Rural	Urbana	Rural	Total
Arroz (beneficiado)	43,35	78,75	864,00	219,50	1.083,50
Feijão	16,16	28,54	301,24	79,54	380,78
Batata	26,47	15,45	493,43	43,17	536,60
Carne bovina	33,33	9,63	621,30	26,84	648,14
Carne suína	2,07	9,60	38,59	26,75	65,34
Frango	11,96	13,85	222,95	38,60	261,55
Ovos (2)	19,81	17,46	369,28	48,66	417,94
Cafê	9,00	11,46	167,77	31,94	199,71
Laranja (in-natura)	52,51	16,78	978,84	46,77	1.025,61
Banana	17,77	14,00	331,25	39,02	370,27
Leite (3)	85,43	105,00	1.592,50	292,64	1.885,14
Cebola (4)	7,25	-	135,15	-	135,15
Laranja (indústria)	-	-	-	-	70.000,00(5)
Cana (indústria) (6)	-	-	-	-	41.400,00
Amendoim (7)	-	-	-	-	268,00
Milho (7)	-	-	-	-	768,00
Soja (7)	-	-	-	-	410,00

(1) População urbana e rural estimadas, respectivamente, em 18,641 e 2,787 milhões de habitantes.

(2) As quantidades per-capita em dúzias, as demais em milhões de dúzias.

(3) As quantidades per-capita em litros, as demais em milhões de litros.

(4) Somente consumo urbano.

(5) Em mil caixas.

(6) Apenas para produção de açúcar.

(7) Somente para consumo de óleo no Estado (equivalente).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 12. - Projeções de Oferta, Procura e Intercâmbio Líquido, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1976/77
(mil toneladas)

Produto	Procura	Alternativa da oferta			Intercâmbio líquido		
		S ₁	S ₂	S ₃	S ₁ -D	S ₂ -D	S ₃ -D
Arroz (beneficiado)	1.083,50	317,56	397,80	472,60	-765,94	-685,50	-610,90
Batata	536,60	374,20	397,00	429,60	-162,40	-139,60	-107,00
Cebola (1)	135,15	95,00	127,00	179,00	- 40,15	- 8,15	43,85
Feijão	380,80	91,00	100,00	120,00	-289,80	-280,80	-260,80
Laranja	3.825,61	4.170,00	4.896,00	5.548,00	344,39	1.070,39	1.722,39
Banana	370,27	587,00	609,00	633,00	216,73	238,73	262,73
Cafê	199,71	-	330,00	-	-	130,29	-
Ovos (2)	417,94	-	424,90	-	-	6,96	-
Carne bovina	648,14	-	480,50	-	-	-167,64	-
Carne suína	65,34	-	86,70	-	-	21,36	-
Leite (3)	1.885,14	-	1.438,70	-	-	-446,44	-
Amendoim (4)	268,00	310,90	355,20	395,20	42,90	87,20	127,20
Milho	768,00	2.098,00	2.246,00	2.464,00	1.330,00	1.478,00	1.696,00
Soja (4)	410,00	623,20	692,00	782,80	213,20	282,00	372,80

(1) Somente consumo urbano.

(2) Em milhões de dúzias.

(3) Em milhões de litros.

(4) Somente para consumo de óleo no Estado (equivalente).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 13.- Comparação entre as Projeções de Área, Método dos Modelos e Avaliação Subjetiva, Estado de São Paulo, 1976/77
(variação percentual)

Produto	Projeção $\frac{(1976/77)}{(1975/76)}$	
	Modelo	Avaliação subjetiva
Algodão	- 30	20 a 25
Amendoim	14	0 a -5
Arroz	- 23	-10 a -15
Batata	14	5
Cana-de-açúcar	-13	5 a 10
Cebola	15	5
Feijão	-15	10 a 15
Mamona	50	20
Mandioca	25	0 a 5
Milho	-13	0 a 3
Soja	2	5
Tomate	12	5
Banana	1	5

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

4 - MERCADOS DE FATORES

- Fertilizantes

- Panorama internacional

O mercado internacional, em 1975, apresentou características bem diferentes daquelas verificadas no ano de 1974. De um excesso de demanda registrado em 1974, acompanhado de alta incomum de preços, passou-se para um equilíbrio no primeiro semestre de 1975 e um excesso de oferta no segundo semestre, que se prolongou até o primeiro semestre de 1976.

Esse comportamento do mercado internacional resultou em um arrefecimento do mercado a partir de início de 1975.

Uma visualização retrospectiva dos preços no mercado internacional no período imediatamente anterior à crise do petróleo, e o que se seguiu até os dias atuais, é apresentada na figura 1.

Dos cinco principais fertilizantes selecionados para essa análise, os níveis de preços máximos se verificaram no período de setembro de 1974 a janeiro de 1975 para o sulfato de amônia, de setembro a novembro de 1974 para a uréia, em novembro de 1974 para o diamônio fosfato e superfosfato triplo e para o cloreto de potássio, que teve seu preço máximo retardado de cerca de três meses, em março de 1975.

O sulfato de amônia apresentou em março de 1976 o mesmo nível de preço alcançado em maio de 1973. O pico se deu no final de 1974 com a média de US\$ 162,50/t FOB. O afrouxamento do mercado para esse fertilizante foi de tal ordem que em janeiro de 1976 a cotação caiu para US\$ 30,00/t FOB, inferior, portanto, ao preço vigente em maio de 1973. Houve uma pequena reação em março, face ao início do plantio da safra americana, fixando-se em US\$ 34,00/t FOB, estando atualmente (junho de 1976) sendo negociado a US\$ 36,00/t FOB.

O superfosfato triplo vinha apresentando tendência semelhante ao sulfato de amônia, com o preço máximo alcançado em novembro de 1974 (US\$ 347,50/t FOB). O arrefecimento dos preços ao longo do período, e que se prolongou até os dias atuais, propiciou que a cotação em janeiro de 1976 (US\$ 90,00/t FOB) fosse inferior à observada em maio de 1973 (US\$ 97,00/t FOB); fixando-se em junho de 1976 em US\$ 73,50/t FOB. Assim, a tendência recente do superfosfato triplo é oposta àquela do sulfato de amônia.

A uréia, embora tenha seguido a mesma tendência das anteriormente analisadas, mostra nível mínimo de preço em janeiro de 1976 (US\$ 90,00/t FOB), porém, ainda superior ao observado em maio de 1973 (US\$ 73,00/t FOB). O preço atual é de US\$ 102,50/t FOB, sendo o máximo (US\$ 360,00/t FOB) em setembro/novembro de 1974.

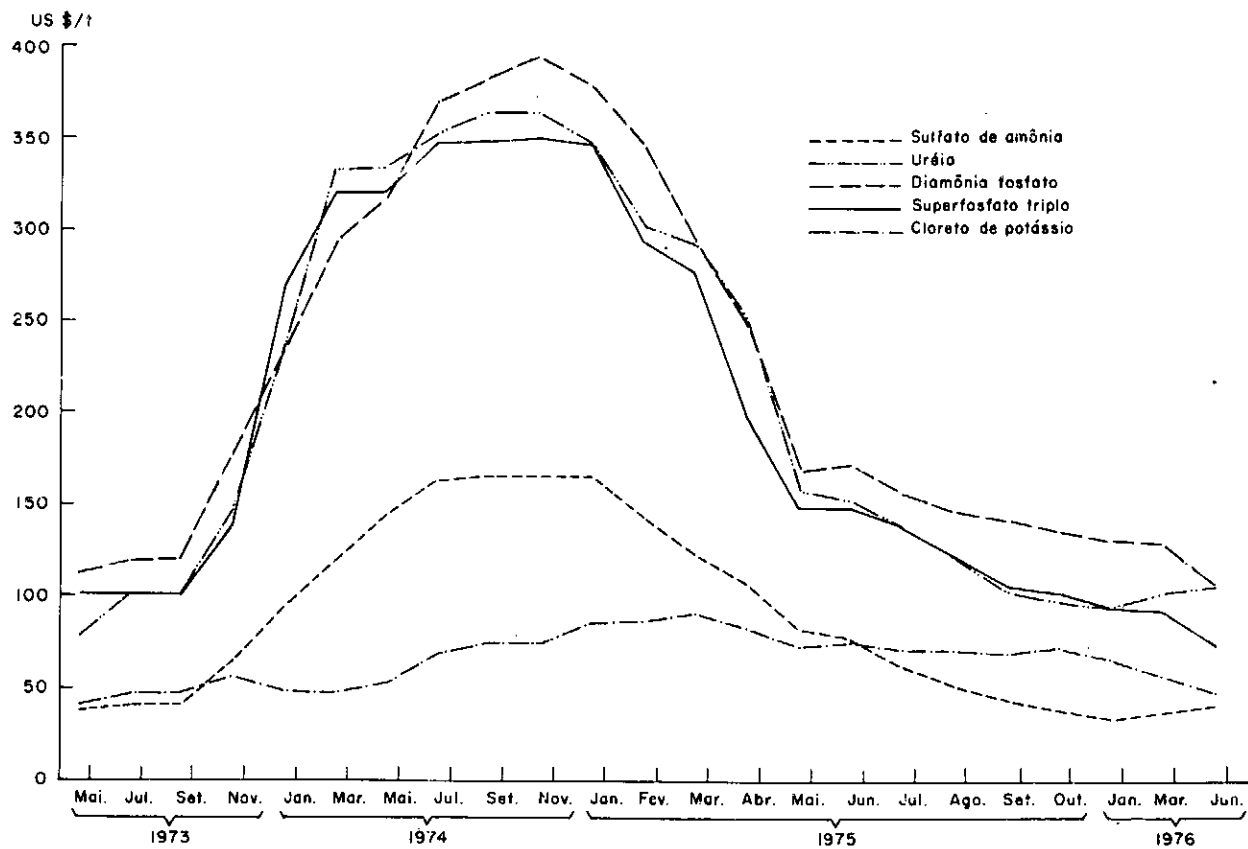


FIGURA 1. - Evolução do Preço de Fertilizantes Importados, US\$/tonelada FOB, Maio 1973 - Junho 1976.

O diamônio fosfato, após alcançar um nível máximo de preços em novembro de 1974 (US\$ 390,00/t FOB), caiu para US\$ 103,00/t FOB em junho de 1976. Inferior, portanto, ao observado em maio de 1973 (US\$ 108,00/t FOB).

O cloreto de potássio foi o que mais diferiu entre os fertilizantes analisados. Seu preço máximo só se verificou em março de 1975 (US\$ 87,00/t FOB) e o atual, de US\$ 46,00/t FOB, é superior ao registrado em maio de 1973 (US\$ 38,00); situa-se também entre os níveis observados em setembro-novembro de 1973.

Do exposto, e de acordo com a figura 1, denota-se que o mercado internacional em 1975 manteve-se plenamente comprador, durante todo ano, com excesso de oferta e preços em queda. Para 1976, alguns observadores acreditam que os preços já atingiram um limite tal que a reversão da tendência baixista pode ocorrer a qualquer momento. Contudo, esses mesmos observadores acreditam que antes da reversão os preços poderão baixar ainda mais. Algumas evidências em favor desse fato são constatadas em alguns nutrientes.

Do lado da indústria de fertilizantes, os fosfatados encontram-se em pior situação. Comenta-se que nos Estados Unidos já houve o fechamento de sete fábricas, o que representa cerca de 1,5 milhão de toneladas de P_2O_5 retiradas do mercado. Esse decréscimo na produção norte-americana não teve repercussão imediata na tendência baixista dos preços, contudo, é de se esperar que a um prazo maior a reversão deverá ocorrer.

Os nitrogenados, a partir do início de plantio da safra americana vem apresentando decréscimo nas quantidades ofertadas e um mercado firme. Entre eles, prevê-se queda de preços para a uréia face aos estoques existentes, porém, sem repercussão no mercado de outros fertilizantes com o mesmo nutriente (N).

No caso dos fertilizantes potássicos é difícil uma previsão, em virtude do controle que a indústria e até mesmo o governo do país produtor podem exercer, nos níveis de oferta desse nutriente. Contudo, os preços devem apresentar pequenas variações e talvez chegar ao nível mínimo de maio de 1973.

Assim, os níveis de preços vigentes no mercado internacional, em 1975 e no primeiro semestre de 1976, tem sido bastante favoráveis aos países importadores, permitindo inclusive preços mais baixos ao importador do que ao próprio agricultor do país de origem (exportador).

Ao analisar a evolução dos preços pagos pelo agricultor norte-americano, no período de 1968-75 (quadro 14), observa-se tendência decrescente até 1969 para os fosfatados ⁽²⁾ e potássicos, e até 1970 para os nitrogenados ⁽³⁾. A partir de então, verificou-se uma elevação nos preços que somente em 1973 para os fosfatados, e em 1974 para os nitrogenados, ultrapassou os índices de 1968.

No período em análise, o preço da amônia anidra cresceu 189,9%, do superfosfato concentrado 173,0% e do cloreto de potássio 107,7%.

Note-se ainda que em 1975 o maior acréscimo foi para a amônia anidra (44,8%); o superfosfato concentrado crescendo 42,7% e o potássio 25,5%. Se se considerar os índices de preços mais baixos da série e compará-los com os de 1975, verifica-se que a amônia anidra cresceu 353% no período de 1970-75. O superfosfato concentrado e o potássio tiveram crescimento de 289,2% e 213,4%, respectivamente, no período de 1969-75.

⁽²⁾ Representados nesta análise pelo superfosfato concentrado.

⁽³⁾ Representados pela amônia anidra.

É importante notar que, contrariando as expectativas, os preços internos naquele País, em 1975, continuaram em ascensão, alcançando os níveis mais altos dos últimos tempos. Parece estar-se repetindo o fato de que um excesso de produção é desviado para outros países, permitindo assim mercado firme nas transações internas nos Estados Unidos. Este acontecimento pode estar relacionado com a estacionalidade da demanda dos dois mercados (interno e externo). Como as maiores quantidades demandadas pelo Brasil ocorrem na entressafra norte-americana, época em que os preços são inferiores aos realizados em pleno plantio, a média anual do preço FOB para o Brasil tem sido inferior aos preços pagos pelo agricultor americano.

Para 1976/77, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos ⁽⁴⁾, estimou a oferta e o consumo mundial de fertilizantes, evidenciando as reais potencialidades de produção mundial e o consumo esperado para cada nutriente em três regiões do mundo, agrupadas, segundo o estágio de desenvolvimento (quadro 15). Do balanço geral, no qual se consideram as transações inter-regionais, resulta um bom equilíbrio entre oferta e demanda para os fertilizantes nitrogenados, um relativo excesso de oferta para os fosfatados e um equilíbrio de produção e consumo assegurado para os potássicos. Além, para este último, foram estimados dois níveis de oferta, sendo a primeira alternativa constante no quadro 15. Numa segunda, com a produção estimada em 25,3 milhões de toneladas haveria um excedente de apenas 1 milhão de toneladas.

A longo prazo, porém, as previsões são menos animadoras para os países produtores, em virtude dos investimentos maciços dirigidos para este setor no período de 1973-75, quando os preços alcançaram os níveis mais altos dos últimos tempos. Para se citar apenas um exemplo, 42 novas unidades de amônia deverão entrar em produção a partir de 1977-78.

De acordo com a revista NITROGEN ⁽⁵⁾, a previsão da produção mundial de amônia realizada em janeiro de 1975, com base na capacidade estimada para 1977-78 e 1978-79, foi reavaliada em outubro último, em virtude do que isso poderia significar em termos de excesso de produção. Assim, as estimativas levadas a efeito em outubro de 1975 caíram de 14,8% e 10%, respectivamente, para 1977-78 e 1978-79, em relação às realizadas em janeiro (quadro 16).

Face a essa conjuntura mundial, vários países estão revendo suas estimativas de produção de N e compatibilizando-as com o possível crescimento da oferta mundial de nitrogênio. A revista NITROGEN chega a afirmar que é provável um excesso de oferta de amônia a preços bem aviltados, principalmente por parte dos países do Oriente Médio, face aos baixos custos dessa matéria-prima, por aproveitar o gás natural, até agora não utilizado nesse ramo industrial.

A situação dos fosfatados difere dos nitrogenados em termos de prazo. Os aumentos de produção nesse setor são bem mais rápidos, o que possibilita à indústria apreciáveis incrementos a prazo mais curto.

Com efeito, no Prognóstico 1974/75 já se previa um possível excesso de oferta, desse nutriente, em 1976.

O International Superphosphate Manufacturers Association-The Fertilizer Institute divulgou recentemente relatório informando que, em 1974-75, a capacidade de produção de ácido fosfórico aumentou 20% e prevê-se um incremento de 30% para os próximos quatro anos. E, em 1980, de acordo com estudos realizados pela Tennessee Valley Authority, a oferta potencial poderá ultrapassar a demanda em cerca de 50%. Assim, a expectativa é que até o final da década de

(4) World Fertilizer Review and Prospects to 1980/81. Economic Research Service U.S. Department of Agriculture, Fevereiro de 1976.

(5) NITROGEN - Nº 98 - Nov.-Dez.1975, edição da British Sulphur Corp. Ltda.

1980 o mundo terá uma disponibilidade de fertilizantes fosfatados bem superior à demanda. Essa predição poderá comprometer seriamente a viabilidade de alguns projetos domésticos face ao aviltamento dos preços internacionais, pressionados por uma oferta significativamente maior que o consumo.

- Situação interna

Para acelerar a produção do setor agrícola, o Governo tem articulado todos os meios que resultem no aumento da produção por unidade de área, através da implantação de tecnologia moderna, dentre eles sobressaindo o efetivo uso de fertilizantes.

Como resposta a este estímulo governamental, que se tem verificado via crédito com subsídio direto nos preços, a agricultura vem experimentando taxas elevadas de crescimento na utilização de fertilizantes. Aliás, nos últimos anos fez exceção apenas o ano de 1974, face aos estímulos do Governo não terem anulado as altas desusadas de preços no mercado internacional.

Prevê-se em 1976, um incremento do consumo aparente da ordem de 15%, quando o País ultrapassará dois milhões de toneladas em elementos nutrientes (quadro 17).

Após um salto no valor das importações em 1974 de 162,6%, sem que a quantidade importada acompanhasse esse crescimento (apenas 5,5% de acréscimo), em 1975 o valor das importações decresceu de 22,0%, em relação a 1974, enquanto a quantidade importada crescia de 24,9% (quadro 18).

O cotejo de 1975 com 1973 resulta ainda num crescimento não proporcional do valor em relação a quantidade importada: acréscimo de 104,8% para o valor e de 31,9% para a quantidade. Isto indica que as importações realizadas em 1975, embora não tenham se situado nas condições de preço FOB e frete de 1973, foram bem melhores que as de 1974. E, reportando-se ao panorama internacional, esta situação tende a favorecer mais ainda aos países importadores, como é o nosso caso.

A análise da relação de consumo entre os nutrientes básicos (NPK) revela que o P_2O_5 é o que teve maiores ganhos nos últimos 7 anos (quadro 19). Saindo da proporção de consumo de 1,61 em 1969 (1,00: 1,61: 1,18) para 2,61 em 1975 (1,00: 2,61: 1,34). Isto significa dizer que nesses 7 anos o seu consumo superou o do nitrogênio em 62%. O potássio que teve um crescimento mais moderado, suplantou o nitrogênio em 13,6%.

Em virtude da incorporação gradativa de áreas novas ao processo produtivo, áreas estas carentes de fósforo, além da recuperação dos cerrados e das pastagens formadas, que igualmente necessitam de grandes quantidades de fósforo, o Brasil por certo continuará por muitos anos com a predominância do P_2O_5 na sua relação de consumo.

Para garantir níveis satisfatórios de oferta de fertilizantes e, conseqüentemente, de consumo, o Governo vem adotando, há anos, duas políticas básicas. Uma de proteção à indústria nacional, em que as vendas dessa indústria são asseguradas pelo contingenciamento da importação. Para tanto, o Governo estabelece periodicamente, dependendo das necessidades de proteção, os percentuais de nitrogenados e fosfatados, expressos em teor de N e P_2O_5 , a serem adquiridos da produção nacional para fazer jus à compra de volume proporcional no exterior, sem a incidência do imposto de importação. Nesse sentido, as atuais relações de contingenciamento para a região Centro-Sul são de 1:0,8 para N e 1:0,3 para P_2O_5 . O que significa dizer que para se comprar 0,8 tonelada de N no exterior há necessidade de se adquirir 1,0 tonelada de N de produção nacional. Essa relação encontra-se atualmente defasada e espera-se, em breves dias, nova resolução do Conselho de Política Aduaneira modificando a anterior e permitindo a

indústria misturadora, adquirir maiores volumes no exterior, no período de entressafra norteamericana, época em que os preços são mais vantajosos para o comprador nacional e coincidente com o pico de demanda interna.

Por outro lado, para proteger o agricultor e garantir uma demanda sempre crescente desse insumo, o Governo Federal vem adotando um esquema de subsídio na forma de crédito, que inicialmente incidia sobre o encargo bancário e, mais recentemente, diretamente sobre os preços. O subsídio de 40%, instituído em abril de 1975 e com efeito retroativo a janeiro do mesmo ano, tem propiciado um nível satisfatório de preço ao produtor, permitindo ainda que os preços de hoje sejam inferiores aos verificados em 1974, em termos correntes, e até mesmo inferiores aos de 1972 em termos reais.

O decréscimo dos preços reais nesses primeiros 5 meses de 1976 já atingiu a -20,6% em relação a 1975, e -56,5% se comparado a 1974 (quadro 20).

O índice de preço real alcançado em 1976 é inferior ao verificado em 1967 e se situa entre os de 1969 e 1970, não obstante o índice de preços correntes ter crescido 444,2% no período 1967-76.

À semelhança do Brasil, São Paulo vem experimentando altas taxas de crescimento no uso de fertilizantes. No período de 1969-75, o consumo por unidade de área, neste Estado, cresceu 122%, fixando-se em 115,3 kg/ha em 1975, quando se considera a área cultivada. Para 1976, é esperado um consumo da ordem de 125 kg/ha em cultivo (quadro 21). Quando se adiciona a superfície com pastagem artificial à área cultivada, os níveis de consumo por hectare caem para cerca de 50 kg/ha em 1975 e prevê-se, para 1976, consumo da ordem de 56 kg/ha. O índice evolui de 100, em 1969, para 225 em 1976, crescimento portanto de 125% nos últimos 6 anos.

A política de sustentação de preços em níveis satisfatórios muito tem contribuído para o incremento desse consumo por unidade de área, face ao seu forte reflexo na diminuição dos custos finais deste insumo.

O quadro 22 contempla as várias situações de preços resultantes dessa política. Numa primeira hipótese em que não se consideraria o deságio do subsídio sobre o preço de mercado, ter-se-ia, em 1975, um acréscimo de preços sobre 1974 da ordem de 16%. E, nos primeiros 5 meses de 1976, com níveis de preços semelhantes aos de 1975 (decréscimo de apenas -0,3%). Esses mesmos preços expurgados do valor do subsídio resultam num decréscimo de 30% em 1975, relativamente a 1974, e semelhantes em 1975 e primeiro semestre de 1976. Lembre-se, no entanto, que 1974 foi ano de pico de preço.

Em termos reais, qualquer das situações resultaria em uma diminuição nos preços. Contudo, a política de subsídio propiciou uma evolução muito favorável dos preços reais ao produtor em 1975 (-45,2%), melhorando mais ainda até junho de 1976 (-20,6%).

Numa situação em que se consideram as compras via crédito e, lembrando que no ano de 1974 os encargos bancários eram nulos no segundo semestre e de 7% ao ano no primeiro semestre, as melhores comparações de 1975 e 1976 com aquele ano levam em consideração os resultados dessa política. Assim, o preço médio para 1974, após essas considerações, seria de Cr\$ 14.750/10 t.

No ano de 1975 e nos primeiros 5 meses de 1976, considerando o encargo bancário de 15% ao ano e o subsídio de 40%, os preços correntes revelaram decréscimo de 15,1% em 1975 e uma relativa estabilidade no início de 1976 (-0,4%). Em termos reais, porém, os decréscimos foram de 33,5% e 20,6%, respectivamente, para 1975 e média até maio de 1976 (quadro 22).

Essa análise evidência o efeito da política do Governo na contenção dos preços internos desse insumo cujos benefícios para o agricultor se refletem numa poupança adicional do

uso alternativo do recurso próprio e da manutenção de um nível de consumo compatível com as potencialidades da indústria nascente.

Para melhor visualizar os efeitos dessa política de contenção de preços, apresenta-se, no quadro 23 a relação de preços produto/fertilizante nos últimos 10 anos.

Das quantidades de produto necessárias para adquirir 10 toneladas de fertilizantes, verifica-se que o índice máximo da relação se deu em 1974 para todos os produtos, indistintamente; sendo apenas no café, esse índice igual aos dois primeiros anos do período em análise (1967-76). Mesmo assim, o café ainda apresentou em 1975 um ganho de mais de 50%, com o índice caindo de 100 (em 1974) para 43 quando se considera o subsídio de 40% nos fertilizantes. As informações preliminares para 1976 indicam uma queda mais acentuada ainda, situando-se o índice em 17 pontos. O milho e o algodão são os outros produtos, dos 5 em análise, que tendem a ter em 1976 a melhor relação de preços dos últimos 10 anos. O milho, com índice 62 em 1976 contra 71 em 1975 e 69 em 1973; o algodão com índice 35 em 1976, contra 79 em 1975 e 71 em 1971. A soja, embora o índice estimado para 1976 (69) seja menor que o de 1975 (80), tem situação superior à verificada em 1973 (60) quando se deu o índice mínimo da relação soja/fertilizante. No arroz, o índice previsto para 1976 é de 99 pontos; superior ao registrado em 1975 (76) e igual ao observado no início da série.

Em resumo, as primeiras estimativas para 1976 indicam que apenas o arroz não deverá apresentar ganho de poder aquisitivo relativamente a 1975. A continuidade de tais relações dependerá, além do preço dos produtos, das alterações que possam ser introduzidas na atual política de subsídio direto aos preços e das diretrizes a serem adotadas pelo Governo quanto à produção doméstica.

(IEA, 14/07/1976)

QUADRO 14. - Preço Médio de Fertilizantes Pago pelo Agricultor Norte-Americano, 1968-75
(US\$/tonelada)

Ano	Amônia anidra		Superfosfato concentrado		Potássio	
	Preço	Índice	Preço	Índice	Preço	Índice
1968	91,40	100,0	78,40	100,0	49,10	100,0
1969	75,60	82,7	74,00	94,4	47,80	97,4
1970	75,00	82,1	75,10	95,8	50,90	103,7
1971	79,30	86,8	76,60	97,7	58,20	118,5
1972	80,00	87,5	78,00	99,5	58,80	119,8
1973	87,60	95,8	87,50	111,6	61,50	125,2
1974	183,00	200,2	150,00	191,3	81,30	165,6
1975	265,00	289,9	214,00	273,0	102,00	207,7

Fonte: U.S. Department of Agriculture, "Agriculture Handbook 491", outubro de 1975.

QUADRO 15. - Estimativa da Produção e Consumo Mundial de Fertilizantes em Termos de Nutrientes, 1976/77
(milhão de toneladas)

Região	Nitrogênio (N)			Fósforo (P ₂ O ₅)			Potássio (K ₂ O)		
	Oferta	Consumo	Balanço	Oferta	Consumo	Balanço	Oferta	Consumo	Balanço
Desenvolvida	24,1	20,3	3,8	18,1	15,1	3,0	15,3	12,7	2,6
Em desenvolvimento	6,5	9,6	-3,1	4,1	4,3	-0,2	0,3	2,9	-2,6
De economia planejada	17,3	17,2	0,1	8,9	8,3	0,6	11,3	8,7	2,6
Total	47,9	47,1	0,8	31,1	27,7	3,4	26,9	24,3	2,6

Fonte: World Fertilizer Review and Prospect to 1980/81, Economic Research Service U.S. Department of Agriculture.

QUADRO 16. - Projeção da Capacidade Mundial de Produção de Amônia, Estimativas Feitas em Janeiro e Outubro de 1975 ⁽¹⁾
(milhão de toneladas de N)

Período	Estimativa		Variação percentual (b/a)
	Jan. 75 (a)	Out. 75 (b)	
1977-78	96,6	82,3	-14,8
1978-79	108,1	97,3	-10,0

⁽¹⁾ Capacidade instalada, em 1974/75, de 62,2 milhões de toneladas.

Fonte: MITROGEN Nº 98 - Nov./Dez.75.

QUADRO 17. - Consumo Nacional de Fertilizantes em Termos de Nutrientes, 1969-76
(tonelada)

Ano	N	P ₂ O ₅	K ₂ O	Total	Variação (%)
1969	165.332	265.761	195.657	626.750	4,0
1970	275.936	395.938	306.693	978.567	56,1
1971	291.975	486.127	347.902	1.126.004	15,1
1972 ⁽¹⁾	363.082	721.824	361.636	1.446.542	28,5
1973	407.704	948.011	623.431	1.979.146	36,8
1974 ⁽¹⁾	335.774	902.504	538.304	1.776.582	-10,2
1975 ⁽²⁾	379.072	989.398	507.268	1.874.738	5,5
1976 ⁽³⁾	439.340	1.133.640	577.020	2.150.000	14,7

⁽¹⁾ Considerou-se remanejamento de estoque ainda que aproximado.

⁽²⁾ Preliminar.

⁽³⁾ Previsão.

Fonte: Dados básicos do Sindicato da Indústria de Adubos e Colas do Estado de São Paulo e Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).

QUADRO 18. - Valor⁽¹⁾ e Quantidade da Importação de Fertilizantes, Brasil, 1973-75

Ano	Valor (US\$1.000)	Quantidade (t)	Acréscimo do valor (%)	Acréscimo de quantidade (%)
1973	210.654	1.232.047	-	-
1974	553.130	1.300.297	162,6	5,5
1975	431.385	1.624.673	- 22,0	24,9

(¹) Inclui, enxofre, amônia e frete.

Fonte: ANDA - Associação Nacional para Difusão de Adubos.

QUADRO 19. - Evolução das Relações entre os Nutrientes Básicos (N, P₂O₅, K₂O) na Formação do Consumo Brasileiro de Fertilizantes, 1969-75

Ano	N	P ₂ O ₅	K ₂ O
1969	1,00	1,61	1,18
1970	1,00	1,43	1,11
1971	1,00	1,66	1,19
1972	1,00	1,99	0,99
1973	1,00	2,32	1,53
1974	1,00	2,69	1,60
1975	1,00	2,61	1,34

Fonte: Quadro 17.

QUADRO 20. - Evolução dos Preços⁽¹⁾ de Fertilizantes, Estado de São Paulo, 1967-76

(Preços médios ponderados em Cr\$/10t)

Ano	Preço corrente	Preço real ⁽²⁾	Índice: (1967 = 100)	
			Corrente	Real
1967	1.834,00	1.433,00	100,0	100,0
1968	2.228,00	1.401,00	121,5	97,8
1969	2.603,00	1.356,00	141,9	94,6
1970	2.846,00	1.237,00	155,2	86,3
1971	3.552,00	1.282,00	193,7	89,5
1972	4.419,00	1.364,00	240,9	95,2
1973	5.472,00	1.539,00	298,4	107,4
1974	14.319,00	2.983,00	780,8	208,2
1975	10.014,00	1.634,00	546,0	114,0
1976	9.980,00	1.298,00	544,2	90,6

(¹) Preço à vista posto São Paulo.

(²) Corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas.

(³) Média do período janeiro - maio. Considerando um subsídio de 40% nos preços à vista. Sem subsídio o preço corrente, em 1975, seria de Cr\$ 16.689,00/10t e o real de Cr\$ 2.722,00/10t. Em 1976 esses valores se situariam em Cr\$ 16.633,00/10t e Cr\$ 2.163,00/10t, respectivamente, preço corrente e real.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 21. - Evolução do Consumo por Hectare de Fertilizantes (N+P₂O₅+K₂O) no Estado de São Paulo, 1969-76

Ano	Em relação à área cultivada ⁽¹⁾ (kg/ha)	Índice (1969=100)	Em relação à área cultivada mais área de pastagem artificial (kg/ha)	Índice (1969=100)
1969	51,9	100,0	24,7	100,0
1970	69,1	133,1	30,7	124,3
1971	81,2	156,4	36,7	148,6
1972	93,6	180,3	39,8	161,1
1973	113,6	219,0	47,9	194,0
1974	110,9	213,7	48,0	194,3
1975 (²)	115,3	222,2	50,2	203,2
1976 (³)	125,0	240,8	55,6	225,1

(¹) Área cultivada inclui culturas anuais, culturas perenes e terras em descanso.

(²) Estimativa.

(³) Previsão.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 22. - Preços de Fertilizantes em São Paulo Relacionados com Políticas Governamentais, 1974-76
(Preços médios ponderados em Cr\$/10t)

Ano	Com recursos próprios				Operações a crédito	
	Preço corrente		Preço real		Preço corrente	Preço real
	S/subsídio	C/subsídio (2)	S/subsídio	C/subsídio (2)		
1974	14.319,00	14.319,00	2.983,00	2.983,00	14.750,00 (3)	3.070,00 (3)
1975	16.689,00	10.013,00	2.722,00	1.634,00	12.517,00 (4)	2.042,00 (4)
1976 (1)	16.633,00	9.980,00	2.163,00	1.298,00	12.475,00	1.622,00

(1) Média de janeiro a maio.

(2) Subsídio no preço de 40% em 1975 e 1976.

(3) Considerando-se juros de 7% ao ano a cargo do agricultor no primeiro semestre de 1974 e de zero % no segundo semestre.

(4) Considerando-se encargos bancários de 15% sobre o preço corrente e o subsídio de 40% no preço.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 23 - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir 10 Toneladas de Fertilizantes⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1967-76

Ano	Arroz em casca (60 kg)		Milho (60 kg)		Cafê beneficiado (60 kg)		Soja (60 kg)		Algodão em caroço (15 kg)	
	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice
1967	100	100	290	100	40	100	150	100	350	100
1968	100	100	360	124	40	100	130	87	320	91
1969	110	110	240	83	20	50	130	87	320	91
1970	130	130	250	86	20	50	110	73	300	86
1971	80	80	250	86	30	75	110	73	250	71
1972	90	90	260	90	20	50	120	80	260	74
1973	100	100	200	69	20	50	90	60	230	66
1974	170	170	450	155	40	100	210	140	410	117
1975 ⁽²⁾	76	76	207	71	17	43	120	80	276	79
1976 ⁽²⁾ ⁽³⁾	99	99	181	62	7	17	104	69	124	35

⁽¹⁾ Preço médio ponderado, posto São Paulo.

⁽²⁾ Considerando um subsídio de 40% nos preços médios de fertilizantes.

⁽³⁾ Média de preços de fertilizantes de janeiro/maio.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Em 1975, a produção da indústria brasileira de tratores de 4 rodas superou as mais otimistas expectativas, pois apresentou um incremento da ordem de 30%, com uma produção superior a 57 mil unidades. Em 1976, porém, o setor não vem apresentando o mesmo desempenho uma vez que a produção acumulada nos 5 primeiros meses somou 21.178 unidades contra 21.166 em igual período do ano passado. O acréscimo nesse período foi, portanto, insignificante. Mesmo contando com esse fato, ainda se espera uma recuperação do setor no segundo semestre, quando a produção deve alcançar, até o final do ano, de 60 a 65 mil unidades. Portanto, na melhor das hipóteses, o avanço se situará em torno de 14%.

O pequeno incremento no primeiro semestre deste ano se deve à restrição de crédito. Contudo, a liberação do crédito antes do início do ano agrícola ainda possibilitará o incremento estimado pelo IEA em 14%. A meta inicial de 72 mil unidades não deverá ser atingida.

Segundo as estatísticas do Banco do Brasil, no primeiro trimestre de 1976 foram financiados, em São Paulo, 1.045 tratores agrícolas num montante de Cr\$ 85.488.634,00. Esse valor é cerca de 138% superior ao registrado em igual período de 1975. Fazendo esse confronto em termos físicos, haveria um saldo positivo, para 1976, de 186 unidades, representando 21,6% sobre o mesmo período de 1975.

No âmbito nacional, noticia-se que já foram financiados no primeiro quadrimestre do corrente ano 1,3 bilhão de cruzeiros, quantia essa superior em 150% aos financiamentos correspondentes de 1975.

A atual política de financiamento do Banco do Brasil prevê para esse fator de produção carência de 12 meses, com prazo de até 5 anos e juros de 15% a.a.. Atualmente, está sendo reindicado pela indústria a extensão do período de carência para 18 meses, a fim de aliviar o excesso de oferta em determinados períodos do ano.

Em 1975, a indústria brasileira de tratores apresentou no seu conjunto incremento de 25,4%, produzindo 66.296 unidades contra 52.884 em 1974 (quadro 24). O maior aumento verificado foi para os tratores de esteira (62,5%), vindo a seguir os tratores de 4 rodas (30,2%), enquanto que os micro-tratores e cultivadores motorizados experimentaram decréscimo de 20%. A média mensal de fabricação atingiu a 5.525 unidades contra 4.407 em 1974. O incremento mensal, foi, portanto, de 1.118 unidades. A média diária, elevou-se de 200 unidades, em 1974, para 251 em 1975, considerando-se uma jornada de 22 dias/mês.

O índice de preço real ⁽⁶⁾ que vinha declinando desde 1967 até 1974, quando apresentou o seu nível mínimo (58,31), reverteu a tendência em 1975, com acréscimo de 3,7% e fixando-se em 60,47 (1967=100). A média do primeiro semestre de 1976 indica elevação de 13,7% situando-se o índice em 68,76. Assim, em 1976 o decréscimo no preço real em relação ao ano base é de 31,2%, e o acréscimo em relação ao menor preço registrado ao longo do período é de 17,9% (quadro 25). O preço atual do trator de 44 HP, tomado como referência para análise, se situa em Cr\$ 64.900,00 quando a média do semestre foi de aproximadamente Cr\$ 56.000,00.

Contudo, para se inferir quanto ao ganho ou perda de poder aquisitivo do agricultor, procedeu-se uma análise da relação de preços produto/trator (quadro 26). Os dados indicam a quantidade de produto necessária para adquirir um trator, nos últimos 10 anos.

⁽⁶⁾ Tomou-se como referência a média anual de preços do trator de 44 HP, posto fábrica.

Para essa análise, selecionaram-se 5 produtos importantes da agricultura paulista, os quais apresentaram diversidade de comportamento ao longo do período considerado. Assim, o arroz e o milho com tendências semelhantes, revelaram uma relação de preço favorável à compra de trator no período 1969-75 para o arroz e 1968-75 para o milho. A reversão da tendência para esses produtos verificou-se em 1976. Na soja, a relação de preços favoráveis se deu no período de 1967-74, invertendo-se a tendência em 1975. O algodão apresentou variações interessantes: uma relação de preços favoráveis ao cotonicultor desde o início do período (1967) até 1974, em 1975 houve reversão da tendência, voltando a ser favorável ao agricultor na estimativa preliminar de 1976, cuja quantidade de produto é a menor de todo o período. E, finalmente, o café que vem apresentando uma relação favorável desde 1967 até a presente data. Em resumo, todos os produtos apresentaram ganho de poder aquisitivo, de um mínimo para o arroz (com 23%) até um máximo para o café (com 89%).

As eventuais perdas de poder aquisitivo, nos últimos 2 anos, foram compensadas pela política adotada pelo Governo Federal, principalmente a creditícia, que tem assegurado níveis crescentes de mecanização à agricultura e, conseqüentemente, maior produtividade do homem. Contudo, no interior do Estado uma preocupação séria surgiu em 1976, com a política monetária do País ocasionando restrições ao crédito rural de investimento.

Os preços atuais dos implementos mais importantes para a agricultura se situam entre 6 a 12 mil cruzeiros para o arado de disco, de 5 a 10 mil cruzeiros para a grade de disco destorroadora e de 9 a 16 mil cruzeiros para a plantadeira-adubadeira. Assim, o mínimo de desembolso para a aquisição de um conjunto simples de mecanização seria, hoje, de 85 mil cruzeiros.

(IEA, 14/07/1976)

QUADRO 24. - Produção da Indústria Brasileira de Tratores, 1967-76

Ano	Cultivador motorizado ⁽¹⁾		Trator de esteira		Trator de 4 rodas	
	Produção	Índice ⁽²⁾	Produção	Índice ⁽²⁾	Produção	Índice ⁽²⁾
1967	2.231	100	73	100	6.223	100
1968	2.612	117	106	145	9.818	158
1969	2.281	102	91	125	9.548	153
1970	2.474	111	185	253	14.048	226
1971	2.556	114	770	1.055	22.122	355
1972	3.773	169	1.282	1.756	29.142	468
1973	5.080	228	1.961	2.686	37.170	597
1974	5.659	254	2.415	3.308	43.810	704
1975	5.330	239	3.925	5.376	57.041	917
1976 ⁽³⁾	2.058	-	1.219	-	21.178	-

⁽¹⁾ Inclusive micro-trator de 4 rodas.

⁽²⁾ Índice 1967=100.

⁽³⁾ Acumulado até maio.

Fonte: "ANFAVEA" - Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores.

QUADRO 25. - Evolução do Preço de Tratores, Estado de São Paulo, 1967-76⁽¹⁾

Ano	Preço corrente (Cr\$)	Índice 1967=100	Preço real Cr\$ 1975	Índice 1967=100
1967	13.564,00	100,00	64.959,00	100,00
1968	16.320,00	120,32	62.919,00	96,86
1969	19.102,00	140,83	60.987,00	93,89
1970	19.120,00	140,96	50.959,00	78,45
1971	21.900,00	161,46	48.465,00	74,61
1972	24.786,00	182,74	46.894,00	72,19
1973	26.439,00	194,92	43.451,00	66,89
1974	29.662,00	218,68	37.881,00	58,31
1975	39.280,00	289,59	39.280,00	60,47
1976 ⁽²⁾	56.017,00	412,98	44.665,00	68,76

⁽¹⁾ Tomou-se como referência a média anual de preços básicos (sem acessórios) do trator de 44 HP, posto fábrica, isento de ICM e IPI. São repassados ao comprador o valor do frete e seguro.

⁽²⁾ Média dos seis primeiros meses.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 26.- Unidades de Produto Agrícola Necessárias para Adquirir um Trator Leve (44 HP), Estado de São Paulo, 1967-76

Ano	Arroz em casca (sc.60kg)		Milho (sc.60kg)		Cafê beneficiado (sc.60kg)		Soja (sc.60kg)		Algodão em caroço (15kg)	
	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice
1967	727	100	2.147	100	334	100	1.105	100	2.608	100
1968	729	100	2.595	121	270	81	973	88	2.330	89
1969	834	115	1.717	80	187	56	928	84	2.337	90
1970	881	121	1.698	79	131	39	754	68	2.021	77
1971	524	72	1.531	71	162	48	684	62	1.537	59
1972	518	71	1.475	69	116	35	681	62	1.449	56
1973	499	69	979	45	91	27	456	41	1.125	43
1974	362	50	927	43	89	27	443	40	847	32
1975	302	41	818	38	67	20	473	43	1.091	42
1976 ⁽¹⁾	560	77	1.018	47	37	11	590	53	700	27

⁽¹⁾ Média dos preços de produtos agrícolas, janeiro a maio.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Defensivos Agrícolas

O consumo aparente de defensivos agrícolas, que no período 1970-74 cresceu 122,6%, teve seu crescimento invertido em 1975 quando apresentou decréscimo de 21,8%. As importações nesse ano reduziram-se em 34,2%, aparecendo como maior responsável por essa diminuição o grupo dos fungicidas, cujo decréscimo foi estimado em 84,5% (4.689 toneladas importadas em 1975 contra 30.196 toneladas em 1974). Com reduções menos expressivas aparecem as importações de inseticidas (-15,3%), enquanto que as de herbicidas registraram incremento de 43,3%.

A redução na área cultivada de algodão e a maior importação de produto técnico (para formulação interna) são apontadas como razões da diminuição nas importações (em termos físicos) de inseticidas. No grupo dos fungicidas, a diminuição da incidência da ferrugem do café foi o fator que mais contribuiu para a redução do consumo aparente (quadro 27).

De um modo geral, pode-se dizer que as adversidades climáticas, com a consequente redução da incidência de pragas e doenças, constituíram-se no fator que mais influenciou nesse acontecimento atípico do mercado de defensivos.

Enquanto as importações em 1975 decresceram 34,2%, a produção nacional apresentou incremento de 15,0%. O grupo dos inseticidas foi o de menor crescimento (8,0%), vindo a seguir os fungicidas (22,3%) e os herbicidas com o expressivo crescimento de 105,8%. Essa produção, que representou 36,0% do consumo aparente de 1975, é ainda bastante limitada, sobretudo quanto ao número de defensivos, insuficientes para o controle do grande número de insetos, fungos e ervas daninhas. Para suplantar essa deficiência o Governo Federal instituiu o "Programa Nacional de Defensivos Agrícolas", com investimento previsto em 1,3 bilhão de cruzeiros. Com a sua implantação estima-se uma economia anual de divisas superior a 60 milhões de dólares, a partir de 1977, e superior a 94 milhões a partir de 1980. No período 1975-79, a economia de divisas é estimada em cerca de 360 milhões de dólares equivalentes a 2,4 bilhões de cruzeiros, a preços de 1974.

O programa prevê o aumento do número de defensivos agrícolas atualmente disponíveis no mercado, de 8 para 19, e um incremento de 449,7% na produção doméstica (quadro 28).

Outro indicador econômico que mostra o desempenho do setor é a evolução das vendas. Em valores correntes, o valor das vendas em 1973 foi da ordem de 1,2 bilhão de cruzeiros, em 1974 evoluiu para 2 bilhões, acusando, portanto, acréscimo de 66,7% e, em 1975, esse valor se situou em torno de 2,8 bilhões, com acréscimo de 40,0%. Em termos reais, as vendas em 1975 apresentaram crescimento de cerca de 10,0%.

De acordo com levantamento efetuado pelo Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas e Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF), os inseticidas foram responsáveis por 42,0% das vendas totais, herbicidas 40,0%, fungicidas 12,9%, formicidas e acaricidas 6,0%. Em volume físico, os inseticidas aumentaram sua participação para 74,0%, enquanto que os herbicidas participaram com 11,0%, fungicidas 9,0%, formicidas e acaricidas 6,0%. Em termos de princípio ativo, os inseticidas continuaram com a maior participação (49,0%) seguidos pelos fungicidas com 24,0%, herbicidas com 23,0% e formicidas e acaricidas 4,0% (quadro 29).

No agregado, 38,0% das vendas, em 1975, verificaram-se no terceiro quadrimestre 37,0% no segundo quadrimestre e 25,0% no primeiro. Considerados os grupos isoladamente, todos apresentaram essa mesma tendência, à exceção dos herbicidas, cujas vendas se concentraram no segundo quadrimestre.

Em termos de volume físico e princípio ativo, no ano de 1975, relativamente ao anterior, verificaram-se as seguintes variações percentuais: inseticidas -10,5% para o volume físico

sico e -12,0% para o princípio ativo; fungicidas -17,0% para o volume físico e -16,0% para o princípio ativo; herbicidas 58,0% para o volume físico e 56,0% para o princípio ativo; acaricidas -19,0% para o volume físico e -29,0% para o princípio ativo; e formicidas 28,0% para o volume físico e -14,0% para o princípio ativo.

No grupo dos inseticidas, em volume físico foi encontrada sensível retração nas vendas de clorado (-34,0%) e clorofosforados (-41,0%) enquanto que os carbamatos e os sistêmicos tiveram crescimento tanto no volume (16,0% e 39,0%) como no princípio ativo (45,0% e 34,0%, respectivamente.

No grupo dos fungicidas, a maior redução no volume de vendas foi verificada para os cúpricos (-68,0%), por razões já comentadas, relativas à ferrugem do cafeeiro. Os ditio-carbamatos também tiveram redução (-9,0%) enquanto os demais fungicidas apresentaram acréscimos estimados no todo em 41,0%.

Face ao seu não relacionamento com as causas do menor uso dos demais grupos de defensivos, os herbicidas apresentaram taxas elevadas de crescimento no consumo aparente, tanto para o volume físico (58,0%) como para o princípio ativo (56,0%).

A distribuição das vendas de herbicidas em 1975 por cultura é mostrada no quadro 30, onde se observa que a soja manteve o primeiro lugar, seja quando se considera volume físico, princípio ativo ou valor. Essa posição era ocupada pela cana-de-açúcar até o ano de 1973. Em segundo lugar, aparece o arroz, em termos de volume físico e valor, e a cana-de-açúcar, em termos de princípio ativo. Quando se considera o volume físico e o valor, as pastagens detiveram o terceiro lugar, e a cana-de-açúcar o quarto.

A determinação de índices de preços representativos dos grupos é bastante difícil, face ao dinamismo do mercado e a gama de produtos existentes. Contudo, para que se possa ter uma idéia, ainda que aproximada, da evolução dos preços em cada grupo, em 1975, relativamente ao ano anterior, considerou-se o preço médio, obtido pela relação de valor por princípio ativo. Assim, em valor corrente, os formicidas e acaricidas foram os que apresentaram maior incremento, cerca de 73,4% e 60,0% e em valores reais esse crescimento deve-se situar em 36,0% e 25,0%, respectivamente. A maior elevação dos preços nesses grupos justificar-se-ia, entre outras razões, pelas alterações das formulações. Assim, os acaricidas aumentaram a quantidade de formulados líquidos e diminuíram as em pó. Nos formicidas, verificou-se aumento na quantidade formulada de líquido e pó, diminuindo as em gases.

No ano em referência, os preços dos inseticidas apresentaram crescimento da ordem de 37,0% em valores correntes e de 7,5% a preços reais, e os fungicidas e herbicidas 26,6% e 25,0% respectivamente em valores correntes e decréscimos de -1,0% e -2,0%, em valores reais. A queda verificada nos preços do grupo de fungicidas é explicada pela retração da demanda face aos fatores já comentados anteriormente, especialmente os relacionados à ferrugem do cafeeiro.

No geral, não são esperados aumentos substanciais de preços dos defensivos agrícolas para a safra 1976/77.

Algumas oscilações poderão ocorrer para grupos isolados, dependendo de demanda interna, oferta externa e níveis de produção doméstica. Portanto, também da política a ser adotada pelo Governo Central em defesa da indústria doméstica, instalando novas plantas ou ampliando as já existentes.

(IEA, 14/07/1976)

QUADRO 27. - Consumo Aparente de Defensivos Agrícolas no Brasil (¹), 1970-75

(tonelada)

Defensivo	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Inseticida						
Importação	17.267	17.331	24.896	18.234	26.766	22.663
Produção nacional	<u>13.247</u>	<u>10.959</u>	<u>14.005</u>	<u>16.271</u>	<u>14.454</u>	<u>15.616</u>
Subtotal	30.514	28.290	38.901	34.505	41.220	38.279
Fungicida						
Importação	6.125	8.619	20.054	26.082	30.196	4.689
Produção nacional	<u>1.640</u>	<u>2.939</u>	<u>4.250</u>	<u>6.300</u>	<u>7.558</u>	<u>9.245</u>
Subtotal	7.765	11.558	24.304	32.382	37.754	13.934
Herbicida						
Importação	3.429	5.042	4.750	7.931	13.040	18.682
Produção nacional	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>450</u>	<u>826</u>	<u>1.700</u>
Subtotal	3.429	5.042	4.750	8.381	13.866	20.382
Total	41.708	44.890	67.955	75.268	92.840	72.595

(¹) Consumo aparente = importação mais produção nacional.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo e Associação Nacional de Defensivos Agrícolas.

QUADRO 28. - Produção Nacional de Defensivos Agrícolas em 1974 e a Meta para 1980
(em tonelada)

Defensivo agrícola	Produção	
	1974	1980
Inseticida		
BHC	6.618	5.100
Toxafeno	-	21.100
DDT	5.221	18.400
Monocrotofos	-	1.300
Dicrotofos	-	243
Parathion	1.880	4.255
Malathion	-	7.130
Triclorfon	-	500
Dimetoato	-	1.000
Subtotal	13.719	59.028
Fungicida		
Maneb	6.207	15.500
Oxicloreto de cobre	1.382	15.000
Ziram	223	1.500
Thiram	51	226
Subtotal	7.863	32.226
Herbicida		
Trifluralina	-	5.947
Triazinas	-	3.500
Propanil	886	5.950
Diuron	-	2.000
2,4-D	-	9.000
Paraquat	-	5.865
Subtotal	886	32.262
Total	22.468	123.516

Fonte: Conselho de Desenvolvimento Econômico - CDE - Programa Nacional de Defensivos Agrícolas.

QUADRO 29. - Venda de Defensivos Agrícolas, em Volume Físico, Princípio Ativo e Valor, Brasil
1975

Classe	Volume físico (t)	Princípio ativo (t)	Valor (Cr\$ 1.000)
Inseticida	160.503	23.922	985.996
Acaricidas	2.128	601	46.172
Formicidas	11.284	1.454	86.169
Fungicidas	18.430	11.860	290.346
Herbicidas	23.598	11.181	950.029
Total	215.943	49.018	2.358.712

Fonte: Sindicato da Indústria de Inseticidas do Estado de São Paulo e Associação Nacional de Defensivos Agrícolas.

QUADRO 30. - Distribuição das Vendas (1) de Herbicidas, por Cultura, Estado de São Paulo,
1975

Cultura	Volume físico (t)	Princípio ativo (t)	Valor (Cr\$ 1.000)
Algodão	774	358	45.291
Arroz	5.329	2.160	160.238
Café	1.155	601	45.526
Cana-de-açúcar	3.626	2.256	127.849
Citros	129	70	6.953
Soja	6.830	3.414	358.549
Trigo	735	351	18.422
Pastagem	4.069	1.425	139.519
Outras	951	546	47.682
Total	23.598	11.181	950.092

(1) Empresas Associadas ao SINDAG.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG) e Associação Nacional de Defensivos Agrícolas.

As vendas de sementes melhoradas para plantio no Estado de São Paulo, tanto as produzidas pela Secretaria da Agricultura como pelas firmas particulares, apresentaram crescimento expressivo durante a safra 1975/76. Todas as sementes vendidas pela Secretaria da Agricultura registraram incremento: amendoim (26,1%), arroz (22,0%), feijão-de-mesa (31,4%), milho híbrido (3,1%) e milho variedade (28,8%), exceção porém às de algodão (-53,0%) e soja (-12,0%) (quadro 31). As sementes de firmas particulares tiveram incrementos mais expressivos: amendoim (47,3%), arroz (299,0%), soja (104,6%) e milho híbrido (122,6%) (quadro 32).

As vendas de semente certificada de soja e de milho híbrido pelas firmas particulares foram superiores às registradas pela Secretaria da Agricultura em cerca de 169,0% e 107,0%, respectivamente.

O total de sementes vendidas na safra 1975/76 no Estado (firmas particulares mais Secretaria da Agricultura) foi maior do que no ano agrícola anterior, exceção feita ao algodão.

A disponibilidade de sementes produzidas sob a orientação da Secretaria da Agricultura para a safra 1976/77 é estimada em 820 mil sacas de algodão, 170 a 180 mil sacas de arroz, 240 mil a 250 mil sacas de milho híbrido, 30 mil sacas de milho variedade, 160 mil sacas de soja e 7 mil sacas de feijão da seca e de inverno. Essa disponibilidade, somada à produção das firmas particulares, assegura uma quantidade ofertada compatível com a demanda prevista.

Os preços de venda das sementes da Secretaria da Agricultura para a safra 1976/77, principalmente daquelas que o Estado tem interesse em incentivar, sofreram alterações em função da representatividade nos custos operacionais e do seu preço no mercado, especialmente no caso de produtos destinados à alimentação. Assim, das sementes incluídas nessa política, as de feijão e algodão foram as que maior incremento tiveram. O aumento no preço das sementes de feijão se fez necessário para não permitir seu desvio para o consumo in natura. No caso específico do arroz, não houve incremento face à nova situação de mercado (quadro 33).

(IEA, 14/07/1976)

QUADRO 31. - Venda de Sementes para Plantio no Estado de São Paulo, Secretaria da Agricultura, Safras 1974/75 e 1975/76

Semente	Unidade	1974/75 (a)	1975/76 (b)	Variação $\left(\frac{b}{a}\right)$ (%)
Algodão	sc.30kg	577.563	271.394	- 53,0
Amendoim	cx.20kg	118.503	149.398	26,1
Arroz	sc.50kg	92.020	112.261	22,0
Feijão de mesa	sc.50kg	8.854	11.637	31,4
Milho híbrido	sc.50kg	147.203	151.732	3,1
Milho variedade	sc.50kg	12.132	15.622	28,8
Soja	sc.50kg	66.377	58.406	- 12,0

Fonte: Projeto de Sementes, PSM-CAS-CATI.

QUADRO 32. - Venda de Sementes para Plantio no Estado de São Paulo, Firms Particulares, Safras 1974/75 e 1975/76

Semente	Unidade	1974/75 (a)	1975/76 (b)	Variação $\left(\frac{b}{a}\right)$ (%)
Amendoim	cx.20kg	46.679	68.750	47,3
Arroz	sc.50kg	2.638	10.526	299,0
Soja	sc.50kg	76.872	157.311	104,6
Milho híbrido	sc.50kg	141.445	314.386	122,3
Milho variedade	sc.50kg	-	9.859	-

Fonte: Projeto de Sementes, PSM-CAS-CATI.

QUADRO 33. - Preço de Venda das Sementes Produzidas em Campo de Cooperação da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Plantio da Safra 1975/76 e 1976/77

Semente	Unidade	Preço (Cr\$)		Variação percentual (b/a)
		1975/76 (a)	1976/77 (b)	
Algodão (1)	sc.30kg	54,50	75,00	37,6
Arroz	sc.50kg	195,00	195,00	-
Amendoim	cx.15kg	86,00	90,00	4,6
Feijão	sc.50kg	400,00	550,00	37,5
Milho híbrido	sc.50kg	120,00	150,00	25,0
Milho variedade	sc.50kg	90,00	120,00	33,3
Milho pèrola	sc.50kg	90,00	145,00	61,1
Soja	sc.50kg	140,00	150,00	7,1
Mamona	sc.30kg	87,00	102,00(2)	17,2
Mucuna	sc.50kg	125,00	165,00	32,0
Guandu	sc.50kg	125,00	165,00	32,0
Stilozantes	kg	78,00	90,00	15,4
Soja p.tardia	kg	62,00	75,00	21,0
Crotalária	sc.50kg	258,00	350,00	35,7
Galactia	kg	66,00	75,00	13,6

(1) Não inclui taxa de seguro contra granizo.

(2) Preliminar, sujeito a revisão.

Fonte: Comissão Permanente de Política de Preços de Sementes e Mudas da Secretaria da Agricultura.

- Mercado de Trabalho

No quadro 34 apresentam-se as séries disponíveis, com dados desde 1960, para os salários de diarista residente, volante e tratorista. Analisando-os, nota-se a partir de 1964 uma tendência de alta, influenciada principalmente pela migração rural-urbana.

O salário rural, a partir de 1973, torna-se maior que o salário mínimo médio vigente na Capital de São Paulo, atingindo em abril último 38% acima do mínimo (quadro 35).

No quadro 36 são mostrados os salários e seus respectivos índices para quatro categorias de trabalhadores, a partir de 1971. É de se observar que os números apresentados em publicações anteriores do IEA foram corrigidos nos anos de 1972 e 1974, sendo tais correções determinadas por erros de cálculo e uso de deflatores. Em valores correntes, observam-se aumentos, entre abril de 1975 e abril de 1976, de 37,6% para o diarista residente, 38,0% para o volante, 40,4% para o administrador e 34,2% para o tratorista. Em termos reais, o salário do administrador apresenta um acréscimo de 1,65%, os de diarista residente e volante praticamente permanecem nos mesmos níveis do ano anterior (decrêscimos de 0,35% e 0,10%, respectivamente) e o de tratorista decresce de 2,86%. Tais situações refletem uma relativa perda do poder aquisitivo do trabalhador rural, acarretada pela inflação observada nos últimos meses, o que pode também ser constatado nos outros setores da economia. Mesmo assim, os salários, quando comparados ao ano-base 1971, apresentam-se com saldos bastante expressivos de crescimento: 32,3% para o diarista residente; 50,6% para o volante; 34,0% para o administrador e 18,2% para o tratorista.

A escassez de mão-de-obra torna-se mais visível quando são analisados os salários pagos nas épocas de colheita, em que há uma intensificação na demanda. Para o algodão observa-se, em abril de 1976, a média de Cr\$ 10,10 por arroba colhida, o que permite um salário de Cr\$ 40,40 por dia, estimando-se um rendimento de 4 arrobas por homem/dia. Para o amendoim, a média é de Cr\$ 88,60 por saca de 25 quilos, o que indicaria um salário de Cr\$ 55,90 por dia com o rendimento de 6,5 sacos/dia. Esses salários mostram-se superiores aos do diarista e do volante e, quando comparados com os vigentes no ano anterior, sugerem um aumento em valor corrente de 55,4% para o algodão e de 69,4% para o amendoim.

Comparando-se o salário de colheita com o preço do produto, através dos dados do quadro 37, registra-se para o algodão uma diminuição nos gastos de colheita de 30,0% em relação ao ano passado, redução essa motivada principalmente pelo acréscimo de 122% no preço do produto. Para o amendoim, em termos de produto colhido, os gastos aumentaram de 46,4% enquanto que os preços só se elevaram de 6,8%, permanecendo bastante próximos dos preços mínimos. Essas variações observadas nos gastos de colheita também são explicadas pelo maior volume de produção do amendoim e menor de algodão, em relação a 1975. Para o café e a cana-de-açúcar, os dados disponíveis referem-se à safra anterior.

Numa tentativa de avaliar a estrutura do emprego na agricultura paulista, a partir de uma população rural de 2.843 mil pessoas e de uma população agrícola (dependente do setor) de 3.200 mil, em 1975, chega-se aos seguintes números preliminares para 1976: pessoal residente nas propriedades rurais, 1.740 mil e volantes, 300 mil. Do pessoal residente, 23% seriam arrendatários e parceiros, 18% pertenceriam a categoria de administradores e mensalistas, 42% de proprietários e seus dependentes, 12% de diaristas residentes e 5% de colonos e outras categorias.

A continuar a tendência de migração rural-urbana e diminuindo progressivamente as diferenças salariais entre o meio rural e o urbano é provável que as altas de salário permaneçam

no próximo ano agrícola, embora os salários reais dependam da evolução futura do nível geral de preços. É provável que, em 1976/77, aumentos na demanda de mão-de-obra para as colheitas de café, algodão e cana-de-açúcar poderão representar fator decisivo para a melhoria dos níveis de salário na agricultura.

.(IEA, 14/07/1976)

QUADRO 34. - Salários Rurais e Respectivos Índices em Valores Correntes e Reais⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1960-76

Ano	Diarista residente				Volante				Tratorista			
	Valor corrente		Valor real		Valor corrente		Valor real		Valor corrente		Valor real	
	Cr\$/dia	Índice ⁽²⁾	Cr\$/dia	Índice ⁽³⁾	Cr\$/dia	Índice ⁽²⁾	Cr\$/dia	Índice ⁽³⁾	Cr\$/mês	Índice ⁽²⁾	Cr\$/mês	Índice ⁽³⁾
1960	0,114	61	4,76	101,66	0,110	52	4,59	87,50	4,14	63	172,71	94,90
1961	0,148	80	4,51	96,33	0,171	80	5,21	99,31	5,23	80	159,20	87,48
1962	0,223	120	4,48	95,69	0,254	120	5,10	97,22	7,84	120	157,37	86,48
1963	0,362	195	4,14	88,42	0,398	187	4,56	86,92	12,82	196	146,74	80,63
1964	0,764	412	4,59	98,04	0,814	383	4,89	93,21	27,13	415	163,02	89,58
1965	1,369	738	5,24	111,92	1,547	728	5,93	113,04	62,36	954	238,92	131,29
1966	1,787	963	4,96	105,94	2,071	975	5,75	109,61	73,45	1.124	203,86	112,02
1967	2,492	1.343	5,39	115,12	2,538	1.194	5,49	104,65	86,78	1.328	187,80	103,20
1968	3,287	1.772	5,73	122,38	3,700	1.741	6,46	123,14	109,02	1.668	189,93	104,37
1969	3,875	2.089	5,59	119,39	4,155	1.955	5,99	114,18	151,40	2.317	218,43	120,03
1970	5,135	2.768	6,18	131,99	5,650	2.659	6,80	129,62	183,39	2.806	220,87	121,37
1971	6,445	3.474	6,44	137,55	7,035	3.311	7,04	134,20	233,86	3.579	233,86	128,51
1972	8,380	4.518	7,16	152,93	9,360	4.405	8,00	152,50	290,64	4.447	248,48	136,54
1973	11,350	6.119	8,43	180,05	11,900	5.600	8,84	168,51	376,55	5.762	279,64	153,66
1974	15,850	8.544	9,15	195,43	18,250	8.588	10,53	200,72	502,95	7.696	290,24	159,49
1975	20,650	11.132	9,33	199,36	23,750	11.176	10,73	204,38	688,95	10.542	311,32	171,07
1976 ⁽⁴⁾	24,500	13.208	8,52	179,91	30,500	14.353	10,60	201,90	795,50	12.173	276,48	151,93

⁽¹⁾ Em cruzeiro de 1971 pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

⁽²⁾ Índice simples, base de comparação: 1961-62=100.

⁽³⁾ Índice simples, base de comparação: 1962-66=100.

⁽⁴⁾ Informações coletadas em abril de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 35. - Evolução do Salário de Diarista Residente e Salário Mínimo na Capital, Estado de São Paulo, 1970-76

Ano	Salário diarista residente (a)	Salário mínimo na Capital ⁽¹⁾ (b)	Relação percentual entre salário de diarista residente e salário mínimo na Capital (a/b)
1970	154,05	174,27	88
1971	193,35	212,80	91
1972	251,40	254,40	99
1973	340,50	297,93	114
1974	475,50	355,20	134
1975	619,50	493,20	126
1976 ⁽²⁾	735,00	532,80	138

⁽¹⁾ Média anual ponderada.

⁽²⁾ Dados vigentes em abril.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 36. - Salários Rurais Correntes e Reais e Respectivos Índices no Estado de São Paulo, 1971-76

Ano	Mês	Diarista residente			Volante			Administrador			Tratorista		
		Cr\$/dia (1)	Cr\$/dia (2)	Índice (3)	Cr\$/dia (1)	Cr\$/dia (2)	Índice (3)	Cr\$/mês (1)	Cr\$/mês (2)	Índice (3)	Cr\$/mês (1)	Cr\$/mês (2)	Índice (3)
1971	Média	6,44	6,44	100,00	7,04	7,04	100,00	311,27	311,27	100,00	233,86	233,86	100,00
1972	Mar.	7,46	6,62	102,80	8,92	7,92	112,50	379,90	337,28	108,36	259,29	230,20	98,43
1972	Nov.	9,30	7,55	117,24	9,80	7,96	113,07	424,00	344,42	110,65	290,00	235,57	100,73
1972	Média	8,38	7,16	111,18	9,36	8,00	113,64	401,95	333,75	107,22	274,65	234,81	100,41
1973	Mar.	9,90	7,66	118,94	10,30	7,97	113,21	506,40	391,82	125,88	321,10	248,45	106,24
1973	Nov.	12,80	9,04	140,37	13,50	9,54	135,51	558,00	394,30	126,67	432,00	305,26	130,53
1973	Média	11,35	8,43	130,90	11,90	8,84	125,57	552,20	395,23	126,97	376,55	279,64	119,58
1974	Mar.	13,40	8,47	131,52	16,30	10,30	146,31	625,00	395,26	126,98	429,00	271,30	116,00
1974	Nov.	18,30	9,71	150,78	20,20	10,71	152,13	787,80	418,05	134,30	576,90	306,13	130,90
1974	Média	15,85	9,15	142,08	18,25	10,53	149,57	706,40	407,65	130,96	502,95	290,24	124,11
1975	Abr.	17,80	8,55	132,76	22,10	10,61	150,61	854,70	410,31	131,82	592,90	284,63	121,71
1975	Nov.	23,50	9,63	149,53	25,40	10,41	147,87	1.050,00	430,25	138,22	785,00	321,66	137,54
1975	Média	20,65	9,33	144,88	23,75	10,73	152,41	952,35	430,34	138,25	688,95	311,32	133,12
1976	Abr.	24,50	8,52	132,30	30,50	10,60	150,57	1.200,00	417,06	133,99	795,50	276,48	118,22

(1) Média do Estado, em valores correntes.

(2) Média do Estado, em valores reais de 1971 pelo índice "2" da Conjuntura Econômica.

(3) Índices simples, calculados a partir dos valores reais em cruzeiro de 1971. Base de comparação: média 1971 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 37. - Relação entre Salário de Colheita e Preço do Produto, para Algodão, Amendoim, Café e Cana, Estado de São Paulo, 1971-76

Ano	Algodão			Amendoim			Café beneficiado			Cana-de-açúcar		
	Salário Cr\$/ca	Preço Cr\$/ca	Relação $\frac{\text{Salário}}{\text{Preço}} \times 100$	Salário Cr\$/sc. 25kg	Preço Cr\$/sc. 25kg	Relação $\frac{\text{Salário}}{\text{Preço}} \times 100$	Salário Cr\$/sc. 60kg ⁽¹⁾	Preço Cr\$/sc. 60kg	Relação $\frac{\text{Salário}}{\text{Preço}} \times 100$	Salário Cr\$/t	Preço Cr\$/t	Relação $\frac{\text{Salário}}{\text{Preço}} \times 100$
1971	2,19	14,25	15,37	1,77	15,28	11,58	19,77	135,00	14,64	3,75	24,50	15,30
1972	3,26	17,10	19,06	2,27	15,30	14,84	23,68	213,80	11,08	4,50	29,17	15,43
1973	3,57	23,50	15,19	2,86	25,50	11,22	32,40	290,00	11,17	4,75	35,09	13,54
1974	5,60	35,00	16,00	4,70	29,00	16,21	45,28	332,64	13,61	7,59	57,67	13,16
1975	6,50	36,00	18,06	5,50	44,00	12,50	54,73	590,00	9,28	8,47	80,53	10,52
1976 ⁽²⁾	10,10	80,00	12,63	8,60	47,00	18,30

⁽¹⁾ Salário de colheita por saca de 110 litros de café, transformado em café beneficiado, estimando-se rendimento de 19kg de café beneficiado por saca de café em côco.

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Mercado de Terras

Em 1976, os preços reais da terra nua voltaram a apresentar altas que oscilam entre 11,6% e 12,1% sobre os valores de 1975, ressaltando-se porêm as terras para reflorestamento que tiveram valorização de apenas 3,0% (quadro 38). Essa constatação é interessante pois, além de refletir o dinamismo dos mercados de produtos devido à ampliação da área de cultivo, estabelece um contraste com 1975, quando se registrou um forte arrefecimento no mercado de terras.

Em janeiro de 1976, as terras de primeira alcançaram o valor médio de 15 mil cruzeiros o hectare (ou Cr\$ 36.300,00/alqueire); as terras de segunda foram avaliadas em aproximadamente 11,2 mil cruzeiros o hectare (Cr\$ 27.100,00/alqueire); as terras de pastagem, 9,5 mil cruzeiros/hectare (Cr\$ 23.000,00/alqueire); as de reflorestamento quase 7 mil cruzeiros/hectare (Cr\$ 16.700,00/alqueire); e, as de campo 6,2 mil cruzeiros/hectare (Cr\$ 15.100,00/alqueire).

Evidentemente, variações em torno das médias são amplas, devido a diversos fatores por demais conhecidos, como uso, qualidade, localização e facilidades de infraestrutura. Por exemplo, as terras de primeira vão desde 8,9 mil cruzeiros/hectare (Cr\$ 21.500,00/alqueire) em média na DIRA de Presidente Prudente até 23,9 mil cruzeiros/hectare (Cr\$ 55.900,00/alqueire) na Região de Campinas. Para as demais categorias variações semelhantes são também observadas.

As terras com benfeitorias, classificadas segundo o tamanho, também apresentam, em 1976, uma retomada altista em seus preços. Porêm, somente no caso das pequenas propriedades os preços reais (Cr\$ de 1971) superam o nível observado em 1974, ano de grande euforia no mercado de terras (quadro 39).

Quanto ao valor do arrendamento, as informações disponíveis estão nos quadros 40 e 41. Em 1975, o arrendamento em dinheiro registrou diminuição, pela segunda vez consecutiva, em cruzeiro de 1971 (-2,0%). Entretanto, no período 1968-75 houve uma valorização real superior a 80%.

Quanto ao arrendamento em espécie, o algodão, teve em 1975 o seu maior índice, enquanto amendoim e milho mostraram ligeiras altas e o arroz, uma queda bastante sensível. Oscilações de ano a ano são frequentes nessa forma de arrendamento, mas não chegam a provocar mudanças radicais na relação produto/hectare sempre que se consideram períodos mais longos (1968-75). Ainda com relação ao arrendamento de terras para lavoura, há indicações de que no período 1972-75, foram arrendados em média 726 mil hectares (300 mil alqueires), ou seja, aproximadamente 15% da área total cultivada no Estado.

Quanto ao aluguel de pasto, observa-se uma tendência definida de alta no período 1969-75, pois os valores reais de um hectare aumentaram de 150%, 124% e 138%, respectivamente, para o aluguel mensal, anual e mensal/cabeça. Essas taxas são mais pronunciadas que as calculadas para as terras de cultura. Entre 1974 e 1975, o aluguel mensal subiu 4,9%, o anual diminuiu 5,6% e mensal por cabeça aumentou 18,5%.

A evolução dos preços de terra pode ser relacionada com o preço dos produtos agropecuários, a fim de se avaliar a capacidade de investimento do agricultor. No quadro 42, chama atenção a necessidade de quantidades crescentes de produto para adquirir um hectare de terra no Estado de São Paulo. Em 1976, as primeiras estimativas dessa relação indicam uma sensível melhoria do café, algodão, batata e feijão, e relativa estabilidade da laranja; os outros produtos - cana-de-açúcar, milho, leite, arroz, soja e carne bovina - pioraram suas relações de troca.

(IEA, 15/07/1976)

QUADRO 38. - Valor da Terra Nua, por Tipo, Estado de São Paulo, 1969-76

Ano ⁽¹⁾	Terra de primeira			Terra de segunda			Terra para pastagens			Terra p/reflorestamento			Terra de campo		
	Cr\$/ha (2)	Cr\$/ha (3)	Índice (4)	Cr\$/ha (2)	Cr\$/ha (3)	Índice (4)	Cr\$/ha (2)	Cr\$/ha (3)	Índice (4)	Cr\$/ha (2)	Cr\$/ha (3)	Índice (4)	Cr\$/ha (2)	Cr\$/ha (3)	Índice (4)
1969	700	1.102	64,86	519	817	70,49	459	722	75,44	322	507	75,22	255	401	70,10
1970	1.098	1.441	84,81	690	906	78,17	596	782	81,72	449	588	87,24	352	462	80,77
1971	1.546	1.699	100,00	1.054	1.159	100,00	871	957	100,00	613	674	100,00	520	572	100,00
1972	2.000	1.834	107,95	1.400	1.284	110,79	1.200	1.101	115,05	835	766	113,65	600	624	109,09
1973	3.300	2.619	154,15	2.400	1.905	164,37	2.000	1.587	165,83	1.300	1.032	153,12	1.200	952	166,43
1974	7.600	5.159	303,65	5.800	3.937	339,69	4.400	2.987	312,12	3.700	2.512	372,70	3.200	2.173	379,90
1975	10.270	5.210	306,65	7.690	3.901	336,58	6.520	3.308	345,66	5.120	2.598	385,46	4.290	2.176	380,42
1976	15.020	5.843	343,91	11.200	4.357	375,93	9.520	3.704	387,04	6.880	2.677	397,18	6.240	2.428	424,48

(1) Informações coletadas em janeiro de cada ano.

(2) Média do Estado em valores correntes.

(3) Média do Estado, valores em Cr\$ de 1971 pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

(4) Índice simples, calculado a partir dos valores em Cr\$ de 1971, base de comparação: 1971=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 39. - Valor da Terra com Benfeitorias, Segundo o Tamanho das Propriedades, Estado de São Paulo, 1969-76

Ano ⁽¹⁾	Inferior a 7,26 hectares			De 7,26 a 24,20 hectares			De 24,20 a 72,60 hectares			De 72,60 a 242,00 hectares			Superior a 242,00 hectares		
	Cr\$/ha (2)	Cr\$/ha (3)	Índice (4)	Cr\$/ha (2)	Cr\$/ha (3)	Índice (4)	Cr\$/ha (2)	Cr\$/ha (3)	Índice (4)	Cr\$/ha (2)	Cr\$/ha (3)	Índice (4)	Cr\$/ha (2)	Cr\$/ha (3)	Índice (4)
1969	942	1.483	65,07	866	1.363	76,27	718	1.130	73,38	624	982	72,42
1970	1.960	2.573	83,77	1.385	1.818	79,77	1.131	1.485	83,10	967	1.269	82,40	891	1.170	86,28
1971	2.795	3.072	100,00	2.073	2.279	100,00	1.626	1.787	100,00	1.401	1.540	100,00	1.234	1.356	100,00
1972	3.460	3.174	103,32	2.600	2.385	104,65	2.000	1.834	102,63	1.800	1.651	107,21	1.620	1.486	109,59
1973	6.000	4.762	155,01	4.500	3.572	156,74	3.800	3.016	166,77	3.300	2.619	170,06	2.700	2.143	158,04
1974	13.000	8.826	287,30	10.500	7.129	312,81	9.100	6.178	345,72	7.600	5.296	343,90	7.000	4.752	350,44
1975	16.390	8.315	270,67	11.720	5.945	252,08	11.250	5.707	319,36	9.830	4.987	323,83	8.430	4.277	315,41
1976	22.910	8.913	290,14	17.820	6.933	304,21	15.220	5.921	331,34	13.180	5.128	332,99	11.410	4.439	327,36

(1) Informações coletadas em janeiro de cada ano.

(2) Média do Estado em valores correntes.

(3) Média do Estado, valores em Cr\$ de 1971 pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

(4) Índice simples, calculado a partir dos valores em Cr\$ de 1971, base de comparação: 1971=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 40. - Arrendamento de Terras para Lavouras, Estado de São Paulo, 1968-75

Ano (1)	Em dinheiro			Em espécie							
				Algodão		Amendoim		Arroz		Milho	
	Cr\$/ha (2)	Cr\$/ha (3)	Índice (4)	kg/ha (5)	Índice (6)	sc.25kg/ha (5)	Índice (6)	sc.60kg/ha (5)	Índice (6)	sc.60kg/ha (5)	Índice (6)
1968	70,25	113,07	87,64	19,0	113,77	17,8	111,25	7,4	117,46	12,0	114,29
1969	93,20	124,12	96,16	18,0	107,78	17,1	106,88	5,4	85,71	8,4	80,00
1970	104,95	118,06	91,46	18,6	111,38	14,5	90,62	7,7	122,22	10,6	100,95
1971	137,00	129,08	100,00	16,7	100,00	16,0	100,00	6,3	100,00	10,5	100,00
1972	180,00	146,22	113,29	16,3	97,60	15,0	100,00	7,1	112,70	8,9	84,76
1973	306,00	216,23	167,52	17,6	105,39	17,8	111,25	8,5	134,92	11,5	103,52
1974	397,00	210,67	163,21	17,0	101,80	16,0	100,00	9,0	142,86	11,0	104,76
1975	504,00	206,52	159,99	19,7	117,96	16,6	103,75	8,1	129,57	11,3	107,62

(1) Informações coletadas em novembro de cada ano.

(2) Média do Estado, em valores correntes.

(3) Média do Estado, valores em Cr\$ de 1971 pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

(4) Índice simples, calculado a partir dos valores em Cr\$ de 1971, base de comparação: 1971=100.

(5) Média do Estado, ponderada pela produção em cada DIRA, com exceção de 1968.

(6) Índice simples, base de comparação: 1971=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 41. - Aluguel de Pasto, Estado de São Paulo, 1969-75
(em cruzeiro)

Ano ⁽¹⁾	Aluguel mensal por hectare			Aluguel anual por hectare			Aluguel mensal por cabeça		
	Corrente ⁽²⁾	Real ⁽³⁾	Índice ⁽⁴⁾	Corrente ⁽²⁾	Real ⁽³⁾	Índice ⁽⁴⁾	Corrente ⁽²⁾	Real ⁽³⁾	Índice ⁽⁴⁾
1969	4,14	6,10	64,01	45,87	67,58	69,71	3,42	5,04	67,92
1970	5,41	6,60	69,25	59,11	72,13	74,41	4,42	5,39	72,64
1971	9,53	9,53	100,00	96,94	96,94	100,00	7,42	7,42	100,00
1972	11,95	10,28	107,87	114,80	98,76	101,88	9,64	8,29	111,73
1973	16,64	12,42	130,33	167,93	125,38	129,34	11,84	8,84	119,14
1974	25,23	14,56	152,78	277,21	160,00	165,05	17,55	10,13	136,52
1975	33,18	15,27	160,23	328,44	151,13	155,90	26,07	12,00	161,73

(¹) Informações coletadas em junho de cada ano.

(²) Média do Estado em valores correntes, ponderada pela área de pastagem em cada DIRA.

(³) Média do Estado, valores em Cr\$ de 1971, pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

(⁴) Índice simples, calculado a partir dos valores em Cr\$ de 1971, base de comparação: 1971=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 42. - Unidades de Produto Agrícola Necessárias para Adquirir Um Hectare de Terra, Estado de São Paulo, 1971-76⁽¹⁾

Produto	Unidade	Unidades necessárias para compra de um hectare					
		1971	1972	1973	1974	1975	1976 ⁽²⁾
Cafê	sc.60kg	11,45	9,35	11,38	22,85	17,41	10,01
Cana-de-açúcar	tonelada	63,10	68,56	97,12	131,78	127,53	138,25
Milho	sc.60kg	108,11	119,05	122,22	237,50	213,96	273,09
Algodão	arroba	108,49	116,96	140,43	217,14	285,28	187,75
Laranja	cx.40kg	245,40	317,46	366,67	1.187,50	1.283,75	1.306,09
Arroz	sc.60kg	36,99	41,84	72,26	92,68	79,00	150,20
Batata	sc.60kg	70,40	63,69	48,53	115,15	137,48	129,93
Feijão	sc.60kg	26,63	26,99	16,84	52,41	57,06	40,59
Soja	sc.60kg	48,31	54,95	56,90	113,43	123,73	158,10
Carne bovina	arroba	20,26	22,56	15,00	41,20	34,32	43,03
Leite	mil litros	2,23	2,58	1,90	4,68	3,00	3,35

⁽¹⁾ Para os produtos vegetais o valor da terra refere-se a terra sem benfeitoria, de primeira. Para a pecuária refere-se a terra para pastagem.

⁽²⁾ Dados provisórios.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

5 - POLÍTICA AGRÍCOLA

Na primeira parte deste capítulo são relacionados dispositivos legais normativos promulgados pelos Governos Federal e Estadual após a edição do Prognóstico 1975/76, objetivando disciplinar a política de desenvolvimento do País.

Nas partes subsequentes são analisados e discutidos os efeitos de alguns instrumentos de política econômica, com ênfase em comércio exterior e crédito.

I

Dentre as medidas implementadas podem ser destacadas pelas suas implicações mais diretas com o setor agrícola, algumas relacionadas com aspectos de produção e comercialização e outras tantas de cunho social.

- Programa de Financiamento à Formação de Mudanças de Café

Este Programa tem como objetivo a formação de mudas de boa qualidade para suprir as necessidades do plantio nas áreas zoneadas do Programa de Financiamento do Plantio de Cafezais, safra 1976/77. Os financiamentos destinam-se somente à formação de mudas em viveiros comerciais e visam a formação de 400 milhões de mudas, das quais 85 milhões no Estado de São Paulo.

As mudas deverão ser formadas nas áreas zoneadas para o plantio, admitindo-se sua localização em terras vizinhas, desde que se destinem à formação de lavouras nas regiões zoneadas.

Serão financiados projetos de 100 mil a 1 milhão de mudas por interessado. Fora desses limites os projetos específicos deverão ser encaminhados à Secretaria Executiva do IBCGERCA para análise e aprovação.

Poderão ser financiadas mudas das "variedades" Mundo Novo, Catuaí, Bourbon Amarelo e Robusta, nas áreas zoneadas conforme o Programa de Plantio.

O valor do financiamento será estabelecido de acordo com o orçamento do projeto, até o limite de Cr\$ 0,35 por muda a ser formada.

A liberação do financiamento deverá ser efetuada de acordo com o seguinte esquema:

- 70% dos recursos imediatamente, no ato da formalização do contrato;
- 30% após 3 meses ou antes, desde que comprovado pelo Agente Financeiro, através de fiscalização, que as mudas financiadas atingiram o estágio de "orelha-de-onça" ou fase mais avançada.

As amortizações serão em 3 parcelas iguais, vencíveis, respectivamente, ao final do 12º, 15º e 18º mês, contados a partir da assinatura do instrumento de crédito, que poderá ser formalizado até 31 de dezembro de 1976.

Os empréstimos vencerão juros de 7% ao ano. As garantias serão as usuais de crédito rural, podendo ser admitida dispensa de garantias reais quando o volume do financiamento for menor que 100 vezes o maior valor de referência vigente (Cr\$ 638,30).

- Programa de Financiamento ao Plantio de Cafezais

Os financiamentos deste programa abrangem o plantio e formação de lavouras de café tecnicamente orientados, objetivando a implantação de cafezais com altos níveis de produtividade.

Os créditos a serem concedidos no ano agrícola 1976/77 visam atingir o plantio de 330 milhões de cafeeiros, dos quais 60 milhões em São Paulo.

Serão financiados, nas condições gerais do Programa, até 300.000 cafeeiros (covas) ou a área de 180 hectares, por mutuário, proprietário do imóvel a ser beneficiado, considerado isoladamente ou em conjunto com outros parceiros, em 3 níveis de aprovação: até 50 mil covas - a nível de Escritório Técnico; de 50 mil a 100 mil - a nível de Serviço Regional ou Coordenadoria Estadual e de 100 mil a 300 mil - a nível da Sede do IBC-GERCA, havendo necessidade, nos dois últimos casos, da elaboração de uma análise de viabilidade técnica e econômica do empreendimento, sendo que nos créditos acima de 100 mil pés será exigida a apresentação, pelos interessados, de projetos específicos.

Acima do limite de 300 mil cafeeiros, poderá ser concedido financiamento, com aprovação prévia da Secretaria do IBC-GERCA e da Diretoria do IBC.

Nas áreas aptas das zonas baixas e quentes dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia será admitido o plantio das variedades de café robusta.

O financiamento será de Cr\$ 8,00 por cafeeiro (cova), em plantios com até 1.666 covas/hectare. O cálculo será efetuado por hectare nos casos de plantios com mais de 1.666 covas/hectare, adotando-se, nesses casos, o valor financiável de Cr\$ 13.328,00/hectare.

A liberação do financiamento pode ser visualizada no quadro 43.

QUADRO 43. - Liberação do Financiamento de Formação de Mudanças de Café, 1977-79

Períodos básicos de liberação	Liberação prevista		
	%	Valor correspondente Cr\$	Ano agrícola
No ato da contratação	20	1,60	
A pedido, após a aplicação da 1a. parcela Janeiro/77 a maio/77	15	1,20	1º
A partir de agosto/77	10	0,80	
A partir de janeiro/78	10	0,80	2º
A partir de agosto/78	15	1,20	
A partir de janeiro/79	15	1,20	3º
Total	100	8,00	-

Fonte: Instituto Brasileiro do Café.

A amortização dos créditos se dará em 3 parcelas anuais, vencíveis no final do 4º, 5º e 6º anos agrícolas, na proporção de 20%, 30% e 50%, respectivamente, com datas marcadas para vencimento nos períodos de agosto/outubro dos anos de 1981, 1982 e 1983.

Os juros serão de 7% a.a., exceto para projetos acima de 300.000 cafeeiros por mutuário quando os encargos financeiros serão de 15% a.a..

As garantias serão as usuais do crédito rural, podendo ser admitida a dispensa de garantias reais para plantio com até 10.000 covas/mutuário (até Cr\$ 80.000,00).

- Programa de Financiamento à Receita e Decote em Cafezais

Os financiamentos abrangerão todas as áreas cafeeiras, beneficiando os cafeicultores, proprietários a qualquer título, dos imóveis agrícolas.

Foram aprovados recursos para receita ou decote em 10 milhões de cafeeiros, no ano agrícola 1976/77.

O valor financiável será de Cr\$ 1,20 por cafeeiro (cova), observando-se o teto de Cr\$ 1.999,20 por hectare.

A liberação do crédito será efetuada metade no ato da assinatura do instrumento e metade, mediante fiscalização prévia, após a execução da poda.

O resgate será feito em uma única parcela, após a colheita da safra 1978/79.

Os juros vencerão à taxa de 7% a.a.. As garantias serão as usuais do crédito rural, podendo ser dispensada a constituição de garantias reais quando o valor do empréstimo for infe

rior a 100 vezes o maior valor de referência vigente no País (Cr\$ 638,30).

A contratação dos financiamentos será encerrada em 31 de dezembro de 1976.

- Programa de Incentivo ao Uso de Fertilizantes e Corretivos em Cafezais

A concessão de estímulos creditícios para a adubação de cafezais objetiva o incremento da utilização deste insumo.

Está prevista uma aplicação de Cr\$ 2.100 milhões neste Programa em 1976/77.

Com relação aos itens financiáveis serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) fertilizantes (adubos químicos) - com subsídio de 40% de acordo com as normas gerais do Programa; os recursos serão considerados dentro do limite de Cr\$ 2.500,00/ha, ou de Cr\$ 1.550,00/ha no caso das lavouras geadas, recepadas;
- b) adubos orgânicos - serão admitidos apenas esterco de galinha e tortas vegetais - até o limite de 40% do orçamento global para os adubos (até Cr\$ 2.500,00/ha); com subsídio total de juros e sem o subsídio de 40% no valor de aquisição; e
- c) calcário - incluído nas normas do Programa Nacional de Calcário, ou seja, juros totalmente subsidiados e prazo de até 5 anos. Como tal, o orçamento (valor a ser financiado) deverá ser considerado extra-limite (independentemente do limite de Cr\$ 2.500,00/ha).

O valor do financiamento, para cada caso, será estabelecido em orçamento elaborado por engenheiro agrônomo, até o limite de Cr\$ 2.500,00 por hectare.

A liberação dos financiamentos será efetuada de uma só vez ou em parcelas, através de pagamento direto ao vendedor.

O resgate deverá ser marcado para após a colheita de 1977, podendo ir até o máximo 31 de outubro daquele ano.

Nos casos dos cafezais geados, recepados, o resgate será marcado para após a colheita de 1978.

As garantias serão as usuais do crédito rural podendo ser dispensadas garantias reais quando o valor do crédito for inferior a 100 vezes o maior valor de referência vigente no País.

Os encargos financeiros serão os normais do crédito rural (15% e 13%), podendo os créditos ser contratados até 31 de maio de 1977.

- Programa de Financiamento de Defensivos na Lavoura Cafeeira

Fornecer estímulos creditícios aos cafeicultores para a aquisição de fungicidas, herbicidas e veiculadores, necessários ao controle das pragas, doenças e invasoras do cafeeiro, destacando-se: a ferrugem do cafeeiro, a broca do café, o bicho-mineiro, as ervas daninhas, e outras doenças e pragas ocasionais.

Estã prevista uma aplicação de Cr\$ 150 milhões, neste Programa.

O montante a financiar serã estabelecido em orçamento elaborado por engenheiro agrônomo, no plano simples que acompanha a proposta de financiamento.

Esse montante deverã obedecer aos limites m̃aximos de Cr\$ 600,00 por hectare para os fungicidas, Cr\$ 500,00 por hectare para os herbicidas e Cr\$ 250,00 por hectare para os inseticidas.

A liberaçã dos recursos serã efetuada diretamente ao vendedor, podendo ocorrer de uma sã vez ou em parcelas.

Em condições normais o vencimento deverã ser marcado para apõs a colheita de 1977, no m̃aximo atẽ 31 de outubro daquele ano.

Para os casos de cafezais geados e recepados o vencimento serã marcado para apõs a colheita de 1978, no m̃aximo atẽ 31 de outubro.

Os financiamentos serão concedidos sem õnus para os mutuãrios, podendo ser formalizados atẽ 31 de maio de 1977.

As garantias serão as usuais do crẽdito rural, podendo ser dispensadas garantias reais, nos casos de financiamentos de valor inferior a 100 vezes o maior valor de referẽncia vigente.

- Programa de Financiamento para Aquisiçã de Equipamentos de Defesa Fitossanitãria de Cafezais

A concessã de crẽdito para a aquisiçã de equipamentos de defesa fitossanitãria visa fornecer os meios para que os cafeicultores promovam o controle adequado das pragas, doenças e invasoras em seus cafezais, utilizando fungicidas, herbicidas e inseticidas.

Foram aprovados recursos de Cr\$ 100 milhões para aplicaçã nesse Programa, no ano agrıcola 1976/77.

Os financiamentos poderã ser aplicados na aquisiçã dos seguintes itens:

- a) pulverizadores, atomizadores e polvilhadeiras;
- b) aplicadores de herbicidas;
- c) microtratores de fabricaçã nacional; e
- d) tratores nacionais de bitola estreita (atẽ 1,40m) com potẽncia de 20 a 52 HP.

Os equipamentos pulverizadores, polvilhadeiras, atomizadores e aplicadores de herbicidas serão financiados sem limite fixo, obedecendo às necessidades expressas em plano simples elaborado por engenheiro agrônomo.

No caso de tratores e microtratores tambẽm serã observado o plano simples elaborado por engenheiro agrônomo, sendo que o limite financiãvel, para cada caso, deverã ser estabelecido de acordo com a populaçã cafeeira das propriedades, conforme as especificações a seguir, não devendo exceder a trẽs por beneficiãrio:

- Para microtratores:

- propriedades com menos de 25.000 covas - nihil
- propriedades com 25.000 a 50.000 covas - 1 unidade

propriedades com 50.000 a 100.000 covas - 2 unidades
propriedades com mais de 100.000 covas - 3 unidades

- Para tratores nacionais de 20 a 52 HP, de bitola estreita (atê 1,40m):
 - propriedades com menos de 50.000 covas - nihil
 - propriedades com 50.000 a 100.000 covas - 1 unidade
 - propriedades com mais de 100.000 a 200.000 covas - 2 unidades
 - propriedades com mais de 200.000 covas - 3 unidades

Para efeito de cálculo do número de covas por propriedade somente serão considerados os cafeeiros com máis de 2 anos.

O cálculo do número de unidades financiáveis, será feito em função dos cafeeiros de propriedades contíguas, considerando-se as lavouras de imóveis separados somente nos casos em que houver comprovada possibilidade de neles se utilizar racionalmente os microtratores e tra^{to}res financiados.

A liberação dos recursos poderá ser feita de uma sô vez ou em parcelas, através de pagamento direto aos vendedores.

O prazo dos financiamentos será de 4 anos, com amortizações em 4 parcelas anuais e iguais, vencíveis no final de cada ano. Os juros serão de 7% a.a..

As garantias serão as usuais do crédito rural, podendo ser dispensada a constituição de garantias reais quando o valor do crédito for inferior a 100 vezes o maior valor de referência vigente.

- Produção e Preços de Açúcar

O Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA), pela Resolução 2.096/76, estabeleceu que o período oficial da moagem de canas será de 1º de junho a 31 de dezembro de 1976, nas usinas da Região Centro-Sul.

A produção nacional autorizada para a safra de 1976/77 é de 130 milhões de sacos (60 kg líquidos), ou seja, 1 milhão a mais que na safra anterior.

São Paulo está autorizado a produzir 69 milhões de sacos na previsão global (contra 60,6 milhões em 1975/76) dos quais 52 milhões serão destinados ao consumo e 17 milhões à exportação. Está prevista uma exportação brasileira de 35 milhões de sacos de açúcar centrífugado.

Quando a usina e os fornecedores de cana a ela vinculados dispuserem de excedentes de cana que permitam uma produção de açúcar em volume superior à autorização individual, não haverá impedimento à fabricação de quantidade adicional, desde que seja assegurada pela usina aos seus fornecedores, uma participação de matéria-prima proporcional ao aumento da produção.

Para a Região Centro-Sul os preços oficiais de faturamento do açúcar cristal "standard", por saco de 60kg líquidos na condição PVU (posto veículo na usina), estão fixados em Cr\$ 142,85, já incluída a contribuição para o IAA de Cr\$ 6,41 por saco e o valor do ICM calculado na base de 14%. Este preço de faturamento somente se aplica à circulação de mercadoria dentro do estado produtor e representa uma elevação de 81% em relação ao nível fixado na safra precedente.

Quando a venda do açúcar cristal "standard" se destinar à saída para outros estados, o preço oficial de faturamento, por saco de 60kg líquidos, será de Cr\$ 137,99, já incluída a contribuição para o IAA e o valor do ICM, calculado na base de 11%.

Em ambos os casos, aqueles preços estendem-se para o açúcar comercializado à vista, para entrega posto veículo na usina.

Para a Região Centro-Sul, o preço base da tonelada de cana posta na esteira e fornecida às usinas na safra de 1976/77, foi fixada em Cr\$ 109,46 livre de ICM. Este preço é correspondente ao rendimento básico de 94 quilos de açúcar cristal por tonelada de cana.

- Tributação

- Imposto de circulação de mercadorias (ICM)

Com base em vários convênios verificou-se uma série de modificações no Regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias, entretanto sem grandes impactos para o setor agrícola. Tais modificações foram mais relacionadas com o aprimoramento da forma do referido Regulamento e dizem respeito às isenções, direitos ao crédito de ICM, estorno, contribuinte substituto e diferimento, operações com algodão em caroço e com gado e à base de cálculo nas saídas de carne, exportações de produtos industrializados e incentivos fiscais.

No capítulo das isenções, além dos farelos e tortas de soja, amendoim, algodão, milho, trigo, babaçu e mamona, foram incluídos também os de arroz e linhaça.

Para os produtos hortifrutícolas estendeu-se a isenção, além das saídas internas, também para as saídas interestaduais.

De outra parte, não são isentas de ICM as saídas, para o território do Estado, de carne verde de bovinos, de suínos, caprinos e ovinos e as de outros produtos da respectiva matança efetuadas por estabelecimentos varejistas, quando: a) destinada a restaurantes, pensões, pastelarias e demais estabelecimentos em que as mercadorias devam ser objeto de subsequente saída tributada; e, b) as saídas de carne de suíno a varejo, promovidas diretamente pelo estabelecimento abatedor.

No caso de exportação de produtos primários, os únicos isentos de ICM nas saídas efetuadas diretamente do território do Estado para o exterior são: banana, laranja, flores e plantas ornamentais, erva mate e pescados.

Ganham direito ao crédito, correspondente a 60% do imposto a ser recolhido nas operações, os estabelecimentos que promoveram, com gado suíno oriundo deste Estado: abate, saída para outro estado, e saída com destino a consumidor ou usuário final.

Nas saídas para o exterior não tributadas, bem como nas equiparadas pelo Regulamento, o imposto relativo a mercadorias entradas para utilização como matéria-prima ou material secundário na sua fabricação ou embalagem, será estornado no caso dos seguintes produtos: a) farelo, torta e óleo de mamona, mentol e óleo desmentolado, fumo em folha e seus resíduos - estorno integral do crédito fiscal; b) farinhas de peixe, de ostra, de carne, de osso e de sangue, e farelos e tortas de soja, de amendoim, de algodão, de milho, de trigo, de babaçu, de arroz e de linhaça - estorno de 50% do crédito fiscal; c) algodão em pluma - estorno integral de crédito fiscal; e d) açúcar cristal ou demerara - estorno integral do crédito fiscal, ressalvadas as operações com cana-de-açúcar.

Para atendimento do disposto nas letras a e b, relativamente aos produtos a seguir e-

numerados, poderá o contribuinte optar pelo estorno da importância que resultar da aplicação dos seguintes percentuais sobre o preço-FOB constante da guia de exportação expedida pela CACEX: farelo, torta e óleo de mamona - 10%; mentol e óleo desmentolado - 8%; farelo e torta de babaçu, fumo em folha e seus resíduos - 6%; e, farelos, tortas de algodão, de amendoim, de soja, de milho e de trigo - 5%.

Quanto ao pagamento do ICM por contribuinte substituto e diferimento no seu recolhimento foram aprovadas diversas disposições. Assim, o lançamento do imposto incidente nas sucessivas saídas de soja (em grão), de algodão em caroço de produção paulista e em pluma, de café cru em côco ou grão; cana-de-açúcar de produção paulista; gado em pê e mamona em baga de produção paulista, promovidas para quaisquer estabelecimentos, fica diferido para o momento em que ocorrer: a) saída para outra unidade da Federação ou ao exterior; b) saída com destino a estabelecimento varejista; e, c) saída dos produtos resultantes das suas industrializações.

Interrompe o diferimento aqui previsto a saída da mercadoria com destino a consumidor ou usuário final, hipótese em que o imposto devido será pago pelo estabelecimento que a promover.

O lançamento do imposto incidente na primeira saída, para o território do Estado, de produtos agropecuários in natura, efetuado pelo estabelecimento em que tiver sido produzido, com destino a estabelecimento comercial, fica diferido para o momento em que ocorrer a saída subsequente desse mesmo produto ou de outros resultantes de sua industrialização, promovida pelo estabelecimento destinatário. Isto aplica-se aos seguintes produtos agropecuários in natura, mesmo quando acondicionados ou embalados para fins de transporte: amendoim em baga; arroz, em casca ou cacho; centeio, em casca ou cacho; feijão, em vagem ou batido; fumo em folha; gergelim em vagem ou batido; girassol em semente; menta e hortelã em folha; milho, em espiga ou em grão; oliveira em baga ou cacho; rami em fibra natural ou engomada; sorgo, em espiga, em cacho ou em grão, tungue em semente, chã em folha, casulo do bicho da seda; folha de eucalipto; e ainda quando sejam destinados a industrialização os produtos hortifrutícolas, bem como, aves, ovos, em estado natural ou congelados, coelhos e produtos da respectiva matança.

Na hipótese em que não seja tributada ou esteja isenta do imposto a saída subsequente promovida pelo estabelecimento destinatário, caberá a este, efetuar o pagamento do tributo diferido, relativamente à saída anterior, sem direito a crédito. Este dispositivo não se aplica quando a saída subsequente estiver contemplada com isenções, como é o caso dos farelos e tortas, sementes certificadas e erva mate.

Outra modificação importante no Regulamento, e que pode servir como exemplo de adiamento do recolhimento, são as operações com algodão em caroço de produção paulista quando o lançamento do ICM, incidente nas sucessivas saídas, fica diferido para o momento em que ocorrer saída para fora do Estado ou para o exterior; saída de algodão em pluma resultante de seu beneficiamento e saída do caroço de algodão ou de outros produtos resultantes do beneficiamento.

O imposto incidente nas sucessivas saídas de gado em pê, de qualquer espécie, promovidas por quaisquer estabelecimentos, será recolhido de uma só vez, no momento em que ocorrer: o abate, a saída para outra unidade da Federação ou para o exterior; e, a saída com destino a consumidor ou usuário final. Em qualquer caso, o valor da base de cálculo não poderá ser inferior ao mínimo fixado em pauta fiscal.

Relativamente ao gado bovino, caprino e ovino (art. 29, Decreto 7.394/75) a base de

cálculo fica reduzida de: 63%, nas operações interestaduais; e, 67,7%, nas operações internas.

Nas vendas a varejo de carne suína verde, efetuadas diretamente pelo estabelecimento abatedor, bem como nas transferências daquelas mercadorias para estabelecimentos varejistas, a base de cálculo do imposto de circulação de mercadorias corresponderá a 85% do preço de venda a varejo.

- Exportações de produtos industrializados e incentivos fiscais de ICM

Nas saídas de produtos industrializados para o exterior será concedido um "crédito de exportação" ao respectivo estabelecimento fabricante nas seguintes hipóteses:

- a) exportação efetuada pelo estabelecimento fabricante; e b) venda a empresa comercial exportadora, realizada para fim específico de exportação.

Consideram-se destinadas ao fim específico de exportação as mercadorias que forem diretamente remetidas do estabelecimento do produtor-vendedor para embarque de exportação por conta e ordem da empresa comercial exportadora, e depósito em entreposto, por conta e ordem da empresa comercial exportadora, sob regime aduaneiro extraordinário de exportação.

As disposições acima não se aplicam às exportações para o exterior, entre outros, aos produtos: café torrado, moído e descafeinado; carne bovina industrializada; madeira em bruto, mesmo descascada ou simplesmente desbastada; carne de equinos, aves, peixes, crustáceos e moluscos congelados ou resfriados e carne de suínos congelada ou resfriada.

- Subsídios a Insumos

A Circular 304 do Banco Central do Brasil, de 25 de junho de 1976, prorrogou até o final do ano a isenção total dos encargos financeiros relativos às operações de crédito, destinadas à aquisição de insumos modernos para atividades agropecuárias, como sementes, defensivos, medicamentos veterinários, mudas, etc.

Também, continua em vigor o Programa de Subsídios ao Preço de Fertilizantes, estabelecido pela Circular nº 226 de 8/5/75, perdurando o subsídio de 40% sobre o valor das compras, financiadas ou adquiridas com recursos próprios.

- Programa Nacional do Alcool

Visando ao atendimento das necessidades do mercado interno e da política de combustíveis automotivos foi instituído pelo Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975.

Através do Programa, a produção do álcool da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo será incentivada através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produtividade agrícola, da modernização e ampliação das destila-

rias existentes, e da instalação de novas unidades produtoras anexas a usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras.

Presidida pelo Secretario Geral do Ministério da Indústria e Comércio, instituiu-se a Comissão Nacional do Alcool com as seguintes atribuições: definir as participações dos órgãos vinculados ao Programa, os critérios de localização a serem observados na implantação de novos projetos de destilarias, estabelecer a programação anual dos diversos tipos de álcool, especificando seu uso e, decidir sobre o enquadramento das propostas para modernização, ampliação ou implantação de destilarias de álcool.

A Resolução 364 do Banco Central do Brasil regulamenta as operações industriais do Programa e as disciplina para obtenção de financiamento.

- Programa Nacional de Armazenagem (PRONAZEM)

Instituído pelo Decreto 75.688/75, tem por objetivos: aumentar a participação do setor privado no desenvolvimento da infra-estrutura de armazenagem a nível de fazenda; criar, sobretudo nas regiões de colonização mais recente, o suporte necessário à implantação dos programas de estoques reguladores e, eliminar ou reduzir as perdas quantitativas e qualitativas, ocasionadas tanto pelo retardamento das colheitas como pela guarda dos produtos em locais inadequados. Assim os beneficiários do Programa são os produtores de gêneros de primeira necessidade ou de produtos amparados por preços mínimos com colheita superior a 90t/ano.

Visa, a curto prazo, eliminar ou reduzir o deficit da capacidade armazenadora existente no País, estimado em 2,5 milhões de toneladas (sendo 1,2 milhão para produtos ensacados e 1,3 milhão para produtos a granel).

Atuará em todo o território nacional nas áreas prioritárias estabelecidas pela CIBRAZEM, tendo como executores o Banco do Brasil e outros agentes financeiros selecionados pelo Banco Central. Os encargos financeiros são de 8% ao ano, com prazo de até 10 anos, e até 2 de carência.

- Imposto Aduaneiro

A fim de assegurar condições de maior competitividade para o vinho, champanha, rum, vodka e conhaque nacionais, o Conselho de Política Aduaneira, através das Resoluções 2.708/76 e 2.709/76, estabeleceu preços de referência, superiores aos de compra CIF, para os produtos importados.

Sobre esses preços devem ser calculados os impostos devidos na importação, bem como os outros incidentes sobre as bebidas (IPI e ICM). Pretende-se assim estimular a compra e o consumo dos produtos nacionais, visando possibilitar o desenvolvimento do setor e diminuição dos gastos no exterior.

- Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN)

Estabelecido pelo Decreto nº 77.116, de 06 de fevereiro de 1976, traça as seguintes diretrizes para ação do Governo na área de alimentação e nutrição, a serem executadas e coordenadas pelo INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição): racionalização da assistência à educação na área de alimentação e nutrição; estímulo à produção, armazenagem, transporte e comercialização de alimentos básicos; combate a carências nutricionais; incentivos a estudos e pesquisas; capacitação de recursos humanos para os serviços técnicos; expansão do sistema de alimentação do trabalhador; e organização de sistema integrado de aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos destinados aos programas.

Noticia-se que amparados pelo PRONAN deverão ser incluídos agricultores de baixa renda, os quais deverão integrar um programa de produção de alimentos básicos a serem adquiridos antecipadamente.

- Programa Nacional de Conservação dos Solos (PNCS)

Criado pelo Decreto nº 76.470, de 16 de outubro de 1975, sob supervisão do Ministério da Agricultura, este programa tem como objetivo promover em todo o território nacional a adoção das práticas de conservação do solo, assim entendidas a manutenção e o melhoramento da sua capacidade produtiva.

Nos estados onde já existam atividades de conservação do solo, como é o caso de São Paulo, o Ministério da Agricultura poderá promover a celebração de convênios, com o objetivo de proporcionar ajuda técnico-financeira para acelerar e intensificar os trabalhos de interesse do Programa.

- Previdência Social

- Aposentadoria para os Agricultores Empregadores

A partir de 1º de janeiro de 1976, estabelecida pela Lei 5.260 de 6 de novembro de 1975, a contribuição previdenciária passou a ser devida, obrigatoriamente, pelos empregadores rurais.

O sistema previdenciário, ora criado, estará a cargo do Funrural, sendo seus beneficiários o empregador rural e seus dependentes.

O empregado, equiparado ao empregador rural pela Lei do Trabalho Rural, não é beneficiário dos sistema de previdência social instituído na presente lei.

A exigência anual do pagamento da prestação previdenciária não abrange (ou não alcança) o empregador rural que exerça outra atividade e seja filiado obrigatório à outra entidade de previdência social.

Não serão, também, beneficiários do sistema de previdência social pela Lei 6.260, os

maiores de 60 anos de idade, que venham a se tornar empregadores rurais por compra ou arrendamento de imóvel rural, depois de 1º de janeiro de 1976.

Excluídas as situações apontadas, tem os empregadores rurais o benefício da aposentadoria por invalidez, e por velhice, esta a contar dos 65 anos de idade, enquanto seus dependentes farão jus à pensão e auxílio funeral. Ambos tem direito a serviço de saúde, readaptação profissional e serviço social.

A contribuição previdenciária deverá ser paga pelo empregador rural até o dia 31 de março de cada ano, correspondendo a 12% de um décimo do valor da produção rural do ano anterior, já vendida ou avaliada segundo as cotações do mercado e de um vigésimo do valor da parte da propriedade rural, porventura mantida sem cultivo, segundo a última avaliação efetuada pelo INCRA.

O valor total que servirá de base de cálculo para a contribuição rural devida pelo empregador não será inferior a 12 nem superior a 120 vezes o maior salário mínimo vigente, arredondando-se as frações para o milhar de cruzeiros imediatamente superior.

Caso o empregador rural aposentado prossiga com sua atividade agrícola, continuará obrigado ao pagamento anual da prestação previdenciária, com base na percentagem anteriormente mencionada.

- Serviço Nacional da Formação Profissional Rural (SENAR)

Criado pelo Decreto nº 79.354 de 31/03/76, o SENAR, diretamente subordinado ao Ministério do Trabalho, terá autonomia técnica, administrativa e financeira e contará com delegacias e agências nas capitais dos estados ou em outros pontos do território nacional.

O SENAR tem por finalidade: organizar e administrar, programas de formação profissional rural; estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional rural; elaborar e difundir recursos para instrução adequadas a preparação de mão-de-obra rural; organizar e divulgar documentação relativa à formação profissional rural; assistir as empresas agrícolas na elaboração e execução de programas de formação profissional para o seu pessoal, em todos os níveis; e colaborar com organismos nacionais e internacionais em atividades pertinentes a formação profissional rural.

- Classificação de Produtos Vegetais, Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico

Decreto do Presidente da República, de 15 de dezembro de 1975, instituiu em todo o território nacional a classificação dos produtos vegetais, de seus subprodutos e resíduos de valor econômico, destinados à comercialização interna.

Para efeito dessa legislação, entende-se por classificação o ato de determinar as qualidades intrínsecas e extrínsecas de um produto, com base em padrões oficiais.

Cabe salientar que o Ministério da Agricultura poderá celebrar convênios com os estados e outras entidades públicas para a execução dos serviços de classificação. Poderão, também, tais serviços ser executados por entidades privadas capacitadas para a sua realização, desde que não haja convênio com a respectiva Unidade da Federação.

Serã instituído no Ministério da Agricultura o Cadastro Geral de Classificação, destinado ao registro de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas no processo de classificação.

Ficam sujeitos ao regime estabelecido nesse dispositivo legal, os estabelecimentos que beneficiam, descascam e enfardam produtos vegetais, subprodutos e resíduos.

São ainda estabelecidas as sanções administrativas, que vão desde a advertência até a intervenção pública, além de outras, como condenação de mercadorias e suspensão ou cassação de registro.

- Grupo de Defesa e Promoção da Cotonicultura no Estado de São Paulo

Considerando a conjuntura algodoeira e a necessidade de coordenação de todas as atividades vinculadas à cotonicultura foi criado pelo Decreto 7.033 de 11/11/75, o Grupo de Defesa e Promoção da Cotonicultura no Estado de São Paulo, subordinado ao Secretário da Agricultura.

O Grupo terá como finalidade sugerir ao Governo adoção de política que atenda aos interesses do setor.

- Comitê de Citros no Estado de São Paulo

Considerando a importância econômica da agroindústria citrícola, e que o seu desenvolvimento depende da integração com soluções conjuntas aos problemas do setor, o Governo do Estado criou pelo Decreto 8.027 de 10/06/76, diretamente subordinado ao Secretário da Agricultura, o Comitê de Citros no Estado de São Paulo.

Seu objetivo será sugerir a adoção de políticas que atendam aos interesses da citricultura.

- Portarias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

- Portaria nº 271 de 21/05/75 aprova a Instrução Especial INCRA nº 7/75, que disciplina a aplicação dos índices de multa, juros de mora e correção monetária, incidentes sobre o imposto territorial rural e outros tributos lançados e cobrados pelo INCRA.

- Portaria nº 804 do Ministério da Agricultura (12/11/75) aprova a Instrução Especial INCRA nº 8/75 que determina os critérios para isenção do imposto territorial rural nas áreas de preservação permanente onde existem florestas formadas ou em formação, ou, áreas reflorestadas.

- Resolução nº 24 do INCRA, de 10/04/75, aprovou a Tabela da Constante Máxima "K", multiplicativa dos valores mínimos da terra nua, vigente no exercício, por município, conforme prevê o Estatuto da Terra e o Decreto Lei 554/69 e as diretrizes para fins de atualização cadastral. Esta resolução alcançou todos os processos de atualização cadastral apreciados para

lançamento e emissão do imposto territorial rural do exercício de 1975. Anexa à resolução en contra-se a sistemática para atualização cadastral referente ao valor da terra nua.

II

O ano de 1975 se caracterizou por uma enorme expansão no valor dos empréstimos concedi dos à agropecuária brasileira, cujos saldos passaram de 62,9 bilhões de cruzeiros em dezembro de 1974, para 105,1 bilhões no dezembro seguinte, representando incremento de 67%, contra os 56,7% verificados no saldo dos empréstimos do sistema financeiro ao setor privado em geral. Os recursos líquidos carreados para o setor pelo Sistema Monetário atingiram 42.364 milhões de cruzeiros, dos quais 26.617 milhões destinaram-se às lavouras e 15.747 milhões à pecuária, con tra um fluxo total de 26.162 milhões de cruzeiros em 1974 (variação nominal de 61,9%).

São Paulo não constitui exceção, na medida em que o saldo dos empréstimos agrícolas do Banco do Brasil passaram de 7.055 milhões de cruzeiros em dezembro de 1974 para 11.896 milhões no mesmo mês de 1975, enquanto o saldo das aplicações dos bancos comerciais evoluía de 8.929 milhões de cruzeiros para 13.930 milhões. Isto representa aumento de 61,6% no valor dos em préstimos concedidos à agropecuária paulista; se bem que menor que a taxa observada para o Bra sil como um todo, esta taxa é bastante expressiva para uma agricultura comercial.

Tal situação decorreu da necessidade de se garantir a liquidez do sistema, várias ve zes ameaçada ao longo do período, a fim de que a taxa prevista de crescimento do produto fosse alcançada, mesmo com algum prejuízo da contenção do ritmo inflacionário. Com isto, enquanto o orçamento monetário previa um incremento da ordem de 30% nos meios de pagamento, o que se obser vou, de fato, foi uma elevação de 42,8%.

Com o objetivo de disciplinar as aplicações resultantes da expansão monetária, fizeram as Autoridades com que ela se desse, em grande parte, pela liberação de parcela adicional de depósitos compulsórios e pelo aumento dos redescontos. Com isto, puderam as instituições finan ceiras expandir acentuadamente seus empréstimos, notadamente no segundo semestre do ano, quando se observou sensível folga de liquidez no sistema. No caso específico dos empréstimos à agri cultura, fator adicional de expansão foram os repasses do Banco Central do Brasil à disposição dos bancos comerciais para aplicação nos programas destinados a atenuar os efeitos causados pe las geadas e enchentes em diversas regiões do País. Assim, chegou-se à dezembro de 1975 com uma excessiva oferta de moeda, que não pode ser reduzida através de operações no mercado aber to, face à crise que afetava, naquele momento, o mercado secundário de títulos da dívida públi ca.

De fato, se à expansão de 42,8% verificada nos meios de pagamento contrapor-se o cres cimento de 29,2% do índice geral de preços e o incremento estimado em 4% para o PIB, constata-se que, realmente, o ano de 1975 terminou com excessiva liquidez, o que favoreceu o recrudesci mento do ritmo inflacionário verificado nos primeiros meses de 1976.

Conseqüentemente a esta política, os redescontos e refinanciamentos, em todas as modali dades, concedidos pelo Banco Central do Brasil às instituições financeiras cresceram de 80% em

1975. Neste Estado, os refinanciamentos concedidos pela Delegação Regional do Banco Central do Brasil, apenas dentro dos Programas de Crédito Rural, expandiram-se de 63,8%, passando de 1.836,3 milhões de cruzeiros em dezembro de 1974 para 3.008,5 milhões, em dezembro de 1975.

Todo este aumento facilitou bastante a tomada de novos empréstimos pelos produtores rurais paulistas no segundo semestre do ano findo. De fato, em 1975 houve um incremento de 56,6% no valor corrente dos contratos de custeio efetivados. Essa oferta abundante deve ser considerada como uma das causas que propiciaram a notável expansão da área cultivada verificada no ano agrícola 1975/76, da ordem de 4,6%. Também é inegável que esta expansão deve ter corrido para deslocar a demanda por insumos agrícolas. Assim, estima-se que o consumo aparente de fertilizantes cresceu 5,5% no Brasil em 1975. Em São Paulo, de uma aplicação de 110,9 kg de nutrientes por hectare cultivado em 1974, estima-se que foram utilizados 115,3 kg em 1975, com um incremento, portanto, de 4%.

Mais notável é o caso dos defensivos, onde a par de um acréscimo de 40% no valor das vendas, que atingiu 2,8 bilhões de cruzeiros, notou-se uma redução no volume comercializado de inseticidas, fungicidas e acaricidas. Para o grupo dos herbicidas, no entanto, cuja utilização caracteriza uma tecnologia bastante evoluída, observou-se um incremento de 56% no volume físico de princípio ativo comercializado. No caso da indústria de tratores agrícolas, teve-se um aumento 25,4% em 1975, produzindo-se mais de 66 mil unidades.

Tal suposição é reforçada quando se sabe que, em 1975, foram formalizados 419.679 contratos de financiamento para aquisição de insumos subsidiáveis, no valor de Cr\$ 15,8 bilhões, dos quais 105.267, no valor de Cr\$ 3.957 milhões, para o Estado de São Paulo. Esses valores representam acréscimos anuais de 61,2% no número e 67,8% no valor dos contratos a nível nacional e 28,8% e 42,2%, respectivamente, a nível estadual. Paralelamente, sabe-se que a FUNDAG - Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola - subconta do FUNAGRI - Fundo Geral para a Agricultura e Indústria - apresentou em 1975 um fluxo líquido de Cr\$ 703,6 milhões, quase totalmente destinados a subsídios para a aquisição de insumos. Como decorrência, a agricultura paulista em 1975/76 teve melhor desempenho em termos físicos que o registrado em 1974/75.

O grande volume de recursos financeiros alocados pela agricultura no ano findo não contribuiu para a redução dos preços dos produtos agrícolas, uma vez que o índice geral de preços recebidos pelos agricultores paulistas cresceu 41,9% em 1975, contra uma taxa de inflação situada em 29,2%. Por outro lado, constatou-se o aumento de 97,7% no índice de preços recebidos de maio de 1975 a maio de 1976, contra um aumento de 40,1% no índice geral de preços - disponibilidade interna. O comportamento deste índice de preços recebidos pelos produtores, no entanto, está fortemente influenciado pela cotações de café, que sofreram substanciais elevações no período. De fato, ao excluir-se este produto, o acréscimo verificado no índice de preços recebidos em 1975 foi de 27,7%, enquanto para o período de maio de 1975 a maio de 1976 o aumento foi de 45,5%. Verifica-se, assim, que enquanto em 1975 os preços dos produtos agrícolas - exceção feita ao café - cresceram menos que o índice geral de preços, demonstrando com isto que os efeitos nefastos das geadas e secas foram superados a curto prazo pela agricultura paulista, o mesmo não ocorreu no primeiro semestre de 1976. Isto, apesar de, em 1975, o Banco do Brasil ter elevado de 94,9% as suas aplicações na Política de Preços Mínimos, que atingiu em dezembro daquele ano o valor de Cr\$ 6.791 milhões, dos quais Cr\$ 1.811 milhões referiram-se à aquisição de produtos agrícolas, o que representa um acréscimo de 426,4% em relação à dezembro anterior. Em São Paulo, as aplicações do Banco do Brasil na sustentação dessa política apresentavam em dezembro de 1975 um saldo de Cr\$ 714.167 mil.

O incremento do volume de recursos financeiros aplicados pelo Banco Central do Brasil na

agropecuária, através de repasses e refinanciamentos concedidos aos bancos comerciais, deve ter reduzido a participação percentual dos recursos próprios dessas instituições no financiamento rural, possivelmente a níveis equivalentes, aos vigentes antes da edição da Resolução nº 260 de 19/07/73, que elevou de 10% para 15% do valor dos depósitos à vista, as suas aplicações obrigatórias em crédito rural.

Por outro lado, tais aplicações do Banco Central são frequentemente orientadas através de programas especiais de crédito rural, cujos resultados operacionais são bastante discutíveis. Assim, de um lado, a multiplicidade de programas é um fator de complicação para os agricultores na tomada de novos empréstimos, não só pela dificuldade de acesso à informação dos itens e condições de financiamento em cada programa, como também pela necessidade, que por vezes ocorre, de ser elaborado mais de um projeto e formalizados diversos títulos de crédito. Apenas para o Estado de São Paulo, existem 15 programas especiais de crédito rural, incluindo o PESAC, fora as linhas normais de financiamento.

Por seu turno, tal multiplicidade de normas dificulta e encarece sobremaneira a operacionalidade do Sistema a nível de instituição financeira.

Não bastasse essa razão, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) vem sendo sobrecarregado pela implementação de uma série de Programas que pouco tem a ver com crédito, mas cuja operacionalidade é assegurada por sua relativa eficiência. Este é o caso de programas de subsídios e seguros que oneram a operação do crédito rural, exigindo uma série de providências adicionais e normas que fogem à prática bancária usual.

Por outro lado, como é óbvio, não há disponibilidade de recursos financeiros para atender a tal multiplicidade de programas, o que tem levado as Autoridades Monetárias e realocar recursos, inclusive de programas em funcionamento para outros em implantação, como é o caso do Programa Nacional do Alcool, que segundo se informa, está sendo operacionalizado com recursos inicialmente previstos para a ampliação dos PESAC's.

No momento, cuida o Governo Federal da unificação de alguns programas que se complementam ou se superpõem. Na realidade, porém, há necessidade de se reformular pela base, esse aspecto da política, que deve se pautar por duas linhas principais: o crédito rural de manutenção, com o objetivo de fornecer à agricultura brasileira os recursos de que necessita para a produção nos atuais níveis de tecnologia, e a adoção de poucos e bem dotados programas especiais, com o objetivo específico de apressar o desenvolvimento agrícola. A par de condições privilegiadas de encargos e prazos, deveriam os beneficiários dos programas especiais implantar seus projetos com orientação dos agentes de assistência técnica.

Quando se analisa a evolução do crédito rural com dados relativos ao valor dos financiamentos contratados, nota-se que a expansão ocorrida em 1975 foi ainda maior. De fato, enquanto em 1974 foram formalizados contratos no valor de Cr\$ 48,3 bilhões, em 1975 este valor alcançou a cifra de Cr\$ 89,9 bilhões, com um incremento, portanto, de 86,1%.

No Estado de São Paulo foram efetivados 418.933 contratos de financiamento em 1975, no valor de Cr\$ 21,2 bilhões, resultando em um valor médio de Cr\$ 50.652,00 por contrato. Em contrapartida, em 1974 foram formalizados 368.083 contratos de financiamento rural, no valor global de Cr\$ 13,2 bilhões, com um valor médio de Cr\$ 35.816,00. Verifica-se, assim, que enquanto o número de contratos apresenta um incremento de 13,8%, o valor contratado elevou-se de 61,0% em termos correntes, o que resulta em aumento real de 26,0%, ou seja, praticamente o dobro. Isto faz com que o valor médio do contrato, em 1975, apresente uma evolução de 10,7% em termos reais.

Vale notar que, em 1975, as nove principais culturas amparadas pela Política de Pre-

ços Mínimos e que dispõem de estatísticas específicas comprometeram, em São Paulo, recursos da ordem de Cr\$ 3.088,6 milhões apenas para o custeio de produção, correspondendo a 41,4% do valor total comprometido com custeio agrícola naquele ano.

Os problemas enfrentados pela política econômico-financeira reduziram a taxa de crescimento do produto e transferiram para 1976 um considerável resíduo inflacionário. Embora as dificuldades tenham sido provocadas por uma conjuntura internacional adversa e fatores internos aleatórios, ao que tudo indica os objetivos para 1976 serão diferentes, enfatizando o controle à inflação vis-a-vis o crescimento do produto. De fato, a oferta da moeda e crédito vem sendo mantidas sob rigoroso controle, fazendo com que o volume dos meios de pagamento, em abril deste ano, ainda se encontrasse 1,7% abaixo dos níveis verificados em dezembro último.

A expansão na oferta de crédito das Autoridades Monetárias, prevista no orçamento monetário, é bastante inferior à do ano passado, afirmando-se que deverá crescer de 41,4%, no caso do crédito total, podendo o crédito rural expandir-se a uma taxa de 45,5%, enquanto os descontos e refinanciamentos do Banco Central aos bancos comerciais deverão crescer a um ritmo tal que assegure expansão de apenas 25% nos meios de pagamento, dezembro a dezembro. Paralelamente, ao lado de uma grande oferta de títulos da dívida pública de longo prazo de vencimento, cuidaram as Autoridades Monetárias de elevar o percentual dos depósitos à vista que os bancos comerciais, compulsoriamente devem recolher ao Banco Central, o qual passou de 28% para 35%. Por tudo isto, a liquidez dos bancos comerciais deverá se manter em níveis relativamente baixos, restringindo, assim, a oferta de crédito.

O crescimento dos recursos a serem aplicados em crédito rural, no entanto, demonstra a preocupação do Governo em assegurar um fluxo para a agricultura brasileira, de modo a garantir as condições para um bom desempenho. Porém, deverão esses recursos assegurar o atendimento das necessidades financeiras do setor, sem a prodigalidade observada no ano findo. Dessa forma, é de se esperar maiores dificuldades para os agricultores paulistas na tomada de novos empréstimos, notadamente para investimento. Eventualmente, esta inversão da posição do mercado poderá facultar às instituições financeiras a ampliação de exigências de reciprocidade no atendimento das propostas de financiamento. E, conseqüentemente, gerando distorções na distribuição do crédito.

III

As medidas que vêm sendo tomadas pelo Governo Federal, culminando com a adoção dos contratos de risco, maior controle do consumo de combustíveis e restrição de outros gastos no exterior, resultaram de um processo de endividamento externo que se vinha prolongando por alguns anos e que passou a assumir maiores proporções depois da "guerra dos sete dias" e conseqüente embargo do petróleo. Assim, uma situação cujo controle vinha se processando satisfatoriamente, passou a integrar um contexto mais amplo, de caráter mundial, que atingiu indistintamente nações ricas e pobres.

Face a esta realidade, outro não poderia ser o comportamento do País senão o de limi-

tar suas despesas externas com bens menos essenciais, ao mesmo tempo que estimular a produção de divisas por diversas formas. Uma dessas formas - a entrada de capitais oriundos de outros países - viu-se debilitada pela própria carência resultante da crise e pela tendência dos países produtores de petróleo em investir nos países industriais e em elevar seu próprio nível de consumo. Outra - a venda de serviços - é de maturação lenta, no caso da venda de "know-how", ou vinculada a acordos com cláusulas de reciprocidade, no caso do transporte marítimo.

Restou, assim, ao País, o estímulo às exportações de mercadorias como a melhor das opções para equilibrar seu orçamento de divisas. Desde 1968, o setor exportador vem apresentando um desempenho excepcional, dobrando sua receita a cada três anos. Foi substancialmente diversificada a gama de produtos exportáveis e de mercados compradores, além de reduzida a participação da exportação de alimentos e matérias-primas do setor primário.

A despeito dessa tendência, o papel da agricultura nas exportações brasileiras continua a ser dos mais importantes. Sua participação surge hoje, além dos produtos primários, em um grande número de produtos industrializados que têm sua matéria-prima originária da agricultura. A verdade é que o Brasil foi e é um grande exportador de produtos agrícolas e continuará a sê-lo no futuro. Pode se afirmar, sem dúvida, que a melhoria da presente situação de pagamentos do País irá depender, em grande parte, da capacidade de produção do setor agrícola e da orientação da política governamental de comércio exterior.

É imperioso reconhecer que muito tem sido feito, desde 1968, por uma política de estímulo às exportações. No entanto, vários de seus aspectos, sobretudo os relativos a produtos agrícolas, devem ser cuidadosamente analisados.

O Brasil possui hoje, na realidade um sistema cambial de "taxas múltiplas". Do lado das importações, as tarifas e depósitos prévios estabelecem toda uma gradação de desestímulos que, traduzidos em cruzeiros, podem ser adicionados à taxa cambial de venda. Do lado das exportações, as isenções de impostos e as facilidades de crédito podem ser, da mesma forma, adicionadas a taxa cambial de compra, resultando um estímulo ao comércio. Visto sob este prisma, o País trabalha com número elevado e indefinido de taxas cambiais, cada qual composta pela taxa oficial vigente mais os ônus impostos, no caso das importações, ou os benefícios concedidos, no caso das exportações.

A necessidade de se criar tais adicionais e de elevá-los paulatinamente traduz a insuficiência das mini-desvalorizações cambiais em gerar estímulos ou desestímulos de preços suficientes para promover o equilíbrio da balança comercial.

O resultado desta situação, para a agricultura, é que seus produtos recebem menores estímulos à exportação do que aqueles concedidos aos produtos manufaturados. Além disso, os produtos agrícolas estão sujeitos a controles internos - sobretudo visando garantir o abastecimento - que reduzem ainda mais suas possibilidades de usufruir dos incentivos à exportação, quer na forma de benefícios fiscais ou creditícios, quer na forma de preços.

O sistema de estímulos à exportação como substituto da desvalorização cambial cria, com relação aos produtos agrícolas, dois tipos de "ilusão". De um lado, parece que os preços internacionais caem muito em relação aos preços internos. De outro, parece que os custos de produção nos países competidores são mais baixos que os nossos. Configura-se, assim, com maior frequência, o temido e nem sempre compreendido problema da gravosidade das exportações.

O argumento de que a indústria nacional necessita proteção especial é aceitável caso a taxa cambial seja um reflexo do poder de compra da moeda no mercado mundial. Caso, porém, essa taxa esteja super-valorizada tal argumento perde a razão de ser, pois muitas das manufaturas, hoje consideradas favorecidas, estariam na verdade recebendo o equivalente a um câmbio de

"equilíbrio", estando em condições de competir com o produto estrangeiro. Sendo assim, não haveria razão para que não se estendesse aos produtos agrícolas tratamento equivalente ao concedido a muitas das manufaturas exportadas.

O argumento de que ocorrem grandes flutuações nos preços dos produtos primários não impede que um país, como os Estados Unidos da América, exporte mais de 20 bilhões de dólares em produtos agrícolas, utilizando a agricultura como uma de suas grandes fontes de renda. Desprezar as vantagens comparativas de que o País dispõe simplesmente por não se deter o controle do mercado é uma posição utópica. Neste sentido, cabe ressaltar a formulação coerente e realista dada a este problema pelo Brasil na Assembléia Extraordinária das Nações Unidas sobre Matérias-Primas e Desenvolvimento, realizada em setembro último; na ocasião, foi proposto um acordo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para fixar novas regras gerais para o comércio.

O argumento de que o País aufere maior preço e utiliza mais recursos quando exporta um produto manufaturado é irretorquível. Porém, um preço mais alto por um produto diferente não significa necessariamente uma vantagem. O importante é saber a que custo se obtém aquele preço. Para que produtos manufaturados, baseados em matéria-prima agrícola, sejam competitivos com o similar estrangeiro, não há necessidade de penalizar a matéria-prima, impondo-lhe, no mercado interno, preços inferiores aos que receberia no mercado mundial. Quando isto se torna necessário, evidentemente os recursos nacionais estão sendo utilizados de forma imprópria e seriam melhor remunerados em outra alternativa. Haveria, assim, maior vantagem na exportação do produto in natura do que na do manufaturado.

A manifesta fragilidade dos argumentos em favor de um tratamento especial às exportações de manufaturados não impede, porém, que existam ponderáveis razões de ordem econômica pelas quais torna-se extremamente difícil, nas condições atuais, remover esta discriminação. A principal dessas razões é, evidentemente, a impossibilidade de um ajustamento substancial na taxa cambial, sob pena de se onerar desproporcionalmente a dívida externa do setor privado e os preços pagos por matérias-primas essenciais ao desenvolvimento do País.

Tal problema torna-se particularmente sério na presente situação, em que se faz necessário, a curto prazo, um decidido apoio às exportações. Cabe, por isso, examinar algumas das possibilidades de se contornar o problema da desvalorização pura e simples da taxa cambial, contribuindo, ao mesmo tempo, para melhorar o desempenho das exportações agrícolas. O objetivo seria, tão somente, equiparar parcialmente o tratamento, dispensando às exportações aquele oferecido aos produtos industriais.

Uma primeira possibilidade seria a instauração de um sistema de bonificações à exportação de produtos primários, acrescidas à taxa cambial, mantidos os estímulos não-cambiais ora existentes. Inversamente ao sistema vigente nos anos 50, esta medida introduziria uma bonificação cambial para exportações de alimentos e matérias-primas em bruto e manteria a taxa corrente para as demais exportações e a totalidade das importações.

Um sistema alternativo seria a criação de uma taxa cambial mais elevada que atingisse todas as exportações indistintamente, acompanhada de uma completa revisão nos atuais incentivos não-cambiais, de forma a reduzi-los.

Outra possibilidade seria não atuar sobre a taxa cambial e, simplesmente, estender aos produtos básicos parte dos estímulos hoje concedidos aos manufaturados. Esta alternativa tem seu alcance limitado pelo fato de certos incentivos, incidentes sobre impostos e financiamentos exclusivamente aplicáveis a produtos industrializados não poderem ser outorgados a produtos in natura. Existe, no entanto, uma apreciável faixa de incentivos que poderiam ser aproveita-

dos para este fim.

Ainda na linha de não atuar sobre a taxa cambial, poder-se-ia estudar um sistema de subsídio de preços aplicável à exportação de produtos básicos, de forma a equipará-los, em tratamento, a determinada classe de produtos manufaturados de exportação. Esta medida, embora deva ser evitada como solução de longo prazo, pode ser conveniente em situações específicas.

Um aspecto fundamental de qualquer medida de elevação dos preços de exportação é seu impacto sobre o mercado interno. Caso a elevação desses preços se restrinja somente aos chamados produtos básicos, este impacto seria bastante atenuado pelo sistema de quotas de exportação, que se costuma aplicar aos principais itens desse grupo (café, açúcar, soja, algodão e carne, entre outros). Acredita-se que uma "abertura" visando estimular a exportação de produtos primários aumentaria substancialmente a agressividade do exportador brasileiro em direção a novos mercados, surgindo uma nova motivação para dinamização da oferta não só para o exterior, como para o próprio mercado doméstico.

É de se notar, também, que o estímulo às exportações de produtos básicos resultaria em uma realocação de recursos em favor de produtos em que o País detém apreciáveis vantagens comparativas, o que, em si, já representa uma poderosa contribuição ao aumento da eficiência e da renda nacional.

(IEA, 20/07/1976)

6 - MERCADOS DE PRODUTOS

- Arroz

- Panorama internacional

A produção mundial de arroz em casca da safra 1975/76, que compreende o período de 01/7/75 a 30/6/76, conforme estatísticas disponíveis em maio, é estimada em 344 milhões de toneladas e constitui-se em novo recorde, correspondendo a um aumento de 5,5% em relação à anterior. Acrêscimos mais significativos ocorreram na Índia, República Popular da China, Bangladesh e Japão.

O aumento da produção nos principais países importadores e as dificuldades de seus respectivos balanços de pagamentos vem contribuindo para uma redução do comércio mundial do produto. Com efeito, o volume das transações de arroz beneficiado para o ano civil de 1976 é estimado em cerca de 7,2 milhões de toneladas, contra 7,3 milhões em 1975 e 7,6 milhões em 1974. Os estoques mundiais a 30/6/76 são calculados em torno de 14,4 milhões de toneladas, representando um acréscimo substancial em relação ao do ano anterior (10,5 milhões de toneladas).

As cotações internacionais do arroz, após os níveis recordes atingidos em abril de 1974, caíram seguidamente pela diminuição efetiva de importação, em especial a dos países em desenvolvimento. Assim, o arroz branco tailandês, com 5% de quebrados, indicador base do mercado internacional, cotado em abril de 1974 a 630 dólares por tonelada, FOB-Bangkok, caiu para 400 dólares um ano após e para 251 dólares em abril de 1976.

- Situação interna

Segundo a Fundação IBGE, a produção brasileira de arroz em casca da safra 1974/75 foi de 7.538 mil toneladas, superando em 16,3% a anterior. Para a safra 1975/76, a estimativa gira em torno de 10.145 mil toneladas, conforme levantamento de abril de 1976. Para o Estado de São Paulo, de acordo com o 4º levantamento de previsões e estimativas das safras agrícolas, realizado em abril, a área plantada com arroz para o ano agrícola 1975/76 foi estimada em 620,3 mil hectares, correspondendo a um aumento de 18,4% em relação à do ano anterior. Ressalte-se que esse acréscimo poderia ser maior não fosse a redução verificada na DIRA de Ribeirão Preto (-19,2%), uma das maiores regiões produtoras do Estado. Essa retração regional deveu-se principalmente à falta de chuvas no início do ano agrícola, o que impediu, inclusive, o plan-

tio na época mais propícia, além de elevado grau de competição em outras atividades. A produção estadual foi estimada em 900,0 mil toneladas, correspondendo a um aumento de 76,5% em relação à de 1974/75. Esse elevado percentual de acréscimo da produção deve-se, em boa parte ao rendimento de 1.451 kg/ha em 1975/76, um dos maiores dos últimos 25 anos, contra 974 kg/ha em 1974/75, índice dos mais baixos para o Estado (quadro 44).

As sucessivas baixas nos preços recebidos pelos produtores paulistas nos primeiros meses de 1976 é reflexo da grande produção obtida não apenas no Estado de São Paulo, como também nas demais regiões produtoras brasileiras (quadro 45). Tal comportamento, bem diferente dos dois últimos anos, quando os preços ascenderam em pleno período de maior oferta do produto, mostra que na temporada 1975/76, as cotações, em termos reais, são inferiores às das duas últimas safras e mais consistentes com o padrão de variação estacional (figura 2).

Fato a destacar é a queda dos preços recebidos pelos produtores na atual safra (1975/76), inclusive dada a baixa qualidade do produto obtido. Assim, como os preços médios coletados pelo IEA incluem o valor da sacaria (estimada em Cr\$ 5,00/unidade), os de abril e maio p.p., respectivamente Cr\$ 96,20 e Cr\$ 95,40, encontram-se abaixo do preço mínimo médio estabelecido para São Paulo (Cr\$ 77,38/50kg, ou seja, Cr\$ 92/86/60kg, livre de sacaria), possivelmente face aos deslucros sofridos na comercialização.

Embora não se disponha de dados, acredita-se que a procura pelos EGFs (Empréstimos do Governo Federal), tenha aumentado substancialmente na safra 1975/76, dado aos baixos níveis de preços no mercado. Essa situação é consistente com a intensificação das entradas do produto nos armazéns da Companhia de Entrepósitos e Armazens Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP) nos meses de março a maio de 1976. Como consequência, não há perspectiva de grande oscilação de preços até a entrada da safra 1976/77, porquanto os estoques acumulados são suficientes para o consumo interno, sugerindo que tais oscilações serão de menor amplitude que aquelas do padrão da variação estacional.

No mercado atacadista da cidade de São Paulo, os preços de todos os tipos de arroz beneficiado, após altas especulativas na última entressafra, vem apresentando quedas sucessivas nos primeiros meses de 1976, acreditando-se que tenham atingido em maio, níveis de estabilização. Visando coibir tentativas de manobras especulativas, o Governo Federal tomou, em 1975, algumas medidas como: a) autorizar importações de arroz da Itália, Colômbia e Uruguai; b) restringir o crédito de comercialização nas principais zonas produtoras; e c) acumular estoques reguladores. Ainda em setembro, baixou normas de padronização do arroz beneficiado para a comercialização interna e fixou preços máximos de venda no atacado e no varejo, válidos para todo o território nacional. Os objetivos destas medidas (disciplinar a comercialização e compatibilizar o preço e a qualidade do arroz), somente viriam a ser atingidos com a entrada da nova safra, de 1975/76, de apreciáveis dimensões. Até então, face ao volume relativamente reduzido da safra dos estados centrais, os preços ascenderam a níveis altíssimos, que foram transferidos aos consumidores através do rebaixamento do tipo do produto (com maior percentual de quebrados) nas zonas onde existia o controle de preços.

Como resultado da escassez de tipos de boa qualidade dos estados centrais, cresceu a participação do arroz das variedades norte-americanas (popularmente denominado "agulhinha") nos mercados de São Paulo e do Rio de Janeiro, alcançando atualmente maior valor comercial.

Ao contrário do ano passado, quando foram tomadas algumas medidas drásticas para frustrar as tentativas de especulação (como importações de arroz, restrições ao crédito, etc), no presente ano, com o intuito de sustentar o mercado, o Governo Federal houve por bem estabelecer:

- a) a concessão de créditos à pré-comercialização de arroz, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, com prazo de até 180 dias, observando-se os vencimentos finais até 30/11/76 e para as operações de comercialização o limite de 90 dias, com vencimento final não excedendo a 30/09/76; e
- b) a formação de estoques reguladores nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, mediante a compra, por parte da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) e Cooperativas, de 8,5 milhões de sacas de 50kg em casca, ao preço de Cr\$ 85,50 por saca, do tipo 2, em cidades pré-determinadas.

O volume das exportações brasileiras de arroz (inclusive quirera), em 1975, somou apenas 2,061 toneladas, contra 56.783 toneladas em 1974. A queda da receita cambial de 17 milhões de dólares em 1975 (-93%), foi menor que a queda da quantidade exportada (-95%), devido ao aumento do preço médio de exportação (+49%).

- Perspectivas

O declínio acentuado dos preços recebidos pelos produtores paulistas no decorrer da safra 1975/76, atingindo mesmo, em valores reais, a níveis 40% inferiores aos do ano anterior (considerando-se as médias do período março-junho) foi, em parte, compensado pelo aumento verificado no rendimento físico da cultura. Mesmo assim, admite-se que tenha havido uma deterioração na receita bruta da exploração, se confrontada com a de 1974/75.

Levando-se em consideração somente, o resultado econômico obtido na safra 1975/76, o qual foi aquém da expectativa dos produtores e que por si só constitui em fator decisivo para a tomada de decisões quanto ao próximo plantio, admite-se uma redução de 10 a 15% na área destinada à cultura do arroz em São Paulo. Outros fatores reforçando essa perspectiva são os atuais estoques oficiais e particulares e a instituição pelo Governo Federal de preços máximos de venda a varejistas e consumidores. Paralelamente, as possibilidades de exportação a curto prazo são diminutas, tendo em vista que os baixos preços externos tornam o produto brasileiro gravoso. Assim, o arroz brasileiro, do tipo especial, foi cotado em maio, ao equivalente a 328 dólares por tonelada, FOB-Porto Alegre, enquanto o similar da Tailândia, em 233 dólares, FOB-Bangkok, o que corresponde a uma gravosidade de 41% do produto nacional. Além, a participação brasileira no mercado internacional tem sido bastante diminuta, não atingindo 2% do total comercializado na média dos últimos 10 anos. Concluindo, é lícito admitir-se que uma provável redução nos plantios das principais regiões produtoras do País resulte numa diminuição da oferta de arroz, o que poderá provocar uma recuperação dos preços a níveis mais favoráveis ao produtor.

O custo operacional de produção da lavoura irrigada no Vale do Paraíba, com produtividade de 39 sacos, é estimado em Cr\$ 4.026,47 por hectare, enquanto para lavouras de sequeiro, em Olímpia, com produtividade de 19 sacos, o valor encontrado foi de Cr\$ 2.659,16 por hectare.

(IEA, 21/07/1976)

QUADRO 44. - Área Plantada, Produção e Rendimento, Arroz em Casca, Estado de São Paulo, 1970/71 a 1975/76

Ano agrícola	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
1970/71	556,6	348,0	625
1971/72	503,0	660,0	1.312
1972/73	519,0	582,0	1.121
1973/74	464,7	582,0	1.252
1974/75	523,7	510,0	974
1975/76 ⁽¹⁾	620,3	900,0	1.451

⁽¹⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 45. - Preços Médios Mensais de Arroz em Casca Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1972-76
(Cr\$/sc.60kg)

Mês	1972		1973		1974		1975		1976	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	56,16	113,99	57,34	100,71	62,24	93,51	140,38	157,61	132,23	113,84
Fev.	54,04	107,55	51,68	89,74	59,64	87,25	137,33	150,87	119,40	98,77
Mar.	47,49	93,30	45,72	78,29	62,31	87,21	115,36	124,72	101,20	80,67
Abr.	39,80	77,21	46,19	78,00	77,96	103,66	117,80	125,15	96,20	73,99
Mai.	40,79	78,38	48,50	81,01	86,90	111,68	124,93	130,02	95,40	70,97
Jun.	44,57	84,85	50,84	84,00	85,31	107,60	127,69	130,02	96,40	69,77
Jul.	49,88	93,79	51,75	84,82	82,30	102,54	130,60	130,18
Ago.	50,81	94,10	54,00	87,57	83,61	102,92	137,38	133,25
Set.	54,49	99,71	57,13	91,68	94,67	114,46	145,79	138,13
Out.	58,06	105,30	62,50	98,74	104,35	124,45	150,61	139,67
Nov.	57,89	104,07	64,40	100,71	113,84	133,69	144,11	130,68
Dez.	58,14	103,91	63,28	97,71	124,64	143,08	138,86	123,36

⁽¹⁾ Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base: 1975=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

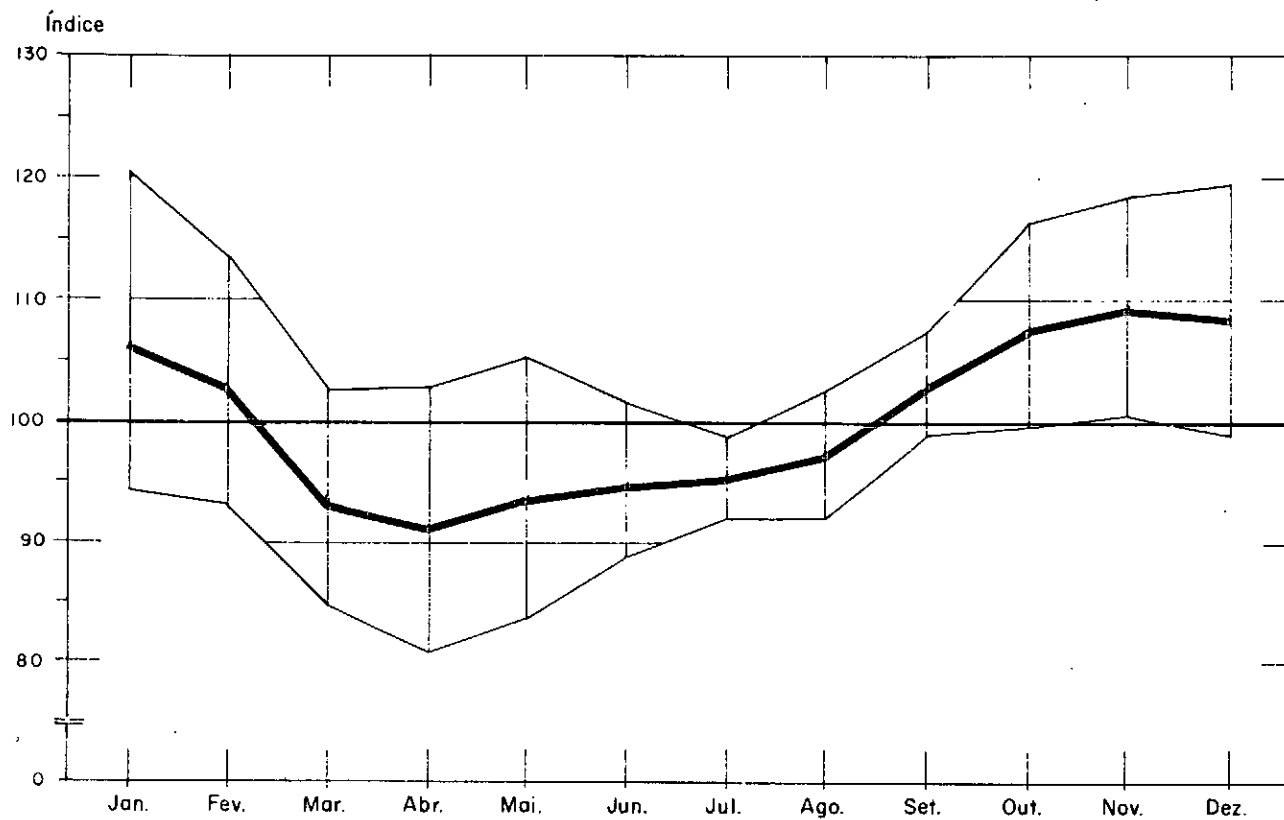


FIGURA 2. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Arroz em Casca, Estado de São Paulo, 1969-75.

- Feijão

- Panorama internacional

A produção mundial de feijão no ano agrícola 1974/75 é estimada em torno de 12,7 milhões de toneladas, contra 12,0 milhões em 1973/74. A produção brasileira tem representado cerca de 20% desse total, constituindo-se no maior produtor e também consumidor mundial. Seguem-se-lhe como maiores produtores a Índia, a República Popular da China, o México e os Estados Unidos que, em conjunto com o Brasil, representam cerca de 2/3 da produção mundial.

O comércio internacional de feijão, contudo, é bastante restrito, porquanto os países grandes produtores são igualmente grandes consumidores, notadamente Brasil e México.

Estados Unidos, México e Brasil são os maiores exportadores mundiais. Apesar disso, no Brasil, as importações especialmente dos tipos branco e preto, tem sido mais regulares que as exportações.

- Situação interna

A produção brasileira da safra 1974/75 foi estimada pela Fundação IBGE, de acordo com o levantamento realizado em dezembro de 1975, em 2.271 mil toneladas, correspondendo a um aumento de apenas 1,5% em relação a de 1973/74. Tal estimativa engloba as safras realizadas em dois períodos: a primeira, correspondendo à safra das águas, estimada em 1.159 mil toneladas e a segunda, correspondente à safra da seca, em 1.112 mil toneladas. Conforme levantamento realizado em abril de 1976 pela Fundação IBGE, a produção da primeira safra de feijão em 1975/76 é estimada em 1.005 mil toneladas, representando queda de 13,3% em confronto com a safra correspondente de 1974/75. As informações disponíveis sobre a segunda safra também indicam uma produção global menor, devido ao excesso de chuvas e geadas no Sul, e ao prolongamento da seca no Nordeste do País.

No Estado de São Paulo, de acordo com o 4º levantamento de previsões e estimativas das safras agrícolas, realizado em abril, a área plantada na safra das águas de 1975/76 foi estimada em 104,0 mil hectares, ou seja, 20,0% inferior ao plantio correspondente de 1974/75 (quadro 46). É, porém, superior em 2,8% ao cultivo da seca do ano anterior. A produção, estimada em 46,7 mil toneladas foi, por sua vez, inferior em 10,5% à de 1974/75.

A área plantada na safra da seca de 1975/76 aumentou 29,0% em confronto com a correspondente do ano anterior, passando de 101,2 mil hectares para 130,5 mil. Em relação ao último plantio das águas, o aumento foi de 25,5%. A produção da seca de 1975/76 está estimada em 93,6 mil toneladas, o que superaria em 64,2% à da seca de 1974/75, face à expectativa de melhoria do rendimento físico da cultura. Fato de realce é a crescente participação da utilização de sementes da variedade carioca na área plantada do Estado, graças ao melhor rendimento cultural e à crescente aceitação pelo consumidor paulista. Atualmente, representa a maior área plantada, seguida das variedades rosinha, jalo e bico-de-ouro.

No Paraná, estado maior produtor do País, a área plantada na safra das águas de 1975/76 é estimada em 628,6 mil hectares, com expansão de 3,2% em relação ao plantio correspondente de 1974/75. Com a queda verificada no rendimento, a produção (488,5 mil toneladas) foi 2,9% menor. Para o cultivo da seca, a área e a produção foram estimadas em 180,0 mil hectares (+13,1%) e 118,6 mil toneladas (+13,1%), respectivamente. Informações mais recentes indicam que problemas

fitossanitários e climáticos afetaram o rendimento dessa segunda safra, reduzindo a estimativa da produção a nível equivalente à do ano anterior (104,9 mil toneladas).

Os preços recebidos pelos produtores paulistas, após altas substanciais no período agosto-outubro de 1975, declinaram até dezembro, com a intensificação das ofertas de feijão novo (quadro 47). De janeiro a maio, com quebras de produção no Paraná e em São Paulo, devido a excessos de chuvas e na Bahia, motivada pela estiagem, os preços tiveram elevações significativas, comparáveis às de 1973, quando ocorreram os mesmos problemas na produção. Em junho, todavia, verificou-se queda nos preços, face à intensificação das ofertas de feijão da seca, prevendo-se que a partir de julho novamente ocorram altas, conforme indica o padrão da variação estacional de preços (figura 3).

O abastecimento do mercado atacadista da cidade de São Paulo, no decorrer de 1975/76, foi de relativa escassez, agravado pela má qualidade do produto. Ressalte-se que os altos níveis de preços pagos pelos consumidores nos últimos três anos, parecem ter provocado queda no consumo per capita. A escassez de produtos de boa qualidade fez com que os preços de venda no atacado também "disparassem". Os tipos mais comercializados no mercado atacadista da cidade de São Paulo apresentaram os seguintes percentuais de acréscimos de preço no período dezembro/75-maio/76: carioca (194%), rosinha (159%), jalo (127%), rajado (153%), roxinho (46%), bico-de-ouro (153%) e preto (60%). No mesmo período o preço médio recebido pelos produtores paulistas sofreu alta de 162%. Diferenças de variações de preços entre os tipos podem ser explicados pela disponibilidade do produto no período, cabendo ainda ressaltar que o consumidor tem preferência por produtos de melhor aspecto, de fácil cozimento e de melhor conservação, embora a preços mais elevados, em detrimento de produtos inferiores.

Face a alta generalizada dos preços do feijão, foi instituída pela Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), em meados de junho de 1976, a tabela de preços máximos para o feijão preto a granel e empacotado, no atacado e no varejo, válida para todo o território nacional, exceto a região Norte. Para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro e Distrito Federal, o preço para venda a granel no atacado foi fixado em Cr\$ 314,75 por saca de 60kg. Paralelamente, dada a perspectiva de insuficiência do produto, o Governo Federal está no momento desenvolvendo negociações para a compra de até 30 mil toneladas em outros países, principalmente México e Chile.

- Perspectivas

Espera-se aumento generalizado no plantio da safra das águas de 1976/77 nas principais regiões produtoras do País, em vista aos elevados preços recebidos pelos agricultores no decorrer da safra de 1975/76 e aos reduzidos estoques.

No Estado de São Paulo, em alguns municípios da DIRA de Sorocaba, com ecologia favorável ao desenvolvimento da feijoicultura, tem-se obtido bons resultados econômicos com a atividade nos últimos quatro anos, mormente na safra da seca. Existem algumas vantagens comparativas para o cultivo da seca naquela região do Estado em relação ao do norte paranaense, podendo-se citar a obtenção de produto de melhor qualidade; menor incidência de pragas e moléstias e maior potencial de melhoria do índice de rendimento, com o uso de tecnologia moderna. Na safra das águas, o produto paulista, além de maiores riscos climáticos, sofre a concorrência da oferta do produto paranaense.

Em resumo, acredita-se que as importações previstas e a reduzida disponibilidade de sementes melhoradas de feijão de cores para o próximo plantio não deverão ser obstáculos para a próxima safra. Admite-se mesmo que, devido principalmente à boa realização financeira na safra 1975/76, ocorra aumento de área plantada no Estado em relação ao plantio das águas anterior (104,0 mil hectares), podendo mesmo superar a área da última safra da seca (130,5 mil hectares).

Nas regiões paulistas de Avaré e Itapeva, com produtividades variando de 9 a 14 sacas/ha, as estimativas de custo operacional, em 1976/77, situam-se entre Cr\$ 1.528,00 e Cr\$ 1.982,00 por hectare.

(IEA, 21/07/1976)

QUADRO 46. - Área Plantada, Produção e Rendimento da Cultura do Feijão, Estado de São Paulo, 1970/71 a 1975/76

Ano agrícola	Safrá das águas			Safrá da seca		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
1970/71	128,3	54,0	421	130,7	84,0	643
1971/72	115,0	51,0	443	135,0	72,0	533
1972/73	125,0	55,8	446	145,0	78,0	538
1973/74	158,6	62,4	393	131,0	69,0	527
1974/75	130,0	52,2	402	101,2	57,0	563
1975/76 (1)	104,0	46,7	449	130,5	93,6	717

(1) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 47. - Preços Médios Mensais de Feijão Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1972-76
(Cr\$/sc.60kg)

Mês	1972		1973		1974		1975		1976	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	62,52	126,90	108,54	190,65	116,56	175,13	139,38	156,48	250,54	215,70
Fev.	61,01	121,43	123,45	214,38	107,12	156,72	123,39	135,55	292,70	242,14
Mar.	64,40	126,53	180,50	309,07	107,70	150,73	127,77	148,95	365,40	291,27
Abr.	63,32	122,83	238,58	402,89	115,36	153,40	140,35	149,11	461,90	355,26
Mai.	70,85	136,15	226,59	378,47	203,66	261,73	206,86	215,29	517,80	385,21
Jun.	70,84	134,86	220,91	365,01	198,50	250,37	216,46	220,41	476,50	344,86
Jul.	72,73	136,76	227,73	373,26	173,37	216,01	244,93	244,13
Ago.	87,77	162,55	241,43	391,52	163,39	201,12	358,42	347,65
Set.	93,85	171,73	252,27	404,82	172,39	208,43	332,90	315,41
Out.	101,59	184,24	249,40	394,03	173,42	205,59	372,01	344,99
Nov.	103,71	186,43	181,50	283,83	168,19	197,51	265,13	240,42
Dez.	99,31	177,48	122,44	189,06	177,67	203,95	197,71	175,65

(¹) Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base: 1975=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

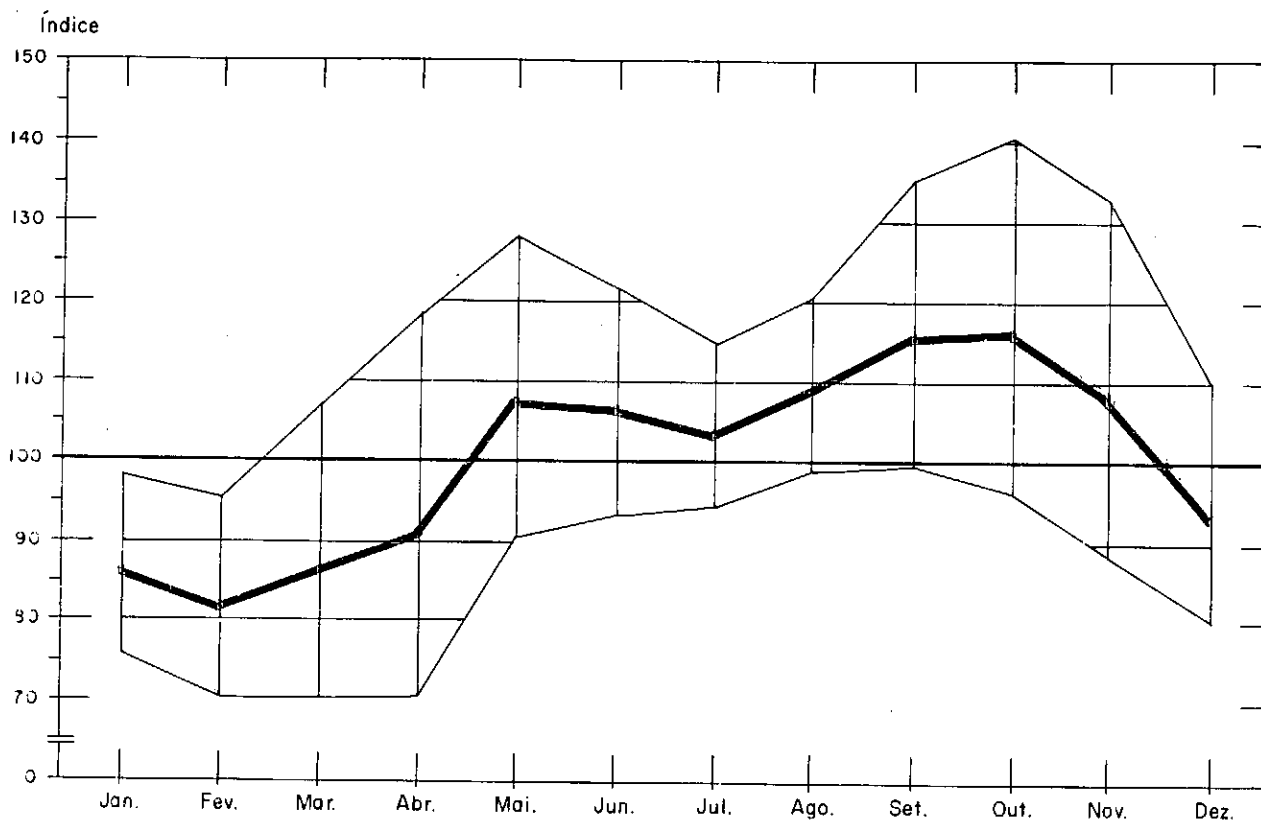


FIGURA 3. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Feijão, Estado de São Paulo, 1969-75.

- Algodão

- Panorama internacional

As estimativas disponíveis indicam uma redução da produção em relação à temporada precedente (1974/75) de 16% e um aumento de cerca de 6% no consumo, o que possibilitou uma considerável melhoria na situação do produto para a safra mundial de 1975/76 (quadro 48). Assim, os estoques mundiais de 19 de agosto de 1976 estão avaliados em 21 milhões de fardos, representando uma queda aproximada de 29% sobre os de 19 de agosto de 1975.

Essa melhoria, que possibilitou a manutenção de preços relativamente altos para o produto através do ano, na realidade foi menor que a vaticinada por aqueles que esperavam uma recuperação mais rápida na economia, principalmente dos países da Europa Ocidental e do Japão.

A indústria têxtil mundial mostrou-se mais ativa, mas em termos modestos, não alcançando ainda as performances de 1973/74. Por outro lado, não se deve esquecer o fato de que a melhor posição estatística do algodão é, antes de mais nada, consequência de uma menor produção. Tal redução deveu-se à contração na área de cultivo, bem como ao baixo rendimento.

Dada a conjuntura, é aguardada uma expansão generalizada na área de plantio para a temporada 1976/77. Ainda que as informações até agora existentes aludem a um modesto acréscimo de 6% nessa área (com exceção dos Estados Unidos, onde se espera aumento de 21%), isso poderia representar, a rendimentos normais, uma elevação de 10% no volume global da produção. Por sua vez, um tal acréscimo faria com que a oferta total de algodão, a despeito da violenta queda no "carry-over" de 19 de agosto de 1976, ficasse em níveis praticamente iguais aos da temporada precedente, estimado em 84,7 milhões de fardos.

O comércio internacional do algodão na temporada de 1975/76 (agosto-julho), melhorou sensivelmente, devido à maior procura do produto, sobretudo nos meses mais recentes, dada a continuação da recuperação têxtil mundial. O Comitê Consultivo Internacional do Algodão, estimou em junho p.p., o volume do comércio internacional da fibra em 1975/76 em 17,5 milhões de fardos de 478 libras de peso líquido (217 quilos), superior ao montante de 1974/75, que foi de 17 milhões de fardos.

- Situação interna

As diminutas proporções da área de plantio, acompanhadas das adversidades climáticas que incidiram tanto na Região Meridional como na Setentrional, colocaram o País numa posição "sui generis" em matéria de economia algodoeira.

O Brasil, até aqui um dos grandes exportadores mundiais dessa fibra, quase certamente não irá obter nesta temporada, algodão em quantidade suficiente para atender seu consumo interno, mesmo lançando mão do estoque de 50 mil toneladas da safra 1973/74 de posse da Comissão de Financiamento da Produção (CFP). O comportamento da produção da Região Meridional, por ser a mais importante zona, foi o principal causador dessa situação, muito embora a seca no Nordeste tenha provocado também vultosos prejuízos à safra daquela região.

O plantio em São Paulo em 1975/76, de acordo com os últimos dados disponíveis, acusou uma queda de quase 40% em relação ao ano precedente, o qual, por sua vez, já fora menor que o de 1973/74. Aliás, pelo quarto ano consecutivo a superfície semeada com algodão em São Paulo vem se contraindo, a uma média de 17% ao ano (quadro 49). Do que foi dito, resul-

ta que o plantio em 1975/76 foi apenas 35% daquele de 1971/72 e seria necessário recuar 43 anos (1932/33) para encontrar menor área plantada com algodão no Estado. A retração verificada em São Paulo ocorreu também, embora em proporções diferentes, nos demais estados produtores da Região Meridional.

Por sua vez, o comportamento do tempo em 1975/76 mostrou-se muito adverso à cultura. No início as chuvas foram atrasadas e escassas. Depois que se firmou a estação chuvosa, elas vieram abundantes, principalmente nos três primeiros meses do ano, prosseguindo em abril e maio. Estas precipitações, que normalmente deveriam começar a escassear em março, trouxeram resultados desastrosos à produção, tanto no aspecto quantitativo como no qualitativo.

Em decorrência, a safra da Região Meridional está sendo avaliada em torno de 230 mil toneladas de algodão em pluma (quadro 50). De notar que após estas estimativas houve ainda ocorrência de muitas chuvas, não podendo constituir surpresa novas revisões para menos.

Defrontando-se com tempo adverso, a presente safra registra sensível deterioração na qualidade. Esta ganha maior relevo quando se coteja com a safra anterior (1974/75), excepcionalmente boa sob o ponto de vista qualitativo. Com efeito, tomando-se a distribuição percentual dos tipos em que se distribui o algodão classificado como elemento de avaliação, pode-se compor o quadro 51. Um exame desses dados mostra que em 1975/76 a safra foi bem inferior a de 1974/75, semelhante a de 1973/74 e inferior à de 1972/73. O produto paranaense, qualitativamente, pode ser considerado igual ao de São Paulo, sendo que o de Goiás pode ser tido como bem inferior. Nesses dois estados, o contraste entre a safra 1974/75 e 1975/76, é menor que em São Paulo, devido ao fato daquela não ter sido tão boa como a sua correspondente paulista.

Quanto à qualidade intrínseca da fibra não se dispõe ainda de informações mais precisas sobre a última safra. De acordo, no entanto, com informações esparsas, o micronaire (índice de finura) também acusa certa deterioração, o que é perfeitamente aceitável face ao mau tempo reinante na fase de maturação das maçãs. De modo semelhante e até certo ponto vinculado ao micronaire, pode-se esperar que o "pressley" (índice de resistência) tenha sido um pouco afetado. Quanto ao comprimento da fibra e por informações obtidas, nenhuma alteração digna de registro foi observada.

Sendo o consumo do País estimado em cerca de 400 mil toneladas, é evidente que a produção brasileira em 1975/76 será inferior a essa grandeza, já que o volume da safra do Nordeste, mesmo bem antes de se agravarem agudamente os efeitos da seca, estava estimado em 150 mil toneladas. Com isso, o País deixaria de participar do mercado internacional, fato que além das consequências imediatas, poderá trazer implicações a longo prazo.

A redução na oferta trouxe reflexos diretos nos preços do produto. No interior do Estado, o algodão em caroço, que no início da colheita estava cotado em torno de Cr\$ 55,00 por arroba, para o tipo médio (5 ou regular), subiu em fins de junho para Cr\$ 100,00, e até mais, representando uma alta de mais de 80% (quadro 52). Por sua vez, o algodão em pluma passou de Cr\$ 160,00/15kg (tipo 5) no início de 1976, para Cr\$ 345,00 no primeiro pregão de julho, o que equivale a um aumento de mais de 115%. Cumpre notar que esse comportamento dos preços deu-se independentemente das cotações internacionais do algodão, sendo exclusivamente o resultado da relação oferta-procura internas, distoando inclusive do padrão de variação internacional de preços (figura 4).

O Brasil vem perdendo, nos últimos seis anos, sua posição de um dos maiores exportadores mundiais de algodão. Com efeito, após a exportação recorde de 439,4 mil toneladas em 1969, quando ocupou a terceira posição (logo após os Estados Unidos e a Rússia), sua participação no mercado internacional tem declinado ano após ano (quadro 53). As exportações brasi-

sileiras em 1975 totalizaram 107,2 mil toneladas, superando em 28,9% as de 1974. O valor cresceu percentualmente bem menos (7,5%) dada a queda no preço médio.

- Perspectivas

Entre as causas favoráveis ao aumento da próxima semeadura podem ser citados os excelentes preços recebidos pelos produtores durante a safra 1975/76 e as boas perspectivas de preços a vigorarem em 1976/77, quando o mercado interno ainda deverá ser o principal componente na formação dos preços. Não obstante, existem alguns motivos que podem impedir maior ampliação da área de algodão, como a crescente escassez da mão-de-obra (mormente por ocasião da colheita), a competitividade de outras culturas, como soja, milho e cana-de-açúcar, e a frustração das duas safras anteriores.

Vale lembrar ainda que se trata de cultura de difícil implantação, exigente de elevados investimentos em máquinas e equipamentos, pessoal habilitado e adequada infraestrutura comercial.

Do balanço entre os fatores citados e levando-se em consideração apenas a conjuntura atual, é razoável admitir-se um aumento na área a ser plantada de 20 a 25% para o Estado de São Paulo. Isso corresponderia a uma superfície de plantio de 268-280 mil hectares, não chegando, portanto, a recuperar a queda verificada no último ano. Admitindo-se a obtenção de rendimento físico da ordem de 1.300 kg/ha, obtido em média no último quinquênio, chegar-se-ia a um volume de 125-131 mil toneladas de algodão em pluma.

Dado ao fato de serem diferentes as condições das culturas competitivas no Paraná e também por ter sido um pouco melhor que em São Paulo o comportamento das últimas safras, aguarda-se naquele Estado uma expansão da área de plantio em torno de 30 a 40%. Este aumento deverá ser proporcionado principalmente pelos pequenos produtores de soja, milho e arroz e pelas reformas de pastagens.

Dos demais estados produtores da Região Meridional (Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso) não se dispõe de informações até o momento, mas parece lícito aguardar-se aumentos. Mesmo assim, tudo indica que dificilmente a área a ser plantada na Região Meridional, suplantará a de dois anos atrás. Caso iguale e consiga rendimentos normais, pode-se contar com volume aproximado de 360 mil toneladas de algodão em pluma na Região Meridional fazendo com que o excedente exportável seja reduzido.

Em termos de estimativa de custo operacional ele deverá variar de Cr\$ 3.607,00 por hectare a Cr\$ 5.038,00 por hectare, em função da tecnologia e da região produtora.

(IEA, 22/07/1976)

QUADRO 48. - Situação Mundial do Algodão, 1970/71 a 1975/76
(milhões de fardos)⁽¹⁾

Ano agrícola ⁽²⁾	Estoque (em 1º de agosto)	Produção	Consumo
1970/71	22,1	54,0	56,3
1971/72	20,7	59,1	57,9
1972/73	20,9	63,4	60,8
1973/74	23,3	64,6	63,1
1974/75 ⁽³⁾	24,8	65,2	60,2
1975/76 ⁽³⁾	29,6	55,1	63,7

(¹) Fardo de 478 libras de peso líquido (216,5 kg).

(²) De 1º de agosto a 31 de julho.

(³) Dados preliminares.

Fonte: Comitê Consultivo Internacional de Algodão.

QUADRO 49. - Área Plantada, Produção e Rendimento da Cultura do Algodão, Estado de São Paulo,
1970/71 a 1975/76

Ano agrícola	Área (1.000ha)	Produção (¹) (1.000t)	Rendimento (¹) (kg/ha)
1970/71	605,0	668,0	1.104
1971/72	630,0	660,0	1.048
1972/73	430,0	621,0	1.444
1973/74	395,6	519,6	1.313
1974/75	368,0	489,6	1.330
1975/76 (²)	223,3	301,5	1.350

(¹) Algodão em caroço.

(²) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 50. - Produção de Algodão em Pluma da Região Meridional do País, 1971/72 a 1975/76
(1.000 toneladas)

Ano agrícola	São Paulo	Paraná	Goiás	Minas Gerais	Mato Grosso	Total
1971/72	270	126	65	25	3	489
1972/73	247	136	48	22	3	456
1973/74	207	116	21	21	3	368
1974/75	190	126	16	27	4	363
1975/76 ⁽¹⁾	105	95	11	11	10	232

⁽¹⁾ Dados preliminares.

Fonte: Bolsa de Mercadorias de São Paulo e Serviços do Acordo de Classificação.

QUADRO 51. - Distribuição, por Tipo, do Algodão em Pluma Classificado no Estado de São Paulo, 1971/72 a 1975/76
(porcentagem)

Tipo	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76 ⁽¹⁾
Fino (até 5, inclus.)	15,0	23,0	10,1	36,1	9,6
Médio (5/6, 6 e 6/7)	61,7	65,1	59,5	61,9	74,3
Inferior (7 a inf. a 9)	23,3	11,9	30,4	2,0	16,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

⁽¹⁾ Dados preliminares (até 15/07/76).

Fonte: Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

QUADRO 52. - Preços Médios Mensais de Algodão em Caroço Recebido pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1972-76
(Cr\$/15kg)

Mês	1972		1973		1974		1975		1976	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	30,23	33,94	47,07	40,53
Fev.	16,72	33,28	19,10	33,17	39,45	57,72	30,76	33,79	54,30	44,92
Mar.	17,13	33,66	19,92	34,11	38,92	54,47	32,08	34,68	61,20	48,78
Abr.	17,89	34,70	22,95	38,76	41,76	55,53	33,33	35,41	66,90	51,45
Mai.	18,11	34,80	23,55	39,34	43,51	55,92	34,46	35,86	78,10	58,10
Jun.	17,81	33,91	23,22	38,37	40,39	50,94	34,72	35,35	83,20	60,21
Jul.	17,15	32,25	24,04	39,40	34,36	42,81	35,29	35,18
Ago.	16,66	30,85	26,39	42,80	32,07	39,48	37,62	36,49
Set.	15,96	29,20	28,59	45,88	32,06	38,76	39,05	37,00
Out.	16,52	29,96	31,80	50,24	30,21	36,03	40,63	37,68
Nov.	30,68	36,03	41,55	37,68
Dez.	30,53	35,05	44,51	39,54

⁽¹⁾ Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base: 1975=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 53. - Exportações Brasileiras de Algodão em Pluma, 1966-75

Ano	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Quantidade (tonelada)	Preço médio (US\$/tonelada)
1966	111.004	235.867	470,62
1967	90.844	189.442	479,53
1968	130.817	247.551	528,44
1969	196.008	439.380	446,10
1970	154.337	342.833	450,18
1971	137.140	226.809	604,65
1972	188.682	284.201	663,90
1973	218.068	282.867	770,92
1974	90.934	83.160	1.093,48
1975	97.794	107.202	912,24

Fonte: CACEY.

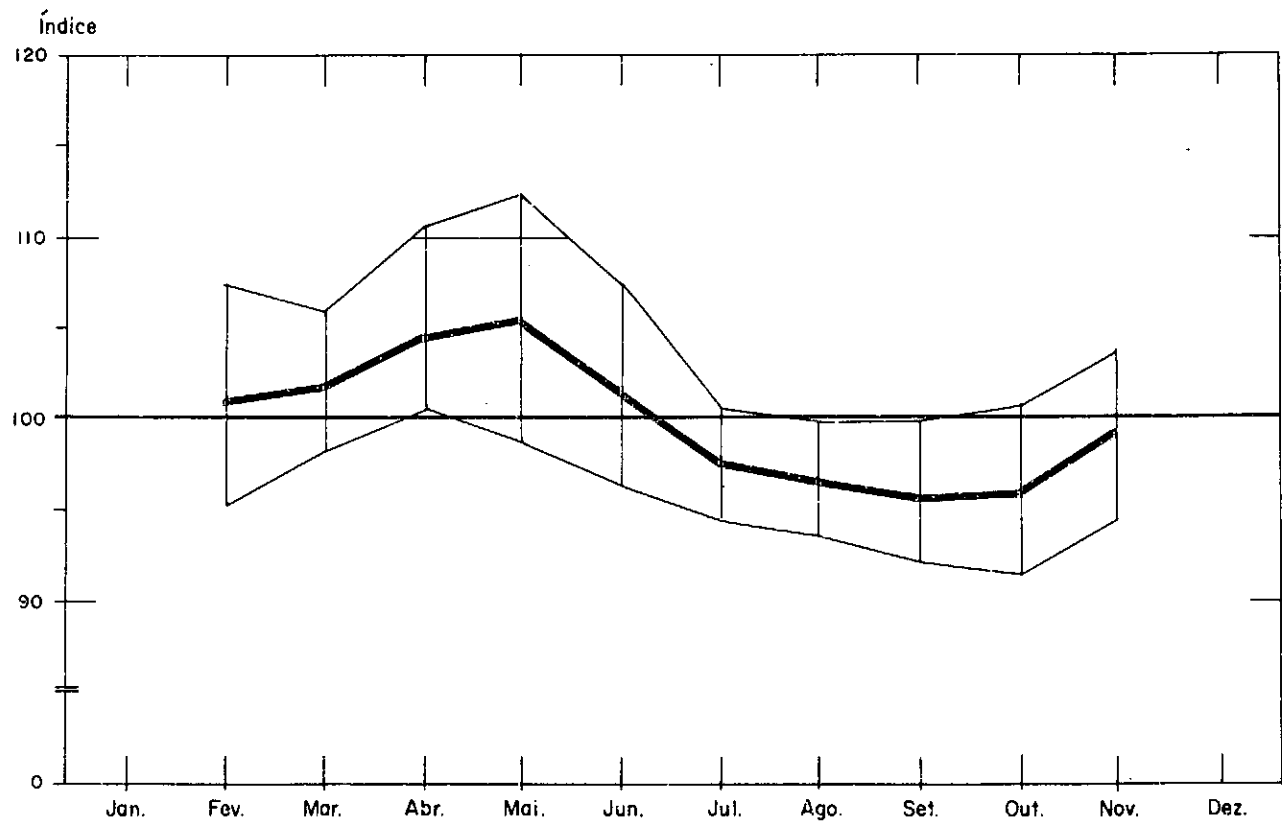


FIGURA 4. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Algodão em Carroço, Estado de São Paulo, 1969-75.

- Panorama internacional

Com o término da colheita de milho de 1975/76 no Hemisfério Sul, pode-se estimar a produção mundial em 320,0 milhões de toneladas, ou seja, 10% superior a de 1974/75.

Os Estados Unidos, País maior produtor e exportador mundial, obtiveram uma safra recorde de 146,5 milhões de toneladas, comparadas com 118,4 milhões em 1974/75.

A África do Sul tem sua safra de 1975/76 estimada em 7,7 milhões de toneladas, de acordo com os dados da 4a. estimativa, contra 9,1 milhões de toneladas no ano anterior. Chuvas excessivas desde dezembro, que se intensificaram em fevereiro-março, foram responsáveis pelo decréscimo na produção, fazendo com que as exportações que em 1974/75 chegaram a 3,2 milhões de toneladas, dificilmente ultrapassem os 2 milhões neste ano.

A produção na Argentina deverá ser da ordem de 5,8 milhões de toneladas, de acordo com o Ministério da Agricultura, ressaltando-se que a safra foi afetada não só pela redução na área cultivada (-4%), como ainda pela ocorrência de fatores climáticos adversos durante o desenvolvimento da cultura. A produção do ano precedente atingiu 7,7 milhões de toneladas e a meta inicialmente prevista para a safra recém terminada era de 9,0 milhões de toneladas. Assim, espera-se que os excedentes exportáveis de 1976 não ultrapassem 2,0 milhões de toneladas (3,5 milhões no ano anterior).

A França, principal País produtor da Europa Ocidental, mesmo com um acréscimo na área plantada, teve sua produção reduzida de 8,8 milhões de toneladas em 1974/75 para 8,1 milhões de toneladas em 1975/76. Da mesma forma, a Rússia, devido a adversidades climáticas, apresentou um volume total de 7,3 milhões de toneladas (-40%).

Os outros principais países produtores da Europa Oriental apresentaram a seguinte posição: Iugoslávia passou de 8,0 milhões de toneladas em 1974/75, para 9,4 milhões em 1975/76; Hungria de 6,2 milhões de toneladas para 7,1 milhões e na Romênia permaneceu a mesma nos últimos dois anos, com 7,0 milhões de toneladas.

A Tailândia obteve em 1975/76 uma produção da ordem de 2,5 milhões de toneladas, volume este idêntico ao da safra anterior, dos quais cerca de 1,8 milhão destinar-se-á ao comércio exterior, principalmente para Formosa e Japão.

O comércio mundial de milho está atingindo níveis bem superiores aos da temporada 1974/75 e devido quase inteiramente às grandes aquisições por parte da Rússia e outros países da Europa Oriental, sobretudo Polônia e Romênia. Este fato, aliado às menores produções na Argentina, África do Sul e França, tem aumentado a participação dos Estados Unidos. Os embarques realizados por este País no ano comercial (outubro-setembro) de 1975/76 somaram até início de julho 33,7 milhões de toneladas, contra 22,1 milhões no mesmo período do ano anterior (+52%).

A Argentina, depois de duas safras bastante satisfatórias, em que os embarques estiveram em cada ano ao redor de 5,0 milhões de toneladas, no ano comercial 1975/76 (abril-março), apresentou acentuada redução no volume exportado, passando para 3,5 milhões. O comércio com a Itália, seu principal comprador, decresceu em 38%.

A França, a despeito da menor colheita em 1975/76, conseguiu aumentar suas exportações em 32% na primeira metade do ano comercial (outubro-setembro), embora, em termos absolutos, seja inferior em 60% ao período correspondente de 1973/74. Cerca de 90% de seu comércio tem sido realizado com os países-membros da Comunidade Econômica Europeia.

Do lado da importação, o Japão continua como o principal comprador sendo que suas aquisições atingiram 7,5 milhões de toneladas em 1975/76, comparadas com 7,9 milhões em 1974/75. Ao que tudo indica, a Rússia deverá efetivamente tornar-se o principal País importador, pois segundo o Conselho Internacional do Trigo, as compras de milho, no período julho/75 a setembro/76, superariam 14,0 milhões de toneladas.

Os estoques divulgados até março de 1976 indicavam grande disponibilidade do produto quando considerados os quatro principais exportadores, com destaque para as cifras dos Estados Unidos (quadro 54).

- Situação interna

Dados da Fundação IBGE indicam uma produção brasileira de 16,3 milhões de toneladas de milho em 1974/75, praticamente idêntica à do ano anterior. Para 1975/76, a estimativa de abril é de 18,3 milhões de toneladas, bastante inferior às previsões iniciais, face a prolongada seca no Nordeste do País.

Na safra de 1976 o Paraná manteve a liderança na produção, com 4,3 milhões de toneladas. São Paulo ocupou a segunda posição, face a um acentuado acréscimo no volume produzido, que passou de 2,1 milhões em 1975 para 2,8 milhões em 1976. A área cultivada apresentou elevação da ordem de 15%, enquanto o rendimento passou de 1.899 para 2.230 kg/ha (quadro 55).

Em termos correntes os preços pagos aos agricultores paulistas apresentaram elevação de 24% no período de julho de 1975 a junho de 1976. Em valores reais, tomando-se 1975 como base, os preços em 1976 tem sido inferiores (quadro 56). A variação estacional dos preços ao produtor é apresentada na figura 5, período 1969-75.

Particularmente a partir de agosto de 1975, houve reação acentuada nos preços internos, como reflexo da divulgação da reduzida safra soviética de cereais (88,0 milhões de toneladas abaixo da meta inicialmente prevista). Os preços continuaram a subir até o início de 1976, passando a decrescer desde então, ante a divulgação de uma safra recorde nos Estados Unidos.

Quanto às exportações brasileiras, em 1975, atingiram 1,1 milhão de toneladas, praticamente o mesmo volume do ano anterior, com destaque para o maior preço médio obtido (quadro 57).

A presença marcante da Rússia no mercado internacional favoreceu sobremaneira a colocação do produto brasileiro, pois constituiu-se em 1975 no principal importador de milho brasileiro.

Em 1976, segundo a ANEC (Associação Nacional de Exportadores de Cereais), até maio havia sido exportado pelo Brasil volume superior a 200 mil toneladas de milho.

- Perspectivas

A comercialização mundial de grãos está bastante intensa devido a prolongada seca que se verifica na Europa Ocidental, afetando sobretudo a França, principal País produtor de milho na região.

Mesmo com a provável produção recorde de milho nos Estados Unidos, não se espera que os preços se tornem menos atrativos, não só pelo aumento do consumo interno daquele País, mas também pelas compras adicionais que a Rússia está efetuando (além daquelas já comprometidas pelo acordo de 5 anos com os Estados Unidos).

O Japão também deverá pelo menos manter o nível de suas aquisições, estimando-se com-

pras da ordem de 8,3 milhões de toneladas no ano comercial de 1976/77.

Nos Estados Unidos, levantamento realizado em 19 de junho (intenção de plantio) indicava um acréscimo de 8% em relação a área do ano anterior (31,5 milhões de hectares). As condições climáticas favoráveis poderiam levar, segundo o USDA, a uma colheita recorde de 162,1 milhões de toneladas.

Na Europa Ocidental os fracassos em 1975 chegaram, em algumas regiões, a desentusiasmar os produtores, enquanto que dificuldades creditícias constituíram-se em entrave à expansão da cultura em 1976. Na França estima-se uma redução de 12% na área cultivada, segundo levantamento realizado em maio, e a produção, se confirmada esta cifra deverá ser bastante baixa, já que as condições climáticas estão desfavoráveis. Na Europa Oriental, especialmente Iugoslávia, espera-se manutenção da área cultivada.

Campanha levada a efeito na Rússia para aumentar em 40% a área de milho não deverá acarretar uma elevação no volume a ser obtido, já que a seca está prejudicando o desenvolvimento da cultura.

Para o Brasil, os excedentes exportáveis de milho, inicialmente previstos em 2,0 a 2,5 milhões de toneladas para 1976, deverão ser reduzidos, uma vez que a produção não atingirá os níveis inicialmente previstos de 19,0 a 20,0 milhões.

É possível que haja uma intensificação nos embarques nos próximos meses, devido a melhoria nas cotações internacionais.

O preço do produto no mercado interno está em elevação no momento, tendência que deverá perdurar pelos próximos meses. Esta elevação vem se dando de forma gradativa, não se devendo constituir, pois, em fator decisivo para expansão da área a ser cultivada em 1976/77. Assim, para o Estado de São Paulo, deverá permanecer estável a área cultivada, com possibilidade de um ligeiro aumento (2% a 3%). Outras culturas competitivas, como é o caso do algodão e soja, deverão atrair maior atenção dos agricultores paulistas.

O custo operacional médio está estimado entre Cr\$ 41,00 e Cr\$ 53,00 por saco, para produtividades de 2.820 e 2.460 kg/ha, respectivamente.

(IEA, 22/07/1976)

QUADRO 54. - Estoques Estimados nos Principais Países Exportadores de Milho, aos 31 de Março,
1974-76
(milhões de toneladas)

País	1974	1975	1976
Estados Unidos	72,7	56,1	76,5
Argentina	2,8	2,8	2,7
África do Sul	0,9	2,8	1,9
França	2,3	2,9	2,5
Total	78,7	64,6	83,6

Fonte: Grain Bulletin.

QUADRO 55. - Área, Produção e Rendimento de Milho, Estado de São Paulo, 1967/68 a 1975/76

Ano agrícola	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
1967/68	1.573,0	2.550,0	1.621
1968/69	1.246,3	1.740,0	1.396
1969/70	1.476,2	2.820,0	1.910
1970/71	1.694,0	2.760,0	1.629
1971/72	1.500,0	3.000,0	2.000
1972/73	1.300,0	2.598,0	1.998
1973/74	1.290,0	2.628,0	2.037
1974/75	1.106,0	2.100,0	1.899
1975/76 ⁽¹⁾	1.270,0	2.832,0	2.230

⁽¹⁾ 4º levantamento - abril de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 79. - Exportação Mundial de Café, 1969-75
(1.000 sc.60kg)

Ano	Brasil		América ⁽¹⁾		África		Outros		Total	
	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%
1969	19.612	36,0	16.172	29,7	16.175	29,7	2.529	4,6	54.488	100
1970	17.085	32,6	16.252	31,0	16.814	32,1	2.244	4,3	52.395	100
1971	18.399	34,6	16.379	30,8	16.234	30,6	2.108	4,0	53.120	100
1972	19.215	33,4	17.881	31,1	17.907	31,1	2.522	4,4	57.525	100
1973	19.817	32,1	19.768	31,2	19.191	31,0	3.019	4,9	61.795	100
1974	13.279	24,0	19.076	34,5	19.191	34,8	3.698	6,7	55.244	100
1975 ⁽²⁾	14.565	25,2	21.723	37,6	17.789	30,8	3.674	6,4	57.751	100

⁽¹⁾ Exceto Brasil.

⁽²⁾ Preliminar.

Fonte: Bureau Pan Americano do Café até 1974 e Organização Internacional de Café (OIC) - 1975.

QUADRO 30. - Médias Mensais dos Preços Indicativos para Café, da Organização Internacional de Café (OIC), 1973-76
(centavos de dólar por libra-peso) ⁽¹⁾

Ano e mês	Suaves colombianos	Outros suaves	Arábica não despulpados	Robusta	Média composta
1973					
Jun.	76,16	64,17	69,27	48,91	62,78
1974					
Jun.	82,18	72,11	75,54	61,80	71,49
1975					
Jun.	72,60	55,93	75,40	49,34	63,00
1976					
Jan.	100,70	92,85	109,00	79,13	94,97
Fev.	106,26	99,22	119,08	82,66	101,49
Mar.	106,46	99,60	116,11	82,37	100,50
Abr.	133,19	122,48	133,81	107,79	123,15
Mai.	156,11	135,46	149,35	121,64	138,93
Jun.	183,60	149,58	151,08	130,06	149,24
Jul. (dia 15)	150,00	135,00	152,25	125,25	140,00

⁽¹⁾ Uma saca de 60 quilos equivale a 132,271 libras-peso.

Fonte: Organização Internacional do Café.

QUADRO 81. - Produção Brasileira de Café por Estado do Brasil, 1961/62
(Estimativas finais das safras)

Ano safra	Paraná	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Outros	Total
1961/62	21,4	11,3	4,0	1,9	1,0	39,6
1962/63	18,0	5,2	2,5	2,4	0,8	28,9
1963/64	9,5	10,1	1,6	1,3	0,7	23,2
1964/65	3,6	1,8	1,2	1,1	0,6	8,3
1965/66	20,4	11,2	2,9	1,9	0,6	37,0
1966/67	7,7	8,2	2,8	1,6	0,5	18,8
1967/68	12,9	8,5	2,0	0,7	0,4	24,5
1968/69	8,3	4,6	1,9	1,6	0,8	17,0
1969/70	12,3	6,1	1,3	0,5	0,4	20,6
1970/71	1,6	4,4	3,0	1,6	0,4	11,0
1971/72	12,8	9,8	1,3	0,4	0,3	24,6
1972/73	9,7	9,4	3,7	1,2	0,5	24,5
1973/74	4,1	7,0	2,0	0,8	0,4	14,3
1974/75	11,5	9,2	4,9	1,4	0,5	27,5
1975/76	11,7	7,0	2,0	1,0	0,5	22,2
1976/77 ⁽¹⁾	0,0	2,5	3,2	1,3	0,3	7,3

⁽¹⁾ 2a. previsão do IBC.

Fonte: IBC/DEC - Anuário Estatístico de Café.

QUADRO 82. - Preços Médios Recebidos pelos Produtores de Café, Estado de São Paulo, 1972-76
(Cr\$/sc.60kg)

Mês	1972	1973	1974	1975	1976
Jan.	139,10	228,10	301,40	337,40	768,40
Fev.	141,20	238,30	312,80	339,40	891,40
Mar.	144,10	245,30	367,30	333,10	919,20
Abr.	149,40	249,20	379,10	327,50	1.057,70
Mai.	157,40	248,90	368,60	335,10	1.418,20
Jun.	163,40	256,20	353,00	376,00	1.423,80
Jul.	182,50	278,80	340,50m	383,60	...
Ago.	222,10	287,00	322,90	632,50	...
Set.	222,00	286,30	314,30	638,10	...
Out.	213,60	287,70	307,10	640,40	...
Nov.	216,60,	291,40	308,70	635,80	...
Dez.	218,60	289,40	315,90	649,40	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Mamona

- Panorama internacional

De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) a produção mundial de mamona em baga é estimada em 850 mil toneladas em 1975/76, ligeiramente inferior a do ano passado. As exportações de óleo e baga, por sua vez, estão estimadas em 200 mil toneladas, com elevação de 32% sobre a marca anterior.

Esta estimativa deverá sofrer ainda redução já que no Brasil, principal produtor/exportador, a cultura apresentou decréscimo na área cultivada no Sul do País, enquanto no Nordeste foi afetada por prolongada seca. Segundo a Comissão de Financiamento da Produção (CFP) a safra brasileira deverá ser da ordem de 180 mil toneladas.

Concomitantemente, a Índia, segundo país produtor, tem sua produção de 1975/76 estimada em 225 mil toneladas comparadas com 275 mil em 1974/75.

O comércio mundial de óleo de mamona desde 1973, ano em que os preços atingiram níveis elevadíssimos, tem apresentado um comportamento moderado. Em 1975 os preços foram acentuadamente inferiores aos de 1974 devido aos grandes estoques mundiais formados em 1973 e 1974 em virtude da recessão industrial. Já em 1976 os preços, a partir de maio, vêm se recuperando pela comprovada quebra na produção brasileira (quadro 83).

- Situação interna

São bastante contraditórias as estatísticas relativas a produção brasileira de mamona, mas tudo indica que deverá ocorrer queda acentuada em relação as previsões iniciais e ao volume obtido no ano anterior (385 mil t). Segundo a Fundação IPCE, a produção está estimada em 244 mil toneladas (quadro 84). De outra parte a CFP, coloca suas previsões ao nível de 180 mil toneladas, enquanto que fontes ligadas ao comércio chegam até ao reduzido volume de 120 mil toneladas.

A queda gradativa na produção tem sido decorrente dos baixos preços internacionais a partir de 1973 com reflexos imediatos nas cotações internas, já que o Brasil responde por mais de 60% do volume de óleo de mamona comercializado no mundo.

Além da redução do plantio no Paraná e São Paulo, deve-se ressaltar que a Bahia, responsável por mais de 40% da produção nacional, foi afetada por severa seca sendo que a Região de Irecê deverá obter um volume de apenas 50 mil toneladas (120 mil no ano anterior).

Especificamente em São Paulo, a produção deverá ser da ordem de 28,5 mil toneladas (-24,0%), conquanto a redução na área tenha sido mais acentuada (-32,4%). O rendimento de 1.245 kg/ha situa-se acima da média dos últimos 5 anos (quadro 85).

A média de preços correntes recebidos pelos produtores na safra 1975/76, considerando o período junho-maio, foi de Cr\$ 1,40/kg, registrando um incremento de 60% em relação àquela do período anterior (quadro 86). O padrão da variação estacional de preços (figura 11) mostra a flutuação das cotações da mamona para o produtor durante o ano.

Em 1975, em virtude dos grandes estoques mundiais, o Governo Federal houve por bem de estimular a cultura, pois detinha em seu poder grande quantidade de óleo adquirido em 1974. Isto, com a finalidade de reduzir a oferta e impedir quedas acentuadas nas cotações já que as exportações totalizaram 91 mil toneladas de óleo (-42,0%), conforme pode ser observado no

quadro 87.

- Perspectivas

Para 1976 são bastante favoráveis as possibilidades de exportação do óleo de mamona brasileira já que os estoques mundiais em 1977 deverão estar em níveis reduzidos. A recuperação da atividade econômica mundial e a quebra na produção deverão contribuir de forma acertada para tal evolução. O Brasil deverá garantir sua presença no mercado internacional graças aos estoques governamentais que superam 100 mil toneladas. Até 30 de junho, somente pelo Porto de Santos, as exportações acusavam aumento de 37% em relação ao período janeiro-junho de 1975.

As perspectivas são de expansão da área cultivada já que os preços deverão manter-se firmes. Para São Paulo, na principal região produtora (Presidente Prudente) deverá ocorrer acréscimo marcante, principalmente por não ser aquela área especializada no cultivo da soja.

O custo operacional estimado, para o Estado de São Paulo, em 1976/77, é de Cr\$ 2.200,00/hectare, para uma produtividade da ordem de 1.200 quilos por hectare.

(IEA, 24/07/1976)

QUADRO 83. - Cotações de Óleo de Mamona, CIF Europa, 1971-76
(US\$/t)

Mês	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Jan.	353	393	870	946	642	492
Fev.	338	358	1.070	959	635	534
Mar.	331	368	1.510	915	588	536
Abr.	310	389	1.150	865	610	533
Mai.	320	437	1.087	850	604	655
Jun.	337	490	947	...	589	730 ⁽¹⁾
Jul.	337	507	1.180	...	593	...
Ago.	333	455	1.197	...	599	...
Set.	329	547	1.030	675	589	...
Out.	351	770	1.060	679	541	...
Nov.	357	871	1.040	660	497	...
Dez.	375	856	990	640	487	...
Média anual	339	537	1.094	...	581	...

⁽¹⁾ Preliminar.

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 84. - Produção Brasileira de Mamona em Bagas e Principais Estados Produtores 1973/74 a 1975/76⁽¹⁾
(tonelada)

Estado	1973/74		1974/75		1975/76 ⁽²⁾	
	Produção	%	Produção	%	Produção	%
Bahia	150.000	28,5	148.000	38,4	106.880	43,7
São Paulo	155.000	29,5	48.000	12,5	28.500	11,9
Paraná	130.000	24,8	60.000	15,6	43.348	17,7
Ceará	25.000	4,8	30.600	7,9	30.600	12,5
Pernambuco	20.000	3,8	58.000	15,1	19.225	8,0
Mato Grosso	25.000	4,8	15.000	3,9	7.651	3,1
Outros	20.000	3,8	25.600	6,6	7.429	3,0
Brasil	525.000	100,0	385.200	100,0	243.633	100,0

⁽¹⁾ Ano agrícola.

⁽²⁾ Estimativas preliminares.

Fonte: Comissão de Financiamento da Produção/MA, Instituto de Economia Agrícola e Ministério do Planejamento.

QUADRO 85. - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Mamona, Estado de São Paulo, 1970/71 a 1974/75

Ano	Área		Produção		Rendimento	
	(1.000ha)	Variacão anual (%)	(1.000t)	Variacão anual (%)	(kg/ha)	Variacão anual (%)
1970/71	54,7	-14,0	52,5	-15,3	960	- 1,5
1971/72	56,5	3,3	66,0	25,7	1.168	21,7
1972/73	74,0	31,0	95,0	43,9	1.284	9,9
1973/74	127,6	72,4	155,0	63,2	1.215	- 5,4
1974/75	32,9	-73,5	37,5	-75,9	1.106	- 9,0
1975/76 ⁽¹⁾	22,9	-32,4	28,5	-24,0	1.245	12,5

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 86. - Preços Recebidos pelos Produtores de Mamona, Estado de São Paulo, 1973-76
(Cr\$/kg)

Mês	1973		1974		1975		1976	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	1,74	3,05	1,77	2,65	0,82	0,92	1,19	1,02
Fev.	1,80	3,12	1,63	2,38	0,82	0,90	1,40	1,15
Mar.	2,00	3,42	1,65	2,30	0,77	0,83	1,60	1,27
Abr.	1,76	2,97	1,53	2,03	0,76	0,80	1,70	1,30
Mai.	2,15	3,59	1,37	1,76	0,79	0,82	2,10	1,56
Jun.	1,74	2,87	1,14	1,43	0,89	0,90	2,60	1,89
Jul.	2,04	3,34	1,06	1,32	1,02	1,01
Ago.	2,24	3,63	0,91	1,12	1,54	1,49
Set.	2,10	3,36	0,85	1,02	1,37	1,29
Out.	2,02	3,19	0,83	0,98	1,31	1,21
Nov.	2,05	3,20	0,82	0,96	1,16	1,05
Dez.	1,92	2,96	0,85	0,97	1,19	1,05

(¹) Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base: 1975=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 87. - Exportação Brasileira de Óleo de Mamona, 1969-75

Ano	Quantidade		Valor FOB		Preço FOB	
	(t)	Variação anual (%)	US\$ 1.000	Variação anual (%)	US\$/t	Variação anual (%)
1969	184.288	58,1	45.153	23,8	245,01	-23,9
1970	153.485	-16,7	38.232	-15,3	249,09	1,7
1971	134.946	-12,1	39.942	4,5	295,99	18,8
1972	127.182	- 5,8	53.818	34,7	423,16	43,0
1973	131.683	3,5	122.807	128,2	932,60	120,4
1974	155.793	18,3	128.425	4,6	824,33	-11,6
1975	91.053	-41,6	51.632	-54,8	567,05	-31,2

Fonte: CACEX.

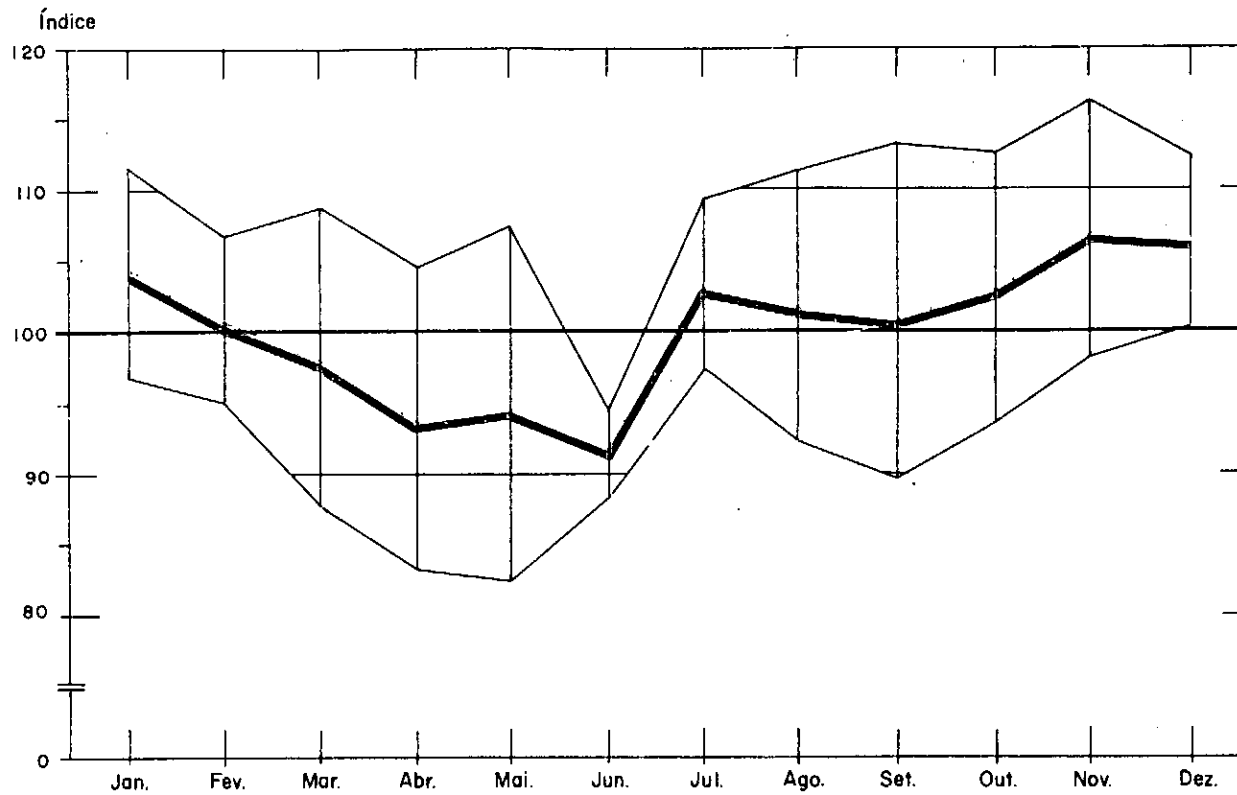


FIGURA 11. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Mamona, Estado de São Paulo, 1969-75.

- Hortaliças

- Panorama internacional

Sem dúvida alguma, o tomate ocupa posição de destaque no panorama mundial das hortaliças, bem como do consumo, quer transformado quer in-natura.

Segundo a FAO a produção de tomate novamente apresentou acréscimo, em 1975, tendo atingido 38,8 milhões de toneladas contra 37,5 milhões no ano anterior (3,5%), devido principalmente a expansão de 2,8% na área cultivada, já que a produtividade média elevou-se apenas 0,7%.

As variações de área foram mais sensíveis nos países grandes produtores e exportadores de derivados de tomate como Itália (-4%), Portugal (4%), Espanha (-2%), Grécia (5%), Egito (7%) e Estados Unidos (14%). Na América do Sul, Argentina e Brasil também acusaram ampliações de áreas de 3% e 2%, respectivamente.

Em decorrência do aumento nas produções e redução nas cotações internacionais dos produtos processados de tomate, observou-se também moderada baixa nos preços médios recebidos pelos agricultores. Assim, nos Estados Unidos a média de preços foi de US\$ 63,20/t, ou seja, US\$ 1,30 menos que em 1974, porém, US\$ 21,20 mais que em 1973.

De outra parte, no primeiro semestre de 1976 acumularam-se os estoques de produtos concentrados (purê e catchup) tanto nos Estados Unidos como na Europa, pressionando seus preços para baixo, observando-se volumes de vendas a níveis inferiores anuais de um ano atrás.

Uma análise de mais longo prazo, tomando-se como indicador o produto português, mostra que os preços internacionais de derivados de tomate, particularmente o de concentrado (30 a 32º Brix), estão declinando para o nível de US\$ 450,00 a 500,00/t - FOB, após o pique de US\$ 800,00 a 1.000,00/t FOB verificado em 1974, porém, ainda superior às médias registradas entre 1970 e 1973 e na década de 60 (quadro 38).

- Situação interna

A produção de tomate sofreu sérios percalços em 1975 devido a fatores climatológicos extremamente adversos - excesso de chuva no primeiro trimestre, geadas em julho e estiagem de maio a outubro - resultando em redução da ordem de 16% em relação à safra anterior e de 30% em confronto com a produção inicialmente prevista, mesmo tendo ocorrido um aumento de 10% na área plantada.

No caso da cultura rasteira as geadas de julho atingiram 90% da área plantada nas principais regiões produtoras, comprometendo seriamente a colheita que ao final do ano, após ter sido semeada uma safra atípica (iniciada em agosto), foi estimada extraoficialmente em 200 mil toneladas.

Em consequência da quebra na produção, os preços evoluíram de Cr\$ 0,48/kg contratados ao início da safra para Cr\$ 0,55/kg em setembro, com aumento médio de 50% em relação aos de um ano antes.

A despeito de todos esses óbices na Região Centro-Sul, a produção brasileira cresceu cerca de 2% e o País pôde cumprir seus contratos de exportação, embora tenha sido também importador no regime de "draw-back". Assim, foram exportadas em 1975, pelo Porto de Santos, 5.520 toneladas de concentrado e 673 toneladas de suco de tomate.

Também para o tomate de mesa (cultura envarada) o panorama, em 1975, não foi alvissareiro, especialmente de março a agosto quando os preços, a exceção de abril, apresentaram valores de venda no atacado bastante deprimidos, podendo-se afirmar ainda que a média anual ponderada em termos reais foi inferior a de dois anos anteriores, a despeito de redução de 2% no volume total comercializado na Capital de São Paulo.

Contribuíram decisivamente para essa performance a elevada proporção de tipos inferiores no mercado, durante o período de março a maio, devido ao grande número de dias chuvosos e quentes na principal região produtora da época (Apiaí e Carão Bonito); aumento da produção no primeiro semestre e restrição das fábricas de processamento no recebimento do produto tipo fábrica (ou refugo).

Cabe ressaltar que após a geada, os preços no atacado só voltaram a subir em agosto a meados de novembro, acompanhando o padrão de variação estacional de preços (figura 12).

Note-se que com a geada houve um brusco truncamento das lavouras, condicionando novo início de plantio por parte de todos os produtores ao mesmo tempo, e que viria se refletir em maior afluxo do produto a partir de novembro de 1975 até janeiro de 1976, rebaixando os preços.

Desestimulados pelo malôgro de 1975, os produtores da região Sul do Estado (DIRA de Sorocaba) não ampliaram seus plantios para 1976, reduzindo a oferta no primeiro semestre, quando então se verificou forte elevação dos preços no atacado em São Paulo.

No caso do tomate rasleiro, até princípio de junho haviam sido semeados 21,2 mil hectares, ou seja, um acréscimo de 10% sobre a estimativa final de 1975. Caso se obtivesse a produtividade média de 14t/ha, estimada em abril, obter-se-iam aproximadamente 300 mil toneladas de matéria prima para a indústria.

Esse aumento de área fôra estimulado, em parte, pela formalização de um "Convênio de Tomate" reunindo produtores e industriais, através do qual ficaram acordados os preços de Cr\$ 0,55/kg de tomate entregue até 30 de setembro e de Cr\$ 0,60/kg, produto na roça, para volumes colhidos a partir de 1º de outubro de 1976.

Infelizmente, o comportamento anormal do clima com temperaturas baixas (12 a 18°C) e a ocorrência de períodos prolongados de chuva durante os meses de maio e junho, com alta umidade relativa (mais de 90%) e pouca insolação, nas regiões produtoras de Aracatuba e Presidente Prudente, favoreceram o aparecimento do fungo *Phytophthora infestans*, causando a doença conhecida como requeima. Verificou-se, assim, significativa quebra na produção, conforme mostra o quadro 89, o que provavelmente impedirá que se atinja a cifra de 200 mil toneladas, com perdas estimadas ao redor de 38% da safra prevista inicialmente. Nesse volume não está computada a produção a ser obtida com replantios efetuados após os laudos do PROAGRO.

Como consequência, os preços pagos pela produção remanescente sofreram sucessivos reajustes para Cr\$ 0,60/kg, 0,70/kg, alcançando em julho a Cr\$ 0,77/kg, com tendência de firma-rem-se.

Quanto as demais hortaliças, considerando-se a área cultivada com 14 das principais espécies responsáveis por aproximadamente 55% da área total da horticultura no Estado de São Paulo, observa-se que de 22 mil hectares em 1974 houve uma redução para 19 mil em 1975. Por seu turno, a produção apresentou uma queda de 16% no mesmo período (quadro 90).

O volume de hortaliças comercializado na CEAGESP alcançou no ano de 1975 o total de 303,0 mil toneladas (excluindo tomate), quantidade esta inferior à do ano precedente. Constataram-se aumentos superiores a 10% nas entradas de abobrinha, batata-doce, berinjela, chuchu, pepino e vagem, e reduções da mesma ordem para abóbora, couve-flor e mandioquinha.

Todos os produtos analisados apresentaram preços médios reais mais baixos que em 1974,

com exceção de abóbora seca, batata-doce, couve-flor, mandioquinha e pimentão. Todavia, merecem destaques o de mandioquinha cujo aumento foi superior a 10% e os de berinjela, cenoura e chuchu com baixas bastante acentuadas.

No 1º semestre de 1976, registraram-se elevações nos preços médios reais de abobrinha, alface, brócolos, cenoura, chuchu, pepino e vagem, sendo que os de berinjela, mandioquinha e pimentão sofreram diminuição (quadro 91).

Note-se, pois, que para a berinjela a baixa ocorre pela 2ª. vez consecutiva e para mandioquinha o recuo anula os ganhos do ano precedente.

Com relação às entradas de hortaliças na CEAGESP, nos três últimos anos, vale notar que no caso de abóbora, couve-flor e repolho ocorreram decréscimos sucessivos. Para a batata doce e a cenoura ocorreu o inverso.

- Perspectivas

A menos que fatores aleatórios venham a interferir sobre a safra, pode-se admitir que deverão ocorrer aumento na área plantada com tomate envarado, garantindo um suprimento normal durante o segundo semestre de 1976 e início de 1977. Pode-se a princípio estimar para 1976 um preço médio anual ponderado ao redor de Cr\$ 78,00 por caixa, a nível de atacado, refazendo em termos reais as cotações de 1973 e 1974.

A situação do tomate rasteiro, conquanto configure uma possibilidade de atendimento do mercado interno de produtos processados, a custos mais elevados do que aqueles previstos, deverá reduzir os excedentes exportáveis.

Até junho de 1976 haviam sido exportadas pelo Porto de Santos 2.700 toneladas de extrato de tomate contra 2.114 toneladas em igual período do ano passado (28%).

Para a safra de 1977 fica a incerteza do comportamento dos agricultores quanto a novos plantios, muitos dos quais afetados por dois anos consecutivos de adversidades.

No panorama internacional, particularmente para o tomate destinado ao processamento, as perspectivas nos principais países produtores são no geral de recuo na produção, devido à menor necessidade de matéria prima em vista dos estoques disponíveis. Assim, as estimativas para 1975/76 da produção mundial, segundo a REUTERS, apontam contrações na Bélgica (118,5 mil t, - 4%), Itália (73,0 mil t, - 15%), Países Baixos (2.660,0 mil t, - 24%) e França (559,6 mil t, - 14%). Portugal seria exceção à regra com produção prevista em 1.150,0 mil t (4% a mais).

Nos Estados Unidos, principalmente na Califórnia, a estimativa de diminuição na área contratada é de 15% e, com rendimento médio de 53,7t/ha os 131,8 mil hectares plantados deverão propiciar a colheita de 6,9 milhões de toneladas em 1976.

Os contratos foram estabelecidos com preços ao produtor fixados em US\$ 47,00/t mais prêmios, representando uma redução de 12% em relação àqueles de um ano atrás.

Em São Paulo, o tomate Santa Cruz envarado tem um custo operacional de aproximadamente Cr\$ 75.510,72 por hectare; o tomate rasteiro se aproxima dos Cr\$ 10.645,00 por hectare. No primeiro caso, a mão-de-obra representa 41% do custo, reduzindo-se a 29% no segundo.

QUADRO 88. - Exportação e Preços de Concentrados de Tomate, Portugal, 1962-74

Ano	Quantidade (1.000t)	Preço (US\$/t)
1962-69	69,5	271,00
1970	129,6	233,00
1971	100,7	226,00
1972	155,2	302,00
1973	175,4	379,00
1974	87,7	832,00

Fonte: IEA, a partir de dados de Frutos e Fruit Intelligence.

QUADRO 89. - Infestação por Fitophtora infestans, Tomate Rasteiro, Estado de São Paulo, 1976

DIRA	Área plantada (estimada) (ha)	Produção estimada (14,1t/ha)	Estimativa de perdas (%)	Estimativa de perdas (t)	% de lavrado- res amparados (PROAGRO)
Araçatuba	5.200	73.320	50	36.660	90
Baurū	1.200	16.920	20	3.384	...
Marília	1.400	19.740	40	7.896	...
Pres.Prudente	4.800	67.680	60	40.608	100
Rib. Preto	3.000	42.300	20	8.460	100
S.J.Rio Preto	5.600	78.960	20	15.792	...
Total	21.200	298.920	38	112.800	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 90. - Área, Produção e Comercialização de Hortaliças, Estado de São Paulo, 1973-75

Produto	Área (ha)			Produção (1.000t)			Volume comercializado ETJ-SP ⁽¹⁾ (1.000t)		
	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975
Abóbora seca	4.150	3.626	3.293	45,2	42,8	34,2	11,8	10,8	9,6
Abobrinha	1.270	979	751	19,2	11,8	9,9	18,0	17,6	21,1
Alface	2.360	2.200	1.932	37,7	52,2	46,0	26,1	23,7	24,6
Batata doce	2.350	2.077	1.800	28,0	25,3	24,8	8,2	8,4	9,4
Berinjela	293	265	225	5,9	5,9	4,7	14,7	10,0	13,2
Brócolos	570	414	331	13,5	14,6	9,2	12,1	13,9	13,8
Cenoura	1.560	1.686	1.384	38,5	42,3	36,2	36,0	37,7	41,3
Chuchu	800	780	502	36,6	35,0	20,3	28,1	27,6	33,4
Couve-flor	1.110	1.163	852	22,4	22,6	17,2	14,6	14,2	12,1
Mandioquinha	1.020	1.850	1.540	10,3	18,5	12,7	9,3	12,0	6,8
Pepino	1.170	1.080	523	29,8	27,7	14,3	22,2	20,6	23,5
Pimentão	1.280	1.193	1.065	19,0	20,6	17,4	15,7	15,1	15,9
Repolho	3.420	3.691	2.960	101,1	109,0	108,6	60,5	58,5	57,9
Tomate	8.300	6.600	8.600	392,0	330,0	311,0	251,0	254,0	249,9
Vagem	1.400	1.531	1.474	21,6	22,4	22,5	20,5	17,8	20,4
Total	31.053	29.135	27.232	817,9	780,7	689,0	548,9	541,8	552,6

(¹) Entrepasto Terminal do Jaguarê, da CEAGESP.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 91. - Preços Médios Anuais de Hortaliças a Nível de Atacado, São Paulo, 1973-76
(em cruzeiro)

Produto	Unidade	1973		1974		1975		1976 ⁽¹⁾	
		Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Abóbora seca	kg.	0,42	0,69	0,76	0,97	1,15	1,15
Abobrinha	cx.	17,90	29,41	27,02	34,51	28,97	28,97	46,91	36,92
Alface	eng.	51,40	84,45	78,46	100,20	97,22	97,22	220,25	173,34
Batata doce	cx.	21,32	35,03	27,97	35,72	36,05	36,05
Berinjela	cx.	8,33	13,69	22,00	28,10	17,85	17,85	19,11	15,04
Brócolos	mç.	7,94	13,05	13,12	16,76	15,08	15,08	30,44	23,96
Cenoura	cx.	25,52	41,93	36,90	47,13	40,30	40,30	83,50	65,72
Chuchu	cx.	12,20	20,05	18,93	24,18	20,25	20,25	29,12	22,92
Couve-flor	dz.	10,40	17,06	15,08	19,26	22,45	22,45	28,65	22,55
Mandioquinha	cx.	36,97	60,75	35,07	44,79	79,95	79,95	68,88	54,21
Pepino	cx.	18,49	30,38	29,07	37,13	33,47	33,47	50,60	39,83
Pimentão	cx.	23,21	38,14	34,98	44,67	46,46	46,46	44,72	35,20
Repolho	sc.	15,54	25,54	18,01	23,00	22,52	22,52	32,69	25,73
Tomate	cx.	27,07	44,48	36,37	46,44	42,60	42,60	75,00	59,00
Vagem	kg.	1,51	2,48	2,35	3,00	2,52	2,52	4,14	3,26

⁽¹⁾ Média do 1º semestre.

⁽²⁾ Base: 1975=100.

Fonte: CEAGESP.

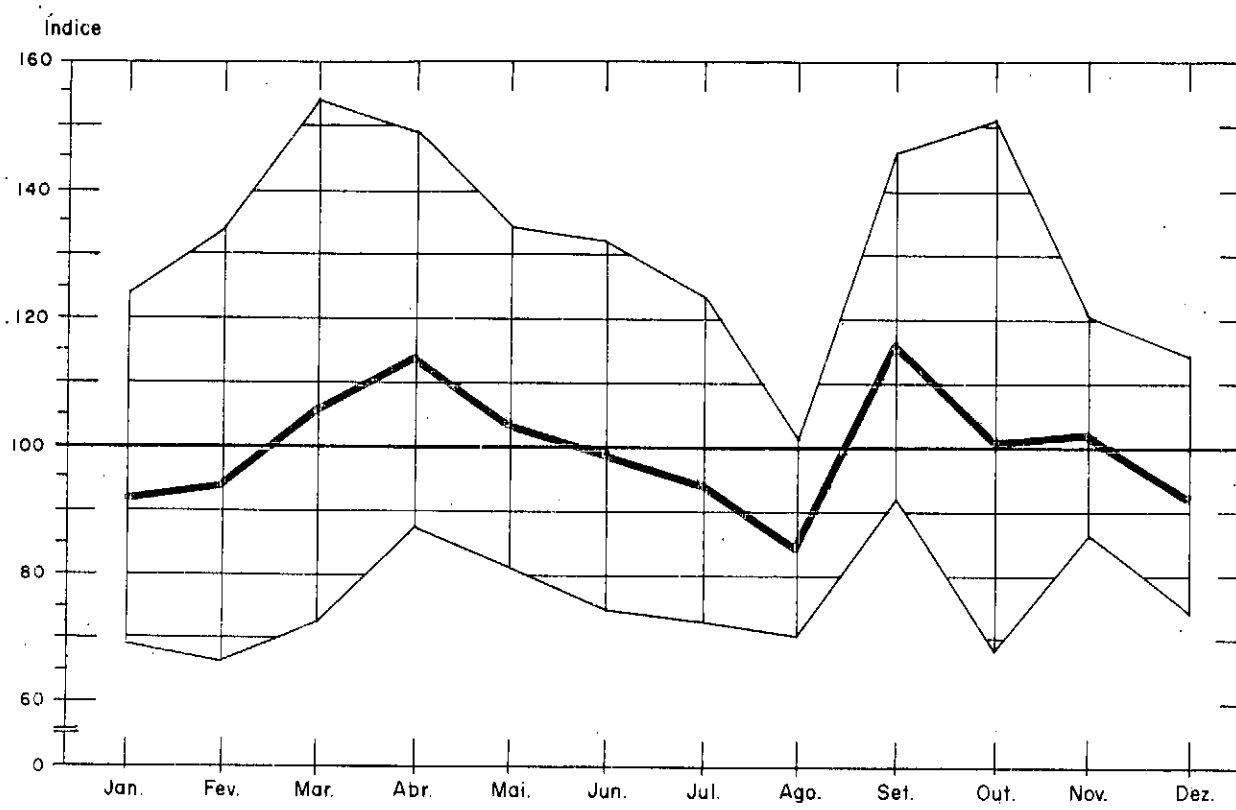


FIGURA 12. - Variação Estacional do Preço no Atacado de Tomate, Estado de São Paulo, 1969-75.

- Produtos Florestais

- Panorama internacional

Muitos países já se ressentem de papel e celulose, em virtude da falta de matéria-prima. Essa escassez vem provocando alarme em todo o mundo e a FAO prevê uma crise mundial ainda nesta década. Em consequência, os países importadores estão pagando mais pelas mesmas quantidades adquiridas em 1974.

Com os preços subindo, os países importadores foram obrigados a formar grandes estoques, preocupados com o suprimento futuro, porém, momentaneamente, a crise internacional fez com que a demanda se reduzisse, o que gerou queda temporária nos preços.

Parece ter havido recuperação da demanda, bem como a melhoria da produção de alguns tipos de papel em determinados países. Atualmente, países com vastas áreas territoriais estão fazendo esforços no sentido de amenizar a falta de madeira, com incentivos ao reflorestamento, porém é notório que o resultado só será conhecido no prazo mais longo.

No mercado internacional destacam-se como grandes produtores de matéria-prima para o setor madeireiro, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Suécia e Noruega. De outro lado, o consumo de produtos e subprodutos da madeira vem aumentando significativamente em todo o mundo, como é o caso da celulose (quadro 92).

O Brasil exporta madeira em bruto, serrada, compensada, laminada, em pasta para papel etc. Assim, em 1975 o País exportou cerca de 478 mil toneladas cúbicas, sendo os países que mais importaram Portugal, Estados Unidos, Uruguai, Argélia e Argentina. Cerca de 61% desse volume é representado por madeira simplesmente serrada.

Em 1974, a madeira simplesmente serrada foi negociada em média a US\$ 240 por tonelada, contra US\$ 263 por tonelada em 1975. O preço das madeiras em tora está sendo cotado para setembro próximo, em Chicago, a 152,20 centavos de dólar por libra-peso.

- Situação interna

- Reflorestamento

Embora grandes áreas estejam sendo reflorestadas, especialmente nos estados do Sul, continua intenso o desmatamento, quebrando o equilíbrio ecológico. Com o intuito de preservar algumas espécies ameaçadas de extinção, estão sendo formados pequenos bosques dessas essências em diversas regiões, mas de crescimento bem demorado. Neste caso, estão o cedro com mais de 40.000 pés plantados em vários estados; canela, mais de 30.000 (SC e RS); cedro japonês 350.000 pés (SP, MG e RJ); imbuia 125.000 pés (SP, PR, SC); jacarandá 32.036 pés (ES, BA e MG); mogno 20.750 pés (PA, GO e RO); peroba 180.000 pés (ES); vinhático 9.050 pés (MG e ES). Além dessas essências, está-se cuidando da preservação de outras espécies nativas.

A indústria civil e a de móveis sentem cada vez mais a escassez de madeira, o que as obriga a usar aglomerados e compensados.

Embora seja a floresta amazônica a maior reserva de madeiras para todos os usos, a região de maior produção e exportação de madeiras, ainda é o Sul do País.

Até setembro de 1975, o IBDF aprovou 214 projetos de reflorestamento para o Brasil, re

presentando cumulativamente, desde 1967, uma área reflorestada de 1,78 milhão de hectares (quadro 93).

O Programa POLOCENTRO tem despertado grande interesse dos investidores no reflorestamento das regiões de cerrado, principalmente em Minas Gerais e Mato Grosso.

A situação no Estado de São Paulo, em 1975, mostra a existência de cerca de 730 mil hectares plantados com eucalipto, 280 mil com pinus, 6 mil com kiri, 1.750 mil em mata natural e 1.300 mil com cerrado e cerradão. Segundo os dados disponíveis, nos últimos 5 anos houve uma elevação das áreas reflorestadas, relativa estabilidade das matas naturais, e alguma diminuição dos cerrados, provavelmente devido ao melhor aproveitamento dessas áreas, seja para cultivos ou para reflorestamento.

Está sendo reestudado pelo IBDF o reflorestamento com essências frutíferas, devendo o mercado ser restringido por causar sérias distorções na política do setor.

- Mercado de madeiras

Durante 1975, a cotação de madeiras de lei no mercado interno foi praticamente estável, sofrendo pequena variação positiva em dezembro (quadro 94).

Para o pinho serrado, segundo o IBDF, o preço em 1975 no atacado também mostra estabilidade, ficando as categorias I e II em torno de Cr\$ 680,00 por dúzia; a categoria III Cr\$ 460,00, subindo em dezembro de 1975 (Cr\$ 570,00); e a cotação da categoria qualitativa IV em Cr\$ 350,00 até novembro, passando para Cr\$ 430,00 em dezembro.

A estabilidade nos preços até novembro de 1975 foi gerada pela desinteresse de países importadores desde o final de 1974; as exportações de madeiras e seus manufaturados, em 1975, apresentaram decréscimo de 8%.

Tentando reduzir os efeitos dessa retração, o IBDF autorizou a CACEX a aceitar registros para exportação a preços inferiores em até 12% ao mínimo de 1975. Tal medida visa preservar a competitividade brasileira no mercado internacional.

Os empresários solicitaram também ao IBDF, que mesmo sistema seja adotado para a exportação de mogno, entretanto, não houve concordância e ainda se estuda a possibilidade de limitar suas vendas ao exterior.

- Mercado de papel e celulose

Uma das metas do reflorestamento é transformar o Brasil em grande exportador da matéria-prima para papel e celulose, cuja liderança é dos países Escandinavos.

Em função da capacidade instalada e dos novos projetos de instalação e expansão, estima-se que em 1985, a produção brasileira de papel será equivalente ao dobro da atual.

A produção brasileira de papel em seus diversos tipos é mostrada no quadro 95, com uma projeção da produção até 1985 segundo estudos da Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose.

A Secretaria da Indústria e Comércio do Estado do Paraná estima uma produção futura de 7.500 toneladas de celulose e papel, tendo em vista a implantação de florestas naquele Estado. Os recursos financeiros serão oriundos do BNDE onde uma linha especial de financiamento foi criada para a indústria de papel e celulose, e já incluída como setor prioritário. Esses recursos, de acordo com os planos do Governo são da ordem de Cr\$ 15 bilhões até 1980, quando se-

rã necessário um suprimento de 15 milhões de metros cúbicos da matéria-prima sem casca.

Ainda no Paraná foram aprovadas pelo IBDF sete regiões florestais, para onde serão deslocados os principais projetos industriais madeireiros de papel e celulose nos próximos cinco anos. O sistema de transporte dessas regiões fica voltado para o corredor de exportação de Paranaguã. Em projetos e infra-estrutura, já foram aplicados cerca de Cr\$ 650 milhões durante o ano passado. O governo paranaense e o IBDF estudam a possibilidade de implantação de novos polos florestais e industriais, abrangendo a zona geoeconômica de mais de 80 municípios.

No quadro 96 tem-se a distribuição geográfica da produção brasileira de papel para os diferentes fins.

São Paulo apresenta-se como o principal produtor de papel do País (55%), vindo em seguida o Paraná (17%). Esse papel é obtido de eucalipto (55%), pinus (30%) e o restante distribuído entre outras plantas fibrosas de menor importância.

(IEA, 26/07/1976)

QUADRO 92. - Consumo e Projeção de Consumo Mundial de Celulose 1956-2000
(em 1.000t)

Ano	Consumo de celulose	Ano	Projeção
1956	50.000	1975	135.000
1960	60.000	1980	172.000
1970	107.000	1985	223.000
1971	109.000	1990	289.000
1972	113.000	1995	374.000
1973	120.000	2000	484.000

Fonte: Programa Nacional de Papel e Celulose - CDE.

QUADRO 93. - Projetos de Reflorestamento Aprovados até 15/09/75 por Estado, 1967-75

Estado	Área (ha)	Número de árvores	Investimento Cr\$	Projeto aprovado
São Paulo	495.346,94	1.093.203.402	1.140.036.262,61	47
Minas Gerais	392.441,41	840.109.493	1.029.597.225,36	50
Paraná	377.223,00	1.012.219.867	831.326.270,96	28
Santa Catarina	177.500,53	366.892.764	379.392.757,43	33
Mato Grosso	107.217,44	210.999.437	401.115.523,67	19
Espírito Santo	86.516,65	146.480.090	271.337.376,68	7
Rio Grande do Sul	91.347,07	206.737.622	211.872.270,87	19
Goiás	24.820,35	41.033.189	78.404.915,92	6
Bahia	15.994,15	28.503.553	64.671.274,94	3
Rio de Janeiro	11.552,40	27.872.167	25.940.122,15	1
Pará	108,00	120.000	90.226,00	-
Amazonas	2.000,00	100.000	11.348.881,00	1
Maranhão	10,00	25.000	19.979,86	-
Total	1.782.077,94	3.974.296.584	4.445.153.087,45	214

Fonte: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Jul./76.

QUADRO 94. - Preços Médios de Peroba, Imbuia, Cedro e Ipê, Mercado Atacadista, São Paulo, 1975
(Cr\$/m³)

Espécie	Tábua	Viga	Caibro	Ripa	Sarrafo p/tacos
Peroba	978,00	656,00	656,00	656,00	406,00
Imbuia	991,00	-	-	-	-
Cedro	1.000,00	-	-	-	-
Ipê	-	-	-	-	502,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

QUADRO 95. - Projeção da Produção Brasileira de Papel, 1975-85
(em 1.000 toneladas)

Ano	Impressão	Escrever	Embalagem	Industriais outros	Cartões cartolinas	Total
1975	364	224	1.129	238	339	2.294
1976	388	227	1.349	304	402	2.670
1977	423	241	1.576	358	434	3.032
1978	538	255	1.818	374	462	3.447
1979	634	268	1.919	379	485	3.685
1980	663	296	2.065	396	508	3.928
1981	679	312	2.271	416	509	4.187
1982	680	312	2.341	419	509	4.261
1983	680	312	2.245	426	509	4.272
1984	680	312	2.353	436	510	4.291
1985	695	327	2.437	445	512	4.417

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose.

QUADRO 96. - Distribuição da Produção de Papel, por Estado Brasileiro, 1975
(em tonelada)

Estado	Impressão	Escrever	Embalagem	Industriais outros	Cartões cartolinas	Total
São Paulo	193.435	174.676	342.602	105.286	202.677	1.018.676
Paraná	121.537	-	162.720	3.600	20.926	317.783
Santa Catarina	5.664	-	138.035	3.080	9.009	155.788
Rio de Janeiro	16.986	4.743	28.746	30.670	3.501	84.646
Minas Gerais	1.104	5.559	59.269	15.238	521	81.691
Pernambuco	483	2.582	58.157	-	14.185	75.407
Rio Grande do Sul	3.219	11.101	26.486	2.870	1.716	45.392
Guanabara	3.222	8.055	24.367	4.133	1.553	41.330
Bahia	-	-	14.254	2.700	-	16.954
Paraíba	-	-	5.367	-	-	5.367
Rio Grande do Norte	-	-	2.906	-	1.260	4.166
Espírito Santo	-	-	3.097	-	-	3.097
Total	345.650	206.716	869.321	167.577	264.348	1.853.612

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose.

- Avicultura

- Panorama internacional

A produção mundial de carne de aves, segundo a FAO, situou-se em 1975 ao redor de 21,4 milhões de toneladas, contra 20,8 milhões de 1974. As perspectivas para 1976 são de incremento da produção, mesmo nos países importadores, o que deverá ocasionar diminuição no comércio internacional.

Na Comunidade Econômica Européia as estimativas para 1976 indicam acréscimo de 3% na produção de carne de aves, em relação a 1975, devendo situar-se ao redor de 3,2 milhões de toneladas, sendo só a de frangos estimada em 2,2 milhões de toneladas, contra 2,1 milhões em 1975.

No Japão, ao contrário da rápida expansão dos últimos anos, houve estabilização da produção e consumo de carne de aves durante 1975, esperando-se pequeno incremento em 1976.

A União Soviética, depois de considerável aumento de produção em 1975 (cerca de 19% em relação a 1974), no início de 1976 mostra um plantel menor de aves, podendo assim ocorrer uma redução da oferta.

A produção norte-americana de carne de aves em geral foi ligeiramente inferior em 1975, porém a produção de frangos excedeu a de 1974 em 11%, em vista da relação favorável entre os preços destes e os das rações. As perspectivas deste ano são de um acréscimo na produção de carne de aves, dado os bons retornos obtidos pelos produtores. Os preços alcançados em 1975 foram os mais altos dos anos recentes, sendo que para 1976 a tendência é de manterem os níveis do 1º semestre do ano anterior. Também as exportações, em 1975, foram as mais elevadas dos últimos anos, atingindo cerca de 62,6 mil de toneladas de frangos inteiros e em partes.

Os países árabes tem-se revelado grandes importadores nos últimos anos, inclusive subsidiando internamente o produto.

Quanto aos preços de aves no mercado internacional, deverão tender a uma progressiva estabilização.

No que se refere à produção mundial de ovos, deverá ela situar-se em 1975 ao redor de 23,9 milhões de toneladas, 3% superior à de 1974. Nos EE.UU. houve recuo de cerca de 2% em 1975. Outros grandes produtores registraram aumentos: China (2%); Bélgica (3%); Itália (2%); Alemanha Oriental (2%); Alemanha Ocidental (1%); Inglaterra (1%); e, Rússia (10%).

As exportações norte-americanas de ovos e produtos derivados cresceram 15% durante 1975, sendo o Japão o maior comprador. O Canadá, por sua vez, impôs quotas para importação do produto de origem estadunidense. Na Europa, a tendência crescente ao comércio internacional perdurou, com aumento das exportações por parte da Bélgica e Holanda, principais produtores, enquanto a Alemanha Ocidental, maior comprador, teve suas importações aumentadas substancialmente, no ano passado.

Em 1976 a produção de ovos nos Estados Unidos está mais ou menos estabilizada devendo, pois, permanecer nos níveis de 1975. Por sua vez, os preços poderão aumentar no segundo semestre, oscilando ao redor da média verificada no mesmo período do ano anterior.

- Situação interna

A produção brasileira de carne de aves, em 1975, situou-se ao redor de 530 mil tonela-

das, tendo crescido de 10% em relação a 1974. São Paulo produziu cerca de 240 mil toneladas, com participação relativa de 45%.

O plantel brasileiro de matrizes para corte apresentou, em 1975, um decréscimo de 10% em relação de 1974, tendo atingido 4,7 milhões de reprodutoras, contra 5,2 milhões em 1974, o que pode ser considerado um ajustamento à realidade do mercado, já que em 1975 os preços não se mostraram tão remunerativos como em 1973 e 1974. A participação dos principais estados produtores de matrizes para corte, em 1975, foi a seguinte: São Paulo, 44,7%; Minas Gerais 12,7%; Santa Catarina 11,2%; Rio Grande do Sul 9,1%; e Rio de Janeiro 6,3%.

São Paulo teve diminuída sua participação na produção de matrizes para corte em 1975, como já acontecera em 1974. Porém, no primeiro trimestre de 1976, a participação de São Paulo aumentou, alojando aproximadamente 730 mil matrizes para corte, 48,4% do total nacional (aproximadamente 1,5 milhão).

A atividade de corte experimentou, no segundo semestre de 1975, sensível alta nos preços, principalmente nos dois últimos meses, proporcionando aos avicultores uma recuperação de forma a compensar os eventuais prejuízos do primeiro semestre. O preço médio anual recebido pelo produtor de frangos no interior do Estado de São Paulo esteve em torno de Cr\$5,22/kg, 19% superior ao de 1974, mas registrando queda em valores reais (quadro 97). O abastecimento de rações e de matérias primas para ingredientes de rações não apresentou problemas em 1975, notando-se, entretanto, relativa escassez de milho no final do ano, com uma consequente alta de preços.

Os preços médios anuais das rações para corte, inicial e final, situaram-se em Cr\$ 1,42/kg, e Cr\$ 1,39/kg, respectivamente, significando aumentos de 32% e 39% em relação aos preços de 1974; as cotações mais elevadas foram em outubro e novembro. Também houve uma razoável procura de pintos de um dia no final do ano; as cotações subiram a partir de setembro e a média do ano se situou em Cr\$ 1,42/unidade (Cr\$ 1,31 em 1974).

Admite-se que a recuperação dos preços no final de 1975 tenha sido consequência de uma diminuição da oferta de aves, devido a retirada da atividade dos produtores marginais e, também, do aumento da demanda, comum nesta época do ano, próxima às festas natalinas.

Nos primeiros meses de 1976, os preços recebidos pelos produtores continuaram nos mesmos níveis verificados no final de 1975, chegando a oscilar, em alguns casos, entre Cr\$ 7,00 a Cr\$ 8,00/kg do frango vivo, permitindo ao avicultor um lucro razoável, apesar do aumento dos preços dos insumos.

O aumento na demanda de pintos de um dia e de rações, apesar dos preços, evidenciava um incremento da produção de aves para corte e as perspectivas eram de que em 1976 a atividade de continuasse em expansão. Entretanto, a inclusão de aves na lista CIP/SUNAB para os supermercados, a partir de abril, provocou certa retração do setor. Os preços ao nível do produtor começaram a cair, chegando em junho a níveis menores que os de janeiro (mais de 25% em termos reais). Diante desta conjuntura alguns avicultores paulistas chegaram a paralisar sua atividade, momentaneamente, enquanto que outros diminuíram sua programação.

No que se refere à produção de aves, deve-se notar que o plantel brasileiro de matrizes de postura evoluiu em 1975, situando-se ao redor de 583 mil aves, cerca de 11% superior ao do ano anterior, tendo o Estado de São Paulo alojado cerca de 409 mil matrizes, com um aumento de 13% em relação a 1974.

No primeiro quadrimestre de 1976 foram produzidas 160 mil matrizes, 7,5% a mais do no ano anterior; São Paulo participando com cerca de 125 mil aves.

A produção paulista de ovos, em 1975, situou-se em 442 milhões de dúzias, com aumento anual de 11%. Ao mesmo tempo, a atividade se ressentiu de problemas na comercialização,

com grande oscilação dos preços e retração do consumo, fazendo com que os lucros fossem diminuídos.

Os baixos preços verificados no final de 1974 continuaram nos dois primeiros meses de 1975, porém reagiram a partir de março, para no final do ano apresentarem níveis elevados, proporcionando então melhores retornos aos avicultores (quadro 98). O preço médio recebido pelos produtores, registrado em 1975 (Cr\$ 3,31/dz.), foi tão somente 14% superior à média de 1974, representando, em termos reais, uma queda da ordem de 12%. Por outro lado, em 1975 os preços de ração para poedeiras caíram até julho, voltando a subir no segundo semestre, sendo as cotações mais altas do ano aquelas dos três últimos meses. O preço médio anual de Cr\$1,25/kg foi 26% superior à média de 1974, enquanto em valores reais houve pequena queda (-2%).

A tendência altista de preços de ovos teve continuidade nos primeiros meses de 1976. O preço médio recebido pelo produtor paulista alcançou sua cotação máxima em abril, quando em relação a janeiro apresentava um acréscimo em valores reais, ao redor de 28%, portanto, uma elevação acima da média da variação estacional, mantendo-se, contudo, dentro dos limites extremos do padrão (figura 13). A relação de preços ovo/ração também aumentou; passando de 2,64 em janeiro para 3,39 em abril; um acréscimo de cerca de 28% que ensejou ao produtor lucro razoável, apesar do aumento dos preços de combustíveis, energia elétrica, medicamentos e pintos de um dia (quadro 99).

A inclusão do ovo na lista CIP/SUNAB para os supermercados provocou antecipação da queda dos preços, fazendo com que a atividade se tornasse menos atrativa. A redução do preço médio real recebido pelo produtor em maio relativamente a abril foi de 11%, enquanto os preços dos insumos continuaram aumentando a ponto de deteriorar em 9% a relação de preços ovo/ração. Em consequência, o descarte de poedeiras foi antecipado e houve retração na demanda de pintos de um dia.

- Perspectivas

Na atual conjuntura, com o estabelecimento de preços máximos para frango e galinha ao nível dos supermercados, as perspectivas, em termos agregados, são de que a produção de carne de aves permaneça em níveis semelhantes aos do ano anterior ou até diminua ligeiramente. Como, porém, em fins de junho os preços mostravam certa recuperação, isto poderá dar novo impulso à atividade no decorrer do segundo semestre.

Quanto ao comércio exterior, o Brasil exportou em 1975 cerca de 3.469 toneladas de carnes de aves, no valor de US\$ 3.290 mil. Em 1976, as exportações são relativamente maiores, com empresas do Rio Grande do Sul exportando cerca de 300 toneladas mensais, enquanto as de Santa Catarina possuem contratos para venda no exterior de 2.700 toneladas, no 1º semestre.

Também produtores de São Paulo já teriam exportado cerca de 300 toneladas, esperando totalizar 3.000 toneladas para este ano, tendo o Oriente Médio como seu principal mercado. As transações estariam sendo efetuadas aos preços de US\$ 1.100 a US\$ 1.200 por tonelada CIF.

Essa perspectiva de mercado externo, se consolidada, poderá constituir novo alento à avicultura de corte em 1977.

Dado o acréscimo do plantel de matrizes, as perspectivas, são de aumento na produção de ovos. Todavia, sendo um produto de ciclo relativamente curto, que responde prontamente a incentivos e restrições, torna-se difícil fazer previsões a mais longo prazo.

Alguns fatos ocorridos recentemente são bastante alvissareiros para o setor, incluindo-se a industrialização de ovos em Mogi das Cruzes e a exportação de ovos in natura realizada por cooperativas. Com relação a industrialização do ovo, a capacidade atual de operação diária da referida usina é 670 caixas de 30 dúzias, a qual deverá em breve ser triplicada, pro piciando um mercado mais amplo para a avicultura de postura da região, notadamente porque essa produção se destina, preferencialmente, ao mercado externo.

(IEA, 26/07/1976)

QUADRO 97. - Preço Médio de Frango Recebido pelo Produtor, São Paulo, 1973-76
(Cr\$/kg)

Mês	1973		1974		1975		1976	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	3,07	5,39	5,47	8,22	4,65	5,22	6,87	5,91
Fev.	3,17	5,50	5,66	8,28	4,37	4,80	6,63	5,48
Mar.	3,15	5,39	4,01	5,61	4,77	5,16	7,15	5,70
Abr.	3,28	5,54	4,46	5,93	4,26	4,53	7,06	5,43
Mai.	3,14	5,24	3,71	4,77	4,85	5,05	6,13	4,56
Jun.	3,24	5,35	3,85	4,86	4,85	4,94	6,06	4,39
Jul.	3,54	5,80	3,79	4,72	4,77	4,75
Ago.	4,31	6,99	4,28	5,27	5,03	4,88
Set.	4,68	7,51	4,48	5,42	5,71	5,41
Out.	4,62	7,30	4,37	5,21	6,22	5,77
Nov.	4,68	7,32	4,10	4,81	6,74	6,11
Dez.	5,04	7,78	4,51	5,18	6,48	5,76

⁽¹⁾ Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base: 1975=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 98. - Preço Médio Recebido pelo Produtor de Ovos, Estado de São Paulo, 1971-76 ⁽¹⁾
(Cr\$/dz.)

Mês	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Janeiro	1,01	1,43	1,72	2,77	2,92	3,57
Fevereiro	0,97	1,45	1,82	3,07	2,52	3,64
Março	1,42	1,65	2,07	3,09	3,17	4,76
Abril	1,55	1,73	2,41	3,43	3,39	5,12
Maiο	1,59	1,47	2,34	3,28	3,50	4,73
Junho	1,83	1,53	2,52	2,96	3,66	4,95
Julho	1,45	1,83	2,61	3,18	3,56	...
Agosto	1,28	1,80	2,66	3,06	3,34	...
Setembro	1,28	1,57	2,69	2,74	3,06	...
Outubro	1,23	1,59	2,68	2,44	3,16	...
Novembro	1,24	1,73	2,69	2,43	3,61	...
Dezembro	1,31	1,71	2,81	2,40	3,79	...
Média anual	1,35	1,62	2,42	2,90	3,31	...

⁽¹⁾ Ponderado segundo os tipos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 99. - Relação de Preço Ovo/ração, Estado de São Paulo, 1971-76 (1)

Mês	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Janeiro	2,06	2,55	2,35	2,91	2,30	2,64
Fevereiro	1,94	2,37	2,30	3,10	1,95	2,64
Março	2,84	2,70	2,52	3,12	2,81	3,15
Abril	3,10	2,93	2,90	3,46	2,83	3,39
Maio	3,18	2,49	2,78	3,31	2,92	3,11
Junho	3,66	2,59	3,00	2,98	3,08	3,23
Julho	2,90	3,10	3,10	3,27	3,07	...
Agosto	2,32	3,05	3,16	3,00	2,72	...
Setembro	2,28	2,61	3,20	2,56	2,37	...
Outubro	2,19	2,56	3,19	2,68	2,39	...
Novembro	2,21	2,74	3,20	2,73	2,65	...
Dezembro	2,33	2,47	3,08	2,16	2,87	...

(1) Quilos de ração para poedeiras que podem ser adquiridos, por uma dúzia de ovos.
 Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

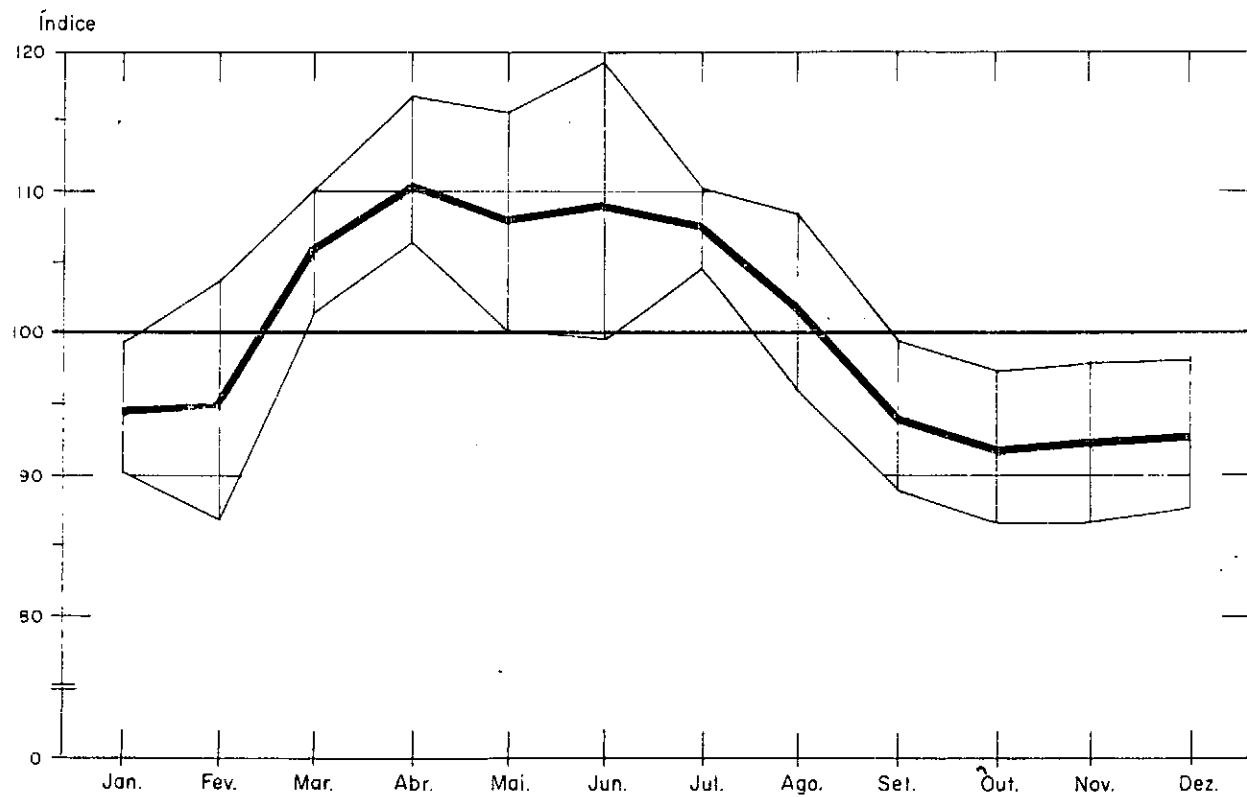


FIGURA 13. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Ovos, Estado de São Paulo, 1969-75.

- Pecuária Leiteira

- Panorama internacional

As medidas tomadas no ano passado pela Comunidade Econômica Européia, para impedir a acumulação de estoques de leite em pó, não foram suficientes para alcançar o objetivo almejado, já que os mesmos foram se ampliando, tendo passado de 800 mil toneladas em meados de 1975, para 1.400 mil em maio do corrente ano. Essa situação começou a preocupar as autoridades européias a ponto de, na reunião do Conselho de Ministros da CEE, realizada em 6 de março, ter-se decidido que 400 mil toneladas de leite em pó deveriam ser destinadas à alimentação animal, volume esse equivalente a 304 mil toneladas de farelo de soja, em valor proteico. Além disso, duas outras importantes decisões foram tomadas: a primeira, que condiciona os importadores de soja da CEE a adquirirem também, no mercado interno, quantidades equivalentes de leite em pó para a produção de rações; a segunda, instituindo um depósito compulsório de US\$ 37 para cada tonelada de farelo de soja importado.

A recente elevação da cotação do farelo de soja no mercado mundial, provavelmente favorecerá a implementação do plano de redução dos estoques, embora, aos preços atuais, esse farelo continue preferido pelos pecuaristas.

A manteiga e o queijo apresentam-se também com estoques elevados desde o final de 1975, com perspectivas de continuar aumentando em 1976.

A produção mundial de leite in natura em 1975 foi apenas 1% superior a de 1974 (387 bilhões de litros). Dentro da CEE, a Holanda é o único País cuja produção em 1975 apresentou-se superior; por outro lado, a maior queda se verificou na Alemanha Ocidental. Essa situação se explica, em parte, pelas condições climáticas desfavoráveis ocorridas em alguns meses do segundo semestre de 1975. Nos Estados Unidos a queda da produção foi de 1%, na Austrália praticamente se manteve constante, enquanto na Nova Zelândia teria ocorrido aumento de 5%. Nos países em desenvolvimento, graças aos estímulos governamentais concedidos ao setor, visando diminuir o déficit de proteína animal na dieta alimentar, a produção em 1975 aumentou.

Quanto às perspectivas para 1976, acredita-se ser ainda prematuro arriscar-se a qualquer prognóstico. Entretanto, segundo o USDA, nos principais países produtores (exceção feita a URSS e Austrália) a produção leiteira deverá ser bem superior a de 1975. Embora o USDA reconheça que muitos países têm realizado abate de vacas (o que poderia comprometer a produção), por outro lado, a redução no tamanho do rebanho será compensada pela melhor produtividade dos animais remanescentes.

A restrição que se faz às previsões assim tão otimistas é que, desde maio, os países da Europa estão sendo duramente atingidos pela seca, obrigando muitos produtores a novos abates por falta de alimentos volumosos e grãos forrageiros. Além do fator climático mencionado, deve ser lembrado também que os elevados estoques de derivados do leite no mercado mundial, sobretudo do leite em pó, poderão forçar os governos a várias medidas diretas de desestímulo à produção leiteira, como aquelas adotadas no final da última década.

- Situação interna

Como reflexo das políticas governamentais de incentivo ao setor, a produção brasileira em 1975, alcançou 9,7 bilhões de litros, 10,2% superior a 1974.

Especificamente no caso do Estado de São Paulo, o desempenho foi satisfatório (como em toda a Região Centro-Sul), tanto assim que de uma situação de escassez verificada em meados de 1974, passou-se para uma de equilíbrio no início de 1975, tendo, inclusive, o abastecimento se processado normalmente na entressafra, uma vez que a queda natural de produção que se constata nesse período foi compensada com a reidratação do leite em pó, produzido no período "das águas", de acordo com as diretrizes do Governo Federal. Esse bom resultado foi alcançado a despeito de ter sido um ano atípico quanto à disponibilidade de pastagens, afetadas pelas intensas geadas ocorridas no ano e, em seguida, por longo período de estiagem.

Além dos programas de crédito e assistência técnica, os produtores foram beneficiados no ano passado com dois reajustes de preços (em janeiro e agosto) considerados satisfatórios. O reajuste concedido de agosto (Cr\$ 1,60/litro) elevava o preço do produto a nível superior, em termos reais ao vigente em 1966 (Cr\$ 0,16/litro) ano considerado bom para a pecuária de leite, segundo os próprios pecuaristas.

O comportamento do setor no ano passado não deve ser interpretado, todavia, como se o Estado tivesse alcançado a auto-suficiência na produção de leite. Embora tenha havido um relativo excedente no período de safra, o abastecimento ficaria comprometido se não fosse o produto proveniente de outros estados.

Contrariamente ao ano de 1975, a evolução do setor foi negativa no decorrer do primeiro semestre de 1976. Assim, enquanto nos primeiros três meses do ano passado havia excesso de leite C no mercado, nesse mesmo período do ano em curso já era notória sua escassez. A falta do produto alcançou tal dimensão, que já em abril o Governo concedera autorização para reidratação do leite em pó para ser distribuído ao consumo, prática essa que em 1975 só fora autorizada em junho.

Aparentemente a causa principal dessa queda de produção, no caso de São Paulo, foi o baixo preço pago ao produtor. Em relação a 1975, o preço médio recebido pelo produtor durante o 1º semestre deste ano teve uma redução da ordem de 14% em termos reais. Diante, portanto, desse fato, não se poderia esperar que a produção viesse a aumentar.

O problema de fixação do preço do leite é bastante complexo. Deve-se levar em conta não somente a característica de demanda inelástica do produto, mas também a estrutura e eficiência de produção. Estudos realizados no IEA mostram que 88% dos pecuaristas de leite do Estado de São Paulo são considerados "pequenos produtores" (menos de 100 litros/dia) os quais, entretanto, respondem por 40% da produção. Esta questão de estrutura de produção atomizada é bastante crítica, particularmente no Vale do Paraíba, importante bacia leiteira do Estado. Além disso, a atividade de pecuária de leite se caracteriza ainda pela baixa tecnologia utilizada.

Difícil, portanto, é estabelecer para o produtor o "preço justo". Pretender tão somente que esse preço seja o que cubra os custos de produção é incorrer, muitas vezes, em custos sociais elevados e injustos, já que o consumidor poderia ser obrigado a pagar pela ineficiência do produtor. Por outro lado, pretender também que o preço seja estabelecido visando apenas a melhoria da produtividade do rebanho, seria ignorar por completo o proces-

so de adoção e assimilação de nova tecnologia, que é lento e gradativo. Optar por essa última política de preços, principalmente quando a estrutura da produção é tão pulverizada e problemática como a do leite, é arriscar-se a reduzir abruptamente a renda do setor, inclusive a sua produção.

A produção de leite B vem aumentando acentuadamente, principalmente no Vale do Paraíba. Dado ser um produto de preço bem mais elevado, tem-se encontrado algumas dificuldades para sua colocação em período de abastecimento normal de leite C. Quando isso ocorre, apenas parte de sua produção realmente é vendida como leite B, sendo o restante entregue às usinas ao preço do leite C.

- Perspectivas

O reajuste do preço do leite anunciado para agosto, quando o produtor passará a receber Cr\$ 2,10/litro, será decisivo para a produção do setor em 1976. A reação dos produtores a esse novo preço dependerá da elevação dos seus custos até o final do ano. Admitindo-se uma taxa de inflação ao redor de 40%, esse preço será ligeiramente inferior ao de agosto de 1975 (Cr\$ 1,60/litro). Essa diferença, todavia, poderá ser compensada pelo estado geral das pastagens, que se encontra bem melhor neste ano.

A linha especial de crédito para os produtores de leite (Programa de Desenvolvimento de Pecuária Leiteira), cujo montante destinado a São Paulo (Cr\$ 265 milhões) já se encontra totalmente comprometido, deverá causar impactos positivos à pecuária leiteira. Mais de 50% desses recursos foram aplicados em formação e recuperação de pastagens, capineiras, construção de silos, compra de reprodutores e matrizes, itens esses que têm relação direta com a produção de leite.

Frente a essas considerações, é possível que a produção do Estado venha a se recuperar no 2º semestre, sendo ainda viável superar o volume total produzido em 1975, que atingiu 1,506 bilhões de litros.

Com relação ao abastecimento da Grande São Paulo, as disponibilidades de leite em pó podem ser insuficientes para atender ao consumo. O estoque oficial, da ordem de 10,5 mil toneladas, ao qual se deve somar o volume de 3,0 mil toneladas efetivamente importadas, talvez tenha que ser complementados com importações adicionais, a fim de que o abastecimento do produto seja normalizado a curto prazo.

(IEA, 26/07/1976)

- Pecuária Bovina e Suína

- Situação internacional

Em 1975, a produção mundial de carnes bovina, suína e de aves alcançou a cifra de 108.530 mil toneladas, apresentando crescimento de 1,6% em relação a 1974. Neste total, a carne bovina contribuiu com 45.117 mil toneladas e um aumento relativo de 4%. Neste produto, o maior incremento verificou-se na Oceania (18,0%), seguida da América do Sul (7,0%) e Estados Unidos (5,0%). Na Europa, onde se concentra 20% da produção mundial, o crescimento foi pequeno (1,5%), o mesmo acontecendo na URSS (1,0%).

Por outro lado, a crise econômica provocou retração na demanda, o que reduziu a cotação do produto. Conseqüentemente, a Comunidade Econômica Européia, região tradicionalmente importadora de carne bovina, terminou 1975 como exportadora líquida com estoques de carne bovina superiores a 350 mil toneladas, contrastando com a situação de escassez verificada em 1973.

Acredita-se que 1976 ainda não seja um ano favorável para os exportadores. Além da expectativa de que a produção mundial continua crescendo, os estoques de intervenção na CEE continuam elevados e as barreiras alfandegárias dificultam a importação. As previsões otimistas de que o volume de carne bovina a ser comercializado em 1976 alcançaria 2,43 milhões de toneladas (mais 14% em relação a 1975), poderão não se confirmar, porque a prolongada seca que atinge o continente europeu, de certa forma contribui para aumentar ainda mais os estoques de carne. De fato, em decorrência da seca as compras realizadas na CEE para formação desses estoques, que até então se limitavam aos animais de corte, têm-se estendido também para os animais especializados na produção leiteira.

Concomitantemente, os Estados Unidos anunciaram que suas importações seriam menores no corrente ano, tendo seus principais fornecedores, Austrália e Nova Zelândia, reduzido suas quotas de 7% e 5%, respectivamente.

Face a essa conjuntura não é de se estranhar a queda nas cotações, como foi o caso da carne argentina, cujo preço médio FOB de US\$ 880/tonelada, no 1º trimestre de 1975, viu-se reduzido para US\$ 665/tonelada no período paralelo do corrente ano.

Com relação a carne suína, as principais transações são feitas entre países da Europa Ocidental. Além disso, há um grande fluxo de suínos vivos da China que, através de Hong-Kong, atingem os países europeus, inclusive a URSS. Dinamarca, Bélgica, Holanda e China são os maiores exportadores de suínos e derivados, sendo que o produto mais intensamente comercializado é o tocinho.

As exportações de carne suína foram incrementadas de 1968 a 1972, com uma elevação acentuada, de 21%, em 1971. As quedas registradas em 1973 e 1974, foram conseqüências dos altos preços dos ingredientes protéicos para rações animais, alta essa que se prolongou por um período relativamente longo.

Segundo a FAO, nos últimos 3 anos a produção mundial de carne suína aumentou, embora em 1975 tenha sofrido ligeira retração (-1,5%) em relação a 1974. Na Comunidade Econômica Européia essa retração foi ocasionada pela redução na oferta de grãos em 1974, o que provocou grande matança e, conseqüentemente, um repentino aumento na oferta de carnes.

De acordo com recentes informações, a produção de suínos na CEE não deverá alcançar no primeiro semestre de 1976 o mesmo índice do correspondente período de 1975. Porém, como reflexo dos altos preços, espera-se que a produção no 2º semestre alcance ou mesmo supere os níveis de 1975.

Nos Estados Unidos, o abate de suínos, em 1975, sofreu uma retração de cerca de 18%. Tal fato explica o acentuado aumento que se vem verificando nas importações de carne suína pelos americanos, cujo principal fornecedor é o Canadá. Segundo estimativa realizada em setembro de 1975, a produção de suínos em 1976 permaneceria abaixo dos níveis do ano anterior. Entretanto, indicações preliminares de uma safra recorde de milho, geram expectativas de que essa produção possa ser incrementada de até 5%. Uma forte recuperação do setor é esperada para 1977.

Segundo o USDA, a produção de carne suína, nos 13 maiores países produtores, deverá declinar para 17,9 milhões de toneladas em 1976, comparadas com as 18,5 milhões de 1975, resultante dos menores abates que se verificarão na URSS. Todavia, excluindo-se a URSS, a produção de carne suína nesses países deverá aumentar em cerca de 3%, atingindo 14,6 milhões de toneladas.

Quanto aos preços internacionais, no decorrer de 1975 verificou-se uma tendência alta. Relatório da Comunidade Econômica Européia previa estabilização de preços na primavera de 1976 e possível queda para o outono e inverno europeus, em decorrência de aumento da produção. Todavia, essa retração parece ter-se antecipado para o verão, já que no mês de junho registrou-se queda de cotações na CEE.

- Situação interna

- Pecuária bovina

A produção brasileira de carne bovina foi da ordem de 2,16 milhões de toneladas em 1975, cerca de 2,8% superior a de 1974.

No Estado de São Paulo, a despeito dos 26% de aumento observado nos abates sob inspeção federal (quadro 100), a produção de carne bovina em 1975 decresceu em relação ao ano anterior, tendo alcançado 497 mil toneladas (quadro 101), o que pode ser explicado pelo fato de que muitos dos animais abatidos são procedentes de outros Estados do Brasil Central, além da sensível ampliação no número de abates sob inspeção federal neste Estado.

A meta governamental de exportar 80 mil toneladas de carne bovina em 1975 não foi atingida, tendo sido comercializadas apenas 47 mil, devido principalmente aos preços internacionais, que continuaram em declínio. Além disso, as barreiras impostas pelos países importadores, sobretudo os da Comunidade Econômica Européia, dificultaram a colocação do produto brasileiro.

Os estoques de carne financiados no corrente ano são estimados em 200 mil toneladas, representando aumento da ordem de 33% quando comparado com os estoques de 1975. Acredita-se que além das 200 mil toneladas, exista ainda volumes consideráveis do produto armazenados com recursos próprios dos frigoríficos.

Com relação aos preços, o ano de 1976 iniciou com cotação do boi gordo de Cr\$ 130,00 em janeiro. Nos meses subsequentes, houve alta nos preços, atingindo Cr\$ 140,00/145,00 por arroba nas principais regiões de engorda. Em junho, verificou-se nova alta, tendo alcançado Cr\$ 150,00. Deve ser lembrado que os valores mencionados se referem aos máximos alcançados e não a valores médios. O padrão estacional dos preços do boi gordo é visualizado na figura 14.

Embora o gado bovino ocupe posição de destaque na formação da renda agrícola do Estado, seus preços têm-se deteriorado em termos reais, como se constata no quadro 102. Os preços reais médios alcançados pelo boi gordo, boi magro e bezerro no primeiro semestre do corrente ano, diminuíram, respectivamente, de 8%, 14% e 17% em relação à média anual de 1975. Entretanto, se a mesma comparação for feita com o primeiro semestre de 1975, as correspondentes reduções percentuais são de 10%, 15% e 20%.

Observe-se as taxas crescentes em que se deram as perdas de preços reais, isto é, gradualmente a partir do boi gordo para o boi magro e para o bezerro, comprovando, uma vez mais, que todas as vezes que varia o preço do boi gordo, os preços do boi magro e do bezerro variam no mesmo sentido, mais do que proporcionalmente.

O grande aumento no abate de fêmeas verificado até abril de 1976 (186%), segundo o DIPOA está, aparentemente, ligado também ao fenômeno mencionado, pois, o valor das vacas está também diretamente relacionado com os preços dos bezerras. Uma vez que os preços destes últimos se deterioraram, os criadores, principalmente os pequenos, se viram obrigados a se desfazer das fêmeas para cumprir compromissos anteriormente assumidos.

Quanto à exportação pelo Porto de Santos, verifica-se que no 1º semestre do corrente ano foram embarcadas 27.397 toneladas de carne bovina, predominando a carne enlatada (70%). Esse volume representa um aumento de 63% em relação ao exportado no mesmo período do ano anterior.

- Pecuária suína

O rebanho suíno no Estado de São Paulo revela inexistência de grandes concentrações em termos regionais. Este rebanho vem, nos últimos anos, sofrendo pequenas oscilações no seu tamanho, registrando-se uma retração no período de 1971 a 1974 e um pequeno acréscimo em 1975 (quadro 103).

A produção paulista de carne suína, da mesma forma, registrou um decréscimo no triênio 1971-73, e uma pequena recuperação nos 2 últimos anos (quadro 104).

Nos frigoríficos sob inspeção federal, localizados no Estado de São Paulo, os abates de suínos vem experimentando, nos últimos 5 anos, um acréscimo significativo (quadro 105). Os abates de suínos sob inspeção federal, no ano de 1975, foram aproximadamente 27% maiores em relação a 1974, tendo sido abatidas 758.730 cabeças.

No 1º trimestre de 1976 foram abatidas aproximadamente 179 mil cabeças por 12 frigoríficos, dos quais apenas três foram responsáveis por cerca de 67% dos abates. Em recente pesquisa realizada pelo IEA nesses três principais frigoríficos, confirmou-se que cerca de 80 a 90% dos suínos abatidos foram adquiridos no Estado do Paraná e, em menor escala, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Outro fato constatado foi que esses abatedou-

ros adquirem o porco, através de contatos diretos com firmas comerciais localizadas no Estado do Paraná.

Esse fato revela a perda da importância relativa das mangueiras localizadas no eixo da BR- 116, próximas à cidade de São Paulo. Atualmente resta somente uma destas, sendo que as 8.000 cabeças semanais por ela recebidas em média no início desta década, atualmente estão reduzidas a cerca de 2.500.

Tanto a participação relativa como absoluta dos agentes de comercialização mostraram significativa alteração no triênio 1972-74, conforme se observa no quadro 106 elaborado com base em informes prestados pelos criadores paulistas.

Com relação aos preços recebidos pelos produtores paulistas, a carne suína obteve ganhos reais, principalmente no período entre 1973 e 1974, sendo que em 1975 e início de 1976 a tendência foi de queda (quadro 107). A variação estacional do preço recebido pelo produtor de suínos pode ser vista na figura 15.

Nota-se em 1974 um aumento significativo nos preços recebidos pelos produtores, em parte explicado pela escassez no abastecimento de óleos vegetais e altos níveis de preços atingidos por esses produtos. Para isso, contribuiu também a safra recorde de milho, que proporcionou aos criadores maior poder de barganha.

Durante todo o ano de 1975, mês a mês, o preço real recebido pelos produtores apresentou tendência declinante, prosseguindo em janeiro de 1976, quando atingiu o seu valor mínimo. Este fato pode ser explicado, em parte, pela queda dos preços reais de carnes de aves e de óleos vegetais. Entretanto, as altas cotações atingidas pelo preço do milho no 2º semestre de 1975, foi fator determinante no aumento do fluxo de suínos enviados ao abate, e consequente queda nos preços.

- Perspectivas

- Pecuária bovina

Para 1976, espera-se que a produção de carne bovina no Estado permaneça nos mesmos níveis de 1975. Todavia, a produção do ano estará condicionada também à política de abates para a entressafra e ao comportamento das pastagens até o final do ano.

Contrariamente à entressafra de 1975, que foi bem longa devido à seca, no corrente ano a abundância de chuvas nas regiões de pecuária de corte permite antever um período de entressafra menor. O ataque da praga "*Blissus leucopterus*" embora tenha sido intensa em algumas áreas, não chegou a comprometer a produção de carne.

O abastecimento nesta entressafra deverá se processar em melhores condições, pois os estoques de carne (oficiais e particulares) são bem maiores que os do ano passado. A possibilidade de importação de carne bovina sob o regime de "draw-back" poderá também favorecer o abastecimento interno, liberando mais carne para o consumo.

Os preços poderão subir, ainda, até o final do ano, a despeito dos estoques existentes. Todavia, se os abates forem restringidos é possível que os preços se mantenham próximos aos níveis atuais. A possibilidade do Governo limitar os abates está condicionada ao consumo de carne congelada, a exemplo do ocorrido no ano anterior.

Quanto às perspectivas para exportação, acredita-se que a curto prazo são pequenas as possibilidades que se oferecem. Os preços no mercado interno são bem superiores aos externos e, além disso, Argentina e Uruguai têm oferecido seu produto a preços mais atrativos. Ademais, a recente seca ocorrida na Europa ampliou os abates e, conseqüentemente, os estoques, dificultando mais a entrada de carne de outros países.

Convém salientar que a atual conjuntura do mercado de carne na Europa deve se constituir num alerta, acreditando-se que não demorará muito para que seus efeitos criem condições favoráveis para os países potencialmente exportadores de carne bovina.

- Pecuária suína

Após um ano de grande desestímulo para o setor (1975), a carne de suínos obteve ganhos reais de preço de janeiro a maio de 1976 (quadro 107).

Este fato é parcialmente explicável pelo aumento rápido do abate no final de 1975 (o que fez com que se reduzisse a oferta de animais para o 1º semestre de 1976), a expectativa de uma boa safra de milho, bem como possibilidade de maior participação no mercado exterior. Ainda, nesse período, é comum a ocorrência de preços mais elevados, pois se caracteriza como de entressafra do porco sulino.

No mês de junho já se registra pequena queda nos preços recebidos pelos criadores paulistas, isto devido ao início do fluxo de animais do Sul. Como a tendência é de que nos próximos meses aumente esse fluxo, é de se prever que os preços continuem a cair. Entretanto, esta queda provavelmente será pequena, devido a menor oferta esperada dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, prejudicados ainda pelos déficits do ano de 1975.

Poderá influenciar de maneira negativa, nesta queda, a liberação dos estoques de carne bovina congelada pelo governo e o tabelamento de carne de aves. Poderá influenciar, também, o comportamento dos preços de óleos vegetais, caso estes venham a subir, o que de certa forma já vem ocorrendo com a soja.

Para o final do ano, uma situação que poderá vir a provocar quedas mais acentuadas nos preços de carne suína, é a disponibilidade de milho a preços compensadores.

Com relação às exportações brasileiras de carne suína, estas sempre foram modestas e irregulares (quadro 108). Entretanto, recentemente tem havido uma procura mais intensa por parte dos países importadores, os quais estariam dispostos a comprar quantidades consideráveis. Realmente, além de nossos compradores tradicionais (Espanha e Itália), a Polônia manteve negociações recentemente com o Brasil, porém a situação interna do produto não permitiu a exportação na época, nas quantidades desejadas. Assim mesmo, as exportações no início de 1976 foram bem acima das até hoje registradas (quadro 109).

Atualmente, o mercado europeu encontra-se retraído. Nosso principal comprador de miéias-cárcaças de suínos, a Espanha, não está comprando, assim como a Itália, principalmente por razões econômicas.

Em contrapartida há que se levar em conta as condições climáticas desfavoráveis reinantes na Europa, o que está ocasionando o abate intenso de suínos, aumentando assim os seus estoques e devendo reduzir as perspectivas de exportação deste produto.

(IEA, 23/07/1976)

QUADRO 100. - Abate nos Frigoríficos sob Inspeção Federal, Estado de São Paulo, 1973-75

(cabeça abatida)

Mês	1973	1974 (a)	1975 (b)	Variação percentual (b/a)
Jan.	156.327	105.103	140.534	33,7
Fev.	151.650	80.868	143.371	77,3
Mar.	151.295	104.767	176.631	68,6
Abr.	164.317	154.496	195.441	26,5
Mai.	209.138	187.751	201.067	7,0
Jun.	185.006	163.893	190.163	16,0
JuI.	158.320	144.861	158.079	9,8
Ago.	98.301	92.437	95.244	3,0
Set.	105.340	87.473	55.007	-37,2
Out.	79.280	71.079	63.791	-10,0
Nov.	104.959	72.511	137.204	89,2
Dez.	111.687	100.243	167.767	67,4
Total	1.675.320	1.365.482	1.724.299	26,3

Fonte: Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

QUADRO 101. - Evolução da Produção de Carne Bovina, Estado de São Paulo, 1970-76

Ano	Peso total de carcaça (t)	Valor da produção (Cr\$ 1.000)
1970	415.000	847.708
1971	440.000	1.261.348
1972	524.000	1.858.471
1973	554.500	2.957.315
1974	504.300	3.590.280
1975	496.800	4.140.000
1976 (1)	496.800	4.802.400

(1) Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 102. - Evolução dos Preços Médios Recebidos pelos Pecuáristas do Estado de São Paulo, 1973-76

Ano	Bezerro (Cr\$/cabeça)		Boi magro (Cr\$/cabeça)		Boi gordo (Cr\$/arroba)	
	Preço corrente	Preço real ⁽¹⁾	Preço corrente	Preço real ⁽¹⁾	Preço corrente	Preço real ⁽¹⁾
1973	409,50	672,40	816,50	1.341,80	76,50	125,72
1974	541,50	691,00	1.207,80	1.542,46	106,80	136,39
1975	457,99	457,99	1.163,43	1.163,43	114,94	114,94
1976 ⁽²⁾	485,48	382,29	1.271,78	1.001,46	134,13	105,62

⁽¹⁾ Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base 1975 = 100).

⁽²⁾ Estimado até junho de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 103. - Evolução do Rebanho de Suínos em São Paulo, 1971-75

DIRAs	(1.000 cabeças)				
	1971	1972	1973	1974	1975
São Paulo	100.290	105.075	82.557	89.616	96.451
Vale do Paraíba	79.715	58.634	68.024	69.084	72.834
Sorocaba	491.260	279.640	276.536	291.440	265.800
Campinas	237.340	195.953	213.970	238.670	209.890
Ribeirão Preto	181.315	258.236	245.290	228.789	253.435
Bauru ⁽¹⁾	408.260	393.187	153.590	117.518	129.042
São José do Rio Preto	542.350	502.950	494.781	490.300	546.562
Araçatuba	125.780	147.269	132.869	136.069	132.880
Presidente Prudente	103.120	85.800	138.178	139.040	167.110
Marília	169.442	191.852	200.600
Total do Estado	2.369.430	2.026.744	2.015.237	1.992.378	2.074.604

⁽¹⁾ Os anos de 1971 e 1972 incluem o rebanho da DIRA de Marília.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 104. - Evolução da Produção de Carne de Suínos, Estado de São Paulo, 1971-75

Ano	Peso total de carcaça (1.000t)	Valor da produção (Cr\$ 1.000)
1971	88,6	200.830
1972	57,0	172.522
1973	56,3	202.680
1974	66,4	467.058
1975	67,5	468.200

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 105. - Abate de Suínos no Estado de São Paulo, 1972-76

Ano	Inspeção estadual (cabeça)	Inspeção federal (cabeça)
1972	610.799	104.583
1973	-	446.087
1974	-	549.951
1975	-	758.730
1976 (1)	-	240.670

(1) Até abril de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 106. - Destino do Rebanho Suíno Paulista para o Abate, São Paulo, 1972-74

Agente	(porcentagem)		
	1972	1973	1974
Frigorífico	26,8	22,9	62,5
Marchante	11,7	22,8	8,5
Açougue	61,5	54,3	29,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 107. - Preços Médios Mensais de Suíno Gordo, Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1971-76

(Cr\$/quilo)

Mês	1971		1972		1973		1974		1975		1976	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	1,96	4,76	2,58	5,24	2,99	5,26	5,01	7,52	6,87	7,69	6,48	5,57
Fev.	1,98	4,73	2,64	5,25	3,07	5,34	5,19	7,58	6,89	7,58	6,73	5,59
Mar.	2,05	4,80	2,72	5,33	3,32	5,68	5,97	8,36	6,85	7,40	7,36	5,86
Abr.	2,05	4,72	3,02	5,86	3,47	5,86	7,64	10,16	6,86	7,27	7,95	6,12
Mai.	2,07	4,68	3,20	6,14	3,53	5,90	7,68	9,91	6,91	7,19	8,39	6,21
Jun.	2,18	4,82	3,32	6,31	3,50	5,78	7,80	9,83	6,87	7,01
Jul.	2,24	4,88	3,39	6,37	3,42	5,61	7,64	9,55	6,95	6,95
Ago.	2,35	5,08	3,25	6,01	3,64	5,90	7,50	9,23	6,44	6,25
Set.	2,50	5,33	3,28	6,00	3,92	6,27	7,35	8,89	6,89	6,55
Out.	2,52	5,32	3,01	5,45	4,44	7,02	7,06	8,40	6,82	6,34
Nov.	2,58	5,39	2,99	5,38	4,78	7,46	7,05	8,25	7,30	6,64
Dez.	2,80	5,77	2,94	5,26	5,06	7,79	7,12	8,19	6,59	5,87		

(¹) Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base : 1975 = 100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 79. - Exportação Mundial de Café, 1969-75
(1.000 sc.60kg)

Ano	Brasil		América ⁽¹⁾		África		Outros		Total	
	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%
1969	19.612	36,0	16.172	29,7	16.175	29,7	2.529	4,6	54.488	100
1970	17.085	32,6	16.252	31,0	16.814	32,1	2.244	4,3	52.395	100
1971	18.399	34,6	16.379	30,8	16.234	30,6	2.108	4,0	53.120	100
1972	19.215	33,4	17.881	31,1	17.907	31,1	2.522	4,4	57.525	100
1973	19.817	32,1	19.768	31,2	19.191	31,0	3.019	4,9	61.795	100
1974	13.279	24,0	19.076	34,5	19.191	34,8	3.698	6,7	55.244	100
1975 ⁽²⁾	14.565	25,2	21.723	37,6	17.789	30,8	3.674	6,4	57.751	100

⁽¹⁾ Exceto Brasil.

⁽²⁾ Preliminar.

Fonte: Bureau Pan Americano do Café até 1974 e Organização Internacional de Café (OIC) - 1975.

QUADRO 30. - Médias Mensais dos Preços Indicativos para Café, da Organização Internacional de Café (OIC), 1973-76
(centavos de dólar por libra-peso) ⁽¹⁾

Ano e mês	Suaves colombianos	Outros suaves	Arábica não despulpados	Robusta	Média composta
1973					
Jun.	76,16	64,17	69,27	48,91	62,78
1974					
Jun.	82,18	72,11	75,54	61,80	71,49
1975					
Jun.	72,60	55,93	75,40	49,34	63,00
1976					
Jan.	100,70	92,85	109,00	79,13	94,97
Fev.	106,26	99,22	119,08	82,66	101,49
Mar.	106,46	99,60	116,11	82,37	100,50
Abr.	133,19	122,48	133,81	107,79	123,15
Mai.	156,11	135,46	149,35	121,64	138,93
Jun.	183,60	149,58	151,08	130,06	149,24
Jul. (dia 15)	150,00	135,00	152,25	125,25	140,00

⁽¹⁾ Uma saca de 60 quilos equivale a 132,271 libras-peso.

Fonte: Organização Internacional do Café.

QUADRO 81. - Produção Brasileira de Café por Estado do Brasil, 1961/62
(Estimativas finais das safras)

Ano safra	Paraná	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Outros	Total
1961/62	21,4	11,3	4,0	1,9	1,0	39,6
1962/63	18,0	5,2	2,5	2,4	0,8	28,9
1963/64	9,5	10,1	1,6	1,3	0,7	23,2
1964/65	3,6	1,8	1,2	1,1	0,6	8,3
1965/66	20,4	11,2	2,9	1,9	0,6	37,0
1966/67	7,7	8,2	2,8	1,6	0,5	18,8
1967/68	12,9	8,5	2,0	0,7	0,4	24,5
1968/69	8,3	4,6	1,9	1,6	0,8	17,0
1969/70	12,3	6,1	1,3	0,5	0,4	20,6
1970/71	1,6	4,4	3,0	1,6	0,4	11,0
1971/72	12,8	9,8	1,3	0,4	0,3	24,6
1972/73	9,7	9,4	3,7	1,2	0,5	24,5
1973/74	4,1	7,0	2,0	0,8	0,4	14,3
1974/75	11,5	9,2	4,9	1,4	0,5	27,5
1975/76	11,7	7,0	2,0	1,0	0,5	22,2
1976/77 ⁽¹⁾	0,0	2,5	3,2	1,3	0,3	7,3

⁽¹⁾ 2a. previsão do IBC.

Fonte: IBC/DEC - Anuário Estatístico de Café.

QUADRO 82. - Preços Médios Recebidos pelos Produtores de Café, Estado de São Paulo, 1972-76
(Cr\$/sc.60kg)

Mês	1972	1973	1974	1975	1976
Jan.	139,10	228,10	301,40	337,40	768,40
Fev.	141,20	238,30	312,80	339,40	891,40
Mar.	144,10	245,30	367,30	333,10	919,20
Abr.	149,40	249,20	379,10	327,50	1.057,70
Mai.	157,40	248,90	368,60	335,10	1.418,20
Jun.	163,40	256,20	353,00	376,00	1.423,80
Jul.	182,50	278,80	340,50m	383,60	...
Ago.	222,10	287,00	322,90	632,50	...
Set.	222,00	286,30	314,30	638,10	...
Out.	213,60	287,70	307,10	640,40	...
Nov.	216,60,	291,40	308,70	635,80	...
Dez.	218,60	289,40	315,90	649,40	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Mamona

- Panorama internacional

De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) a produção mundial de mamona em baga é estimada em 850 mil toneladas em 1975/76. ligeiramente inferior a do ano passado. As exportações de óleo e baga, por sua vez, estão estimadas em 200 mil toneladas, com elevação de 32% sobre a marca anterior.

Esta estimativa deverá sofrer ainda redução já que no Brasil, principal produtor/exportador, a cultura apresentou decréscimo na área cultivada no Sul do País, enquanto no Nordeste foi afetada por prolongada seca. Segundo a Comissão de Financiamento da Produção (CFP) a safra brasileira deverá ser da ordem de 180 mil toneladas.

Concomitantemente, a Índia, segundo país produtor, tem sua produção de 1975/76 estimada em 225 mil toneladas comparadas com 275 mil em 1974/75.

O comércio mundial de óleo de mamona desde 1973, ano em que os preços atingiram níveis elevadíssimos, tem apresentado um comportamento moderado. Em 1975 os preços foram acentuadamente inferiores aos de 1974 devido aos grandes estoques mundiais formados em 1973 e 1974 em virtude da recessão industrial. Já em 1976 os preços, a partir de maio, vêm se recuperando pela comprovada quebra na produção brasileira (quadro 83).

- Situação interna

São bastante contraditórias as estatísticas relativas a produção brasileira de mamona, mas tudo indica que deverá ocorrer queda acentuada em relação as previsões iniciais e ao volume obtido no ano anterior (385 mil t). Segundo a Fundação IBGE, a produção está estimada em 244 mil toneladas (quadro 84). De outra parte a CFP, coloca suas previsões ao nível de 180 mil toneladas, enquanto que fontes ligadas ao comércio chegam até ao reduzido volume de 120 mil toneladas.

A queda gradativa na produção tem sido decorrente dos baixos preços internacionais a partir de 1973 com reflexos imediatos nas cotações internas, já que o Brasil responde por mais de 60% do volume de óleo de mamona comercializado no mundo.

Além da redução do plantio no Paraná e São Paulo, deve-se ressaltar que a Bahia, responsável por mais de 40% da produção nacional, foi afetada por severa seca sendo que a Região de Irecê deverá obter um volume de apenas 50 mil toneladas (120 mil no ano anterior).

Especificamente em São Paulo, a produção deverá ser da ordem de 28,5 mil toneladas (-24,0%), conquanto a redução na área tenha sido mais acentuada (-32,4%). O rendimento de 1.245 kg/ha situa-se acima da média dos últimos 5 anos (quadro 85).

A média de preços correntes recebidos pelos produtores na safra 1975/76, considerando o período junho-maio, foi de Cr\$ 1,40/kg, registrando um incremento de 60% em relação àquela do período anterior (quadro 86). O padrão da variação estacional de preços (figura 11) mostra a flutuação das cotações da mamona para o produtor durante o ano.

Em 1975, em virtude dos grandes estoques mundiais, o Governo Federal houve por bem de estimular a cultura, pois detinha em seu poder grande quantidade de óleo adquirido em 1974. Isto, com a finalidade de reduzir a oferta e impedir quedas acentuadas nas cotações já que as exportações totalizaram 91 mil toneladas de óleo (-42,0%), conforme pode ser observado no

- Perspectivas

Para 1976 são bastante favoráveis as possibilidades de exportação do óleo de mamona brasileira já que os estoques mundiais em 1977 deverão estar em níveis reduzidos. A recuperação da atividade econômica mundial e a quebra na produção deverão contribuir de forma acentuada para tal evolução. O Brasil deverá garantir sua presença no mercado internacional graças aos estoques governamentais que suneram 100 mil toneladas. Até 30 de junho, somente pelo Porto de Santos, as exportações acusavam aumento de 37% em relação ao período janeiro-junho de 1975.

As perspectivas são de expansão da área cultivada já que os preços deverão manter-se firmes. Para São Paulo, na principal região produtora (Presidente Prudente) deverá ocorrer acréscimo marcante, principalmente por não ser aquela área especializada no cultivo da soja.

O custo operacional estimado, para o Estado de São Paulo, em 1976/77, é de Cr\$ 2.200,00/hectare, para uma produtividade da ordem de 1.200 quilos por hectare.

(IEA, 24/07/1976)

QUADRO 83. - Cotações de Óleo de Mamona, CIF Europa, 1971-76
(US\$/t)

Mês	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Jan.	353	393	870	946	642	492
Fev.	338	358	1.070	959	635	534
Mar.	331	368	1.510	915	588	536
Abr.	310	389	1.150	865	610	533
Mai.	320	437	1.087	850	604	655
Jun.	337	490	947	...	589	730 ⁽¹⁾
Jul.	337	507	1.180	...	593	...
Ago.	333	455	1.197	...	599	...
Set.	329	547	1.030	675	589	...
Out.	351	770	1.060	679	541	...
Nov.	357	871	1.040	660	497	...
Dez.	375	856	990	640	487	...
Média anual	339	537	1.094	...	581	...

⁽¹⁾ Preliminar.

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 84. - Produção Brasileira de Mamona em Bagas e Principais Estados Produtores 1973/74 a 1975/76⁽¹⁾
(tonelada)

Estado	1973/74		1974/75		1975/76 ⁽²⁾	
	Produção	%	Produção	%	Produção	%
Bahia	150.000	28,5	148.000	38,4	106.880	43,7
São Paulo	155.000	29,5	48.000	12,5	28.500	11,9
Paraná	130.000	24,8	60.000	15,6	43.348	17,7
Ceará	25.000	4,8	30.600	7,9	30.600	12,5
Pernambuco	20.000	3,8	58.000	15,1	19.225	8,0
Mato Grosso	25.000	4,8	15.000	3,9	7.651	3,1
Outros	20.000	3,8	25.600	6,6	7.429	3,0
Brasil	525.000	100,0	385.200	100,0	243.633	100,0

⁽¹⁾ Ano agrícola.

⁽²⁾ Estimativas preliminares.

Fonte: Comissão de Financiamento da Produção/MA, Instituto de Economia Agrícola e Ministério do Planejamento.

QUADRO 85. - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Mamona, Estado de São Paulo, 1970/71 a 1974/75

Ano	Área		Produção		Rendimento	
	(1.000ha)	Variação anual (%)	(1.000t)	Variação anual (%)	(kg/ha)	Variação anual (%)
1970/71	54,7	-14,0	52,5	-15,3	960	- 1,5
1971/72	56,5	3,3	66,0	25,7	1.168	21,7
1972/73	74,0	31,0	95,0	43,9	1.284	9,9
1973/74	127,6	72,4	155,0	63,2	1.215	- 5,4
1974/75	32,9	-73,5	37,5	-75,9	1.106	- 9,0
1975/76 ⁽¹⁾	22,9	-32,4	28,5	-24,0	1.245	12,5

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 86. - Preços Recebidos pelos Produtores de Mamona, Estado de São Paulo, 1973-76
(Cr\$/kg)

Mês	1973		1974		1975		1976	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	1,74	3,05	1,77	2,65	0,82	0,92	1,19	1,02
Fev.	1,80	3,12	1,63	2,38	0,82	0,90	1,40	1,15
Mar.	2,00	3,42	1,65	2,30	0,77	0,83	1,60	1,27
Abr.	1,76	2,97	1,53	2,03	0,76	0,80	1,70	1,30
Mai.	2,15	3,59	1,37	1,76	0,79	0,82	2,10	1,56
Jun.	1,74	2,87	1,14	1,43	0,89	0,90	2,60	1,89
Jul.	2,04	3,34	1,06	1,32	1,02	1,01
Ago.	2,24	3,63	0,91	1,12	1,54	1,49
Set.	2,10	3,36	0,85	1,02	1,37	1,29
Out.	2,02	3,19	0,83	0,98	1,31	1,21
Nov.	2,05	3,20	0,82	0,96	1,16	1,05
Dez.	1,92	2,96	0,85	0,97	1,19	1,05

(¹) Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base: 1975=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 87. - Exportação Brasileira de Óleo de Mamona, 1969-75

Ano	Quantidade		Valor FOB		Preço FOB	
	(t)	Variação anual (%)	US\$ 1.000	Variação anual (%)	US\$/t	Variação anual (%)
1969	184.288	58,1	45.153	23,8	245,01	-23,9
1970	153.485	-16,7	38.232	-15,3	249,09	1,7
1971	134.946	-12,1	39.942	4,5	295,99	18,8
1972	127.182	- 5,8	53.818	34,7	423,16	43,0
1973	131.683	3,5	122.807	128,2	932,60	120,4
1974	155.793	18,3	128.425	4,6	824,33	-11,6
1975	91.053	-41,6	51.632	-54,8	567,05	-31,2

Fonte: CACEX.

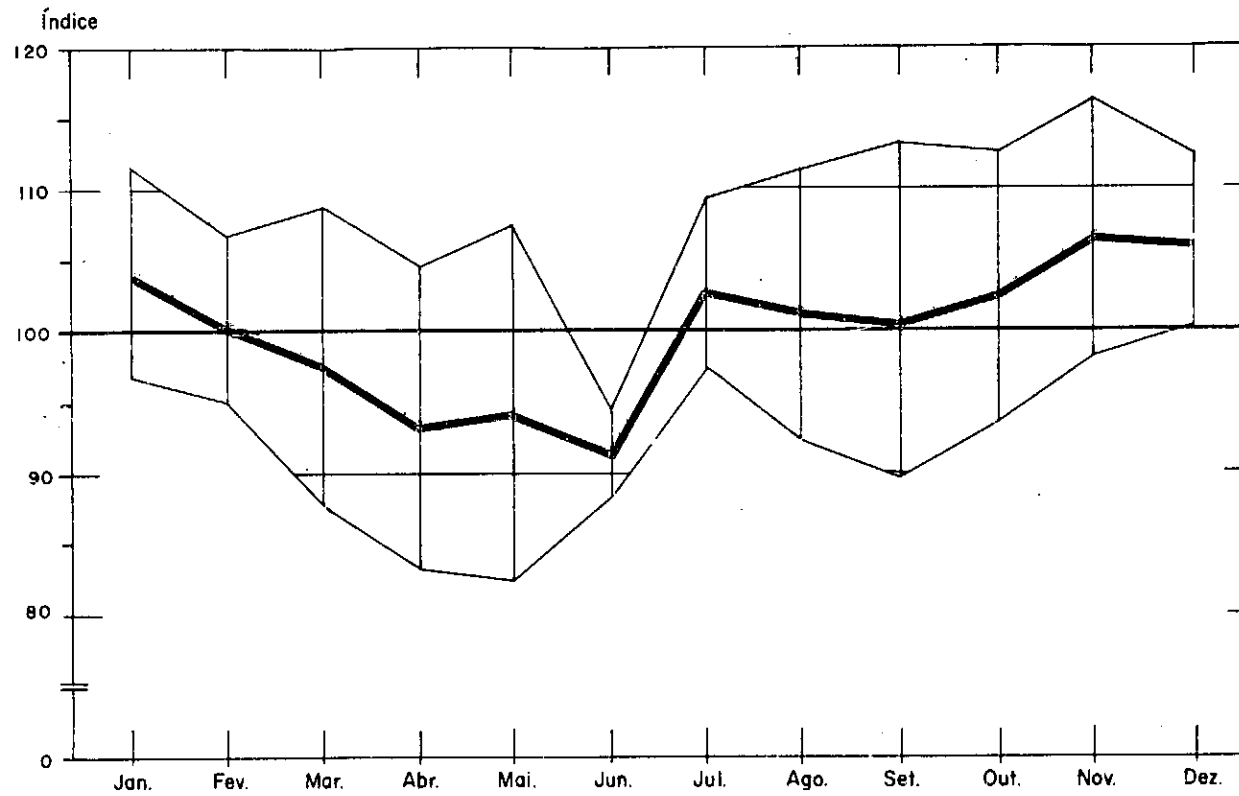


FIGURA 11. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Mamona, Estado de São Paulo, 1969-75.

- Hortaliças

- Panorama internacional

Sem dúvida alguma, o tomate ocupa posição de destaque no panorama mundial das hortaliças, bem como do consumo, quer transformado quer in-natura.

Segundo a FAO a produção de tomate novamente apresentou acréscimo, em 1975, tendo atingido 38,8 milhões de toneladas contra 37,5 milhões no ano anterior (3,5%), devido principalmente a expansão de 2,8% na área cultivada, já que a produtividade média elevou-se apenas 0,7%.

As variações de área foram mais sensíveis nos países grandes produtores e exportadores de derivados de tomate como Itália (-4%), Portugal (4%), Espanha (-2%), Grécia (5%), Egito (7%) e Estados Unidos (14%). Na América do Sul, Argentina e Brasil também acusaram ampliações de áreas de 3% e 2%, respectivamente.

Em decorrência do aumento nas produções e redução nas cotacões internacionais dos produtos processados de tomate, observou-se também moderada baixa nos preços médios recebidos pelos agricultores. Assim, nos Estados Unidos a média de preços foi de US\$ 63,20/t, ou seja, US\$ 1,30 menos que em 1974, porém, US\$ 21,20 mais que em 1973.

De outra parte, no primeiro semestre de 1976 acumularam-se os estoques de produtos concentrados (purê e catchup) tanto nos Estados Unidos como na Europa, pressionando seus preços para baixo, observando-se volumes de vendas a níveis inferiores àqueles de um ano atrás.

Uma análise de mais longo prazo, tomando-se como indicador o produto português, mostra que os preços internacionais de derivados de tomate, particularmente o de concentrado (30 a 32º Brix), estão declinando para o nível de US\$ 450,00 a 500,00/t - FOB, após o pique de US\$ 800,00 a 1.000,00/t FOB verificado em 1974, porém, ainda superior às médias registradas entre 1970 e 1973 e na década de 60 (quadro 38).

- Situação interna

A produção de tomate sofreu sérios percalços em 1975 devido a fatores climatológicos extremamente adversos - excesso de chuva no primeiro trimestre, geadas em julho e estiagem de maio a outubro - resultando em redução da ordem de 16% em relação à safra anterior e de 30% em confronto com a produção inicialmente prevista, mesmo tendo ocorrido um aumento de 10% na área plantada.

No caso da cultura rasteira as geadas de julho atingiram 90% da área plantada nas principais regiões produtoras, comprometendo seriamente a colheita que ao final do ano, após ter sido semeada uma safra atípica (iniciada em agosto), foi estimada extracoficialmente em 200 mil toneladas.

Em consequência da quebra na produção, os preços evoluíram de Cr\$ 0,48/kg contratados ao início da safra para Cr\$ 0,55/kg em setembro, com aumento médio de 50% em relação aos de um ano antes.

A despeito de todos esses óbices na Região Centro-Sul, a produção brasileira cresceu cerca de 2% e o País pôde cumprir seus contratos de exportação, embora tenha sido também importador no regime de "draw-back". Assim, foram exportadas em 1975, pelo Porto de Santos, 5.520 toneladas de concentrado e 673 toneladas de suco de tomate.

Também para o tomate de mesa (cultura envarada) o panorama, em 1975, não foi alvissareiro, especialmente de março a agosto quando os preços, a exceção de abril, apresentaram valores de venda no atacado bastante deprimidos, podendo-se afirmar ainda que a média anual ponderada em termos reais foi inferior a de dois anos anteriores, a despeito de redução de 2% no volume total comercializado na Capital de São Paulo.

Contribuíram decisivamente para essa performance a elevada proporção de tipos inferiores no mercado, durante o período de março a maio, devido ao grande número de dias chuvosos e quentes na principal região produtora da época (Apiaí e Carão Bonito); aumento da produção no primeiro semestre e restrição das fábricas de processamento no recebimento do produto tipo fábrica (ou refugo).

Cabe ressaltar que após a geada, os preços no atacado só voltaram a subir em agosto a meados de novembro, acompanhando o padrão de variação estacional de preços (figura 12).

Note-se que com a geada houve um brusco truncamento das lavouras, condicionando novo início de plantio por parte de todos os produtores ao mesmo tempo, e que viria se refletir em maior afluxo do produto a partir de novembro de 1975 até janeiro de 1976, rebaixando os preços.

Desestimulados pelo malôgro de 1975, os produtores da região Sul do Estado (DIRA de Sorocaba) não ampliaram seus plantios para 1976, reduzindo a oferta no primeiro semestre, quando então se verificou forte elevação dos preços no atacado em São Paulo.

No caso do tomate rasleiro, até princípio de junho haviam sido semeados 21,2 mil hectares, ou seja, um acréscimo de 10% sobre a estimativa final de 1975. Caso se obtivesse a produtividade média de 14t/ha, estimada em abril, obter-se-iam aproximadamente 300 mil toneladas de matéria prima para a indústria.

Esse aumento de área fora estimulado, em parte, pela formalização de um "Convênio de Tomate" reunindo produtores e industriais, através do qual ficaram acordados os preços de Cr\$ 0,55/kg de tomate entregue até 30 de setembro e de Cr\$ 0,60/kg, produto na roça, para volumes colhidos a partir de 19 de outubro de 1976.

Infelizmente, o comportamento anormal de clima com temperaturas baixas (12 a 18°C) e a ocorrência de períodos prolongados de chuva durante os meses de maio e junho, com alta umidade relativa (mais de 90%) e pouca insolação, nas regiões produtoras de Aracatuba e Presidente Prudente, favoreceram o aparecimento do fungo *Phytophthora infestans*, causando a doença conhecida como requeima. Verificou-se, assim, significativa quebra na produção, conforme mostra o quadro 89, o que provavelmente impedirá que se atinja a cifra de 200 mil toneladas, com perdas estimadas ao redor de 38% da safra prevista inicialmente. Nesse volume não está computada a produção a ser obtida com replantios efetuados após os laudos do PROAGRO.

Como consequência, os preços pagos pela produção remanescente sofreram sucessivos reajustes para Cr\$ 0,60/kg, 0,70/kg, alcançando em julho a Cr\$ 0,77/kg, com tendência de firmarem-se.

Quanto as demais hortaliças, considerando-se a área cultivada com 14 das principais espécies responsáveis por aproximadamente 55% da área total da horticultura no Estado de São Paulo, observa-se que de 22 mil hectares em 1974 houve uma redução para 19 mil em 1975. Por seu turno, a produção apresentou uma queda de 16% no mesmo período (quadro 90).

O volume de hortaliças comercializado na CEAGESP alcançou no ano de 1975 o total de 303,0 mil toneladas (excluindo tomate), quantidade esta inferior à do ano precedente. Constataram-se aumentos superiores a 10% nas entradas de abobrinha, batata-doce, berinjela, chuchu, pepino e vagem, e reduções da mesma ordem para abóbora, couve-flor e mandioquinha.

Todos os produtos analisados apresentaram preços médios reais mais baixos que em 1974,

com exceção de abóbora seca, batata-doce, couve-flor, mandioquinha e pimentão. Todavia, merecem destaques o de mandioquinha cujo aumento foi superior a 10% e os de berinjela, cenoura e chuchu com baixas bastante acentuadas.

No 1º semestre de 1976, registraram-se elevações nos preços médios reais de abobrinha, alface, brócolos, cenoura, chuchu, pepino e vagem, sendo que os de berinjela, mandioquinha e pimentão sofreram diminuição (quadro 91).

Note-se, pois, que para a berinjela a baixa ocorre pela 2ª. vez consecutiva e para mandioquinha o recuo anula os ganhos do ano precedente.

Com relação às entradas de hortaliças na CEAGESP, nos três últimos anos, vale notar que no caso de abóbora, couve-flor e repolho ocorreram decréscimos sucessivos. Para a batata doce e a cenoura ocorreu o inverso.

- Perspectivas

A menos que fatores aleatórios venham a interferir sobre a safra, pode-se admitir que deverá ocorrer aumento na área plantada com tomate envarado, garantindo um suprimento normal durante o segundo semestre de 1976 e início de 1977. Pode-se a princípio estimar para 1976 um preço médio anual ponderado ao redor de Cr\$ 78,00 por caixa, a nível de atacado, refazendo em termos reais as cotações de 1973 e 1974.

A situação do tomate rasteiro, conquanto configure uma possibilidade de atendimento do mercado interno de produtos processados, a custos mais elevados do que aqueles previstos, deverá reduzir os excedentes exportáveis.

Até junho de 1976 haviam sido exportadas pelo Porto de Santos 2.700 toneladas de extrato de tomate contra 2.114 toneladas em igual período do ano passado (28%).

Para a safra de 1977 fica a incerteza do comportamento dos agricultores quanto a novos plantios, muitos dos quais afetados por dois anos consecutivos de adversidades.

No panorama internacional, particularmente para o tomate destinado ao processamento, as perspectivas nos principais países produtores são no geral de recuo na produção, devido à menor necessidade de matéria prima em vista dos estoques disponíveis. Assim, as estimativas para 1975/76 da produção mundial, segundo a REUTERS, apontam contrações na Bélgica (118,5 mil t, - 4%), Itália (73,0 mil t, - 15%), Países Baixos (2.660,0 mil t, - 24%) e França (559,6 mil t, - 14%). Portugal seria exceção à regra com produção prevista em 1.150,0 mil t (4% a mais).

Nos Estados Unidos, principalmente na Califórnia, a estimativa de diminuição na área contratada é de 15% e, com rendimento médio de 53,7t/ha os 131,8 mil hectares plantados deverão propiciar a colheita de 6,9 milhões de toneladas em 1976.

Os contratos foram estabelecidos com preços ao produtor fixados em US\$ 47,00/t mais prêmios, representando uma redução de 12% em relação àqueles de um ano atrás.

Em São Paulo, o tomate Santa Cruz envarado tem um custo operacional de aproximadamente Cr\$ 75.510,72 por hectare; o tomate rasteiro se aproxima dos Cr\$ 10.645,00 por hectare. No primeiro caso, a mão-de-obra representa 41% do custo, reduzindo-se a 29% no segundo.

QUADRO 88. - Exportação e Preços de Concentrados de Tomate, Portugal, 1962-74

Ano	Quantidade (1.000t)	Preço (US\$/t)
1962-69	69,5	271,00
1970	129,6	233,00
1971	100,7	226,00
1972	155,2	302,00
1973	175,4	379,00
1974	87,7	832,00

Fonte: IEA, a partir de dados de Frutos e Fruit Intelligence.

QUADRO 89. - Infestação por Fitophtora infestans, Tomate Rasteiro, Estado de São Paulo, 1976

DIRA	Área plantada (estimada) (ha)	Produção estimada (14,1t/ha)	Estimativa de perdas (%)	Estimativa de perdas (t)	% de lavradores amparados (PROAGRO)
Araçatuba	5.200	73.320	50	36.660	90
Baurū	1.200	16.920	20	3.384	...
Marília	1.400	19.740	40	7.896	...
Pres.Prudente	4.800	67.680	60	40.608	100
Rib. Preto	3.000	42.300	20	8.460	100
S.J.Rio Preto	5.600	78.960	20	15.792	...
Total	21.200	298.920	38	112.800	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 90. - Área, Produção e Comercialização de Hortalças, Estado de São Paulo, 1973-75

Produto	Área (ha)			Produção (1.000t)			Volume comercializado ETJ-SP ⁽¹⁾ (1.000t)		
	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975
Abóbora seca	4.150	3.626	3.293	45,2	42,8	34,2	11,8	10,8	9,6
Abobrinha	1.270	979	751	19,2	11,8	9,9	18,0	17,6	21,1
Alface	2.360	2.200	1.932	37,7	52,2	46,0	26,1	23,7	24,6
Batata doce	2.350	2.077	1.800	28,0	25,3	24,8	8,2	8,4	9,4
Berinjela	293	265	225	5,9	5,9	4,7	14,7	10,0	13,2
Brócolos	570	414	331	13,5	14,6	9,2	12,1	13,9	13,8
Cenoura	1.560	1.686	1.384	38,5	42,3	36,2	36,0	37,7	41,3
Chuchu	800	780	502	36,6	35,0	20,3	28,1	27,6	33,4
Couve-flor	1.110	1.163	852	22,4	22,6	17,2	14,6	14,2	12,1
Mandioquinha	1.020	1.850	1.540	10,3	18,5	12,7	9,3	12,0	6,8
Pepino	1.170	1.080	523	29,8	27,7	14,3	22,2	20,6	23,5
Pimentão	1.280	1.193	1.065	19,0	20,6	17,4	15,7	15,1	15,9
Repolho	3.420	3.691	2.960	101,1	109,0	108,6	60,5	58,5	57,9
Tomate	8.300	6.600	8.600	392,0	330,0	311,0	251,0	254,0	249,9
Vagem	1.400	1.531	1.474	21,6	22,4	22,5	20,5	17,8	20,4
Total	31.053	29.135	27.232	817,9	780,7	689,0	548,9	541,8	552,6

(¹) Entrepósito Terminal do Jaguarê, da CEAGESP.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 91. - Preços Médios Anuais de Hortaliças a Nível de Atacado, São Paulo, 1973-76
(em cruzeiro)

Produto	Unidade	1973		1974		1975		1976 ⁽¹⁾	
		Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Abóbora seca	kg.	0,42	0,69	0,76	0,97	1,15	1,15
Abobrinha	cx.	17,90	29,41	27,02	34,51	28,97	28,97	46,91	36,92
Alface	eng.	51,40	84,45	78,46	100,20	97,22	97,22	220,25	173,34
Batata doce	cx.	21,32	35,03	27,97	35,72	36,05	36,05
Berinjela	cx.	8,33	13,69	22,00	28,10	17,85	17,85	19,11	15,04
Brócolos	mç.	7,94	13,05	13,12	16,76	15,08	15,08	30,44	23,96
Cenoura	cx.	25,52	41,93	36,90	47,13	40,30	40,30	83,50	65,72
Chuchu	cx.	12,20	20,05	18,93	24,18	20,25	20,25	29,12	22,92
Couve-flor	dz.	10,40	17,06	15,08	19,26	22,45	22,45	28,65	22,55
Mandioquinha	cx.	36,97	60,75	35,07	44,79	79,95	79,95	68,88	54,21
Pepino	cx.	18,49	30,38	29,07	37,13	33,47	33,47	50,60	39,83
Pimentão	cx.	23,21	38,14	34,98	44,67	46,46	46,46	44,72	35,20
Repolho	sc.	15,54	25,54	18,01	23,00	22,52	22,52	32,69	25,73
Tomate	cx.	27,07	44,48	36,37	46,44	42,60	42,60	75,00	59,00
Vagem	kg.	1,51	2,48	2,35	3,00	2,52	2,52	4,14	3,26

⁽¹⁾ Média do 1º semestre.

⁽²⁾ Base: 1975=100.

Fonte: CEAGESP.

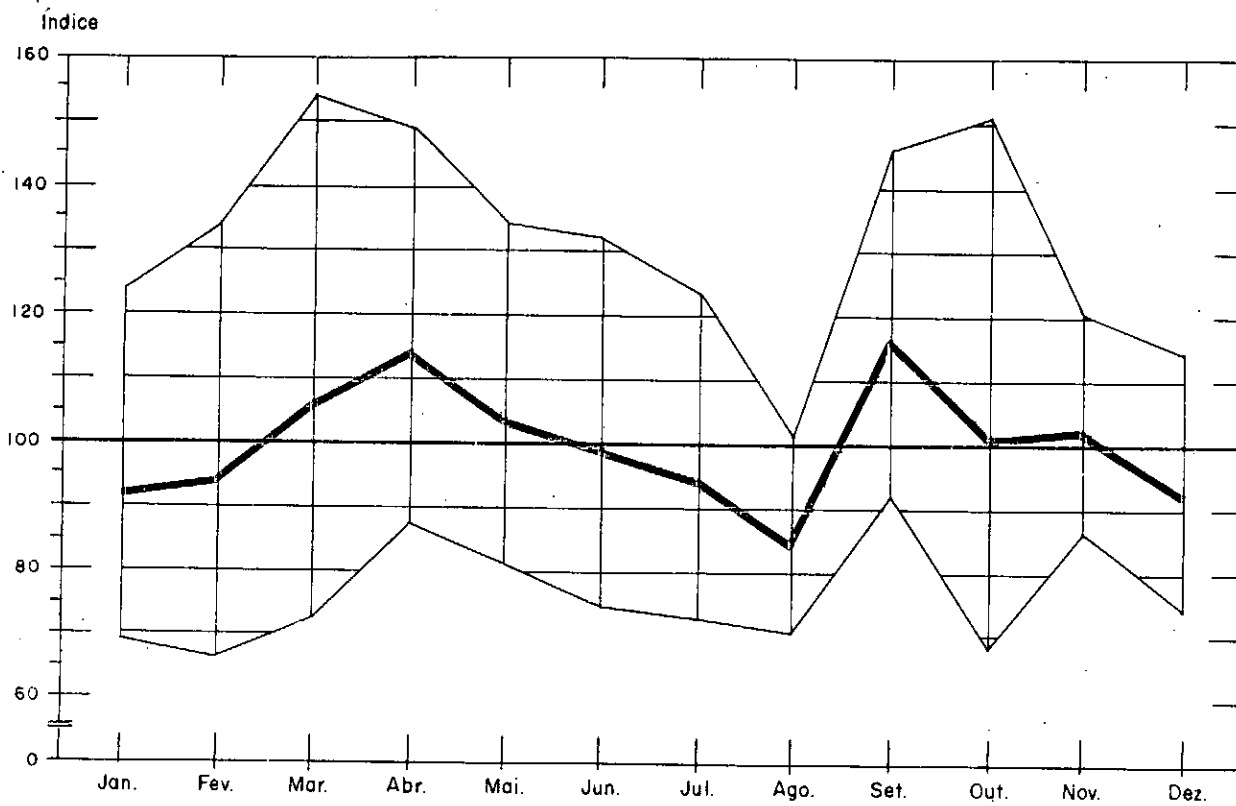


FIGURA 12. - Variação Estacional do Preço no Atacado de Tomate, Estado de São Paulo, 1969-75.

- Produtos Florestais

- Panorama internacional

Muitos países já se ressentem de papel e celulose, em virtude da falta de matéria-prima. Essa escassez vem provocando alarme em todo o mundo e a FAO prevê uma crise mundial ainda nesta década. Em consequência, os países importadores estão pagando mais pelas mesmas quantidades adquiridas em 1974.

Com os preços subindo, os países importadores foram obrigados a formar grandes estoques, preocupados com o suprimento futuro, porém, momentaneamente, a crise internacional fez com que a demanda se reduzisse, o que gerou queda temporária nos preços.

Parece ter havido recuperação da demanda, bem como a melhoria da produção de alguns tipos de papel em determinados países. Atualmente, países com vastas áreas territoriais estão fazendo esforços no sentido de amenizar a falta de madeira, com incentivos ao reflorestamento, porém é notório que o resultado só será conhecido no prazo mais longo.

No mercado internacional destacam-se como grandes produtores de matéria-prima para o setor madeireiro, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Suécia e Noruega. De outro lado, o consumo de produtos e subprodutos da madeira vem aumentando significativamente em todo o mundo, como é o caso da celulose (quadro 92).

O Brasil exporta madeira em bruto, serrada, compensada, laminada, em pasta para papel etc. Assim, em 1975 o País exportou cerca de 478 mil toneladas cúbicas, sendo os países que mais importaram Portugal, Estados Unidos, Uruguai, Argélia e Argentina. Cerca de 61% desse volume é representado por madeira simplesmente serrada.

Em 1974, a madeira simplesmente serrada foi negociada em média a US\$ 240 por tonelada, contra US\$ 263 por tonelada em 1975. O preço das madeiras em tora está sendo cotado para setembro próximo, em Chicago, a 152,20 centavos de dólar por libra-peso.

- Situação interna

- Reflorestamento

Embora grandes áreas estejam sendo reflorestadas, especialmente nos estados do Sul, continua intenso o desmatamento, quebrando o equilíbrio ecológico. Com o intuito de preservar algumas espécies ameaçadas de extinção, estão sendo formados pequenos bosques dessas essências em diversas regiões, mas de crescimento bem demorado. Neste caso, estão o cedro com mais de 40.000 pés plantados em vários estados; canela, mais de 30.000 (SC e RS); cedro japonês 350.000 pés (SP, MG e RJ); imbuia 125.000 pés (SP, PR, SC); jacarandá 32.036 pés (ES, BA e MG); mogno 28.750 pés (PA, GO e RO); peroba 180.000 pés (ES); vinhatico 9.050 pés (MG e ES). Além dessas essências, está-se cuidando da preservação de outras espécies nativas.

A indústria civil e a de móveis sentem cada vez mais a escassez de madeira, o que as obriga a usar aglomerados e compensados.

Embora seja a floresta amazônica a maior reserva de madeiras para todos os usos, a região de maior produção e exportação de madeiras, ainda é o Sul do País.

Até setembro de 1975, o IBDF aprovou 214 projetos de reflorestamento para o Brasil, re

presentando cumulativamente, desde 1967, uma área reflorestada de 1,78 milhão de hectares (quadro 93).

O Programa POLOCENTRO tem despertado grande interesse dos investidores no reflorestamento das regiões de cerrado, principalmente em Minas Gerais e Mato Grosso

A situação no Estado de São Paulo, em 1975, mostra a existência de cerca de 730 mil hectares plantados com eucalipto, 280 mil com pinus, 6 mil com kiri, 1.750 mil em mata natural e 1.300 mil com cerrado e cerradão. Segundo os dados disponíveis, nos últimos 5 anos houve uma elevação das áreas reflorestadas, relativa estabilidade das matas naturais, e alguma diminuição dos cerrados, provavelmente devido ao melhor aproveitamento dessas áreas, seja para cultivos ou para reflorestamento.

Está sendo reestudado pelo IBDF o reflorestamento com essências frutíferas, devendo o mercado ser restringido por causar sérias distorções na política do setor.

- Mercado de madeiras

Durante 1975, a cotação de madeiras de lei no mercado interno foi praticamente estável, sofrendo pequena variação positiva em dezembro (quadro 94).

Para o pinho serrado, segundo o IBDF, o preço em 1975 no atacado também mostra estabilidade, ficando as categorias I e II em torno de Cr\$ 680,00 por dúzia; a categoria III Cr\$ 460,00, subindo em dezembro de 1975 (Cr\$ 570,00); e a cotação da categoria qualitativa IV em Cr\$ 350,00 até novembro, passando para Cr\$ 430,00 em dezembro.

A estabilidade nos preços até novembro de 1975 foi gerada pela desinteresse de países importadores desde o final de 1974; as exportações de madeiras e seus manufaturados, em 1975, apresentaram decréscimo de 8%.

Tentando reduzir os efeitos dessa retração, o IBDF autorizou a CACEX a aceitar registros para exportação a preços inferiores em até 12% ao mínimo de 1975. Tal medida visa preservar a competitividade brasileira no mercado internacional.

Os empresários solicitaram também ao IBDF, que mesmo sistema seja adotado para a exportação de mogno, entretanto, não houve concordância e ainda se estuda a possibilidade de limitar suas vendas ao exterior.

- Mercado de papel e celulose

Uma das metas do reflorestamento é transformar o Brasil em grande exportador da matéria-prima para papel e celulose, cuja liderança é dos países Escandinavos.

Em função da capacidade instalada e dos novos projetos de instalação e expansão, estima-se que em 1985, a produção brasileira de papel será equivalente ao dobro da atual.

A produção brasileira de papel em seus diversos tipos é mostrada no quadro 95, com uma projeção da produção até 1985 segundo estudos da Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose.

A Secretaria da Indústria e Comércio do Estado do Paraná estima uma produção futura de 7.500 toneladas de celulose e papel, tendo em vista a implantação de florestas naquele Estado. Os recursos financeiros serão oriundos do BNDE onde uma linha especial de financiamento foi criada para a indústria de papel e celulose, e já incluída como setor prioritário. Esses recursos, de acordo com os planos do Governo são da ordem de Cr\$ 15 bilhões até 1980, quando se-

rã necessário um suprimento de 15 milhões de metros cúbicos da matéria-prima sem casca.

Ainda no Paranã foram aprovadas pelo IBDF sete regiões florestais, para onde serão deslocados os principais projetos industriais madeireiros de papel e celulose nos próximos cinco anos. O sistema de transporte dessas regiões fica voltado para o corredor de exportação de Paranaguã. Em projetos e infra-estrutura, já foram aplicados cerca de Cr\$ 650 milhões durante o ano passado. O governo paranaense e o IBDF estudam a possibilidade de implantação de novos polos florestais e industriais, abrangendo a zona geoeconômica de mais de 80 municípios.

No quadro 96 tem-se a distribuição geográfica da produção brasileira de papel para os diferentes fins.

São Paulo apresenta-se como o principal produtor de papel do País (55%), vindo em seguida o Paranã (17%). Esse papel é obtido de eucalipto (55%), pinus (30%) e o restante distribuído entre outras plantas fibrosas de menor importância.

(IEA, 26/07/1976)

QUADRO 92. - Consumo e Projeção do Consumo Mundial de Celulose 1956-2000
(em 1.000t)

Ano	Consumo de celulose	Ano	Projeção
1956	50.000	1975	135.000
1960	60.000	1980	172.000
1970	107.000	1985	223.000
1971	109.000	1990	289.000
1972	113.000	1995	374.000
1973	120.000	2000	484.000

Fonte: Programa Nacional de Papel e Celulose - CDE.

QUADRO 93. - Projetos de Reflorestamento Aprovados até 15/09/75 por Estado, 1967-75

Estado	Área (ha)	Número de árvores	Investimento Cr\$	Projeto aprovado
São Paulo	495.346,94	1.093.203.402	1.140.036.262,61	47
Minas Gerais	392.441,41	840.109.493	1.029.597.225,36	50
Paraná	377.223,00	1.012.219.867	831.326.270,96	28
Santa Catarina	177.500,53	366.892.764	379.392.757,43	33
Mato Grosso	107.217,44	210.999.437	401.115.523,67	19
Espírito Santo	86.516,65	146.480.090	271.337.376,68	7
Rio Grande do Sul	91.347,07	206.737.622	211.872.270,87	19
Goiás	24.820,35	41.033.189	78.404.915,92	6
Bahia	15.994,15	28.503.553	64.671.274,94	3
Rio de Janeiro	11.552,40	27.872.167	25.940.122,15	1
Pará	108,00	120.000	90.226,00	-
Amazonas	2.000,00	100.000	11.348.881,00	1
Maranhão	10,00	25.000	19.979,86	-
Total	1.782.077,94	3.974.296.584	4.445.153.087,45	214

Fonte: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Jul./76.

QUADRO 94. - Preços Médios de Peroba, Imbuia, Cedro e Ipê, Mercado Atacadista, São Paulo, 1975
(Cr\$/m³)

Espécie	Tábua	Viga	Caibro	Ripa	Sarrafo p/tacos
Peroba	978,00	656,00	656,00	656,00	406,00
Imbuia	991,00	-	-	-	-
Cedro	1.000,00	-	-	-	-
Ipê	-	-	-	-	502,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

QUADRO 95. - Projeção da Produção Brasileira de Papel, 1975-85
(em 1.000 toneladas)

Ano	Impressão	Escrever	Embalagem	Industriais outros	Cartões cartolinas	Total
1975	364	224	1.129	238	339	2.294
1976	388	227	1.349	304	402	2.670
1977	423	241	1.576	358	434	3.032
1978	538	255	1.818	374	462	3.447
1979	634	268	1.919	379	485	3.685
1980	663	296	2.065	396	508	3.928
1981	679	312	2.271	416	509	4.187
1982	680	312	2.341	419	509	4.261
1983	680	312	2.245	426	509	4.272
1984	680	312	2.353	436	510	4.291
1985	695	327	2.437	445	512	4.417

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose.

QUADRO 96. - Distribuição da Produção de Papel, por Estado Brasileiro, 1975
(em tonelada)

Estado	Impressão	Escrever	Embalagem	Industriais outros	Cartões cartolinas	Total
São Paulo	193.435	174.676	342.602	105.286	202.677	1.018.676
Paraná	121.537	-	162.720	3.600	20.926	317.783
Santa Catarina	5.664	-	138.035	3.080	9.009	155.788
Rio de Janeiro	16.986	4.743	28.746	30.670	3.501	84.646
Minas Gerais	1.104	5.559	59.269	15.238	521	81.691
Pernambuco	483	2.582	58.157	-	14.185	75.407
Rio Grande do Sul	3.219	11.101	26.486	2.870	1.716	45.392
Guanabara	3.222	8.055	24.367	4.133	1.553	41.330
Bahia	-	-	14.254	2.700	-	16.954
Paraíba	-	-	5.367	-	-	5.367
Rio Grande do Norte	-	-	2.906	-	1.260	4.166
Espírito Santo	-	-	3.097	-	-	3.097
Total	345.650	206.716	869.321	167.577	264.348	1.853.612

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose.

- Avicultura

- Panorama internacional

A produção mundial de carne de aves, segundo a FAO, situou-se em 1975 ao redor de 21,4 milhões de toneladas, contra 20,8 milhões de 1974. As perspectivas para 1976 são de incremento da produção, mesmo nos países importadores, o que deverá ocasionar diminuição no comércio internacional.

Na Comunidade Econômica Européia as estimativas para 1976 indicam acréscimo de 3% na produção de carne de aves, em relação a 1975, devendo situar-se ao redor de 3,2 milhões de toneladas, sendo a de frangos estimada em 2,2 milhões de toneladas, contra 2,1 milhões em 1975.

No Japão, ao contrário da rápida expansão dos últimos anos, houve estabilização da produção e consumo de carne de aves durante 1975, esperando-se pequeno incremento em 1976.

A União Soviética, depois de considerável aumento de produção em 1975 (cerca de 19% em relação a 1974), no início de 1976 mostra um plantel menor de aves, podendo assim ocorrer uma redução da oferta.

A produção norte-americana de carne de aves em geral foi ligeiramente inferior em 1975, porém a produção de frangos excedeu a de 1974 em 11%, em vista da relação favorável entre os preços destes e os das rações. As perspectivas deste ano são de um acréscimo na produção de carne de aves, dado os bons retornos obtidos pelos produtores. Os preços alcançados em 1975 foram os mais altos dos anos recentes, sendo que para 1976 a tendência é de manterem os níveis do 1º semestre do ano anterior. Também as exportações, em 1975, foram as mais elevadas dos últimos anos, atingindo cerca de 62,6 mil de toneladas de frangos inteiros e em partes.

Os países árabes tem-se revelado grandes importadores nos últimos anos, inclusive subsidiando internamente o produto.

Quanto aos preços de aves no mercado internacional, deverão tender a uma progressiva estabilização.

No que se refere à produção mundial de ovos, deverá ela situar-se em 1975 ao redor de 23,9 milhões de toneladas, 3% superior à de 1974. Nos EE.UU. houve recuo de cerca de 2% em 1975. Outros grandes produtores registraram aumentos: China (2%); Bélgica (3%); Itália (2%); Alemanha Oriental (2%); Alemanha Ocidental (1%); Inglaterra (1%); e, Rússia (10%).

As exportações norte-americanas de ovos e produtos derivados cresceram 15% durante 1975, sendo o Japão o maior comprador. O Canadá, por sua vez, impôs quotas para importação do produto de origem estadunidense. Na Europa, a tendência crescente ao comércio internacional perdurou, com aumento das exportações por parte da Bélgica e Holanda, principais produtores, enquanto a Alemanha Ocidental, maior comprador, teve suas importações aumentadas substancialmente, no ano passado.

Em 1976 a produção de ovos nos Estados Unidos está mais ou menos estabilizada devendo, pois, permanecer nos níveis de 1975. Por sua vez, os preços poderão aumentar no segundo semestre, oscilando ao redor da média verificada no mesmo período do ano anterior.

- Situação interna

A produção brasileira de carne de aves, em 1975, situou-se ao redor de 530 mil tonela-

das, tendo crescido de 10% em relação a 1974. São Paulo produziu cerca de 240 mil toneladas, com participação relativa de 45%.

O plantel brasileiro de matrizes para corte apresentou, em 1975, um decréscimo de 10% em relação de 1974, tendo atingido 4,7 milhões de reprodutoras, contra 5,2 milhões em 1974, o que pode ser considerado um ajustamento à realidade do mercado, já que em 1975 os preços não se mostraram tão remunerativos como em 1973 e 1974. A participação dos principais estados produtores de matrizes para corte, em 1975, foi a seguinte: São Paulo, 44,7%; Minas Gerais 12,7%; Santa Catarina 11,2%; Rio Grande do Sul 9,1%; e Rio de Janeiro 6,3%.

São Paulo teve diminuída sua participação na produção de matrizes para corte em 1975, como já acontecera em 1974. Porém, no primeiro trimestre de 1976, a participação de São Paulo aumentou, alojando aproximadamente 730 mil matrizes para corte, 48,4% do total nacional (aproximadamente 1,5 milhão).

A atividade de corte experimentou, no segundo semestre de 1975, sensível alta nos preços, principalmente nos dois últimos meses, proporcionando aos avicultores uma recuperação de forma a compensar os eventuais prejuízos do primeiro semestre. O preço médio anual recebido pelo produtor de frangos no interior do Estado de São Paulo esteve em torno de Cr\$5,22/kg, 19% superior ao de 1974, mas registrando queda em valores reais (quadro 97). O abastecimento de rações e de matérias primas para ingredientes de rações não apresentou problemas em 1975, notando-se, entretanto, relativa escassez de milho no final do ano, com uma consequente alta de preços.

Os preços médios anuais das rações para corte, inicial e final, situaram-se em Cr\$ 1,42/kg, e Cr\$ 1,39/kg, respectivamente, significando aumentos de 32% e 39% em relação aos preços de 1974; as cotações mais elevadas foram em outubro e novembro. Também houve uma razoável procura de pintos de um dia no final do ano; as cotações subiram a partir de setembro e a média do ano se situou em Cr\$ 1,42/unidade (Cr\$ 1,31 em 1974).

Admite-se que a recuperação dos preços no final de 1975 tenha sido consequência de uma diminuição da oferta de aves, devido a retirada da atividade dos produtores marginais e, também, do aumento da demanda, comum nesta época do ano, próxima às festas natalinas.

Nos primeiros meses de 1976, os preços recebidos pelos produtores continuaram nos mesmos níveis verificados no final de 1975, chegando a oscilar, em alguns casos, entre Cr\$ 7,00 a Cr\$ 8,00/kg do frango vivo, permitindo ao avicultor um lucro razoável, apesar do aumento dos preços dos insumos.

O aumento na demanda de pintos de um dia e de rações, apesar dos preços, evidenciava um incremento da produção de aves para corte e as perspectivas eram de que em 1976 a atividade continuasse em expansão. Entretanto, a inclusão de aves na lista CIP/SUNAB para os supermercados, a partir de abril, provocou certa retração do setor. Os preços ao nível do produtor começaram a cair, chegando em junho a níveis menores que os de janeiro (mais de 25% em termos reais). Diante desta conjuntura alguns avicultores paulistas chegaram a paralisar sua atividade, momentaneamente, enquanto que outros diminuíram sua programação.

No que se refere à produção de aves, deve-se notar que o plantel brasileiro de matrizes de postura evoluiu em 1975, situando-se ao redor de 583 mil aves, cerca de 11% superior ao do ano anterior, tendo o Estado de São Paulo alojado cerca de 409 mil matrizes, com um aumento de 13% em relação a 1974.

No primeiro quadrimestre de 1976 foram produzidas 160 mil matrizes, 7,5% a mais do no ano anterior; São Paulo participando com cerca de 125 mil aves.

A produção paulista de ovos, em 1975, situou-se em 442 milhões de dúzias, com aumento anual de 11%. Ao mesmo tempo, a atividade se ressentiu de problemas na comercialização,

com grande oscilação dos preços e retração do consumo, fazendo com que os lucros fossem diminuídos.

Os baixos preços verificados no final de 1974 continuaram nos dois primeiros meses de 1975, porém reagiram a partir de março, para no final do ano apresentarem níveis elevados, proporcionando então melhores retornos aos avicultores (quadro 98). O preço médio recebido pelos produtores, registrado em 1975 (Cr\$ 3,31/dz.), foi tão somente 14% superior à média de 1974, representando, em termos reais, uma queda da ordem de 12%. Por outro lado, em 1975 os preços de ração para poedeiras caíram até julho, voltando a subir no segundo semestre, sendo as cotações mais altas do ano aquelas dos três últimos meses. O preço médio anual de Cr\$1,25/kg foi 26% superior à média de 1974, enquanto em valores reais houve pequena queda (-2%).

A tendência altista de preços de ovos teve continuidade nos primeiros meses de 1976. O preço médio recebido pelo produtor paulista alcançou sua cotação máxima em abril, quando em relação a janeiro apresentava um acréscimo em valores reais, ao redor de 28%, portanto, uma elevação acima da média da variação estacional, mantendo-se, contudo, dentro dos limites extremos do padrão (figura 13). A relação de preços ovo/ração também aumentou, passando de 2,64 em janeiro para 3,39 em abril; um acréscimo de cerca de 28% que ensejou ao produtor lucro razoável, apesar do aumento dos preços de combustíveis, energia elétrica, medicamentos e pintos de um dia (quadro 99).

A inclusão do ovo na lista CIP/SUNAB para os supermercados provocou antecipação da queda dos preços, fazendo com que a atividade se tornasse menos atrativa. A redução do preço médio real recebido pelo produtor em maio relativamente a abril foi de 11%, enquanto os preços dos insumos continuaram aumentando a ponto de deteriorar em 9% a relação de preços ovo/ração. Em consequência, o descarte de poedeiras foi antecipado e houve retração na demanda de pintos de um dia.

- Perspectivas

Na atual conjuntura, com o estabelecimento de preços máximos para frango e galinha ao nível dos supermercados, as perspectivas, em termos agregados, são de que a produção de carne de aves permaneça em níveis semelhantes aos do ano anterior ou até diminua ligeiramente. Como, porém, em fins de junho os preços mostravam certa recuperação, isto poderá dar novo impulso à atividade no decorrer do segundo semestre.

Quanto ao comércio exterior, o Brasil exportou em 1975 cerca de 3.469 toneladas de carnes de aves, no valor de US\$ 3.290 mil. Em 1976, as exportações são relativamente maiores, com empresas do Rio Grande do Sul exportando cerca de 300 toneladas mensais, enquanto as de Santa Catarina possuem contratos para venda no exterior de 2.700 toneladas, no 1º semestre.

Também produtores de São Paulo já teriam exportado cerca de 300 toneladas, esperando totalizar 3.000 toneladas para este ano, tendo o Oriente Médio como seu principal mercado. As transações estariam sendo efetuadas aos preços de US\$ 1.100 a US\$ 1.200 por tonelada CIF.

Essa perspectiva de mercado externo, se consolidada, poderá constituir novo alento à avicultura de corte em 1977.

Dado o acréscimo do plantel de matrizes, as perspectivas, são de aumento na produção de ovos. Todavia, sendo um produto de ciclo relativamente curto, que responde prontamente a incentivos e restrições, torna-se difícil fazer previsões a mais longo prazo.

Alguns fatos ocorridos recentemente são bastante alvissareiros para o setor, incluindo-se a industrialização de ovos em Mogi das Cruzes e a exportação de ovos in natura realizada por cooperativas. Com relação a industrialização do ovo, a capacidade atual de operação diária da referida usina é 670 caixas de 30 dúzias, a qual deverá em breve ser triplicada, propiciando um mercado mais amplo para a avicultura de postura da região, notadamente porque essa produção se destina, preferencialmente, ao mercado externo.

(IEA, 26/07/1976)

QUADRO 97. - Preço Médio de Frango Recebido pelo Produtor, São Paulo, 1973-76
(Cr\$/kg)

Mês	1973		1974		1975		1976	
	Corrente	Real (¹)	Corrente	Real (¹)	Corrente	Real (¹)	Corrente	Real (¹)
Jan.	3,07	5,39	5,47	8,22	4,65	5,22	6,87	5,91
Fev.	3,17	5,50	5,66	8,28	4,37	4,80	6,63	5,48
Mar.	3,15	5,39	4,01	5,61	4,77	5,16	7,15	5,70
Abr.	3,28	5,54	4,46	5,93	4,26	4,53	7,06	5,43
Mai.	3,14	5,24	3,71	4,77	4,85	5,05	6,13	4,56
Jun.	3,24	5,35	3,85	4,86	4,85	4,94	6,06	4,39
Jul.	3,54	5,80	3,79	4,72	4,77	4,75
Ago.	4,31	6,99	4,28	5,27	5,03	4,88
Set.	4,68	7,51	4,48	5,42	5,71	5,41
Out.	4,62	7,30	4,37	5,21	6,22	5,77
Nov.	4,68	7,32	4,10	4,81	6,74	6,11
Dez.	5,04	7,78	4,51	5,18	6,48	5,76

(¹) Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base: 1975=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 98. - Preço Médio Recebido pelo Produtor de Ovos, Estado de São Paulo, 1971-76 ⁽¹⁾
(CrS/dz.)

Mês	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Janeiro	1,01	1,43	1,72	2,77	2,92	3,57
Fevereiro	0,97	1,45	1,82	3,07	2,52	3,64
Março	1,42	1,65	2,07	3,09	3,17	4,76
Abril	1,55	1,73	2,41	3,43	3,39	5,12
Mai	1,59	1,47	2,34	3,28	3,50	4,73
Junho	1,83	1,53	2,52	2,96	3,66	4,95
Julho	1,45	1,83	2,61	3,18	3,56	...
Agosto	1,28	1,80	2,66	3,06	3,34	...
Setembro	1,28	1,57	2,69	2,74	3,06	...
Outubro	1,23	1,59	2,68	2,44	3,16	...
Novembro	1,24	1,73	2,69	2,43	3,61	...
Dezembro	1,31	1,71	2,81	2,40	3,79	...
Média anual	1,35	1,62	2,42	2,90	3,31	...

⁽¹⁾ Ponderado segundo os tipos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 99. - Relação de Preço Ovo/ração, Estado de São Paulo, 1971-76 (1)

Mês	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Janeiro	2,06	2,55	2,35	2,91	2,30	2,64
Fevereiro	1,94	2,37	2,30	3,10	1,95	2,64
Março	2,84	2,70	2,52	3,12	2,81	3,15
Abril	3,10	2,93	2,90	3,46	2,83	3,39
Maio	3,18	2,49	2,78	3,31	2,92	3,11
Junho	3,66	2,59	3,00	2,98	3,08	3,23
Julho	2,90	3,10	3,10	3,27	3,07	...
Agosto	2,32	3,05	3,16	3,00	2,72	...
Setembro	2,28	2,61	3,20	2,56	2,37	...
Outubro	2,19	2,56	3,19	2,68	2,39	...
Novembro	2,21	2,74	3,20	2,73	2,65	...
Dezembro	2,33	2,47	3,08	2,16	2,87	...

(1) Quilos de ração para poedeiras que podem ser adquiridos, por uma dúzia de ovos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

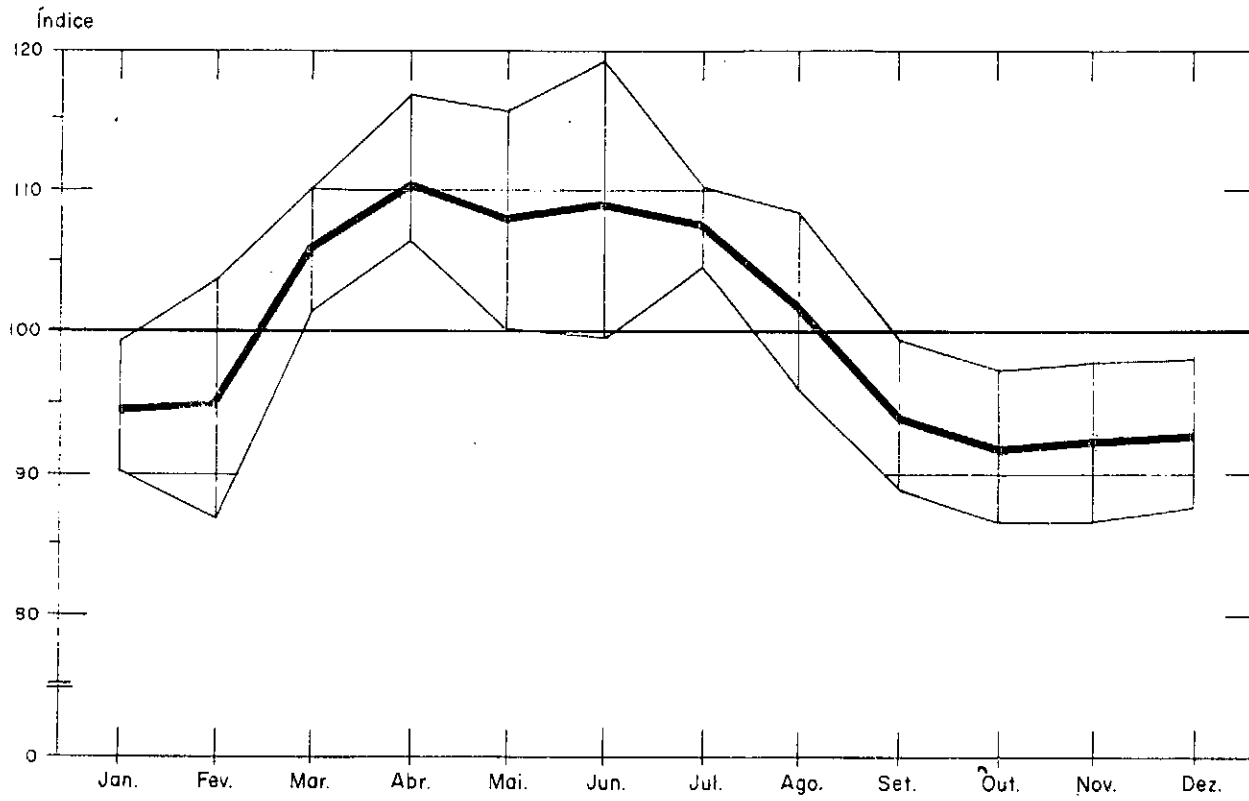


FIGURA 13. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Ovos, Estado de São Paulo, 1969-75.

- Pecuária Leiteira

- Panorama internacional

As medidas tomadas no ano passado pela Comunidade Econômica Européia, para impedir a acumulação de estoques de leite em pó, não foram suficientes para alcançar o objetivo almejado, já que os mesmos foram se ampliando, tendo passado de 800 mil toneladas em meados de 1975, para 1.400 mil em maio do corrente ano. Essa situação começou a preocupar as autoridades européias a ponto de, na reunião do Conselho de Ministros da CEE, realizada em 6. de março, ter-se decidido que 400 mil toneladas de leite em pó deveriam ser destinadas à alimentação animal, volume esse equivalente a 304 mil toneladas de farelo de soja, em valor proteico. Além disso, duas outras importantes decisões foram tomadas: a primeira, que condiciona os importadores de soja da CEE a adquirirem também, no mercado interno, quantidades equivalentes de leite em pó para a produção de rações; a segunda, instituindo um depósito compulsório de US\$ 37 para cada tonelada de farelo de soja importado.

A recente elevação da cotação do farelo de soja no mercado mundial, provavelmente favorecerá a implementação do plano de redução dos estoques, embora, aos preços atuais, esse farelo continue preferido pelos pecuaristas.

A manteiga e o queijo apresentam-se também com estoques elevados desde o final de 1975, com perspectivas de continuar aumentando em 1976.

A produção mundial de leite in natura em 1975 foi apenas 1% superior a de 1974 (387 bilhões de litros). Dentro da CEE, a Holanda é o único País cuja produção em 1975 apresentou-se superior; por outro lado, a maior queda se verificou na Alemanha Ocidental. Essa situação se explica, em parte, pelas condições climáticas desfavoráveis ocorridas em alguns meses do segundo semestre de 1975. Nos Estados Unidos a queda da produção foi de 1%, na Austrália praticamente se manteve constante, enquanto na Nova Zelândia teria ocorrido aumento de 5%. Nos países em desenvolvimento, graças aos estímulos governamentais concedidos ao setor, visando diminuir o déficit de proteína animal na dieta alimentar, a produção em 1975 aumentou.

Quanto às perspectivas para 1976, acredita-se ser ainda prematuro arriscar-se a qualquer prognóstico. Entretanto, segundo o USDA, nos principais países produtores (exceção feita a URSS e Austrália) a produção leiteira deverá ser bem superior a de 1975. Embora o USDA reconheça que muitos países têm realizado abate de vacas (o que poderia comprometer a produção), por outro lado, a redução no tamanho do rebanho será compensada pela melhor produtividade dos animais remanescentes.

A restrição que se faz às previsões assim tão otimistas é que, desde maio, os países da Europa estão sendo duramente atingidos pela seca, obrigando muitos produtores a novos abates por falta de alimentos volumosos e grãos forrageiros. Além do fator climático mencionado, deve ser lembrado também que os elevados estoques de derivados do leite no mercado mundial, sobretudo do leite em pó, poderão forçar os governos a várias medidas diretas de desestímulo à produção leiteira, como aquelas adotadas no final da última década.

- Situação interna

Como reflexo das políticas governamentais de incentivo ao setor, a produção brasileira em 1975, alcançou 9,7 bilhões de litros, 10,2% superior a 1974.

Especificamente no caso do Estado de São Paulo, o desempenho foi satisfatório (como em toda a Região Centro-Sul), tanto assim que de uma situação de escassez verificada em meados de 1974, passou-se para uma de equilíbrio no início de 1975, tendo, inclusive, o abastecimento se processado normalmente na entressafra, uma vez que a queda natural de produção que se constata nesse período foi compensada com a reidratação do leite em pó, produzido no período "das águas", de acordo com as diretrizes do Governo Federal. Esse bom resultado foi alcançado a despeito de ter sido um ano atípico quanto à disponibilidade de pastagens, afetadas pelas intensas geadas ocorridas no ano e, em seguida, por longo período de estiagem.

Além dos programas de crédito e assistência técnica, os produtores foram beneficiados no ano passado com dois reajustes de preços (em janeiro e agosto) considerados satisfatórios. O reajuste concedido de agosto (Cr\$ 1,60/litro) elevava o preço do produto a nível superior, em termos reais ao vigente em 1966 (Cr\$ 0,16/litro) ano considerado bom para a pecuária de leite, segundo os próprios pecuaristas.

O comportamento do setor no ano passado não deve ser interpretado, todavia, como se o Estado tivesse alcançado a auto-suficiência na produção de leite. Embora tenha havido um relativo excedente no período de safra, o abastecimento ficaria comprometido se não fosse o produto proveniente de outros estados.

Contrariamente ao ano de 1975, a evolução do setor foi negativa no decorrer do primeiro semestre de 1976. Assim, enquanto nos primeiros três meses do ano passado havia excesso de leite C no mercado, nesse mesmo período do ano em curso já era notória sua escassez. A falta do produto alcançou tal dimensão, que já em abril o Governo concedera autorização para reidratação do leite em pó para ser distribuído ao consumo, prática essa que em 1975 só fora autorizada em junho.

Aparentemente a causa principal dessa queda de produção, no caso de São Paulo, foi o baixo preço pago ao produtor. Em relação a 1975, o preço médio recebido pelo produtor durante o 1º semestre deste ano teve uma redução da ordem de 14% em termos reais. Diante, portanto, desse fato, não se poderia esperar que a produção viesse a aumentar.

O problema de fixação do preço do leite é bastante complexo. Deve-se levar em conta não somente a característica de demanda inelástica do produto, mas também a estrutura e eficiência de produção. Estudos realizados no IEA mostram que 88% dos pecuaristas de leite do Estado de São Paulo são considerados "pequenos produtores" (menos de 100 litros/dia) os quais, entretanto, respondem por 40% da produção. Esta questão de estrutura de produção atomizada é bastante crítica, particularmente no Vale do Paraíba, importante bacia leiteira do Estado. Além disso, a atividade de pecuária de leite se caracteriza ainda pela baixa tecnologia utilizada.

Difícil, portanto, é estabelecer para o produtor o "preço justo". Pretender tão somente que esse preço seja o que cubra os custos de produção é incorrer, muitas vezes, em custos sociais elevados e injustos, já que o consumidor poderia ser obrigado a pagar pela ineficiência do produtor. Por outro lado, pretender também que o preço seja estabelecido visando apenas a melhoria da produtividade do rebanho, seria ignorar por completo o proces-

so de adoção e assimilação de nova tecnologia, que é lento e gradativo. Optar por essa última política de preços, principalmente quando a estrutura da produção é tão pulverizada e problemática como a do leite, é arriscar-se a reduzir abruptamente a renda do setor, inclusive a sua produção.

A produção de leite B vem aumentando acentuadamente, principalmente no Vale do Paraíba. Dado ser um produto de preço bem mais elevado, tem-se encontrado algumas dificuldades para sua colocação em período de abastecimento normal de leite C. Quando isso ocorre, apenas parte de sua produção realmente é vendida como leite B, sendo o restante entregue às usinas ao preço do leite C.

- Perspectivas

O reajuste do preço do leite anunciado para agosto, quando o produtor passará a receber Cr\$ 2,10/litro, será decisivo para a produção do setor em 1976. A reação dos produtores a esse novo preço dependerá da elevação dos seus custos até o final do ano. Admitindo-se uma taxa de inflação ao redor de 40%, esse preço será ligeiramente inferior ao de agosto de 1975 (Cr\$ 1,60/litro). Essa diferença, todavia, poderá ser compensada pelo estado geral das pastagens, que se encontra bem melhor neste ano.

A linha especial de crédito para os produtores de leite (Programa de Desenvolvimento de Pecuária Leiteira), cujo montante destinado a São Paulo (Cr\$ 265 milhões) já se encontra totalmente comprometido, deverá causar impactos positivos à pecuária leiteira. Mais de 50% desses recursos foram aplicados em formação e recuperação de pastagens, capineiras, construção de silos, compra de reprodutores e matrizes, itens esses que têm relação direta com a produção de leite.

Frente a essas considerações, é possível que a produção do Estado venha a se recuperar no 2º semestre, sendo ainda viável superar o volume total produzido em 1975, que atingiu 1,506 bilhões de litros.

Com relação ao abastecimento da Grande São Paulo, as disponibilidades de leite em pó podem ser insuficientes para atender ao consumo. O estoque oficial, da ordem de 10,5 mil toneladas, ao qual se deve somar o volume de 3,0 mil toneladas efetivamente importadas, talvez tenha que ser complementados com importações adicionais, a fim de que o abastecimento do produto seja normalizado a curto prazo.

(IEA, 26/07/1976)

- Pecuária Bovina e Suína

- Situação internacional

Em 1975, a produção mundial de carnes bovina, suína e de aves alcançou a cifra de 108.530 mil toneladas, apresentando crescimento de 1,6% em relação a 1974. Neste total, a carne bovina contribuiu com 45.117 mil toneladas e um aumento relativo de 4%. Neste produto, o maior incremento verificou-se na Oceania (18,0%), seguida da América do Sul (7,0%) e Estados Unidos (5,0%). Na Europa, onde se concentra 20% da produção mundial, o crescimento foi pequeno (1,5%), o mesmo acontecendo na URSS (1,0%).

Por outro lado, a crise econômica provocou retração na demanda, o que reduziu a cotação do produto. Consequentemente, a Comunidade Econômica Européia, região tradicionalmente importadora de carne bovina, terminou 1975 como exportadora líquida com estoques de carne bovina superiores a 350 mil toneladas, contrastando com a situação de escassez verificada em 1973.

Acredita-se que 1976 ainda não seja um ano favorável para os exportadores. Além da expectativa de que a produção mundial continua crescendo, os estoques de intervenção na CEE continuam elevados e as barreiras alfandegárias dificultam a importação. As previsões otimistas de que o volume de carne bovina a ser comercializado em 1976 alcançaria 2,43 milhões de toneladas (mais 14% em relação a 1975), poderão não se confirmar, porque a prolongada seca que atinge o continente europeu, de certa forma contribui para aumentar ainda mais os estoques de carne. De fato, em decorrência da seca as compras realizadas na CEE para formação desses estoques, que até então se limitavam aos animais de corte, têm-se estendido também para os animais especializados na produção leiteira.

Concomitantemente, os Estados Unidos anunciaram que suas importações seriam menores no corrente ano, tendo seus principais fornecedores, Austrália e Nova Zelândia, reduzido suas quotas de 7% e 5%, respectivamente.

Face a essa conjuntura não é de se estranhar a queda nas cotações, como foi o caso da carne argentina, cujo preço médio FOB de US\$ 880/tonelada, no 1º trimestre de 1975, viu-se reduzido para US\$ 665/tonelada no período paralelo do corrente ano.

Com relação a carne suína, as principais transações são feitas entre países da Europa Ocidental. Além disso, há um grande fluxo de suínos vivos da China que, através de Hong-Kong, atingem os países europeus, inclusive a URSS. Dinamarca, Bélgica, Holanda e China são os maiores exportadores de suínos e derivados, sendo que o produto mais intensamente comercializado é o tocinho.

As exportações de carne suína foram incrementadas de 1968 a 1972, com uma elevação acentuada, de 21%, em 1971. As quedas registradas em 1973 e 1974, foram consequências dos altos preços dos ingredientes protéicos para rações animais, alta essa que se prolongou por um período relativamente longo.

Segundo a FAO, nos últimos 3 anos a produção mundial de carne suína aumentou, embora em 1975 tenha sofrido ligeira retração (-1,5%) em relação a 1974. Na Comunidade Econômica Européia essa retração foi ocasionada pela redução na oferta de grãos em 1974, o que provocou grande matança e, consequentemente, um repentino aumento na oferta de carnes.

De acordo com recentes informações, a produção de suínos na CEE não deverá alcançar no primeiro semestre de 1976 o mesmo índice do correspondente período de 1975. Porém, como reflexo dos altos preços, espera-se que a produção no 2º semestre alcance ou mesmo supere os níveis de 1975.

Nos Estados Unidos, o abate de suínos, em 1975, sofreu uma retração de cerca de 18%. Tal fato explica o acentuado aumento que se vem verificando nas importações de carne suína pelos americanos, cujo principal fornecedor é o Canadá. Segundo estimativa realizada em setembro de 1975, a produção de suínos em 1976 permaneceria abaixo dos níveis do ano anterior. Entretanto, indicações preliminares de uma safra recorde de milho, geram expectativas de que essa produção possa ser incrementada de até 5%. Uma forte recuperação do setor é esperada para 1977.

Segundo o USDA, a produção de carne suína, nos 13 maiores países produtores, deverá declinar para 17,9 milhões de toneladas em 1976, comparadas com as 18,5 milhões de 1975, resultante dos menores abates que se verificarão na URSS. Todavia, excluindo-se a URSS, a produção de carne suína nesses países deverá aumentar em cerca de 3%, atingindo 14,6 milhões de toneladas.

Quanto aos preços internacionais, no decorrer de 1975 verificou-se uma tendência alta. Relatório da Comunidade Econômica Européia previa estabilização de preços na primavera de 1976 e possível queda para o outono e inverno europeus, em decorrência de aumento da produção. Todavia, essa retração parece ter-se antecipado para o verão, já que no mês de junho registrou-se queda de cotações na CEE.

- Situação interna

- Pecuária bovina

A produção brasileira de carne bovina foi da ordem de 2,16 milhões de toneladas em 1975, cerca de 2,8% superior a de 1974.

No Estado de São Paulo, a despeito dos 26% de aumento observado nos abates sob inspeção federal (quadro 100), a produção de carne bovina em 1975 decresceu em relação ao ano anterior, tendo alcançado 497 mil toneladas (quadro 101), o que pode ser explicado pelo fato de que muitos dos animais abatidos são procedentes de outros Estados do Brasil Central, além da sensível ampliação no número de abates sob inspeção federal neste Estado.

A meta governamental de exportar 80 mil toneladas de carne bovina em 1975 não foi atingida, tendo sido comercializadas apenas 47 mil, devido principalmente aos preços internacionais, que continuaram em declínio. Além disso, as barreiras impostas pelos países importadores, sobretudo os da Comunidade Econômica Européia, dificultaram a colocação do produto brasileiro.

Os estoques de carne financiados no corrente ano são estimados em 200 mil toneladas, representando aumento da ordem de 33% quando comparado com os estoques de 1975. Acredita-se que além das 200 mil toneladas, exista ainda volumes consideráveis do produto armazenados com recursos próprios dos frigoríficos.

Com relação aos preços, o ano de 1976 iniciou com cotação do boi gordo de Cr\$ 130,00 em janeiro. Nos meses subsequentes, houve alta nos preços, atingindo Cr\$ 140,00/145,00 por arroba nas principais regiões de engorda. Em junho, verificou-se nova alta, tendo alcançado Cr\$ 150,00. Deve ser lembrado que os valores mencionados se referem aos máximos alcançados e não a valores médios. O padrão estacional dos preços do boi gordo é visualizado na figura 14.

Embora o gado bovino ocupe posição de destaque na formação da renda agrícola do Estado, seus preços têm-se deteriorado em termos reais, como se constata no quadro 102. Os preços reais médios alcançados pelo boi gordo, boi magro e bezerro no primeiro semestre do corrente ano, diminuíram, respectivamente, de 8%, 14% e 17% em relação à média anual de 1975. Entretanto, se a mesma comparação for feita com o primeiro semestre de 1975, as correspondentes reduções percentuais são de 10%, 15% e 20%.

Observe-se as taxas crescentes em que se deram as perdas de preços reais, isto é, gradualmente a partir do boi gordo para o boi magro e para o bezerro, comprovando, uma vez mais, que todas as vezes que varia o preço do boi gordo, os preços do boi magro e do bezerro variam no mesmo sentido, mais do que proporcionalmente.

O grande aumento no abate de fêmeas verificado até abril de 1976 (186%), segundo o DIPOA está, aparentemente, ligado também ao fenômeno mencionado, pois, o valor das vacas está também diretamente relacionado com os preços dos bezerros. Uma vez que os preços destes últimos se deterioraram, os criadores, principalmente os pequenos, se viram obrigados a se desfazer das fêmeas para cumprirem compromissos anteriormente assumidos.

Quanto à exportação pelo Porto de Santos, verifica-se que no 1º semestre do corrente ano foram embarcadas 27.397 toneladas de carne bovina, predominando a carne enlatada (70%). Esse volume representa um aumento de 63% em relação ao exportado no mesmo período do ano anterior.

- Pecuária suína

O rebanho suíno no Estado de São Paulo revela inexistência de grandes concentrações em termos regionais. Este rebanho vem, nos últimos anos, sofrendo pequenas oscilações no seu tamanho, registrando-se uma retração no período de 1971 a 1974 e um pequeno acréscimo em 1975 (quadro 103).

A produção paulista de carne suína, da mesma forma, registrou um decréscimo no triênio 1971-73, e uma pequena recuperação nos 2 últimos anos (quadro 104).

Nos frigoríficos sob inspeção federal, localizados no Estado de São Paulo, os abates de suínos vem experimentando, nos últimos 5 anos, um acréscimo significativo (quadro 105). Os abates de suínos sob inspeção federal, no ano de 1975, foram aproximadamente 27% maiores em relação a 1974, tendo sido abatidas 758.730 cabeças.

No 1º trimestre de 1976 foram abatidas aproximadamente 179 mil cabeças por 12 frigoríficos, dos quais apenas três foram responsáveis por cerca de 67% dos abates. Em recente pesquisa realizada pelo IEA nesses três principais frigoríficos, confirmou-se que cerca de 80 a 90% dos suínos abatidos foram adquiridos no Estado do Paraná e, em menor escala, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Outro fato constatado foi que esses abatedou-

ros adquirem o porco, através de contatos diretos com firmas comerciais localizadas no Estado do Paraná.

Esse fato revela a perda da importância relativa das mangueiras localizadas no eixo da BR- 116, próximas à cidade de São Paulo. Atualmente resta somente uma destas, sendo que as 8.000 cabeças semanais por ela recebidas em média no início desta década, atualmente estão reduzidas a cerca de 2.500.

Tanto a participação relativa como absoluta dos agentes de comercialização mostraram significativa alteração no triênio 1972-74, conforme se observa no quadro 106 elaborado com base em informes prestados pelos criadores paulistas.

Com relação aos preços recebidos pelos produtores paulistas, a carne suína obteve ganhos reais, principalmente no período entre 1973 e 1974, sendo que em 1975 e início de 1976 a tendência foi de queda (quadro 107). A variação estacional do preço recebido pelo produtor de suínos pode ser vista na figura 15.

Nota-se em 1974 um aumento significativo nos preços recebidos pelos produtores, em parte explicado pela escassez no abastecimento de óleos vegetais e altos níveis de preços atingidos por esses produtos. Para isso, contribuiu também a safra recorde de milho, que proporcionou aos criadores maior poder de barganha.

Durante todo o ano de 1975, mês a mês, o preço real recebido pelos produtores apresentou tendência declinante, prosseguindo em janeiro de 1976, quando atingiu o seu valor mínimo. Este fato pode ser explicado, em parte, pela queda dos preços reais de carnes de aves e de óleos vegetais. Entretanto, as altas cotações atingidas pelo preço do milho no 2º semestre de 1975, foi fator determinante no aumento do fluxo de suínos enviados ao abate, e consequente queda nos preços.

- Perspectivas

- Pecuária bovina

Para 1976, espera-se que a produção de carne bovina no Estado permaneça nos mesmos níveis de 1975. Todavia, a produção do ano estará condicionada também à política de abates para a entressafra e ao comportamento das pastagens até o final do ano.

Contrariamente à entressafra de 1975, que foi bem longa devido à seca, no corrente ano a abundância de chuvas nas regiões de pecuária de corte permite antever um período de entressafra menor. O ataque da praga "Blissus leucopterus" embora tenha sido intensa em algumas áreas, não chegou a comprometer a produção de carne.

O abastecimento nesta entressafra deverá se processar em melhores condições, pois os estoques de carne (oficiais e particulares) são bem maiores que os do ano passado. A possibilidade de importação de carne bovina sob o regime de "draw-back" poderá também favorecer o abastecimento interno, liberando mais carne para o consumo.

Os preços poderão subir, ainda, até o final do ano, a despeito dos estoques existentes. Todavia, se os abates forem restringidos é possível que os preços se mantenham próximos aos níveis atuais. A possibilidade do Governo limitar os abates está condicionada ao consumo de carne congelada, a exemplo do ocorrido no ano anterior.

Quanto às perspectivas para exportação, acredita-se que a curto prazo são pequenas as possibilidades que se oferecem. Os preços no mercado interno são bem superiores aos externos e, além disso, Argentina e Uruguai têm oferecido seu produto a preços mais atrativos. Ademais, a recente seca ocorrida na Europa ampliou os abates e, conseqüentemente, os estoques, dificultando mais a entrada de carne de outros países.

Convém salientar que a atual conjuntura do mercado de carne na Europa deve se constituir num alerta, acreditando-se que não demorará muito para que seus efeitos criem condições favoráveis para os países potencialmente exportadores de carne bovina.

- Pecuária suína

Após um ano de grande desestímulo para o setor (1975), a carne de suínos obteve ganhos reais de preço de janeiro a maio de 1976 (quadro 107).

Este fato é parcialmente explicável pelo aumento rápido do abate no final de 1975 (o que fez com que se reduzisse a oferta de animais para o 1º semestre de 1976), a expectativa de uma boa safra de milho, bem como possibilidade de maior participação no mercado exterior. Ainda, nesse período, é comum a ocorrência de preços mais elevados, pois se caracteriza como de entressafra do porco sulino.

No mês de junho já se registra pequena queda nos preços recebidos pelos criadores paulistas, isto devido ao início do fluxo de animais do Sul. Como a tendência é de que nos próximos meses aumente esse fluxo, é de se prever que os preços continuem a cair. Entretanto, esta queda provavelmente será pequena, devido a menor oferta esperada dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, prejudicados ainda pelos déficits do ano de 1975.

Poderá influenciar de maneira negativa, nesta queda, a liberação dos estoques de carne bovina congelada pelo governo e o tabelamento de carne de aves. Poderá influenciar, também, o comportamento dos preços de óleos vegetais, caso estes venham a subir, o que de certa forma já vem ocorrendo com a soja.

Para o final do ano, uma situação que poderá vir a provocar quedas mais acentuadas nos preços de carne suína, é a disponibilidade de milho a preços compensadores.

Com relação as exportações brasileiras de carne suína, estas sempre foram modestas e irregulares (quadro 108). Entretanto, recentemente tem havido uma procura mais intensa por parte dos países importadores, os quais estariam dispostos a comprar quantidades consideráveis. Realmente, além de nossos compradores tradicionais (Espanha e Itália), a Polônia manteve negociações recentemente com o Brasil, porém a situação interna do produto não permitiu a exportação na época, nas quantidades desejadas. Assim mesmo, as exportações no início de 1976 foram bem acima das até hoje registradas (quadro 109).

Atualmente, o mercado europeu encontra-se retraído. Nosso principal comprador de miúdos, a Espanha, não está comprando, assim como a Itália, principalmente por razões econômicas.

Em contrapartida há que se levar em conta as condições climáticas desfavoráveis reinantes na Europa, o que está ocasionando o abate intenso de suínos, aumentando assim os seus estoques e devendo reduzir as perspectivas de exportação deste produto.

(IEA, 23/07/1976)

QUADRO 100. - Abate nos Frigoríficos sob Inspeção Federal, Estado de São Paulo, 1973-75

(cabeça abatida)

Mês	1973	1974 (a)	1975 (b)	Variacão percentual (b/a)
Jan.	156.327	105.103	140.534	33,7
Fev.	151.650	80.868	143.371	77,3
Mar.	151.295	104.767	176.631	68,6
Abr.	164.317	154.496	195.441	26,5
Mai.	209.138	187.751	201.067	7,0
Jun.	185.006	163.893	190.163	16,0
Jul.	158.320	144.861	158.079	9,8
Ago.	98.301	92.437	95.244	3,0
Set.	105.340	87.473	55.007	-37,2
Out.	79.280	71.079	63.791	-10,0
Nov.	104.959	72.511	137.204	89,2
Dez.	111.687	100.243	167.767	67,4
Total	1.675.320	1.365.482	1.724.299	26,3

Fonte: Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

QUADRO 101. - Evolução da Produção de Carne Bovina, Estado de São Paulo, 1970-76

Ano	Peso total de carcaça (t)	Valor da produção (Cr\$ 1.000)
1970	415.000	847.708
1971	440.000	1.261.348
1972	524.000	1.858.471
1973	554.500	2.957.315
1974	504.300	3.590.280
1975	496.800	4.140.000
1976 ⁽¹⁾	496.800	4.802.400

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 102. - Evolução dos Preços Médios Recebidos pelos Pecuáristas do Estado de São Paulo, 1973-76

Ano	Bezerro (Cr\$/cabeça)		Boi magro (Cr\$/cabeça)		Boi gordo (Cr\$/arroba)	
	Preço	Preço real	Preço	Preço real	Preço	Preço real
	corrente	(¹)	corrente	(¹)	corrente	(¹)
1973	409,50	672,40	816,50	1.341,80	76,50	125,72
1974	541,50	691,00	1.207,80	1.542,46	106,80	136,39
1975	457,99	457,99	1.163,43	1.163,43	114,94	114,94
1976 (²)	485,48	382,29	1.271,78	1.001,46	134,13	105,62

(¹) Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base 1975 = 100).

(²) Estimado até junho de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 103. - Evolução do Rebanho de Suínos em São Paulo, 1971-75

(1.000 cabeças)

DIRAS	1971	1972	1973	1974	1975
São Paulo	100.290	105.075	82.557	89.616	96.451
Vale do Paraíba	79.715	58.634	68.024	69.084	72.834
Sorocaba	491.260	279.640	276.536	291.440	265.800
Campinas	237.340	195.953	213.970	238.670	209.890
Ribeirão Preto	181.315	258.236	245.290	228.789	253.435
Bauru (¹)	408.260	393.187	153.590	117.518	129.042
São José do Rio Preto	542.350	502.950	494.781	490.300	546.562
Araçatuba	125.780	147.269	132.869	136.069	132.880
Presidente Prudente	103.120	85.800	138.178	139.040	167.110
Marília	169.442	191.852	200.600
Total do Estado	2.369.430	2.026.744	2.015.237	1.992.378	2.074.604

(¹) Os anos de 1971 e 1972 incluem o rebanho da DIRA de Marília.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 104. - Evolução da Produção de Carne de Suínos, Estado de São Paulo, 1971-75

Ano	Peso total de carcaça (1.000t)	Valor da produção (Cr\$ 1.000)
1971	88,6	200.830
1972	57,0	172.522
1973	56,3	202.680
1974	66,4	467.058
1975	67,5	468.200

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 105. - Abate de Suínos no Estado de São Paulo, 1972-76

Ano	Inspeção estadual (cabeça)	Inspeção federal (cabeça)
1972	610.799	104.583
1973	-	446.087
1974	-	549.951
1975	-	758.730
1976 (1)	-	240.670

(1) Até abril de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 106. - Destino do Rebanho Suíno Paulista para o Abate, São Paulo, 1972-74

Agente	(porcentagem)		
	1972	1973	1974
Frigorífico	26,8	22,9	62,5
Marchante	11,7	22,8	8,5
Açougue	61,5	54,3	29,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 107. - Preços Médios Mensais de Suíno Gordo, Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1971-76

Mês	(Cr\$/quilo)											
	1971		1972		1973		1974		1975		1976	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	1,96	4,76	2,58	5,24	2,99	5,26	5,01	7,52	6,87	7,69	6,48	5,57
Fev.	1,98	4,73	2,64	5,25	3,07	5,34	5,19	7,58	6,89	7,58	6,73	5,59
Mar.	2,05	4,80	2,72	5,33	3,32	5,68	5,97	8,36	6,85	7,40	7,36	5,86
Abr.	2,05	4,72	3,02	5,86	3,47	5,86	7,64	10,16	6,86	7,27	7,95	6,12
Mai.	2,07	4,68	3,20	6,14	3,53	5,90	7,68	9,91	6,91	7,19	8,39	6,21
Jun.	2,18	4,82	3,32	6,31	3,50	5,78	7,80	9,33	6,87	7,01
Jul.	2,24	4,88	3,39	6,37	3,42	5,61	7,64	9,55	6,95	6,95
Ago.	2,35	5,08	3,25	6,01	3,64	5,90	7,50	9,23	6,44	6,25
Set.	2,50	5,33	3,28	6,00	3,92	6,27	7,35	8,89	6,89	6,55
Out.	2,52	5,32	3,01	5,45	4,44	7,02	7,06	8,40	6,82	6,34
Nov.	2,58	5,39	2,99	5,38	4,78	7,46	7,05	8,25	7,30	6,64
Dez.	2,80	5,77	2,94	5,26	5,06	7,79	7,12	8,19	6,59	5,87		

(¹) Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base : 1975 = 100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 108. - Exportações Brasileiras de Carne Suína Congelada, 1971-75

Ano	Quantidade (t)	Valor (Cr\$ 1.000.FOB)
1971	1.265	915
1972	550	502
1973	3.201	3.897
1974	1.622	2.667
1975	564	8.142

Fonte: CACEX.

QUADRO 109. - Exportação de Carne Suína Congelada pelo Porto de Santos, 1974-76

Janeiro a Junho	Quantidade (t)
1974	480
1975	456
1976	3.693

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

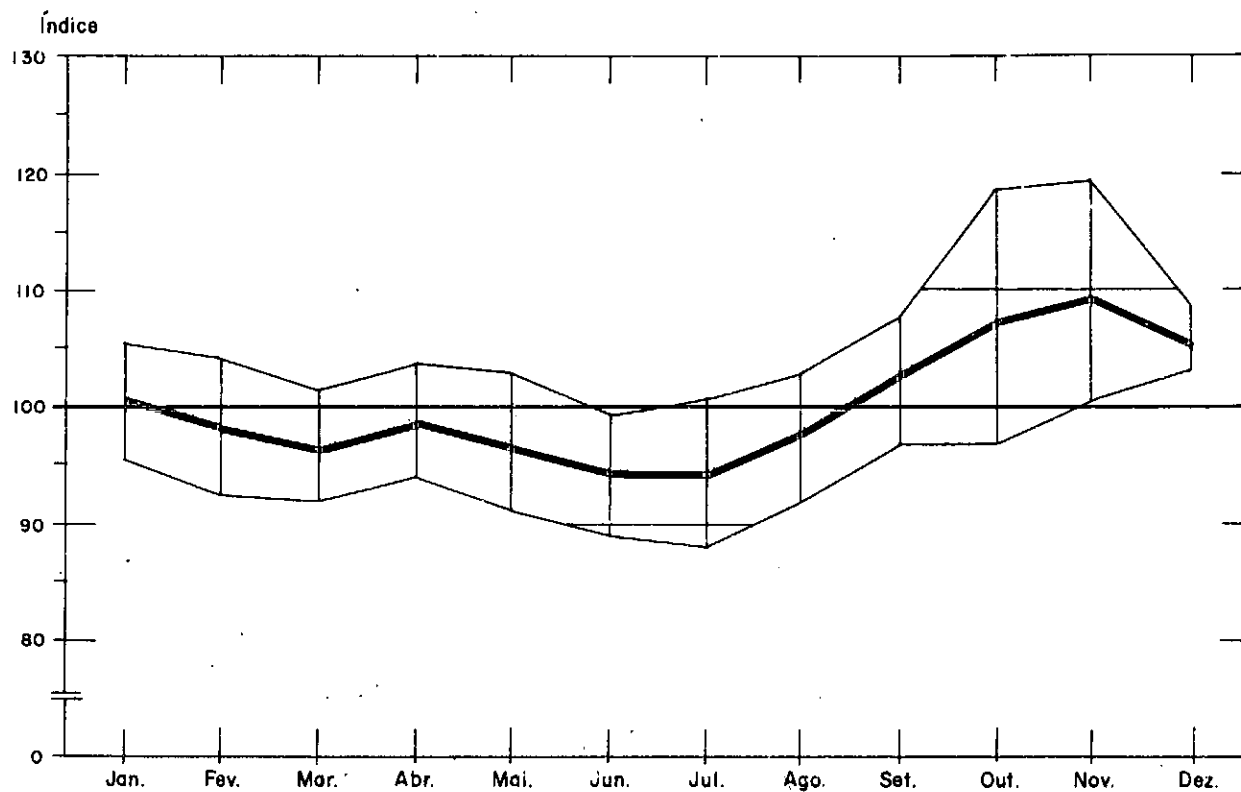


FIGURA 14. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Boi Gordo, Estado de São Paulo, 1969-75.

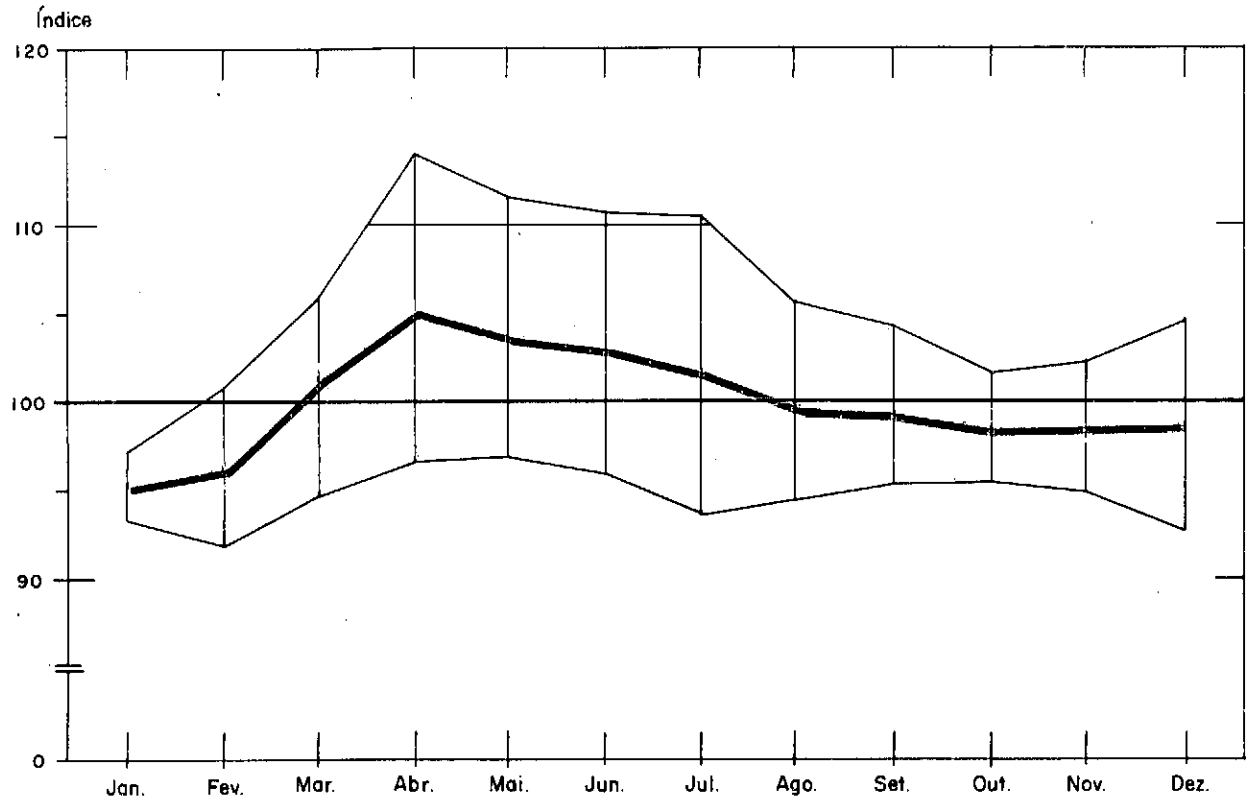


FIGURA 14. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Suíno, Estado de São Paulo, 1969-75.

- Cana-de-Açúcar

- Panorama internacional

Após um período de preços elevados, em razão da escassez de açúcar (e expectativa de falta ainda maior), o mercado internacional caracterizou-se, em 1975, pela contínua baixa de preços apresentada em quase todo o transcorrer do ano (quadro 110).

Em novembro de 1974 o açúcar alcançou sua mais alta cotação no mercado internacional (US\$ 1.250,00/t), a partir de quando teve início uma queda vertiginosa, fechando o ano seguinte com cotação média de US\$ 462 por tonelada, contra US\$ 667 na temporada precedente (mercado de Londres). Vale ressaltar que a cotação ao final de 1975 foi 1/3 inferior a registrada em janeiro do mesmo ano.

Dentre algumas razões atribuídas à baixa de preços salientam-se o aumento da quantidade ofertada para 1975, que ao lado da pequena evolução no consumo, induziram a uma previsão de grande aumento no estoque final (quadro 111). O aumento de produção deveu-se principalmente a expansão da área de beterraba na Europa e em algumas regiões dos Estados Unidos.

Parte da pequena evolução no consumo pode ser explicada pelo fato de alguns países importadores, após sofrerem internamente os efeitos da alta no mercado internacional, procurarem reduzir suas importações e até mesmo aumentar o consumo de outros adoçantes.

O primeiro semestre de 1976 apresentou-se um pouco mais favorável aos países exportadores, com o produto alcançando, em meados de julho, a cotação de US\$ 378 por tonelada no mercado a termo de Londres, a mais alta do corrente ano.

A reação nos preços é reflexo das más condições climáticas que a Europa atravessa no momento. A Rússia, com sua produção bastante afetada, deve recorrer ao mercado externo para suprir um déficit de cerca de 3 milhões de toneladas. Cuba, que tem sido o tradicional provedor soviético, encerrou sua colheita não apresentando aumento significativo, ao contrário do que se esperava. A sua lavoura canvieira foi bastante atingida, primeiramente pelo furacão "Eloise", em setembro, e depois pela antecipação das chuvas, que caíram de janeiro a abril, prejudicando a colheita.

- Situação interna

Em 1975 a produção brasileira de açúcar foi muito prejudicada pelas más condições climáticas - seca de maio a outubro e geadas em julho - que atingiram a região Centro-Sul, provocando grande quebra na produção de matéria prima.

Em relação ao ano anterior, as exportações brasileiras de açúcar (todos os tipos) em 1975 apresentaram uma redução de 25,8% em volume e de 16,8% em valor (quadro 112).

Nos dois primeiros meses de 1976, foram exportadas 159 mil toneladas de açúcar no valor de US\$ 51.739 mil, com redução de 46% no volume em relação a igual período do ano anterior.

A falta do tipo demerara para entrega ao exterior, fez com que o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) suspendesse as exportações a partir de março, processando embarques poste

riores apenas em cumprimento aos contratos já firmados.

No Estado de São Paulo, neste ano, ao contrário da safra anterior, espera-se um aumento de produção de cana para indústria de 20,8% (quadro 113), provocado pela expansão da área (19,3%) e aumento de rendimento agrícola (1,3%).

Em termos de açúcar na safra 1975/76, o Estado de São Paulo apresentou um decréscimo de 17,2% na produção (quadro 114), não atingindo a cota autorizada, tendo que recorrer ao açúcar produzido no Nordeste para atender seu consumo interno. De acordo com o IAA, foram transferidos cerca de 2,9 milhões de sacos entre fins de dezembro e início de abril.

Para fazer face a escassez de açúcar na região Centro-Sul o IAA autorizou a antecipação, em um mês, da moagem por parte das usinas que, utilizando matéria prima própria, recebem, adicionalmente, Cr\$ 25,00 por saco de açúcar produzido, como uma compensação pelo baixo teor de sacarose contido na cana. Entretanto, devido as chuvas em algumas regiões e o baixo rendimento industrial, poucas foram as usinas que iniciaram a moagem em maio.

O Instituto do Açúcar e do Alcool divulgou recentemente o Plano de Safra para 1975/77 (quadro 115). A previsão global para o Brasil é de 7.800 mil toneladas, cabendo ao Estado de São Paulo 4.140 mil toneladas (53%). O plano anterior (não atingido) previa 7.740 mil toneladas para o Brasil e 3.636 mil para São Paulo.

Para a Região Centro-Sul o preço a ser pago ao fornecedor de cana foi fixado em Cr\$ 109,46 por tonelada, inferior às expectativas dos produtores.

No que tange à política do álcool, até 15 de maio foram enquadradas dentro do Programa Nacional do Alcool 31 destilarias, das quais 22 situadas na Região Centro-Sul. Para o Estado de São Paulo já foram aprovadas 14 destilarias.

O Plano de Safra para o álcool, relativo a 1976/77, autoriza uma produção global, para o Brasil, de 796 milhões de litros, dos quais 63% referem-se ao Estado de São Paulo.

- Perspectivas

Por ser a beterraba um produto acentuadamente dependente das condições climáticas, tu do leva a crer que as cotações de açúcar deverão elevar-se, a persistir a forte estiagem que assola os países europeus. Tal elevação, entretanto, não deverá atingir os níveis de 1974.

Apesar da área com beterraba ter crescido 3,6% em relação a 1975, as perspectivas não são boas, pelo menos no momento. A França, por exemplo, que esperava alcançar um significativo aumento na produção de açúcar encontra-se seriamente preocupada com o volume a ser obtido, face a um baixo rendimento industrial, além das perdas pela seca.

Também em algumas áreas produtoras de cana-de-açúcar as intempéries ocasionaram danos, como é o caso de Cuba, que deverá apresentar um modesto aumento na produção de açúcar, insuficiente para atender o mercado soviético (seu principal comprador), obrigando-o a recorrer a outras fontes, inclusive o Brasil.

Para alguns observadores o volume de estoque final ainda é baixo e pode concorrer para um aumento das cotações, até mesmo de caráter especulativo.

Em termos nacionais, persistindo as condições climáticas normais, as perspectivas são de uma boa colheita, devendo a Região Centro-Sul recuperar-se de sua performance anterior e fornecer matéria prima suficiente para que as usinas atinjam a produção autorizada. Além do aumento no rendimento agrícola, espera-se um bom rendimento industrial.

Os projetos apresentados para instalação de destilarias de álcool para fins carburan-

tes, por outro lado, exigirão um aumento da área de cana em futuro próximo.

Nos últimos anos muitos foram os fornecedores de cana que tiveram suas lavouras incorporadas às usinas, contribuindo para aumentar a participação própria no total moído. Com a instalação de novas destilarias (anexas e autônomas), a participação própria deverá ser maior ainda, dada a necessidade de resposta mais rápida ao crescimento da demanda de matéria prima. Além disso, pouco satisfeitos com o preço fixado, os fornecedores não se sentem muito estimulados a expandir suas áreas, pelo menos a curto prazo.

Quanto às exportações de açúcar, que deverão recomeçar no início do segundo semestre, ao que tudo indica o volume deverá ser inferior ao total exportado no ano passado, e muito embora se preveja que a cotação média, no mercado internacional, venha a se elevar no decorrer do ano, não deverá atingir os valores médios do ano passado. Tais dados - volume e cotação - conduzem a um raciocínio de que o desempenho das exportações não se deva igualar ao do ano passado em valor.

Tendo em vista o aumento da demanda pela matéria prima, face à instalação de novas destilarias de álcool e à ampliação de cota de açúcar paulista, espera-se um incremento na área plantada em 1976/77, se bem que em níveis inferiores ao observado na safra passada, já que naquele período se verificou um crescimento excepcionalmente elevado, antecipando as necessidades atuais.

O custo operacional da produção está estimado em Cr\$ 9.310,00/ha, Cr\$ 4.048,00/ha e Cr\$ 3.665,00/ha para formação, cana soca e ressoca, respectivamente, sendo a colheita responsável pela maior parcela desses valores.

(IEA, 26/07/76)

QUADRO 110.- Cotação do Açúcar no Mercado Internacional, 1972-76
(US\$/t)

Mês	Londres ⁽¹⁾					Nova York ⁽¹⁾				
	1972	1973	1974	1975	1976	1972	1973	1974	1975	1976
Jan.	173,91	216,73	348,93	879,49	309,86	182,08	206,80	338,11	845,94	310,08
Fev.	180,09	200,40	472,96	777,08	...	190,24	199,51	469,21	750,38	...
Mar.	184,95	193,77	476,93	598,10	...	192,67	196,20	469,43	584,86	...
Abr.	156,70	198,41	485,76	540,27	...	160,89	199,95	480,46	531,00	...
Mai.	145,66	205,69	531,00	391,08	...	154,71	213,42	521,96	383,58	...
Jun.	139,48	206,58	525,05	306,99	...	145,22	215,62	522,40	305,23	...
Jul.	123,59	209,67	554,40	374,31	...	123,15	216,51	557,93	373,86	...
Ago.	138,60	198,85	678,21	418,00	...	138,60	200,62	694,10	413,37	...
Set.	159,12	197,97	764,73	348,04	...	156,03	198,19	759,10	342,09	...
Out.	167,07	210,77	878,17	314,28	...	163,76	210,99	873,53	310,75	...
Nov.	165,97	226,44	1.263,95	302,58	...	160,01	224,01	1.249,82	296,18	...
Dez.	207,02	273,89	1.020,08	291,77	...	201,50	261,09	993,37	293,31	...
Média anual	161,55	211,21	666,73	461,83	...	163,76	211,65	660,78	452,55	...

(¹) FOB portos área do Caribe e do Brasil.

Fonte: Elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola, a partir de dados do International Sugar Organization e Reuteurs.

QUADRO 111.- Produção Mundial, Estoque e Consumo Aparente de Açúcar, 1974/75 e 1975/76⁽¹⁾
(1.000 t)

Item	1974/75	1975/76 ⁽²⁾	Variação (%)
Estoque inicial	15.897	17.074	7,4
Produção	79.282	82.047	3,5
Oferta total	95.179	99.121	4,1
Consumo aparente	78.105	79.804	2,2
Estoque final	17.074	19.317	13,1

⁽¹⁾ Ano açucareiro internacional: 1/09 a 31/08.

⁽²⁾ Estimativa.

Fonte: Elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola a partir de dados do F.O.Licht's.

QUADRO 112.- Exportação Brasileira de Açúcar⁽¹⁾, 1971-76

Ano	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Preço Médio (US\$/t)
1971	1.261.223	152.851	121,19
1972	2.534.911	403.548	159,20
1973	2.819.953	558.686	198,12
1974	2.356.731	1.321.932	560,92
1975	1.748.766	1.099.773	628,89
1976 ⁽²⁾	159.038	51.793	325,66

⁽¹⁾ Demerara, cristal e refinado.

⁽²⁾ Até fevereiro.

Fonte: CACEX.

QUADRO 113.- Área Plantada, Produção e Rendimento da Cana-de-Açúcar para Indústria, Estado de São Paulo, 1970/71 a 1975/76

Ano agrícola	Área (1.000 ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
1970/71	750,2	36.000	47.987
1971/72	759,0	42.300	55.731
1972/73	740,0	40.000	54.054
1973/74	790,0	34.000	43.038
1974/75	802,0	35.600	44.389
1975/76 ⁽¹⁾	956,6	43.000	44.951

⁽¹⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 114.- Produção Brasileira e Paulista de Açúcar⁽¹⁾ e Alcool, 1970/71 a 1975/76

Safrá	Brasil		São Paulo			
	Açúcar ⁽¹⁾ (t)	Alcool (1.000 l)	Açúcar ⁽¹⁾ (t)	%	Alcool (1.000 l)	%
1970/71	5.119.661	637.238	2.436.365	48	436.713	69
1971/72	5.386.419	613.068	2.596.749	48	453.101	74
1972/73	5.932.460	680.972	2.836.141	48	500.104	73
1973/74	6.682.912	665.979	3.510.667	53	455.091	68
1974/75	6.720.577	624.985	3.466.269	52	408.100	65
1975/76	2.869.333	...	362.286	...

⁽¹⁾ Todos os tipos.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool.

QUADRO 115.- Plano de Safra de Açúcar e Alcool, Estado de São Paulo e Brasil, 1976/77

Item	São Paulo	Brasil
1.- Açúcar (1.000t)		
Previsão global da safra	4.140,0	7.800,0
Previsão do consumo	3.120,0	5.700,0
Exportação	1.020,0	2.100,0
2.- Alcool (1.000 l)		
Anidro	220.000	290.000
Hidratado industrial	280.000	506.000
Total	500.000	796.000

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool.

- FRUTAS

- Banana

- Panorama internacional

Objetivando examinar os problemas que se verificam quanto à intensificação do comércio e da política de preços da banana, visando garantir aos países em desenvolvimento maior participação nos mercados à base de cotações estáveis, reuniram-se sob os auspícios da FAO, em maio de 1975, os países exportadores e importadores. Evidenciou-se na ocasião que a taxação nas exportações é insuficiente para elevar a receita cambial, em decorrência da situação mundial de excesso de oferta. Daquela data para cá, quase nada se alterou no panorama mundial da economia bananeira. Como se observa no quadro 116, há forte concentração do comércio, onde apenas 12 países realizam 83% das exportações e 12 respondem por 85% das importações, situação esta que perdura até o momento.

Ainda na mesma reunião, o Grupo Intergovernamental da Banana (FAO) projetou, para 1977, estimativas do comércio mundial com uma previsão de oferta da ordem de 9 milhões, de toneladas, contra uma demanda potencial de 7 milhões, ou seja, um superavit superior àquele previsto em 1972 para o ano de 1975, quando se estimou um excesso de 1 milhão de toneladas. Porém, projeções mais recentes, para 1978, apontam 8,8 e 7,3 milhões de toneladas, respectivamente, para oferta e demanda.

Tendo em conta essa situação, o mesmo grupo concluiu que somente um acordo internacional da banana, envolvendo países exportadores e importadores, poderia assegurar melhores preços aos produtores. Recomendou, também, particular atenção às possibilidades de se promover o aumento de consumo nos países da Europa Oriental.

Em abril de 1976 os países da UPEB (União dos Países Exportadores de Banana) consideraram viável a solução proposta pela FAO, tendo se dirigido ao Secretário Geral da OEA no sentido de serem iniciadas gestões para a formalização de um acordo nas linhas gerais do Acordo Internacional do Café. Note-se, entretanto, que a grande perecibilidade do produto será fator importante na consecução dos objetivos propostos.

- Situação interna

Em 1975 a exportação de banana realizou-se exclusivamente por via rodoviária, tendo acusado uma diminuição de 5% em relação ao ano anterior. De outra parte, houve aumento de

43% no preço médio obtido em dólares.

A Argentina permaneceu como principal mercado, absorvendo 96% do total, a despeito de uma redução de 6% em suas compras, relativamente a 1974 (119 mil toneladas contra 126 mil) . O restante foi adquirido pelo Uruguai, para onde as vendas aumentaram de 31% (4.261 toneladas contra 3.254 toneladas) (quadro 117).

A participação relativa de caixas sobre cachos tornou a ampliar-se, observando-se que 79% dos volumes exportados foram caixas ("toritos"), contra 66% em 1974. Devem ter contribuído significativamente para tal performance três pontos: isenção de IPI concedido às embalagens para banana exportada; o aumento no número de despachos aduaneiros em Uruguiana, por exportadores gaúchos, que adquirem a fruta em São Paulo e preparam-na para o mercado argentino e, finalmente, grande porcentagem da produção de cachos de menor tamanho, que exigem o uso da embalagem para aproveitamento das melhores pencas.

Nos primeiros cinco meses de 1976 a exportação de banana reduziu-se de cerca de 48%, em relação ao mesmo período de 1975. Esse comportamento pode ser atribuído não só a inexistência de compras por parte do Uruguai (em 1975 adquiriu cerca de 102 mil caixas nos cinco primeiros meses), mas também à queda de embarques para a Argentina, onde a situação econômica restringiu fortemente o poder de compra da população.

O predomínio de caixas continua absoluto (94%) sobre cachos, o mesmo ocorrendo com o transporte rodoviário que absorveu toda a exportação até o momento.

Durante 1975 as entradas de banana verde, em cachos, no Entrepósito Terminal da CEAGESP, na Capital, totalizaram cerca de 140 mil toneladas, contra 159 mil em 1974. Por outro lado, registraram-se entradas de aproximadamente 510 mil caixas (15kg) contra 416 mil em 1974. De forma agregada pode-se observar que a oferta foi cerca de 12% inferior em 1975 relativamente a 1974.

Como resultado da menor oferta global, o preço médio anual ponderado da banana verde em cacho foi de Cr\$ 630,00 por tonelada, a nível de atacado na Capital, representando uma cotacão ac nível do produtor da ordem de Cr\$ 450,00 na propriedade (quadro 118). O padrão da variação estacional de preços está na figura 16.

Grande parte do substancial aumento verificado no decorrer do segundo semestre de 1975 pode ser atribuído as geadas de julho, agravando os efeitos da prolongada estiagem e dos fortes ventos de maio, que derrubaram touceiras, afetando a produção.

Nos seis primeiros meses de 1976, como era esperado, os preços declinaram substancialmente no atacado, em relação a dezembro do ano passado. Todavia, representam ainda elevações variáveis de 21% a 131% em relação aos meses paralelos de 1975.

Também a nível de varejo os preços permaneceram em baixa nos meses de março e abril, ao contrário do verificado em 1975.

- Perspectivas

Em face do quadro observado em 1975, vem-se verificando grande interesse dos produtores no plantio de banana, que pode ser confirmado pelo quarto levantamento de previsões e estimativas de safras do ano agrícola 1975/76, que registra um acréscimo de 9,8% na área cultivada (36,9 mil hectares), em relação àquela do ano anterior.

Também em termos de produção devesa verificar-se, neste ano, um aumento de 11,5% em relação à colheita passada, atingindo a 590,7 mil toneladas. Contudo, adversidades climáticas

(enchentes e fortes ventos em janeiro e fevereiro) nas regiões produtoras do Vale do Ribeira e Litoral Sul, agravando os efeitos da estiagem do ano passado, tem impedido maior uniformidade nos bananais, de forma que deverá também ocorrer uma colheita desigual durante os próximos seis meses, prognosticando-se preços remunerativos aos bananicultores.

Outrossim, a normalização político-econômica verificada nos mercados platinos, deverá permitir melhor escoamento da fruta em relação àquele verificado no primeiro quadrimestre.

(IEA, 27/07/1976)

QUADRO 116. - Comércio Internacional de Banana, 1973-74

País	Exportação				País	Importação			
	1973		1974			1973		1974	
	Quantidade (1.000t)	%	Quantidade (1.000t)	%		Quantidade (1.000t)	%	Quantidade (1.000t)	%
Equador	1.391	21	1.357	20	Estados Unidos	1.743	27	1.791	28
Costa Rica	1.029	15	967	14	Japão	931	14	875	14
Honduras	850	13	640	9	Alemanha Ocidental	676	10	589	9
Filipinas	466	7	630	9	França	480	7	490	8
Panamã	540	9	419	6	Espanha	375	6	362	6
Espanha	381	6	368	5	Itália	353	5	318	5
Colômbia	240	4	332	5	Inglaterra	305	5	304	5
França	275	4	305	5	Canadá	215	3	219	3
Guatemala	220	3	250	4	Argentina	133	2	120	2
China	250	4	160	2	Países Baixos	121	2	120	2
Costa Marfim	131	2	157	2	Alemanha Oriental	100	1	110	2
Brasil	139	2	157	2	Benelux	94	1	88	1
Subtotal	5.912	90	5.741	83		5.526	83	5.386	85
Total mundial	6.648	100	6.743	100	Total mundial	6.534	100	6.472	100

Fonte: Fruits - IFAC.

QUADRO 117. - Exportação de Banana por São Paulo, 1974-76
(1.000 volumes) (1)

Mês	Argentina			Uruguai		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976
Jan.	594	738	311	35	30	0
Fev.	475	526	384	45	28	0
Mar.	490	704	354	52	30	0
Abr.	621	662	349	4	8	0
Mai.	537	646	362	-	6	0
Jun.	421	340	...	-	52	...
Jul.	380	275	...	-	27	...
Ago.	500	294	...	-	27	...
Set.	393	295	...	-	5	...
Out.	512	511	...	-	-	...
Nov.	666	491	...	-	-	...
Dez.	721	480	...	-	-	...
Total	6.310	5.962	...	136	213	...

(1) Cachos e caixas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 118. - Preços Médios Mensais de Banana Nanica, Mercado Atacadista, São Paulo, 1972-76
(Cr\$/tonelada de banana verde)

Mês	1972	1973	1974	1975	1976
Jan.	76,00	200,00	215,00	500,00	860,00
Fev.	77,00	260,00	170,00	350,00	810,00
Mar.	105,00	245,00	230,00	480,00	550,00
Abr.	110,00	250,00	300,00	530,00	640,00
Mai.	95,00	134,00	290,00	500,00	420,00
Jun.	100,00	133,00	274,00	455,00	390,00
Jul.	110,00	150,00	300,00	460,00	...
Ago.	160,00	280,00	260,00	465,00	...
Set.	185,00	415,00	365,00	585,00	...
Out.	180,00	470,00	370,00	900,00	...
Nov.	190,00	370,00	430,00	1.280,00	...
Dez.	220,00	270,00	540,00	1.500,00	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

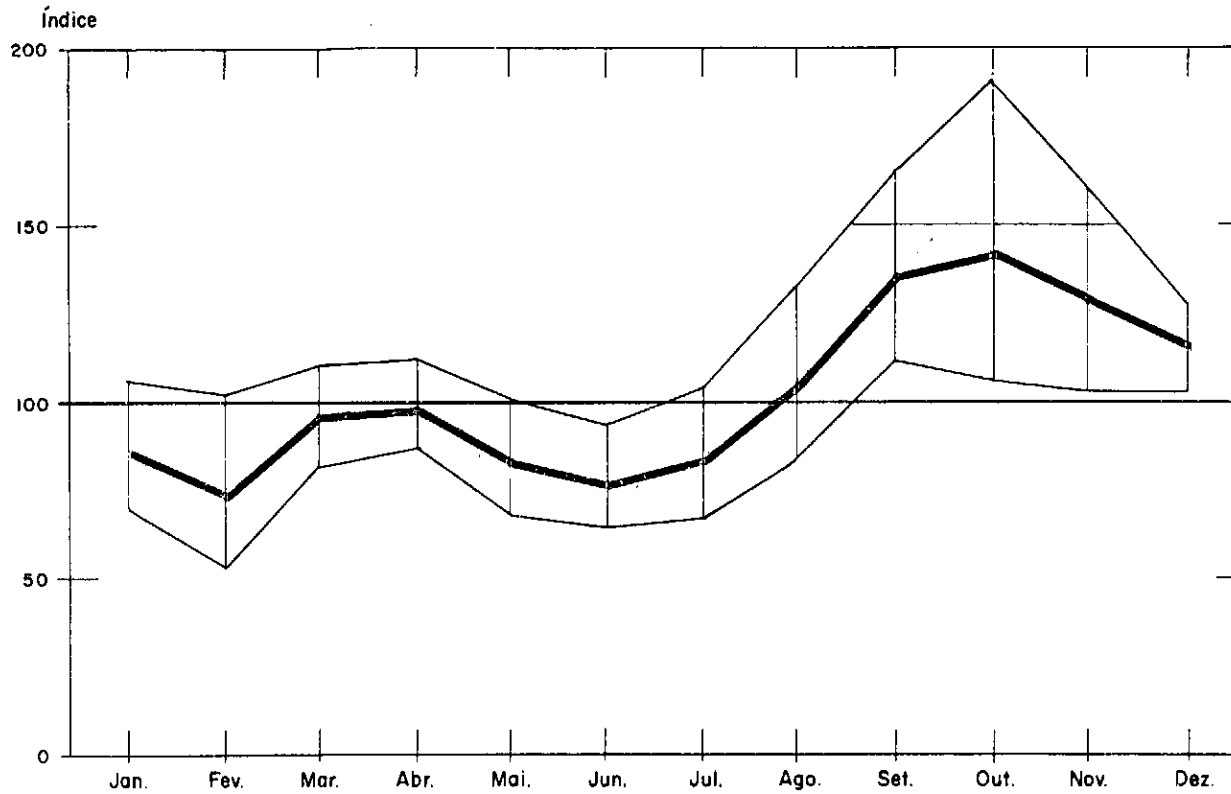


FIGURA 16. - Variação Estacional do Preço no Atacado de Banana Nânica Verde, Estado de São Paulo, 1969-75.

- Laranja

- Panorama internacional

Em julho passado o USDA divulgou a estimativa final de sua safra cítrica, que atingiu 241,35 milhões de caixas (10.268.000 toneladas curtas), 1% superior ao recorde de 1974/75.

Para a Flórida, principal centro produtor e concorrente do Estado de São Paulo a previsão é de uma produção recorde de 177,8 milhões de caixas, com aumento de 1% em relação a safra 1974/75. Confirma-se, assim, que as geadas dos dias 17 e 18 de janeiro prejudicaram apenas o rendimento em suco das frutas ainda a serem colhidas, sem afetar as árvores, à exceção de plantações isoladas ao norte do Estado.

Para a Califórnia estima-se uma colheita de 52 milhões de caixas, contra 55,1 milhões produzidas na última safra, a qual se constituiu na maior produção desde a Segunda Grande Guerra Mundial.

Também na África do Sul, outro forte concorrente do Brasil durante o período de "verão", a safra cítrica deverá elevar-se de 10% sobre 1975, com expectativas de aumento de 11% nas exportações de fruta fresca que, em 1975, atingiram 41 milhões de caixas (15 kg).

Para outros países selecionados, o quadro 119 reproduz, segundo diversas fontes, as estimativas de colheita disponíveis até o momento.

Enquanto isso, na Espanha, as discussões entre produtores e exportadores continuam ativas, com alegações de que os preços não cobrem os custos de cultivo, que a concorrência dos principais mercados está aumentando, que alguns "packing-houses" estarão encerrando suas atividades muito antes do final da colheita, etc., demonstrando que a citricultura ibérica encontra-se em situação difícil, exigindo providências específicas para prosseguir liderando o comércio mundial de fruta fresca.

Assim, admite-se que deverão ter sido subsidiadas pelo "Fondo Ordenado de Regulacion de Precios de Productos Agrícolas" (FORPA) 40.000 toneladas de tangerinas "Satsumas", 60.000 toneladas de laranja "Navels" (Bahia e Bahianinha) e a produção de laranja branca comum, a serem enviadas unicamente para processamento industrial.

Em Israel, o "Citrus Marketing Board" acredita que a indústria cítrica local "encontra-se em um ponto de decisão, porque não há garantia de absorver crescentes quantidades de fruta para as quais não há alternativas de comercialização". A mesma fonte nota que a competição de outros produtores está aumentando e a solução seria desenvolver um processo de concentração industrial absorvendo ou até eliminando as fabricas e firmas menos eficientes.

Vários países, inclusive o Brasil, continuam a disputar avidamente o mercado de fruta in natura do Oriente Médio, particularmente Irã, Iraque e alguns Emirados Árabes, em virtude de haver poucas restrições às importações e forte poder de compra. Como exemplos, podem ser citados a Espanha, que assinou contrato de venda, em 1975/76, de 600.000 caixas (20kg) com o Irã, a África do Sul que exportou 3,5 milhões de caixas (15kg) para o Oriente Médio em 1975 e o Brasil, que enviou 300.000 caixas (20kg) para Dubai/Daman.

O quadro 120 sumariza a evolução das cotações de suco concentrado congelado, na Bolsa de Nova York, expressos em cents de dólar por libra-peso de sólidos solúveis, FOB-Flórida. Os valores são calculados em médias de cada dez dias, anotando-se o mercado disponível e os futuros.

Os valores mostram uma elevação ao longo dos meses para entrega, porém observa-se um

enfraquecimento das cotações para cada mês de entrega, a partir da posição observada nos primeiros dez dias de novembro, quando do início da safra 1975/76 nos Estados Unidos.

Note-se que nos primeiros dias de janeiro de 1976 os preços mostraram reação positiva refletindo as condições climáticas adversas prevalecentes na Flórida e Califórnia e, posteriormente, o mercado voltou a enfraquecer, denotando que os danos ocasionados pelas geadas não foram suficientes para causar maior impacto na produção de suco.

O panorama apresentado pode ser interpretado como um mercado calmo ou estável, onde os estoques atuais (incluídas as importações) serão suficientes para atendimento da demanda prevista para a temporada de 1976. De outra parte, o USDA prevê que as importações no decorrer do ano serão de menor magnitude que as de temporadas precedentes.

- Situação interna

Uma distribuição da produção paulista de laranjas estimada para 1975 pode ser tentada como segue:

Produção do Estado	87 milhões de caixas
Produção comercializada	75 milhões de caixas
Industrialização	48 milhões de caixas
Exportação	2 milhões de caixas
Consumo interno	25 milhões de caixas
Perdas e não comercializadas	12 milhões de caixas

Analisando-se separadamente cada segmento do setor, calcula-se que, em 1975, o preço médio recebido pelo citricultor foi de Cr\$ 8,00/caixa no pé, ou seja, cerca de US\$ 1,00/caixa.

Quanto à industrialização, deve-se salientar que o período de processamento da safra 1975 estendeu-se até fevereiro, de 1976, chegando mesmo à março em algumas empresas. Consequentemente, a capacidade teórica de moagem excedeu a 60 milhões de caixas, devendo elevar-se ainda mais com a instalação projetada de novas extratoras nos próximos dois anos.

As exportações pelo Porto de Santos de suco atingiram o recorde absoluto de 160.440 toneladas (peso líquido) no ano civil de 1975, cabendo notar que cerca de 60 mil toneladas foram exportadas até junho, significando tratar-se de estoques do ano anterior, quando se observou sérias dificuldades de comercialização do suco (quadro 121).

O preço médio do suco FOB-Santos relativo a 1975 foi de US\$ 454,46 por tonelada, contra US\$ 545,55 de 1974. Para o período janeiro a junho foi de US\$ 448,44 contra US\$ 570,80 no mesmo período de 1974, significando que as vendas do 1º semestre de 1975 foram possíveis em face das compras baratas de 1974, que propiciaram baixo custo de produção do suco.

A exportação de fruta fresca em 1975 mostrou crescimento em relação à do ano anterior atingindo 4.079 mil caixas-padrão (81.186 toneladas). O principal mercado foi a Holanda, dentro de um rol de dez países compradores (quadro 122).

No mercado nacional admite-se uma absorção de 25 milhões de caixas, das quais 6 teriam sido comercializadas para fora do Estado de São Paulo. Até meados de 1975 as cotações no atacado mantiveram-se a níveis inferiores àqueles registrados no período paralelo do ano anterior, tendo ocorrido o inverso no segundo semestre (quadro 123). Calcula-se que os preços reais de 1975 foram inferiores aos de 1974, o que deve ter contribuído para a elevação das

quantidades consumidas no ano.

Para o ano agrícola 1975/76 o quarto levantamento de previsões e estimativas de safra (abril) acusa uma estimativa de produção de 102 milhões de caixas (4.088 mil toneladas), das quais cerca de 93 milhões na zona comercial. Esse volume significará um incremento da ordem de 17,2% em relação a safra precedente. Tal cifra é consistente com aquelas de fontes privadas, que admitem uma safra entre 90 e 95 milhões de caixas, tendo em conta que a partir de outubro o tempo correu bem para a citricultura, registrando-se uma expressiva segunda florada.

Esse aumento previsto dever-se-ia a pequeno incremento (talvez 5%) de produção nos pomares velhos, cujas árvores sofreram mais com a seca e mostraram-se pouco enfolhadas; aumento em torno de 10% na colheita dos pomares novos (4 a 7 anos), que sentiram menos o efeito da estiagem e, finalmente, entrada em produção de novos pomares.

Considerando-se as projeções feitas há um ano atrás, seria possível admitir-se um volume ao redor de 105 milhões de caixas. Contudo, a erradicação de pomares, a diminuição dos tratos culturais, particularmente adubação, o forte ataque de "leprose" em algumas regiões, frio intenso em julho de 1975 (geada), que destruiu parte da brotação nova, e a seca que prejudicou a primeira florada, são fatores que estão condicionando números inferiores ao projetado.

- Perspectivas

O mercado internacional continua a absorver o suco concentrado brasileiro que nos primeiros meses de 1976 totalizou 90.785 toneladas exportadas pelo Porto de Santos, contra 66.172 toneladas do mesmo período do ano anterior. O produto para pronta entrega esteve cotado a US\$ 600,00 por tonelada, FOB-Santos, em março-abril, devendo declinar com o início da nova safra, a partir de junho, estimando-se entretanto, que não deverá baixar aquém dos US\$ 500,00/tonelada. De outra parte, o farelo de citros está sendo negociado a US\$ 95,00/tonelada, FOB-Santos.

Ao nível do produtor verifica-se uma nova fase de euforia, com os preços da fruta em ascensão, tendo-se elevado de Cr\$ 10,00/caixa no pé, de novembro de 1975 a fevereiro de 1976, para Cr\$ 11,00 em princípio de março e mesmo Cr\$ 14,00/caixa nos primeiros dias de abril p.p.. Deve-se, porém, aduzir que os últimos preços referem-se a negócios esparsos, de pomares que em geral possuem parcela de murcote ou ponkan. Até o momento pode-se estimar um preço ponderado de Cr\$ 11,50/caixa, visto que grande percentual foi negociado na referência de US\$ 1,00 por caixa, com conversão ao valor de 19 de junho de 1976 (Cr\$ 10,65).

As primeiras estimativas indicam que deverão ser processadas cerca de 58 milhões de caixas, ou seja, uma produção provável de quase 200 mil toneladas de suco concentrado.

Acrescente-se também que o preço de muda cítrica tornou a elevar-se, passando de Cr\$ 4,00 a Cr\$ 6,00 por unidade, porém o mercado encontra-se ainda indefinido em termos quantitativos, refletindo, em parte, a incerteza dos citricultores em nova e indiscriminada fase de plantios.

Vale ainda salientar que foi aprovada a isenção de ICM nas exportações de laranja in natura após a reunião dos Secretários da Fazenda Estaduais, que aprovaram a sugestão de São Paulo, de modo que será possível manter-se a situação de vendas que prevaleceram em 1975, podendo-se, portanto, esperar um desempenho satisfatório do setor, com embarques ao redor de 4 milhões de caixas-padrão (20kg).

Como sempre ocorre, o comportamento da safra 1976/77 dependerá de vários fatores ainda aleatórios e não definidos, especialmente as floradas. A favor de um aumento na produção pode-se adiantar diversos fatores, podendo ser citados, entre outros, os seguintes: vigorosa brotação dos pomares, em vista do clima favorável até o momento e recuperação nos níveis de adubaçã; entrada em produção de um contingente elevado de pés plantados entre 1973 e 1974 (época da euforia); crescimento natural dos pés plantados em 1970-71 e que estarão atingindo a fase adulta. Atenuando entretanto, o crescimento da safra podem ser citados: forte ataque de ácaro da "leprose" e corte de pomares deslocados pela expansão da cana-de-açúcar, principalmente nas regiões de Araraquara e Limeira.

(IEA, 27/07/1976)

QUADRO 119. - Estimativa de Produção de Citros, por Países Seleccionados, 1974/75 e 1975/76

País	Estimativa de safra (milhões de t)		Variação relativa (%)	Data de previsão 1975/76	Observação
	1975/76	1974/75			
Espanha	2,79	2,62	+ 11	10/75	Ocorreu granizo ao final de novembro
Itália	1,55	1,68	- 12	11/75	-
Japão	4,10	3,90	+ 10	11/75	3,6 de satsumas
Turquia	0,88	0,90	- 2	11/75	0,5 de laranja
Marrocos	0,72	0,60	+ 12	11/75	0,6 de laranja e tangerina
Grécia	0,52	0,51	+ 2	11/75	Em 1974/75 houve geada
Israel	1,55	1,51	+ 2	10/75	-

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 120. - Cotações de Suco Concentrado Congelado de Laranja ⁽¹⁾, Bolsa de Nova York
(US\$ cents/libra-peso)

Período	Jan./1976	Mar./1976	Mai./1976	Jul./1976	Set./1976	Nov./1976	Jan./1976
Nov. 01 a 10	64,91	66,32	67,05	68,25	68,85	69,05	69,73
11 a 20	63,23	64,68	65,94	67,21	67,89	68,28	68,78
21 a 30	60,95	62,52	63,99	65,53	66,27	66,72	67,17
Dez. 01 a 10	60,68	62,40	63,96	65,47	66,26	66,53	66,87
11 a 20	59,51	61,39	62,79	64,57	65,56	66,27	66,67
21 a 30	58,40	60,15	61,84	63,72	64,72	65,42	65,82
Jan. 01 a 10	59,30	61,53	63,05	64,86	65,92	66,41	66,86
11 a 20	56,87	59,39	60,89	63,01	64,16	64,91	65,44
21 a 30	-	60,60	62,14	63,97	65,07	66,55	66,61
Fev. 01 a 10	-	62,17	64,01	65,50	66,88	67,99	68,74
11 a 20	-	62,50	64,41	66,03	67,37	68,47	69,32
21 a 28	-	62,35	64,31	66,04	67,45	68,60	69,45
Mar. 01 a 10	-	61,03	62,91	64,71	66,29	67,48	68,49
11 a 20	-	61,30	63,14	64,93	66,57	67,76	68,75
21 a 30	-	-	62,27	63,96	65,41	66,58	67,69
Abr. 01 a 10	-	-	61,31	63,05	64,59	65,66	66,58
11 a 20	-	-	59,89	61,56	63,15	64,17	64,98
21 a 30	-	-	59,55	61,14	62,73	63,57	64,32
Mai. 01 a 10	-	-	58,26	59,50	60,89	61,79	62,41
11 a 20	-	-	58,30	59,28	60,36	61,15	61,98
21 a 30	-	-	-	58,47	59,32	60,19	61,09
Jun. 01 a 10	-	-	-	57,90	58,75	59,52	60,15
11 a 20	-	-	-	54,76	54,77	55,74	56,75
21 a 30	-	-	-	52,73	53,03	54,08	55,13

⁽¹⁾ Valores médios de cada 10 dias.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 121. - Exportação de Suco Concentrado de Laranja, Estado de São Paulo, 1970-75
(tonelada - peso bruto)

País de destino	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Alemanha Ocidental	20.103	29.629	36.291	57.101	35.166	42.138
Canadá	4.374	9.151	12.510	8.463	7.648	21.370
Holanda	4.209	9.607	13.915	35.343	19.485	50.905
USA	1.109	22.425	20.943	15.201	17.618	15.568
Suécia	1.129	2.544	6.746	11.679	14.868	15.786
Israel	2.115	491	1.304	2.613	1.266	7.726
Inglaterra	623	1.330	887	546	632	5.993
Dinamarca	256	677	778	1.401	6.529	1.175
Bélgica	284	767	1.717	1.359	1.687	2.168
Noruega	163	917	459	912	753	953
Finlândia	-	83	388	1.399	1.056	2.377
Espanha	163	451	502	481	376	4.169
França	34	652	224	1.188	245	108
Outros	832	497	143	829	1.281	5.909
Total	35.394	79.221	96.807	138.515	108.610	176.345

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 122. - Exportação Cítrica "in-natura" pelo Porto de Santos, 1968-75

Destino	1968	1968	1979	1971		1972		1973		1974		1975	
	Caixa ⁽¹⁾			Caixa ⁽²⁾	%	Caixa ⁽²⁾	%	Caixa ⁽²⁾	%	Caixa ⁽²⁾	%	Caixa ⁽²⁾	%
Holanda	725.370	506.444	465.395	1.306.034	35	1.739.282	44	1.054.610	43	1.155.182	45	1.967.061	48
Grã-Bretanha	449.250	436.653	390.345	885.998	24	988.052	25	503.903	21	245.438	10	372.827	9
Alemanha	412.650	359.898	287.512	931.265	25	709.329	18	608.850	25	608.850	24	768.165	19
França	200.000	158.200	150.000	217.100	6	198.700	5	68.000	3	25.000	1	-	-
Finlândia	28.100	56.110	60.200	142.369	4	117.500	3	88.500	4	118.813	5	151.800	4
Canadá	63.100	21.728	41.300	137.000	4	76.000	2	36.000	2	-	-	-	-
Suécia	61.569	46.825	25.875	3.750	0	34.566	1	3.800	-	2.020	0	31.390	1
China Nac.	102.250	24.331	21.950	14.307	0	20.000	1	10.000	-	-	-	-	-
Outros	118.150	80.747	62.400	111.750	2	56.325	1	37.100	2	381.337	15	768.041	19
Total	2.160.439	1.690.936	1.504.977	3.749.573	100	3.939.754	100	2.410.763	100	2.536.640	100	4.059.284	100

(¹) Em caixa-padrão (32 quilos) - Decreto nº 56.659 de 6/8/65.

(²) Em caixa-padrão (20 quilos) - Resolução 45 - CONCEX.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 123. - Evolução de Preços de Laranja a Nível de Atacado e Varejo na Capital, São Paulo, 1974-76

Mês	Atacado ⁽¹⁾ (Cr\$/cx.)			Varejo (Cr\$/dz.)		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976
Jan.	25,00	11,00	18,00	2,76	3,10	4,46
Fev.	30,00	12,00	19,00	3,45	2,52	4,32
Mar.	35,00	19,00	23,00	4,00	2,64	3,86
Abr.	23,00	19,00	28,00	3,00	2,82	3,66
Mai.	17,00	13,00	25,00	3,00	2,67	3,88
Jun.	15,00	12,00	23,00	2,72	2,76	3,82
Jul.	14,00	14,00	...	2,56	2,79	...
Ago.	13,00	14,00	...	2,26	2,86	...
Set.	12,00	16,00	...	2,43	3,26	...
Out.	10,00	18,00	...	2,79	3,32	...
Nov.	11,00	18,00	...	3,05	4,00	...
Dez.	12,00	18,00	...	3,22	4,02	...

(¹) Cotações referentes apenas à laranja pera.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Outras Frutas

Diversos fatos merecem realce durante 1975 e princípio de 1976. Alguns vieram confirmar tendências, enquanto outros, por fatores aleatórios como geadas ou devido a problemas de comercialização (inclusive preços), mostraram situações inesperadas, gerando a necessidade de medidas corretivas e necessidades de novos enfoques.

A fim de facilitar o escoamento dos estoques de mosto concentrado e álcool vinílico, acumulados no Rio Grande do Sul, devido a redução nas exportações em decorrência da crise econômica mundial, o Ministério da Agricultura baixou a 24/7/75 a Portaria 470 "tornando obrigatória, em todo território nacional, a correção alcoólica dos vinhos comuns de mesa, de uvas americanas e híbridas, da safra 1976, com álcool ou mosto concentrado".

Consequentemente os vinhos comuns de São Paulo e do Sul de Minas ficariam alijados do mercado por razões técnicas e econômicas, tornando-os gravosos em relação ao similar gaúcho. Dessa forma seria mais prático aos vinicultores comprarem o vinho no Rio Grande do Sul, para engarrafá-lo em São Roque, Jundiaí, Caldas e Andradás, do que processar a uva regional, trazendo assim prejuízos aos viticultores ante a impossibilidade de colocação da uva para outros fins.

No intuito de solucionar a questão, o Governo Federal, através da COBAL, procurou igualar os custos de correção alcoólica entre as cantinas do Rio Grande do Sul, de São Paulo e Minas Gerais, subsidiando a compra do álcool vinílico durante a vindima. Por outro lado foi estabelecido que seriam pagos aos viticultores de São Paulo, respectivamente, Cr\$ 1,20/kg de uva da variedade IAC-138/22 e Cr\$ 1,00/kg de Seibel-2 e Hebermont, produto na roça.

Entretanto, na prática verificou-se ter sido impossível o uso do álcool vinílico nas cantinas das regiões de São Roque e Sul de Minas, dada a qualidade do produto entregue ("com cheiro de bagaceira e cor amarelada"), o que viria desequilibrar a qualidade do vinho.

Esta situação, parece, virá acelerar o processo de redução do cultivo de uvas para vinificação, que vem-se observando em São Roque, a exceção dos vinhos licorosos, agravada pela valorização imobiliária das terras que, gradativamente, vão se transformando em chácaras de lazer próximas a Capital, ou vendidas para construção de indústrias.

A despeito de inúmeras tentativas e reuniões entre produtores de pêssego e industriais de conserva, e da prorrogação, a 26 de novembro de 1975, por mais um ano, da "Cláusula de Salvaguarda" do Tratado de Montevideu (ALALC), não se chegou a um acordo para assinatura do "Convênio do Pêssego" para a safra 1975/76, como tradicionalmente ocorrera nos últimos 20 anos.

Enquanto os produtores insistiam em receber Cr\$ 3,20/kg (tipos A e B), os industriais permaneciam inflexíveis a Cr\$ 2,50/kg, que representava um valor inferior a aquele pago em 1974/75.

As transações foram feitas no mercado livre, tendo predominado na venda às fábricas os seguintes valores, por quilo de fruta, na roça: tipos A e B Cr\$ 2,80; tipo C, Cr\$ 1,50. Embora não existam números finais sobre a venda in-natura na CEAGESP, pode-se admitir que tenha o cildado ao redor de Cr\$ 3,00. Dessa forma, um valor médio ponderado de Cr\$ 2,80/kg parece ter sido obtido pelo produtor, o que se afigura, se não estimulante, pelo menos satisfatório.

No Rio Grande do Sul houve frustração da safra de pêssego de 1975/76 (25 a 30%), com ventos frios na florada e chuvas na colheita, de modo que a produção industrial deverá ter ficado ao redor de 20 milhões de latas de 1 quilo, aquém dos 25 milhões anteriormente previstos, além da qualidade do produto, também prejudicada. A fim de tentarem aumentar a produção, em fevereiro os industriais de Pelotas estavam importando fruta in-natura do Uruguai, para o processamento.

Como reflexo, a lata de pêssego em calda, sem rotular, que em janeiro estava sendo colocada em São Paulo a Cr\$ 5,40, teve o seu preço elevado para Cr\$ 7,80 em fevereiro, nas mesmas condições.

Os produtores gaúchos receberam, em média, Cr\$ 0,95/kg de pêssego, com máximo de Cr\$ 1,40 para o tipo I e mínimo de Cr\$ 0,45 para o tipo III.

A produtividade média da cultura de goiaba para indústria vem-se elevando nos últimos anos, em face da diminuição na área de plantio, tendo sido eliminados os pomares de menor rendimento e as culturas extensivas, incapazes de economicamente suportarem os tratamentos fitos sanitários, imprescindíveis após a disseminação da ferrugem.

Foi também na região produtora de goiaba que a citricultura e a cana-de-açúcar ganharam maiores impulsos na década 70, competindo em área, mas, de outro lado permitindo aos agricultores que mantinham combinações dessas lavouras, um tratamento mais adequado pela transferência de recursos.

De outra parte não se dispõe de dados oficiais a respeito da capacidade industrial instalada de processamento desta fruta, sendo certo porém que nos últimos cinco anos tenha sido triplicada.

Em vista dos prejuízos aos produtores na safra 1974/75 foi estabelecido um "acordo" para a comercialização da safra 1975/76, estabelecendo-se que a indústria pagaria Cr\$ 0,36 e Cr\$ 0,55/kg, na roça, de goiaba para massa e compota, respectivamente.

Entretanto, devido a uma empresa ter, até fevereiro, procurado absorver preferencialmente, sua produção própria, originária de pomares plantados com incentivos fiscais propiciados pelo IERDF, verificou-se uma pressão de oferta sobre as demais, que passaram a atender apenas seus fornecedores tradicionais.

Contudo, devido à maturação precoce e fortes chuvas no período janeiro a março, o volume de colheita decresceu repentinamente, agravando as perdas de fruta, estimada ao redor de 30% da prevista. Conseqüentemente, houve ao final da safra uma elevação nos preços pagos aos produtores, atingindo Cr\$ 0,40/kg, a goiaba para massa.

Acredita-se que para a safra 1976/77 deverá ocorrer um aumento superior a 30% nos preços a serem pagos aos produtores. Caso tal não ocorra, provavelmente se intensificará o processo de eliminação de área com goiabais, em São Paulo.

Através dos quadros 124 e 125 observa-se que na última safra ocorreu uma certa estabilização na área ocupada com fruteiras em geral, principalmente daquelas de clima temperado, após sucessivos anos de significativo crescimento. Admite-se tratar-se da competição mais forte exercida por outras culturas, como café, laranja, cana-de-açúcar e soja, bem como pelos preços reais inferiores, como se depreende do quadro 126, onde são mostrados os volumes anuais comercializados no Entrepasto Terminal do Jaguaré e respectivos preços médios de venda, em valores correntes (ano civil). Constituem exceção abacate, mamão, maracujá e uva niagara, que por diferentes motivos, foram mais valorizados no ano de 1975.

- Perspectivas

Conquanto o comportamento da safra 1976/77 dependerá ainda de vários fatores, especialmente das floradas, pode-se prognosticar que: a) as safras de figo e uva deverão manter-se estáveis e, caso não ocorram geadas tardias, as colheitas serão precoces, como em 1975/76; b) os preços de tangerinas poderão permanecer deprimidos ante a volumosa oferta; c) as colheitas de pêssego e nectarina novamente serão precoces, dependendo das condições climáti -

cas em agosto; d) pela escassez de oferta, os preços de maracujã deverão permanecer em alta; e e) para abacate e manga, caso não ocorram geadas tardias, poderá haver crescimento da produção e redução relativa dos preços.

(IEA, 27/07/1976)

QUADRO 124. - Produção e Número de Pés de Frutas de Clima Temperado, Estado de São Paulo, 1970-76
(1.000 unidades)

Ano	Maçã		Caqui		Figo ⁽¹⁾		Pêssego de mesa		Uva de mesa		Uva para indústria	
	Pé	Caixa	Pé	Caixa	Pé	Tonelada	Pé	Caixa	Pé	Caixa	Pé	Tonelada
1970	-	-	780	1.860	910	7,2	260	1.470	34.090	8.890	12.270	22.430
1971	905	345	800	1.860	960	9,0	310	2.200	36.700	8.900	13.300	21.700
1972	1.074	508	900	2.900	1.700	16,0	500	5.600	38.700	13.700	13.100	25.200
1973	1.203	573	900	3.000	1.700	17,9	450	5.700	38.500	14.700	11.450	23.000
1974	1.113	563	960	3.400	1.900	17,4	440	5.200	38.400	15.000	10.300	18.300
1975	1.440	609	880	3.200	1.800	17,1	510	6.600	35.620	14.100	7.800	21.100
1976 ⁽²⁾	844	2.800	1.900	18,4	480	4.800	35.430	15.680	7.700	21.100

⁽¹⁾ Inclui figo para a indústria.

⁽²⁾ Estimativa de novembro de 1975 - preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 125. - Produção e Número de Pês de Algumas Frutas de Clima Tropical, Estado de São Paulo, 1970-76
(1.000 unidades)

Ano	Goiaba para indústria		Abacate		Abacaxi		Limão		Mamão		Tangerina ⁽¹⁾		Manga	
	Pê	Tonelada	Pê	Caixa	Pê	Fruto	Pê	Caixa	Pê	Caixa	Pê	Caixa	Pê	Caixa
1970	925	2.600	70.000	25.200	2.280	2.740	5.220	2.470	4.400	5.770	474	1.500
1971	1.020	2.500	93.300	38.400	2.630	3.370	4.300	2.140	4.900	7.300	314	1.417
1972	1.800	25.000	1.060	2.700	111.000	51.500	3.400	5.500	4.100	2.430	5.000	8.340	600	1.800
1973	1.400	28.300	1.360	3.600	108.000	58.300	4.100	7.200	4.700	2.900	6.000	9.400	670	2.300
1974	1.150	22.000	1.380	3.500	91.600	51.900	4.800	8.400	4.200	2.600	6.700	10.700	670	2.200
1975 ⁽²⁾	1.520	43.100	1.360	3.700	86.500	48.700	4.500	8.000	4.600	2.800	7.690	12.130	630	2.050
1976	1.170	34.700	1.600	3.600	59.300	31.000	4.300	8.900	9.150	2.400	8.720	13.830	550	1.600

(³)

(¹) Inclui cravo, ponkan, mexerica e murcote.

(²) Estimativa preliminar.

(³) Inclui 6.400.000 pês novos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 126. - Quantidades Comercializadas na CEAGESP e Precos Médios Anuais de Algumas Frutas, Mercado Atacadista, São Paulo, 1973-75

Espécie	Unidade	Quantidade total (1.000 unidades)			Preço médio ponderado (Cr\$/unidade)		
		1973	1974	1975	1973	1974	1975
Abacate	cx.25kg	448	533	565	17,10	21,10	29,10
Caqui	cx.26kg	371	429	414	21,00	28,00	29,00
Figo	engradado 30kg	1.473	1.722	2.022	4,80	5,60	6,50
Mamão	cx.33kg	760	596	586	18,60	29,80	45,00
Manga	cx.23kg	318	352	463	18,60	31,90	37,60
Maracujã	cx.16kg	120	125	50	20,00	21,90	50,80
Pêssego	cx.3kg	1.479	2.041	2.167	7,90	12,20	14,70
Uva Niagara	cx.8kg	2.170	553	3.060	13,30	7,00	18,40
Uva Itália	cx.8kg	781	1.091	1.131	36,30	34,00	40,30
Tangerina cravo	cx.30kg	388	475	637	14,30	16,40	15,50
Tangerina ponkan	cx.30kg	1.360	1.398	1.596	11,50	16,20	20,70

Fonte: CEAGESP.

7 Desempenho da Agricultura
Paulista

7 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA

A análise global dos 26 principais produtos da agricultura paulista no ano agrícola 1975/76 permite avaliar um decréscimo do valor bruto da produção, em relação a 1974/75 de -4,88%, em termos reais (quadro 127). Tirando o café, tem-se uma taxa de crescimento positiva de 2,98%, pois tal produto deve apresentar uma produção física quase 70% abaixo da observada em 1974/75, em razão da forte geada que assolou o Estado em julho do ano passado. Exclusivamente em termos físicos, ou seja, considerando somente a variação quantitativa da produção entre 1974/75 e 1975/76 a preços de 1974/75, a agricultura paulista apresenta um decréscimo de -0,85%; subtraindo-se o café, esta taxa passaria a 12,54%.

Os 20 produtos vegetais apresentam entre esses dois anos, decréscimo de -1,77%, excluindo-se o café, essa taxa torna-se positiva indicando o acréscimo de 13,50%.

Os produtos animais, em número de 6, deverão apresentar uma redução de -10,09% em relação à 1974/75.

Quanto à importância relativa dos diferentes produtos, em termos de valor (quadro 128), verifica-se que a cana-de-açúcar ocupa o primeiro lugar, seguida pela carne bovina e café, este último caindo da segunda para a terceira posição em 1975/76. De uma participação de 16,28% no valor do produto agrícola em 1974/75, o café passou em 1975/76 para somente 9,37%. Somando cana-de-açúcar (14,59%), carne bovina (14,15%), aves e ovos (10,48%), leite (8,66%) e milho (7,65%) totalizaram quase 65,00% do valor produzido pelo setor. Desses produtos, somente a cana-de-açúcar (14,76%) e o milho (9,83%) apresentaram ganhos; ponderáveis aumentos são ainda registrados por trigo (254,54%), feijão (87,71%); mandioca (58,09%); casulo (51,63%); limão (39,06%); uva de mesa (29,29%); chá verde (26,66%); tomate (20,35%); cebola (19,91%) e laranja (19,74%). Entre os que aparecem com perda de valor em termos reais, destacam-se: café (-45,27%); carne suína (-18,40%) e carne bovina (-17,55%).

Globalmente, a produção agrícola do ano é avaliada em mais de 33 bilhões de cruzeiros, 33,84% acima do que foi estimado em 1974/75. Tal resultado, em cruzeiros de 1975, corresponde a cerca de 24 bilhões de cruzeiros (quadro 127). Os produtos vegetais respondem por 64,72% desse total, e os produtos animais pelos 35,28% restantes.

Estimando-se a população agrícola do Estado em 3,10 milhões de habitantes, obtêm-se uma renda de Cr\$ 10.951,00 por habitante, ou seja, aproximadamente US\$ 1.000.

- Índices de preço e de quantidade

Esperam-se, para este ano, variações da ordem de 13,47% no Índice de preços e de 2,26% no Índice de produção física, considerando-se apenas os 21 produtos das séries históricas

cas do IEA (quadro 129). Excluindo-se o café, tais variações seriam de -2,69% para o Índice de preços e de 10,97% para o de produção física. Este último, de crescimento físico, é dos mais expressivos nos últimos anos e confirma as perspectivas sublinhadas no Prognóstico 1975/76.

Produtos de origem vegetal - Esse grupo apresenta acréscimos tanto em preços reais (26,73%) quanto nas quantidades produzidas (2,38%) no ano agrícola 1975/76. Subtraindo-se o café, os índices de preços e de quantidades se elevam em relação à 1974/75 de 4,91% e 22,04% respectivamente. Dentre os produtos que compõem esse grupo, tiveram seus preços reais acrescidos: café (180,70%); mandioca (83,59%); algodão (57,94%); feijão (46,09%); mamona (42,10%); tomate (27,34%); chã verde (21,43%); batata (9,42%) e laranja (2,13%). Quanto à produção, registraram ganhos: arroz (76,47%); cebola (57,58%); milho (34,86%); amendoim (32,04%); feijão (28,48%); cana-de-açúcar (19,68%); laranja (17,20%); soja (12,83%) e banana (11,52%).

Os produtos alimentícios vegetais, em número de 7, acusam um decréscimo de -11,11% em preços reais e um acréscimo de 23,83% na quantidade produzida.

Produtos de origem animal - Esses produtos, no ano agrícola 1975/76, estão se comportando de modo semelhante ao do ano agrícola anterior, apresentando decréscimos em preços reais (-14,14%) e pequeno acréscimo na quantidade produzida (2,50%).

Para este grupo, registra-se o crescimento da produção de casulo (28,00%); leite (4,91%); aves (4,17%), carne suína (2,58%) e ovos (0,68%), enquanto a produção de carne bovina, ao que tudo indica, permanecerá no mesmo nível daquela de 1974/75. Quanto aos preços reais, somente o casulo apresentou um incremento positivo em relação ao ano anterior (18,47%). Os demais produtos apresentaram variações negativas: carne suína (-20,45%); carne bovina (-17,55%); aves (-7,89%); leite (-7,69%) e ovos (-5,44%). Em termos de renda, novamente é o casulo que apresenta um acréscimo real positivo da ordem de 51,63%.

Produtos tradicionais, em transição e modernos - Relativamente aos preços, os produtos em transição (44,53%) e os modernos (17,56%) apresentaram acréscimos reais em relação à 1974/75, enquanto os tradicionais decresceram em -16,97%. Nos grupos moderno e em transição, experimentaram aumento em preços reais, como já se viu: café, mandioca, algodão, tomate, chã, casulo, batata e laranja. No grupo dos tradicionais, somente o feijão e a mamona acusaram acréscimos em preços reais.

Quanto à quantidade produzida, os produtos tradicionais e os modernos cresceram 12,58% e 5,63% respectivamente, enquanto os produtos em transição decresceram -17,19%. Contribuíram significativamente para a queda no grupo dos produtos em transição o café (-69,71%) e a mandioca (-13,89%). Entre os tradicionais e os modernos, convém destacar de novo os acréscimos na quantidade produzida de: arroz, feijão, casulo, cana-de-açúcar, laranja, soja e leite.

Naturalmente, as condições climáticas de 1975/76 foram fator decisivo para as boas colheitas, porém há que se mencionar o fato de os reveses de 1974/75 terem constituído forte estímulo para o aumento da área em busca de uma produção compensadora.

- Índices de área e de rendimento

Através da evolução da área plantada dos 16 produtos de origem vegetal, observa-se para o ano agrícola 1975/76 um acréscimo de 4,62% na superfície de cultivo do Estado, se situando a área total em 5,3 milhões de hectares (quadro 130).

Quanto ao rendimento, este apresenta-se acrescido de 5,02% em relação ao ano agrícola

anterior.

Contribuíram positivamente para o incremento na superfície de culturas do Estado; amendoim (27,70%); cebola (20,51%); arroz (18,45%); cana-de-açúcar (15,93%); milho (14,83%); banana (9,81%) e laranja (7,18%). Para o acréscimo na produção por unidade de área influenciaram: arroz (48,97%); cebola (30,75%); feijão (20,83%); tomate (18,18%); milho (17,43%); soja (12,93%); mamona (12,06%); mandioca (11,63%); laranja (9,36%); cana-de-açúcar (3,24%); chá (3,18%); amendoim (2,57%); batata (1,72%); banana (1,54%) e algodão (1,50%).

Os produtos alimentícios vegetais acusam acréscimos de praticamente 10,00% em sua área de cultivo e de 33,52% em seu rendimento, pois quase todos os produtos que compõem esse grupo apresentaram rendimentos bem mais elevados que em 1974/75.

Analisando-se os grupos de produtos segundo o nível de tecnologia, observam-se maiores variações nas áreas cultivadas com os produtos do grupo tradicional e em transição. Teríamos assim, aumentos de 11,35% para os tradicionais; 5,92% para os em transição e somente 0,69% para os modernos.

Quanto ao rendimento, somente os produtos em transição sofreram um decréscimo de -8,26%. Os tradicionais e os modernos, elevaram-no em relação ao ano anterior de 41,56% e 5,45% respectivamente. Dentre todos os produtos, componentes desses três grupos, somente o café (-66,48%) apresentou queda no rendimento, o que por sua vez determinou o resultado negativo do grupo dos produtos em transição.

- Perspectivas 1976/77

A economia mundial, sobretudo nos países industrializados, deverá reencontrar em 1977, altos níveis de atividade econômica. Depois de um período prolongado de recessão e desemprego, em 1976 começam a ser observados sintomas de recuperação e de uma nova fase de crescimento. Os países em desenvolvimento poderão também apresentar desempenho relativamente melhor.

No setor agrícola como um todo espera-se uma intensificação no comércio que estimulará os preços e, conseqüentemente, a produção. A maior presença, nos mercados compradores, da Rússia, China e da Comunidade Econômica Européia constituem indicadores seguros dessa tendência, ampliando a demanda externa.

Nos Estados Unidos, grande produtor mundial de alimentos, são estimadas safras volumosas em 1976, principalmente de trigo (55,5 milhões de toneladas) e milho (162,1 milhões), este último constituindo-se em novo recorde. Quanto à soja, comenta-se um número próximo das 37 milhões de toneladas, portanto, inferior à produção do ano passado.

Em termos de mercado internacional fala-se também num forte interesse dos grandes produtores em aumentar seus estoques de grãos o que, uma vez confirmado, será fator decisivo na formação e maior estabilidade dos preços em 1977.

A economia brasileira deve seguir obtendo taxa de crescimento compatível com a evolução da demanda, a despeito da inflação e dos pagamentos ao exterior. A esta altura é difícil antecipar com segurança qual será o desempenho do País em 1976 porém, com base em indicadores do primeiro semestre, algumas fontes oficiais prognosticam uma taxa global entre 5% e 6% para o PIB.

Boa parte desse crescimento será explicada pelas excelentes safras de cereais, mais do que compensando as perdas físicas em café. Produtos como arroz, milho, soja e possivelmente trigo serão os principais responsáveis pelo excelente desempenho do setor agrícola, a nível nacional, em 1975/76.

Após um 1974/75 difícil, em que não sã as relações de troca se mostraram sensivelmente deterioradas para o setor agrícola de São Paulo, como também as condições climáticas limitaram sensivelmente a produtividade, 1975/76 iniciou-se sob grande expectativa dos produtores rurais. A queda na produção verificada na safra precedente (-4,8%), somando-se aos efeitos das geadas de julho, resultou em uma inversão nas relações de troca que passaram, então, a favorecer aos agricultores.

Por outro lado, o estímulo governamental, traduzido principalmente em altos níveis de preços mínimos e abundância de recursos financeiros para o crédito rural, aliado à necessidade de reposição da renda antes gerada nas terras ocupadas por cafezais e pastagens atingidos pelo mau tempo, estimularam uma intensa atividade produtiva. E não menos importantes, as condições climáticas excelentes, ao longo da temporada, contribuíram bastante para o sucesso da safra 1975/76.

Vale a pena lembrar que o valor da produção 1975/76 está subestimando a renda efetiva do setor, face ao problema da venda de estoques de café, tão característico no ano em questão. Aliás, o aumento da demanda de bens e serviços no interior do Estado é um elemento que reforça essa idéia e traz, em si mesmo, a concretização de um fato socialmente desejável. Outro aspecto a ser destacado da análise do valor da produção é que justamente em razão da retração física do café o valor real aparece com sinal negativo, quando o mesmo produto agrícola (sem considerar o café) aumentou 3,0% em termos reais. Exclusivamente em termos físicos este aumento é de 12,5%, a preços de 1974/75.

Para 1976/77, não persistem as mesmas condições em São Paulo. A disponibilidade de área para cultivos anuais é menor, enquanto a política econômico-financeira adotada pelo Governo Federal, que se caracteriza por intenso controle à inflação, poderá reduzir a taxa de expansão da oferta de recursos financeiros para o crédito rural. Em contrapartida, há que se considerar o nível das relações de troca do setor, que permanecem bastante favoráveis, constituindo um forte fator de estímulo. Caso permaneçam favoráveis estas relações até o momento do plantio, pode-se esperar a manutenção de uma área total cultivada semelhante à do ano anterior. Para a tendência de acréscimo deverão concorrer, predominantemente, o café, o algodão, a cana-de-açúcar, o feijão, e em menor grau, a soja. O arroz deverá ser a cultura que maior retração apresentará na área sob cultivo, enquanto o milho e o amendoim teriam pouca variação. As produções de carne bovina, aves, ovos e leite deverão registrar volumes semelhantes aos de 1975, cabendo observar que em leite e carne São Paulo seguirá dependendo mais fortemente do intercâmbio com outros estados.

(IEA, 28/07/1976)

Valor da Produção de 26 dos Principais Produtos da Agricultura Paulista, Final do Ano Agrícola
1974/75 e Estimativa Preliminar 1975/76

Produto	Quantidade (1.000t)		Valor corrente (Cr\$1.000)		Participação percentual no valor	
	1974/75	1975/76 (1)	1974/75	1975/76(2)	1974/75	1975/76
Cana-de-açúcar	38.100,0	45.600,0	3.068.193	4.953.984	12,09	14,59
Carne bovina	496,8	496,8	4.140.000	4.802.400	16,32	14,15
Cafê beneficiado	420,0	127,2	4.130.000	3.180.000	16,28	9,37
Leite (milhões l)	1.506,0	1.580,0	2.153.580	2.938.800	8,49	8,66
Milho	2.100,0	2.832,0	1.680.000	2.595.998	6,62	7,65
Ovos (milhões dz.)	442,0	445,0	1.463.020	1.958.000	5,77	5,77
Algodão	489,6	301,5	1.175.040	1.608.000	4,63	4,74
Aves para corte	240,0	250,0	1.185.600	1.600.000	4,67	4,71
Arroz	510,0	900,0	1.105.000	1.499.999	4,36	4,42
Soja	678,0	765,0	937.900	1.211.250	3,70	3,57
Laranja	3.488,0	4.088,0	697.600	1.175.300	2,75	3,46
Tomate	560,8	530,0	538.368	911.600	2,12	2,69
Feijão	109,2	140,3	327.600	865.183	1,29	2,55
Batata (3)	423,0	401,4	526.635	769.350	2,08	2,27
Amendoim	262,5	346,6	462.000	651.608	1,82	1,92
Trigo	62,9	246,0	105.043	523.980	0,41	1,54
Outros (4)	2.470,8	2.551,3	1.671.040	2.704.139	6,60	7,94
Valor total da produção (26 produtos)			25.366.619	33.949.591	100,00	100,00
Valor total da produção de origem vegetal (20 produtos)			15.898.004	21.972.124	62,68	64,72
Valor total da produção de origem animal (6 produtos)			9.468.615	11.977.467	37,32	35,28

(1) Quarta estimativa de safras, abril de 1976.

(2) Estimativas preliminares, baseadas nas informações disponíveis até junho de 1976.

(3) A safra de inverno de 1975/76 foi estimada como igual à 1974/75.

(4) Inclui pela ordem: carne suína, mandioca, uva para mesa, banana, cebola, tangerina, limão, casulo, mamona e chã verde.

Produto	Unidade	Preço mínimo à granel (Cr\$/unidade)	Acréscimo sobre 1975/76 (%)
Algodão em caroço	15 kg	78,00	71,6
Amendoim em casca	25 kg	63,00	40,0
Arroz em casca	50 kg	100,00	40,8
Feijão de cores	60 kg	220,20	69,1
Feijão preto comum	60 kg	214,80	75,5
Girassol	40 kg	58,00	28,3
Mamona em baga	60 kg	108,00	48,8
Mandioca (raiz)	t	250,00	56,2
Menta (óleo bruto)	kg	90,00	9,1
Milho	60 kg	63,60	32,5
Rami bruto	kg	3,30	65,0
Soja	60 kg	96,00	28,0
Sorgo	60 kg	60,00	25,0

(1) Preços básicos aprovados pelo CONAB sofrerão acréscimos e decréscimos face a política de preços mínimos regionalizados.

Fonte: Comissão de Financiamento da Produção.

QUADRO 127. - Valor da Produção de 26 dos Principais Produtos da Agricultura Paulista, Final do Ano Agrícola 1974/75 e Estimativa Preliminar 1975/76

Produto	Quantidade (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)		Unidade	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1974/75	1975/76 ⁽¹⁾	1974/75	1975/76 ⁽²⁾		1974/75	1975/76 ⁽²⁾	Cr\$ 1.000 de
								1975 ⁽³⁾
							1975/76	
Cana-de-açúcar	38.100,0	45.600,0	80,53	108,64	tonelada	3.068.193	4.953.984	3.521.009
Carne bovina	496,8	496,8	125,00	145,00	arroba	4.140.000	4.802.400	3.413.272
Cafê beneficiado	420,0	127,2	590,00	1.500,00	sc. 60kg	4.130.000	3.180.000	2.260.163
Leite (milhões litros)	1.506,0	1.580,0	1,43	1,86	litro	2.153.580	2.938.800	2.088.732
Milho	2.100,0	2.832,0	48,00	55,00	sc. 60kg	1.680.000	2.595.998	1.845.087
Ovos (milhões dúzias)	442,0	445,0	3,31	4,40	dúzia	1.463.020	1.958.000	1.391.635
Algodão	489,6	301,5	36,00	80,00	arroba	1.175.040	1.608.000	1.142.875
Aves para corte	240,0	250,0	4,94	6,40	kg. vivo	1.185.600	1.600.000	1.137.189
Arroz	510,0	900,0	130,00	100,00	sc. 60kg	1.105.000	1.499.999	1.066.114
Soja	678,0	765,0	83,00	95,00	sc. 60kg	937.900	1.211.250	860.887
Laranja	3.488,0	4.088,0	8,00	11,50	cx. 40kg	697.600	1.175.300	835.336
Tomate	560,8	530,0	960,00	1.720,00	tonelada	538.368	911.600	647.913
Feijão	109,2	140,3	180,00	370,00	sc. 60kg	327.600	865.183	614.923
Batata ⁽⁴⁾	423,0	401,4	74,70	115,00	sc. 60kg	526.635	769.350	546.810
Amendoim	262,5	346,6	44,00	47,00	sc. 25kg	462.000	651.608	463.126
Trigo	62,9	246,0	100,20	127,80	sc. 60kg	105.043	523.980	372.415
Carne suína	65,9	67,6	102,75	115,00	arroba	451.415	518.267	368.355
Mandioca	720,0	620,0	271,00	700,00	tonelada	195.120	434.000	308.462
Uva p/mesa	112,8	125,4	16,50	27,00	cx. 8kg	232.650	423.225	300.804
Banana	529,7	590,7	450,00	600,00	tonelada	238.365	354.420	251.902
Cebola	99,0	156,0	93,40	100,00	sc. 45kg	205.480	346.667	246.391
Tangerina	505,6	567,8	10,00	14,00	cx. 40kg	126.400	198.730	141.246
Limão	368,0	360,0	10,00	20,00	cx. 40kg	92.000	180.000	127.934
Casulo	5,0	6,4	15,00	25,00	quilo	75.000	160.000	113.719
Mamona	37,0	28,5	0,95	1,90	quilo	35.150	54.150	38.486
Chã verde	27,8	28,9	0,70	1,20	quilo	19.460	34.680	24.649

Valor total da produção (26 produtos)	(crescimento real = -4,88%)	25.366.619	33.949.591	24.129.434
Valor total da produção s/cafê (25 produtos)	(crescimento real = 2,98%)	21.236.619	30.769.591	21.869.271
Valor total da produção de origem vegetal (20 produtos)	(crescimento real = -1,77%)	15.898.004	21.972.124	15.616.533
Valor total da produção de origem vegetal s/cafê (19 produtos)	(crescimento real = 13,50%)	11.768.004	18.792.124	13.356.371
Valor total da produção de origem animal (6 produtos)	(crescimento real = -10,09%)	9.468.615	11.977.467	8.512.901

⁽¹⁾ Quarta estimativa de safras, abril de 1976.

⁽²⁾ Estimativas preliminares, baseadas nas informações disponíveis até junho de 1976.

⁽³⁾ Deflator estimado (0,710743) em função da avaliação do Índice "2" da Conjuntura Econômica, de junho de 1975 a junho de 1976.

⁽⁴⁾ A safra de inverno de 1975/76 foi estimada como igual à 1974/75.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 128. - Variação Percentual na Área Plantada, Produção, Rendimento, Preço e Valor da Produção de 26 dos Principais Produtos da Agricultura Paulista entre os Anos Agrícolas 1974/75 e 1975/76

Produto	Participação percentual no valor		Variação percentual entre 1975/76 e 1974/75						
	1974/75	1975/76	Área	Produção	Rendimen- to	Preço		Valor	
						Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Cana-de-açúcar	12,09	14,59	15,93	19,68	3,24	34,91	- 4,11	61,46	14,76
Carne bovina	16,32	14,15	-	0,00	-	16,00	-17,55	16,00	-17,55
Cafê beneficiado	16,28	9,37	- 9,88	-69,71	-66,48	154,24	180,70	-23,00	-45,27
Leite	8,49	8,66	-	4,91	-	30,07	- 7,69	36,46	- 3,01
Milho	6,62	7,65	14,83	34,86	17,43	14,58	-18,56	54,52	9,83
Ovos	5,77	5,77	-	0,68	-	32,93	- 5,44	33,83	- 4,88
Algodão	4,63	4,74	-39,32	-38,42	1,50	122,22	57,94	36,85	- 2,74
Aves para corte	4,67	4,71	-	4,17	-	29,55	- 7,89	34,95	- 4,08
Arroz	4,36	4,42	48,45	76,47	48,97	-23,08	-45,33	35,75	- 3,52
Soja	3,70	3,57	- 0,05	12,83	12,93	14,46	-18,65	29,14	- 8,21
Laranja	2,75	3,46	7,18	17,20	9,36	43,75	2,13	68,48	19,74
Tomate	2,12	2,69	-22,14	- 5,49	18,18	79,17	27,34	69,33	20,35
Feijão	1,29	2,55	1,43	28,48	20,83	105,56	46,09	164,10	87,71
Batata ⁽³⁾	2,08	2,27	- 9,60	- 5,11	1,72	53,95	9,42	46,09	3,83
Amendoim	1,82	1,92	27,70	32,04	2,57	6,82	-24,09	41,04	0,24
Trigo	0,41	1,54	186,17	291,10	162,03	27,54	- 9,35	398,82	254,54
Carne suína	1,78	1,53	-	2,58	-	11,92	-20,45	14,81	-18,40
Mandioca ⁽⁴⁾	0,77	1,28	-19,56	-13,89	11,63	158,30	83,59	122,43	58,09
Uva de mesa	0,92	1,25	0,00	11,17	11,17	63,64	16,30	81,91	29,29
Banana	0,94	1,04	9,82	11,52	1,54	33,33	- 5,23	48,69	5,68
Cebola	0,81	1,02	20,51	57,58	30,75	7,07	-23,91	68,71	19,91
Tangerina	0,50	0,59	- 9,00	12,30	23,19	40,00	- 0,50	57,22	11,75
Limão	0,36	0,53	-28,44	- 2,17	36,71	100,00	42,10	95,65	39,06
Casulo	0,29	0,47	-	28,00	-	66,67	18,47	113,33	51,63
Mamona	0,14	0,16	-31,23	-22,97	12,06	100,00	42,10	54,05	9,49
Chã verde	0,08	0,10	0,61	3,96	3,18	71,43	21,43	78,21	26,66

⁽¹⁾ Estimativas preliminares para 1975/76, baseadas no 4º levantamento de safras, abril de 1976.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica, junho de 1975 a junho de 1976.

⁽³⁾ A safra de inverno de 1975/76 foi estimada como igual a de 1974/75.

⁽⁴⁾ Inclui produto para mesa e indústria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 129. - Índices de Preços Reais e de Quantidade Produzida, por Grupo de Produtos e Evolução Percentual, Estado de São Paulo, Anos Agrícolas 1973/74 a 1975/76 ⁽¹⁾

Grupo ⁽²⁾	Nº de produ- tos	Preço					Quantidade				
		1973/74	1974/75	1975/76 ⁽³⁾	Evolução (%)		1973/74	1974/75	1975/76 ⁽⁴⁾	Evolução (%)	
					1974/75 1973/74	1975/76 1974/75				1974/75 1973/74	1975/76 1974/75
Produtos alimentícios vege- tais	7	104,91	112,40	99,91	7,14	-11,11	126,28	124,15	153,73	- 1,69	23,83
Produtos alimentícios ani- mais	4	142,22	139,82	119,96	- 1,69	-14,20	122,68	124,23	127,17	1,26	2,37
Produtos alimentícios	11	128,31	129,59	112,48	1,00	-13,20	124,03	124,20	137,08	0,14	10,37
Matéria-prima para indústria	7	103,36	119,24	119,26	15,36	0,02	118,38	115,47	139,70	- 2,46	20,98
Produtos de exportação	3	145,05	168,81	300,05	16,38	77,74	118,63	92,40	38,90	-22,11	-57,90
Produtos tradicionais	6	141,69	145,34	120,63	2,58	-16,97	100,25	95,34	107,33	- 4,90	12,58
Produtos em transição	7	124,79	164,06	237,12	31,47	44,53	112,73	88,98	73,68	-21,07	-17,19
Produtos modernos	8	98,09	98,34	115,61	0,25	17,56	150,32	157,12	165,96	4,52	5,63
Produtos de origem animal	5	142,24	139,82	120,05	- 1,70	-14,14	123,51	125,17	128,30	1,34	2,50
Produtos de origem vegetal	16	116,01	131,99	167,27	13,77	26,73	120,20	110,65	113,28	- 7,94	2,38
Produtos de origem vegetal sem café	15	104,57	116,35	122,06	11,26	4,91	115,89	112,85	137,72	- 2,62	22,04
Geral sem café	20	121,03	124,70	121,35	3,03	- 2,69	118,60	117,37	130,25	- 1,04	10,97
Geral	21	124,20	134,43	152,54	8,24	13,47	121,23	115,36	117,97	- 4,84	2,26

⁽¹⁾ Índices construídos pelo método de Laspeyres, ponderação fixa no período base. Índices de quantidade ponderados pelos preços médios do período 1962-66. Índices de preços, ponderados pela produção média do período 1962-66, preços transformados em Cr\$ de 1971, pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica. Base de comparação igual à de ponderação.

⁽²⁾ Composição dos Índices anuais: Índice "1" - Produtos alimentícios de origem vegetal: arroz, banana, batata, cebola, feijão, laranja e tomate; Índice "2" - Produtos alimentícios de origem animal: bovinos, leite, ovos e suínos; Índice "3" - Produtos alimentícios: composto dos índices "1" e "2"; Índice "4" - Matéria-prima para indústria: milho, amendoim, cana, casulo, mamona, mandioca e soja (para área e rendimento exclui-se o casulo); Índice "5" - Produtos de exportação: algodão, café e chá; Índice "6" - Produtos tradicionais: arroz, feijão, mamona, bovinos, leite e suínos (para área e rendimento excluem-se bovinos, leite e suínos); Índice "7" - Produtos em transição: banana, cebola, milho, amendoim, mandioca, café e chá; Índice "8" - Produtos modernos: batata, laranja, tomate, cana, casulo, soja, algodão e ovos (para área e rendimento excluem-se casulo e ovos); Índice "9" - Produtos de origem animal: Índice "2" mais casulo; Índice "10" - Produtos de origem vegetal: composto dos índices "1", "3" e "4", excluindo-se o casulo; Índice "11" - Produtos de origem vegetal sem café: Índice "10", excluindo-se o café; Índice "12" - Geral sem café: composto dos índices "9" e "11"; Índice "13" - Geral: composto dos índices "1", "2", "3" e "4" ou "5", "6" e "7" ou "9" e "10".

⁽³⁾ Preços e deflator preliminares.

⁽⁴⁾ Baseados na 4a. estimativa de safra, abril de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 130. - Índices de Área Plantada e Rendimento no Estado de São Paulo, por Grupo de Produtos e Evolução Percentual, entre os

Anos Agrícolas 1973/74 a 1975/76

Grupo (1)	Nº de produ- tos	Área plantada (2)					Rendimento (3)				
		1973/74	1974/75	1975/76 (4)	Evolução (%)		1973/74	1974/75	1975/76 (5)	Evolução (%)	
					1974/75	1975/76 1973/74				1974/75	1975/76 1973/74
Produtos alimentícios vegetais	7	88,95	88,96	97,85	0,01	9,99	114,40	101,43	135,43	-11,34	33,52
Matéria-prima para indústria	6	111,48	101,56	114,32	- 8,90	12,56	108,76	107,75	119,89	- 0,93	11,27
Produtos de exportação	3	80,60	78,74	63,73	- 2,31	-19,06	141,15	112,56	57,30	-20,26	-49,09
Produtos tradicionais	3	70,60	63,10	70,26	-10,62	11,35	120,83	104,64	148,13	-13,40	41,56
Produtos em transição	7	83,72	75,62	80,10	- 9,68	5,92	130,87	113,40	104,03	-13,35	- 8,26
Produtos modernos	6	152,02	155,14	156,21	2,05	0,69	99,65	101,90	107,45	2,26	5,45
Produtos de origem vegetal sem café	15	99,14	92,90	99,71	- 6,29	7,33	111,26	107,07	124,67	- 3,77	16,44
Produtos de origem vegetal	16	97,41	92,19	96,45	- 5,36	4,62	117,32	107,29	112,68	- 8,55	5,02

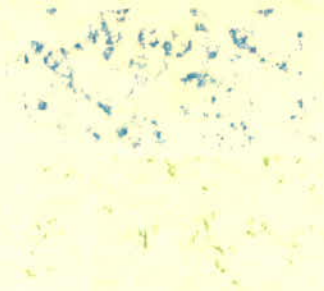
(1) Composição dos grupos, rodapé (2) do quadro 129.

(2) Índices simples, com base 1962-66 = 100

(3) Índices construídos pelo método de Paasche. Índice simples de cada produto, base 1962-66 = 100, ponderado pela área plantada de cada produto em cada ano.

(4) Baseados na 4a. estimativa de safras, abril de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.



SECRETARIA DA AGRICULTURA
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

Centro Estadual da Agricultura
Av. Miguel Stefano, 3.900
04301 - SÃO PAULO, SP

Caixa Postal, 8114
01000 - SÃO PAULO, SP



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Agricultura

Instituto de Economia Agrícola